



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

CÂMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

GUILHERME COSTA GARCIA TOMMASELLI

Escola Sem Partido: Indícios de uma Educação Autoritária

TESE DE DOUTORADO

Presidente Prudente

2018

GUILHERME COSTA GARCIA TOMMASELLI

Escola Sem Partido: Indícios de uma Educação Autoritária

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Divino José da Silva

Área de Conhecimento: Educação

T661e	Tommaselli, Guilherme Costa Garcia Escola Sem Partido: Indícios de uma educação autoritária / Guilherme Costa Garcia Tommaselli. -- Presidente Prudente, 2018 199 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente Orientador: Divino José da Silva 1. Escola Sem Partido. 2. Educação. 3. Potencial Fascista. 4. Personalidade Autoritária. 5. Theodor W Adorno. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

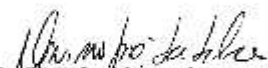
CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: ESCOLA SEM PARTIDO: INDÍCIOS DE UMA EDUCAÇÃO AUTORITÁRIA

AUTOR: GUILHERME COSTA GARCIA TOMMASELLI

ORIENTADOR: DIVINO JOSÉ DA SILVA

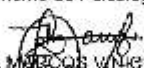
Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em EDUCAÇÃO, pela Comissão Examinadora:


Prof. Dr. DIVINO JOSÉ DA SILVA

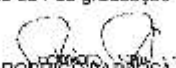
Departamento de Educação / Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente


Prof. Dr. ARI FERNANDO MAIA

Departamento de Psicologia / Faculdade de Ciências de Bauru


Prof. Dr. MARCOS VINÍCIUS FRANCISCO

Programa de Pós-graduação em Educação / Universidade do Oeste Paulista


Prof. Dr. RODRIGO BARBOSA LOPES

Departamento de Educação e Programa de Pós-graduação em Educação / Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP/Câmpus de Presidente Prudente


Profa. Dra. MARIA SALGADO

Pós-doutoranda PNPD / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente
Presidente Prudente, 26 de setembro de 2018

Este trabalho é dedicado à minha mãe, Girlene dos Santos Costa Tommaselli, e ao meu pai, José Tadeu Garcia Tommaselli. Sem ambos, eu não existiria. Não apenas biologicamente, mas, existencialmente, como ser pensante e crítico.

Agradecimentos

Agradecer adequadamente é uma tarefa impossível e injusta – e provavelmente cairei na armadilha dos agradecimentos –, porque, por mais que busque atingir a totalidade, não o faz, e sempre alguém acaba esquecido. Então, primeiro agradeço aos “esquecidos”. Mesmo que seus nomes não constem aqui, são tão importantes quanto os que lembrarei abaixo.

A despeito da contribuição no pensamento aqui produzido, não que não tenham uma parcela de responsabilidade no que escrevi, meu pai, mãe e irmão são os primeiros que devo agradecer. Sempre me olharam com admiração, e não houve nesta trajetória de longa da graduação, até aqui, qualquer falta de apoio ou incentivo da família. Meu privilégio de classe não é apenas econômico, é afetivo também. Logo, os agradecimentos a Girlene dos Santos Costa Tommaselli, José Tadeu Garcia Tommaselli e Fernando Costa Garcia Tommaselli.

A todos os professores que fizeram parte de minha formação. Mesmo aqueles que destetei, e os quais não me inspiram.

Ao Professor Sinésio Ferraz Bueno, o qual é parte fundamental desta jornada que me permitiu chegar até aqui. A relação acadêmica mais sólida e respeitosa que mantive, durante toda a jornada formativa. Quando ainda estava no segundo ano de Ciências Sociais, perdido em relação aos meus interesses de pesquisa, foi no grupo de estudos do professor Sinésio, sobre Teoria Crítica, que encontrei o caminho que me trouxe até aqui. O próprio pensamento de Theodor Adorno, o qual faz parte desta jornada do início ao fim, também me foi apresentado pelo professor Sinésio. Em resumo, além de orientador de monografia e Dissertação de Mestrado (e, durante um período, coorientador informal desta pesquisa, até que ela tomasse outro rumo), ao professor Sinésio eu devo meus mais sinceros agradecimentos e respeito, tanto pela produção intelectual como pela capacidade de lidar comigo como orientando, pelo total respeito às minhas convicções de escrita.

Aos professores da UNESP Marília, os quais me inspiraram a pensar e admirar

mais ainda a profissão docente e a vocação ao pensamento: Professora Lúcia Arrais Morales, Professor Odair Cruz Paiva, Professor Francisco Corsi, Prof. Luis Antônio, Prof. José Geraldo Poker, Prof. Pedro Pagni, Prof. Rodrigo Gelamo.

Aos pesquisadores e membros do GEPEF (Grupo de Estudos e Pesquisa em Filosofia da Educação), do qual tive a honra de participar – não tão ativamente como desejava –, mas que é parte fundamental do meu processo formativo.

Agradeço, de forma inequívoca, ao meu orientador, Prof. Dr. Divino José da Silva. O professor Divino também é parte fundamental da composição do processo formativo que me traz até este texto. Tive a honra de aproveitar sua participação em uma reunião GEPEF em Marília para convidá-lo a ser banca da minha monografia de conclusão do curso de Bacharel em Sociologia, que me iniciava no tema “Teoria Crítica e Educação”. Agradeço, ainda, a paciência que o professor Divino teve com minhas particularidades, idiossincrasias, insistências, erros. De maneira educada e com sabedoria, ele me conduziu a este texto.

A todos os companheiros que foram interlocutores deste texto. Em especial, ao colega de trabalho e de Doutorado, Adilson Silva, que, por muitas madrugadas, me acompanhou nas viagens de carro de Três Lagoas a Presidente Prudente, a fim de assistir às aulas. Além das companhias na viagem, agradeço a disposição das conversas e da interlocução da tese.

Ao querido amigo e companheiro de trabalho, Prof. Gilmar Ribeiro Pereira, com o qual tive o prazer de me encontrar, em 2012. Ao amigo que, de todas as formas, incentivou este trabalho e que segurou, ao meu lado, todos os desafios que enfrentei em nossa batalha política, nestes anos de IFMS. Agradeço, ainda, ao fato de ter assumido todas minhas orientações, projeto de extensão, bolsas, de modo que pudesse aproveitar o tempo pequeno do afastamento parcial para concluir este trabalho.

À querida amiga irmã, Ana Carina Ribeiro, uma das pessoas que mais contribuíram para esse processo, no sentido de apoiar minha vontade, mesmo diante das dificuldades que surgiam. Nosso encontro, a princípio, foi profissional, mas, como todo bom encontro, se estendeu a um encontro existencial.

Aos amigos queridos, Larissa Cristina da Silva e Gabriel Azevedo, companheiros de UNESP Marília, e parte fundamental de quem eu sou hoje. De maneiras diferentes, aparecem neste texto. Caso tenham um dia paciência para o ler, eles se reconhecerão

aqui, em conversas que travamos. Ademais, do texto, da tese, do título, o agradecimento é por terem composto parte essencial de minha vida, desde o momento em que entraram nela. Não é fácil cultivar amizades sólidas, verdadeiras e democráticas.

Aos professores da UNESP câmpus de Presidente Prudente, com quem tive a oportunidade de ter aulas e dialogar. Especialmente ao Prof. Rodrigo Barbosa e Prof. Paulo Raboni, dos quais tive o prazer de ter aulas nesta jornada.

Aos membros da Banca de Qualificação, Ari Maia, Rodrigo Barbosa e Mara Salgado, que contribuíram de modo fundamental e respeitoso para o desenvolvimento do texto final.

À querida amiga Keith Daiane da Silva Braga, a quem tive o imenso prazer de encontrar, nesta jornada de quatro anos. Este é um daqueles encontros que não tem a ver com afinidade acadêmica, mas, sim, com afinidade existencial. Não que não exista a afinidade acadêmica. Ela existe na forma de pensar, porém, em registros teóricos distintos, os quais não nos colocam em oposição, mas em pleno diálogo.

Ao companheiro irmão Augusto Mular Miceno. Talvez, o maior interlocutor das angústias que aparecem neste texto. Contudo, pelas angústias do texto e pela interlocução que proporcionou eu devo agradecer ao amigo, pela honestidade e lealdade do encontro. A resistência se fez nas práxis.

Passo, por fim, aos agradecimentos pessoais que não envolvem a produção do conhecimento aqui apresentado, entretanto, representam o conhecimento humano, que se vive, quando se compartilha a vida.

Portanto, o último, e não menos importante agradecimento, ao Lucas Felipe Pereira, meu atual companheiro, que acompanhou, talvez, os momentos mais difíceis deste processo ao meu lado, nos últimos dois anos e meio. Seu carinho, atenção e amor dedicado foram fundamentais para alimentar o que não é físico, todavia, que permite também que a consciência trabalhe. Todas as palavras de incentivo, o amor, os abraços, o cuidado. As madrugadas de companhia, enquanto o texto não saía. O silêncio da companhia. A tudo que me ensinou e que não é do interesse acadêmico, mas do interesse da experiência, da vida. Eu agradeço pelo amor e pela companhia, aos quais eu posso retribuir, neste espaço, com o registro eterno do tempo deste texto, dizendo: Eu te amo.

Ideologia

Meu partido
É um coração partido
E as ilusões estão todas perdidas
Os meus sonhos foram todos vendidos
Tão barato que eu nem acredito
Eu nem acredito ah
Que aquele garoto que ia mudar o mundo
Mudar o mundo
Frequenta agora as festas do "Grand Monde"

Meus heróis morreram de overdose
Eh, meus inimigos estão no poder
Ideologia
Eu quero uma pra viver
Ideologia
Eu quero uma pra viver

O meu tesão
Agora é risco de vida
Meu sex and drugs não tem nenhum rock 'n' roll
Eu vou pagar a conta do analista
Pra nunca mais ter que saber quem eu sou
Saber quem eu sou
Pois aquele garoto que ia mudar o mundo
Mudar o mundo
Agora assiste à tudo em cima do muro, em cima
do muro

Meus heróis morreram de overdose eh
Meus inimigos estão no poder
Ideologia
Eu quero

(CAZUZA)

Resumo

O projeto Escola Sem Partido é fenômeno social que tem preocupado os pesquisadores da área da Educação, pois visa a atingir a educação brasileira, através de uma reforma moralizante. O projeto existe desde 2004, quando foi formulado pelo advogado cristão Miguel Nagib, porém, ficou engavetado até 2013. Junho de 2013 foi o momento oportuno para que o Escola Sem Partido encontrasse a possibilidade de sair do papel, de uma proposta parada há dez anos, e se efetivar no plano político. Essa oportunidade não se deve apenas ao junho de 2013, mas, também, a uma mudança de foco do movimento que, nos seus primeiros dez anos, estava centrado em combater a doutrinação ideológica nas escolas, a qual violaria a liberdade de crença e consciência prevista na Constituição de 1988. A mudança ocorreu, quando o movimento ESP fundiu o seu tema inicial, a doutrinação ideológica “marxista”, com o combate à “ideologia de gênero”. Ao fazer esse movimento de fusão, o ESP deslocou-se do campo político para o campo moral, e esse deslocamento lhe proporcionou maior capilaridade social, deixando de ser apenas um projeto e, em casos mais drásticos, se tornando temporariamente uma realidade, como no estado de Alagoas, onde foi implantado como lei estadual, conhecida como “Escola Livre”. Diante do avanço da proposta, no cenário nacional, este trabalho analisará de que maneira o projeto Escola Sem Partido (ESP) se articula a esse movimento social e político mais amplo, de raiz autoritária e com notável potencial fascista que tem crescido no país, desde 2013. Parte-se da hipótese de que o ESP é um componente importante da pauta política da direita contemporânea. Nesse caso, para desenvolver a análise foi necessário articular esse movimento a análise teórica, para pensar a questão que importa é o autoritarismo e sua disseminação, por meio da educação. Assim, o trabalho de pesquisa objetiva delinear os componentes autoritários que hoje se apresentam, às vezes difusos, às vezes de maneira muito explícita e concentrada em práticas e discursos que dizem claramente a que vieram. Desse modo, foi necessário realizar um percurso histórico, a fim de identificar nas raízes do Brasil a presença de elementos autoritários que ajudem a compreender o avanço contemporâneo de tais forças. Para tal, recorreu-se a autores clássicos do pensamento nacional, como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Roberto da Matta e Marilena Chauí, para, através dos elementos apontados por esses autores, contestar o mito de não violência e o mito da democracia racial. Em seguida, a análise se detém a observar como esses elementos foram rearranjados na composição moderna do Brasil e, de forma mais acentuada, como o acirramento de classes impulsiona o discurso conservador e autoritário, fortalecido pelo apoio da imprensa nacional, em um processo traumático à democracia brasileira, no qual as forças conservadoras unidas conduziram o país a um golpe político em novos moldes. Nesse cenário, quando se trata do projeto Escola Sem Partido, procura-se demonstrar como sua composição e modo de operação, inclusive discursivo, se combinam e reforçam um movimento mais amplo, diretamente vinculado à direita e às pautas que defendem. Nesse sentido, analisam-se quais os componentes que estão presente nesse enredo. Ou seja, quem são os atores sociais que movimentam o ESP e que têm causado um campo de conflito e confronto, na cena educacional brasileira? Em que medida, grupos de interesse comum, como os parlamentares neopentecostais e ruralistas, estão envolvidos na trama que permite que o ESP seja hoje assunto de debate urgente, na cena educacional do Brasil? De qual modo podemos associar as práticas e discursos provenientes desse campo do pensamento, direita política, neopentecostais, ruralistas, a condutas autoritárias e potencialmente fascistas? É possível pensar em potencial fascista na educação, com a disseminação do ESP? Por fim, a análise caminha para uma reflexão sobre o ESP enquanto potencialmente fascista, tendo como referência teórica as análises de Theodor W. Adorno, em *Personalidade Autoritária*. As análises do autor contribuem para que se pense o ESP enquanto um sério risco à educação democrática.

Palavras-chave: Escola Sem Partido. Educação. Potencial Fascista. Adorno.

Abstract

The project No School Party is a social phenomenon that has worried the researchers of the area of education, because it aims to reach Brazilian education through a moralizing reform. The project has existed since 2004 when it was created by the Christian lawyer Miguel Nagib and was shelved until 2013. June 2013 was the opportune moment for the No School Party to find a way and get out of the paper, and become effective on the political plans. This possibility is due not only to June 2013, but also to a shift in focus from the movement that in its first ten years was focused on combating ideological indoctrination in schools, which would violate the freedom of belief and conscience envisaged in the constitution of 1988. The change occurred when the movement fused its initial theme, ideological "Marxist" indoctrination with the fight against "gender ideology." In making this merger movement, the NSP shifted from the political field to the moral field, and this displacement gave it greater social capillarity, ceasing to be just a project, and in more drastic cases becoming temporarily a reality, as in state of Alagoas where it was implanted as state law, known as "Free School". Faced with the advancement of the proposal in the national scenario, we will analyze how the "School Without Party" project articulates with this broader social and political movement, with an authoritarian root and with a notable fascist potential that has grown in the country since 2013. We start with hypothesis that the NSP is an important component of the political agenda of the contemporary right. In this case, to develop the analysis, it was necessary to articulate this movement to theoretical analysis, to think about the issue that matters to us: authoritarianism and its dissemination through education. Thus, the research work aims to delineate the authoritarian components that today are sometimes diffused, sometimes very explicitly and focused on practices and discourses that clearly state what they came from. In this case, it was necessary to carry out a historical course, in order to identify in the roots of Brazil the presence of authoritarian elements that help to understand the contemporary advance of these forces. To this end, we refer authors of national thought, such as Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Roberto da Matta and Marilena Chauí, through the elements presented by these authors, to challenge the myth of non-violence and the myth of racial democracy. Next, the analysis stops to observe how these elements were rearranged in the modern composition of Brazil, and in a more drastic way like the increase of classes, it drives the conservative and authoritarian discourse, strengthened by the support of the national press, in a traumatic process to Brazilian democracy, in which the united conservative forces led the country to a political coup in new ways. In this scenario when it comes to the project School Without Party, we try to demonstrate, as its composition and mode of operation, including discursive, combines and reinforces a broader movement that is directly linked to the right and the guidelines they advocate. In this sense, we analyze which components are present in this plot. That is, who are the social actors that move this group and that has caused a field of conflict and confrontation in the Brazilian educational scene? To what extent, are common interest groups, such as neopentecostal and ruralist parliamentarians, involved in the plot that allows the movement to become a matter of urgent debate in the educational scene in Brazil? In what way can we associate the practices and discourses from this field of thought, political right, neo-Pentecostals, ruralists, to authoritarian and potentially fascist conduct? Is it possible to speak of fascist potential in education with the spread of the School Without Party? Finally, our analysis moves towards a reflection on SWP as potentially fascist, having as theoretical reference the analyzes of Theodor W. Adorno in *Authoritarian Personality*. The author's analysis contributes to think the School Without Party as a serious risk to democratic education.

Keywords: School Without Party. Education. Fascist Potential. Adorno.

Lista de abreviaturas e siglas

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida Humana
BB	Banco do Brasil S.A.
BBB	Boi, Bala Bíblia
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBN	Central Brasileira de Notícias
CUT	Central Única de Trabalhadores
DEM	Democratas
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESP	Escola Sem Partido
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MEC	Ministério da Educação
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Primeiro Comando da Capital
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PGR	Procuradoria Geral da República
PL	Projeto de Lei
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE	Plano Nacional de Educação
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSL	Partido Social Liberal
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SP	São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
TV	Televisão
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UOL	Universe Online
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: A ATUALIDADE DO DISCURSO FASCISTA E SEU AVANÇO SOBRE O CAMPO EDUCACIONAL	13
---	-----------

1 BRASIL: SOCIEDADE AUTORITÁRIA - O MITO DA SOCIEDADE PACÍFICA E O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL	25
---	-----------

1.1 Holanda, Freyre, Chauí e Da Matta: A tradição autoritária no pensamento social brasileiro	27
---	----

2 A EMERGÊNCIA DO CONSERVADORISMO E DO AUTORITARISMO: O PERIGO DA POTÊNCIA FASCISTA	45
--	-----------

2.1. Ascensão de forças autoritárias no contexto brasileiro e seus reflexos na Educação escolar	46
---	----

2.2. As jornadas de junho de 2013 e o ódio político	58
---	----

3 O GOLPE DE 2016 - CLASSE MÉDIA, “NOVA DIREITA” BRASILEIRA E O ESCOLA SEM PARTIDO	81
---	-----------

3.1 O fascismo e a classe média	82
---------------------------------	----

3.2 Classe Média: Uma classe heterogênea	87
--	----

3.3 Classe média e o flerte com a direita	90
---	----

3.3.1 Classe Média, Nova Direita e ESP	96
--	----

4 O POTENCIAL AUTORITÁRIO E FASCISTA - ESCOLA SEM PARTIDO E PERSONALIDADE AUTORITÁRIA	101
--	------------

4.1 Escola Sem Partido- doutrinação marxista	105
--	-----

4.2	A fusão da “doutrinação marxista” ao combate da Ideologia de gênero.....	110
4.3	Ideologia, personalidade autoritária e ESP	112
4.4	Elementos ideológicos de oposição ao anticomunismo/esquerdismo.	117
4.4.1	Professor Doutrinador – O veículo da “perigosa” doutrinação marxista.	123
4.5	Escola Sem Partido - A satanização da “ideologia de gênero”	137
4.5.1	Cruzada contra a ideologia de gênero	139
4.6	O combate à ideologia de gênero à luz a obra <i>Personalidade Autoritária</i>	148
4.6.1	O combate à ideologia de gênero e a afinidade com o conservadorismo cristão – Contribuições da obra <i>Personalidade Autoritária</i> para pensar o problema.	151
4.7	As nove variáveis da escala F e suas contribuições para pensar o combate à ideologia de gênero	157
	Considerações finais	170
	REFERÊNCIAS.....	191

Introdução: A atualidade do discurso fascista e seu avanço sobre o campo educacional

Em Porto Alegre, depois de um mês de visitação do público, o Centro Cultural Santander fechou no dia 10 de setembro de 2017 a exposição Queermuseu, atendendo à gritaria de ultraconservadores. Menos de uma semana depois, em Jundiaí (SP), o juiz Luiz Antonio de Campos proibiu a apresentação da peça O Evangelho segundo Jesus, Rainha do Céu, argumentando que não poderia deixar que o “HOMEM SAGRADO seja encenado como um travesti”. Um dia antes, 15 de setembro, em Campo Grande, a Polícia Civil acatou pedido dos deputados estaduais Paulo Siufi (PMDB), Herculano Borges (Solidariedade) e Coronel David (PSC) e apreendeu o quadro Pedofilia, da artista plástica mineira Alessandra Cunha Ropre. Em ofício, os deputados acusaram a obra de promover “sacanagens e desrespeito à família e aos bons costumes”. (NAVARRO, 2017).

A filósofa Judith Butler, 61 anos, foi agredida ao embarcar no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, na manhã desta sexta-feira 10. [...] a escritora estava na área de *check-in* quando foi perseguida por uma mulher que segurava um cartaz com a foto desfigurada de Butler e gritava repetidos xingamentos, além de empurrar o cartaz feito de madeira e cartolina na direção da filósofa e de sua esposa, a cientista política Wendy Brown. [...] Vi a Judith Butler passando e uma senhora atrás com uma placa na mão chamando de pedófila, nojenta, que não era bem-vinda no Brasil. Ela estava muito exaltada, uma agressividade muito grande, xingava em inglês e português e empurrava ela com o cartaz. (OLIVEIRA, 2018).

Um professor do curso de pós-graduação em História da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) denunciou ao GGN a invasão de uma aula especial sobre os 100 anos de Revolução Russa, ministrada pela professora Maria Teresa Toríbio Brites Lemos. A intervenção hostil foi feita por um grupo de extrema direita que gravou e divulgou as imagens do ato premeditado na internet. [...] um dos organizadores da invasão aparece interrompendo a aula no momento em que os docentes comentavam sobre a ditadura militar brasileira. Ele ergueu-se e afirmou categoricamente à professora Maria Teresa que o que houve no País foi, na verdade, um “regime democrático militar”, que salvou a sociedade dos “comunistas”. Ele também criticou a UERJ pela “doutrinação” de jovens com o pensamento socialista. Em mensagem à redação, o professor André Azeredo relatou que “a professora foi insultada, bem como os organizadores do evento. A UERJ foi tratada como ‘antro de comunistas’ no dizer desses criminosos. Balançando uma bandeira do infausto movimento desses arruaceiros e com gritos de acusação, conseguiram inviabilizar um evento acadêmico e intelectual da maior importância organizado por historiadores vinculados a UERJ. Não satisfeitos, postaram vídeos em algumas instâncias da internet, se vangloriando do ato bárbaro que propenderam contra a comunidade de historiadores da UERJ que, repito, invabilizou o encerramento do evento. (NASSIF, 2017).

As cenas que abrem este texto são recortes de reportagens que trazem narrativas bárbaras, as quais poderiam ser ficcionais, mas que, no entanto, são retratos da potência fascista que se expressa de modo real, no cenário contemporâneo. Nesse sentido, a

afirmação de Bertold Brecht – “*A cadela do fascismo está sempre no cio*” – parece se confirmar.

O cenário mundial, no início do século XXI, demonstra que o pensamento de Brecht não é passado. Há um visível avanço de forças conservadoras e autoritárias, potencialmente fascista, que se pode observar com maior pujança em momentos de crise econômica acentuada, nos quais a reorganização do capital impõe fortes restrições ao indivíduo.

O cenário brasileiro é um bom exemplo da relação estabelecida entre a crise do capital, a fragilização do indivíduo e a expressão de vontades autoritárias com origem coletiva. A recente democracia brasileira é resultado da superação do modelo autoritário, firmado no período do regime militar, à transição a um estado democrático de direito, o que representaria, ao menos em tese, a possibilidade de engendrar uma sociedade menos desigual. A acentuada crise econômica que vive o país é, por vezes, utilizada como argumento no debate sobre a instabilidade política e a fragilidade da democracia brasileira.

A crise mundial de 2008 produziu impactos no mundo todo e, no Brasil, não teria sido diferente. No entanto, os impactos de 2008 não foram sentidos de forma imediata, na economia brasileira, o que permitiu ao então presidente Luiz Inácio Lula da Silva declarar: “– Lá (nos EUA), ela é um tsunami; aqui, se ela chegar, vai chegar uma marolinha que não dá nem para esquivar.” (GALHARDO, 2008). A subestimação da crise, pelo Partido do Trabalhadores, se revelou um erro crucial e caro à agremiação e ao próprio desenvolvimento da democracia brasileira. A crença do partido era de que os anos de bonança do lulismo, em que o país teve um significativo aumento de produção e um relativo progresso econômico e social, seriam suficientes para garantir uma situação geral de bem-estar social.

Durante os anos de poder, e especialmente a partir de seu segundo governo (2007 a 2011), o presidente Luiz Inácio, por diversas vezes, em declarações públicas, se vangloriou de seu governo ser o responsável por elevar milhões de brasileiros à condição de classe média, o que, segundo seu ponto de vista, seria resultado direto das políticas sociais, como o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e a expansão da Rede Federal de Ensino, por meio da autorização de novos *campi* e cursos, nas instituições existentes, e da implantação de novas universidades federais, além da criação, por lei, da Rede Federal

de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), a qual transformou os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os chamados IFs, hoje presentes em todos os estados, somando mais de 600 unidades.

No entanto, o que viria se revelar mais tarde, já no governo de sua sucessora, é que o custo dos programas sociais bancados pelo governo do Partido do Trabalhadores foi camuflar os ganhos estratosféricos do setor bancário, ao mesmo tempo em que se desviava o foco do aumento absurdo dos dividendos das grandes corporações e se cooptava parcela dos movimentos sociais, especialmente os historicamente ligados ao PT, como o MST e os sindicatos filiados à CUT e CTB, de tal forma que estes (como parcela dos movimentos sociais) deixaram de tensionar as questões que pautaram historicamente, sendo burocratizados em órgãos estatais, tal como ocorreu com o MST, através do INCRA.

Além disso, o Partido do Trabalhadores, o qual historicamente se constituiu no imaginário popular como um partido honesto e que tinha como uma de suas bandeiras o combate à corrupção, ao chegar ao poder, comportou-se de maneira semelhante aos seus rivais políticos. O custo da aprovação dos programas sociais foi a institucionalização do partido, na forma de operar a política no país, isto é, aderir à tradicional prática política brasileira da compra de votos de deputados e senadores, para aprovação de projetos de interesse partidário.

A própria Dilma Rousseff, ainda em dezembro de 2014, logo após a vitória eleitoral, foi acusada de “estelionato eleitoral”, por conta da edição das MPs 664/665, combinada com a escolha de Joaquim Levy (representante dos interesses do capital financeiro) para o Ministério da Fazenda. Ou seja, a ascensão de Michel Temer, apenas – mas não apenas – radicaliza e acelera a agenda do Ajuste Fiscal, passando a adotar (também) medidas de contrarreformas, tais como a do Ensino Médio, a Trabalhista e a da Previdência. Esse fato é importante, pois podemos constatar que Dilma e o PT iniciaram o ataque aos trabalhadores, o qual mais tarde seria aprofundado pelo golpe de 2016 e criticado pelo próprio PT e Dilma, sem reconhecer sua parcela de responsabilidade sobre o fato. As contas de 2014 foram aprovadas no Congresso, por meio de acordo com o Centrão, com manobras fiscais.

A recessão econômica demonstrou seus primeiros efeitos já em 2011, final do segundo governo de Luiz Inácio e início do governo de sua sucessora. Os resultados mais drásticos da crise foram sentidos por Dilma Rousseff, que sucumbiu em um controverso processo de *impeachment*, em um novo modelo de golpe político. Os impactos mais severos da crise se manifestaram assim que o governo ilegítimo de Michel Temer assumiu o poder, pondo em prática uma agenda política e econômica bem diferente da escolhida nas urnas, em que houve redução dos serviços prestados à população, retrocesso dos direitos trabalhistas, perda do poder de compra pela disparada da inflação e aumento do desemprego, de forma contínua.

Esse cenário político e social caótico é também um dos elementos que facilita a ascensão de discursos e práticas autoritárias. O Brasil não é um caso específico, no cenário mundial, no qual se observa um acentuado crescimento de discursos e práticas autoritárias, conforme se pode perceber na dramática questão dos refugiados de guerra, dos imigrantes no mundo inteiro. A proposta de construir um muro que separa a fronteira do México com os EUA, que foi uma das impulsionadoras da campanha que levou o magnata Donald Trump a vencer a corrida eleitoral americana, é um exemplo do que estamos querendo demonstrar como força potencial fascista.

Em entrevista ao jornal *El País*, o cientista político Giovanni Orsina observa que o fascismo não deixou de existir na Itália e que o atual momento histórico é um terreno fértil para seu desenvolvimento, no entanto, em outra configuração:

A identidade nacional e racial volta a ser importantes. Há uma crise demográfica europeia que, na Itália, é particularmente grave. Temos empregadores que dizem que os italianos vão embora porque aqui não tem trabalho. Os imigrantes chegam durante meses, 200.000 por ano. São publicadas todo tipo de crônicas sobre violações, insegurança... e o mais importante: não podemos esquecer que fomos nós que inventamos o fascismo. (VERDÚ, 2017).

A sobrevivência do fascismo como potência, a qual nos faz estar atentos ao enunciado de Brecht, é perceptível em situações como as que deram início a este texto. O fascismo como projeção necessita da força de coesão do Estado. Nesse caso, o eu enfraquecido socialmente deposita nas normas sociais e/ou na figura do líder toda a afetividade e vontade de realização. Desse modo, é em busca de aceitação de um grupo social que o sujeito se vincula a pensamentos e comportamentos autoritários.

Obviamente, para tal, é necessário um contexto social específico, geralmente marcado por uma crise, por uma ruptura social.

O indivíduo potencialmente fascista é frustrado e possui dificuldades de enfrentamento da autoridade interna e, portanto, resolve sua frustração à medida que direciona seus impulsos agressivos ao outro, o qual, neste caso, é o objeto social de ódio.

Desse modo, é importante refletir sobre como forças autoritárias e potencialmente fascistas se reorganizaram e ganharam espaço, neste momento histórico, a ponto de acender o alerta sobre o passado fascista e sobre os perigos de um retorno a estados autoritários. O cenário atual de manifestações de caráter conservador e autoritário, em que se observa em escala mundial o avanço de forças políticas conservadores e de extrema direita, como o caso de Marine Le Pen, na França, Donald Trump, nos EUA, e Jair Bolsonaro, no Brasil, combinado com a recessão econômica, é um campo fértil para a expressão da potência fascista, todavia, não representa a possibilidade de reedição histórica do nazismo e do fascismo, enquanto organizações de Estado.

Nesse sentido, é importante retornar ao conhecido argumento de Marx, em *18 Brumário de Luis Bonaparte*, quando se refere à impossibilidade de repetição dos fatos históricos, tais como aconteceram no passado:

Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. (MARX, 2011, p. 25).

Marx alerta para o fato de que o desenvolvimento da História não permite repetições. Assim, quando um fato se apresenta como possibilidade de reviver um momento histórico já acontecido, este não se repete tal qual no passado, até porque as condições históricas e sociais não são as mesmas, o que altera o modo de relação do homem com o mundo e com a própria História e que, por sua vez, vai produzir uma forma de organização e um resultado diferente:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, afim de representar, com

Nos momentos de crise, voltam a rondar a humanidade os fantasmas do passado. A inevitável comparação com o passado é importante, mas não pode abdicar de ser seguida de uma reflexão sobre o fascismo que leve em consideração que ele não é o mesmo de 1945, ou seja, é preciso estar atento à sua nova organização e refletir sobre como combatê-lo e como resistir.

Nesse caso, a educação se torna imprescindível na luta contra o desenvolvimento do potencial fascista, como força que possa orientar a conduta dos homens contra práticas bárbaras. É nesse cenário que a reflexão sobre o papel da educação como possibilidade de resistência a práticas autoritárias e potencialmente fascistas assume caráter histórico de urgência.

O fascismo pode, à primeira vista, passar despercebido, ser entendido como uma piada, mal interpretado como um delírio de um indivíduo ou de uma coletividade, uma possibilidade distante. No entanto, é necessário encarar o fascismo com seriedade, especialmente quando se observa o resultado trágico do fascismo implementado enquanto organização de Estado. O que pode parecer ridículo, no fascismo, é a construção discursiva que prepara o terreno para implementação do fascismo de Estado. Esse fato aconteceu na Alemanha pré-Hitler. O problema, nesse episódio histórico, foi exatamente a não atenção ao discurso fascista promovido pelo Partido Nacional Socialista, o qual foi recebido com descrédito por boa parte da população alemã. No entanto, mais tarde, as ideias, que pareciam ridículas, demonstraram seu potencial de destruição. Nesse sentido, o discurso que prepara o terreno para práticas fascistas tem que ser encarado com seriedade e não apenas em um tom caricatural.

Quando se menciona o fascismo, há duas possibilidades de compreensão desse elemento. A primeira se refere ao fascismo como um fenômeno singular, restrito à Itália de Mussolini. A segunda concerne ao fascismo “[...] enquanto um fascismo como um fenômeno político teoricamente autônomo e extensível a movimentos semelhantes, que nasceram sob determinadas condições, espalhados pelos mais diferentes países.” (ATHAÍDES, 2012, p. 25). Nesse sentido, é possível aludir a fascismos europeus e, no nosso caso, das singularidades da manifestação fascista no Brasil, que, de forma objetiva,

pode ser pensada através da Ação Integralista Brasileira e das ideias de seu principal líder, Plínio Salgado.¹

O que nos interessa, neste ponto, não é fazer uma definição precisamente histórica do integralismo, nem tampouco um aprofundamento sociológico ou filosófico sobre ele. A nós convém observar como podemos pensar o cenário nacional enquanto um espaço propício para o desenvolvimento de ideias e comportamentos autoritários e potencialmente fascistas.

O fascismo não pode ser enquadrado, portanto, como um fenômeno do passado. Há, em nosso presente, a necessidade urgente de reflexão sobre como o fascismo ainda se reproduz e sobrevive como potência em ascendência, neste início de século. A atenção à memória da produção da barbárie por sociedades assumidamente fascistas, como a Itália de Mussolini e a Alemanha de Hitler, é fundamental para que se pense a dimensão da potencialidade fascista, no contemporâneo:

Apela-se para a vigilância com relação aos possíveis retornos – é o tema do “nunca novamente!” E, de fato, a atividade e a agitação das extremas direitas nos últimos anos, o fenômeno do “reversionismo” no que tange à Shoah, a facilidade com qual os grupos neonazis surgem na ex-Alemanha oriental, os “fundamentalismos”, nacionalismos e purismos de todas as espécies, de Tóquio a Washington e de Teerã a Moscou- tudo isso de fato exige vigilância. (LACQUE-LABARTHE; NANCY, 2002, p. 10).

Quando os autores se referem à urgência de se estar atento aos possíveis retornos, estes são pensados tal qual apontado pelo argumento de Marx, exposto anteriormente. Pensar o potencial fascista contemporâneo e como ele se articula, no contexto brasileiro, é uma tarefa importante e que requer cuidados, ao se estabelecer relações entre passado e presente.

Os retornos e repetições simples são bem raros, quando não inexistentes, na história. E se o fato de se portar uma suástica ou sua inscrição são dados infames, eles não são necessariamente (sejam precisos: eles podem ser, mas não necessariamente) os signos de um ressurgimento nazista verdadeiro, vivo e perigoso. Eles podem derivar apenas da debilidade, ou da impotência. (LACQUE-LABARTHE; NANCY, 2002, p. 10).

Desse modo, é fundamental estarmos atentos aos signos sociais que indicam que o fascismo sobrevive enquanto potência e que tem, no início do século XXI, um campo

¹ A AIB (Ação Integralista Brasileira) foi um movimento político criado pelo jornalista Plínio Salgado, de cunho nacionalista e com forte presença de ideias de inspiração fascista. Criado em 1932, o movimento integralista brasileiro se inspirava no movimento fascista italiano.

fértil para seu desenvolvimento. Assim, centraremos nossa análise em discursos autoritários e potencialmente fascistas, os quais se têm disseminado no campo educacional brasileiro.

Nesse caso, procuraremos analisar de que maneira o projeto Escola Sem Partido (ESP) se articula a esse movimento social e político mais amplo, de raiz autoritária e com notável potencial fascista. Partimos da hipótese de que o ESP é um componente importante da pauta política da direita contemporânea. Nessa perspectiva, para desenvolver a análise, será necessário associar esse movimento com uma análise teórica, a qual contribua para pensar a questão que nos importa: o autoritarismo e sua disseminação, através da educação. Assim, o trabalho de pesquisa visa a delinear os componentes autoritários que hoje se apresentam, às vezes difusos, às vezes de forma muito explícita e concentrada, em práticas e discursos que dizem a claramente a que vieram.

Logo, quando se trata do projeto Escola Sem Partido, procuraremos demonstrar como sua composição e modo de operação, inclusive discursivo, se combinam e reforçam um movimento mais amplo, diretamente vinculado à direita e às pautas que defendem. Nesse sentido, é preciso observar quais os componentes que estão presentes neste enredo. Ou seja: quem são os atores sociais que movimentam o ESP e que tem causado um campo de conflito e confronto, na cena educacional brasileira? Em que medida grupos de interesse comum, como os parlamentares neopentecostais e ruralistas, estão envolvidos na trama que permite que o ESP seja hoje assunto de debate urgente na cena educacional do Brasil? De qual modo podemos associar as práticas e discursos provenientes desse campo do pensamento, direita política, neopentecostais, ruralistas, a condutas autoritárias e potencialmente fascistas? É possível tratar de potencial fascista na educação, com a disseminação do ESP?

Procurando responder a tais questionamentos, nossa pesquisa tem como ponto de partida uma breve análise histórica, destinada a localizar, na origem do Brasil, elementos autoritários que ajudem a explicar o contexto no qual nos encontramos. Desse modo, o primeiro capítulo desta Tese tem como objetivo realizar um diagnóstico do autoritarismo como elemento central na constituição das relações sociais do Brasil. Nessa tarefa, teremos como referência quatro clássicos do pensamento social brasileiro, Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Roberto da Matta e Marilena Chauí, através dos

quais buscaremos caracterizar o autoritarismo como um elemento fundante das relações sociais, no Brasil.

Para tal, trabalharemos a ideia de mito, respaldado pelo pensamento de Chauí, para quem o Brasil se construiu sob o mito da sociedade pacífica, fato que colabora para ocultar os elementos autoritários de nosso processo de formação. O mito da sociedade pacífica e ordeira, apresentado por Chauí, é por nós acrescido do mito da democracia racial, resultado do pensamento de Gilberto Freyre, o qual percorre sua obra, em especial seu clássico *Casa Grande & Senzala*, talvez o livro que tenha maior influência sobre a construção da identidade nacional.

A análise positiva de Freyre sobre o processo de colonização e a construção de um hibridismo social, chamado posteriormente por seus críticos de democracia racial, combinada à análise crítica de Sérgio Buarque, se contrapõem, contudo, para nós se complementam, no ponto que procuramos, ou seja, no reforço da hipótese de uma sociedade autoritária. O elemento novo, nesse caso, se refere ao fato de, através da obra de ambos, podermos caracterizar a construção da sociedade autoritária, com um elemento original essencial para compreender o Brasil, as relações entre brancos colonizadores e negros escravizados.

As relações entre brancos e negros, da forma como estabelecidas no processo de escravidão brasileira, são relações autoritárias. Nesse sentido, o autoritarismo original do Brasil traz em si o traço da cor, da origem. A origem se associa tanto aos escravos africanos como aos indígenas que aqui se encontravam. Partiremos da análise de Buarque, em *Raízes do Brasil*, e de Freyre, em *Casa Grande & Senzala*, para caracterizar o elemento racial como estruturante nas relações sociais do Brasil e também como um dos elementos autoritários, o qual se modifica com o fim da sociedade escravocrata, mas que não se encerra, nesse episódio. Roberto da Matta e Marilena Chauí, contemporâneos do pensamento social brasileiro, ajudam a reforçar esse diagnóstico de um racismo e autoritarismo estrutural, que pensamos neste texto sob o mito da sociedade pacífica e da democracia racial.

Após realizado o diagnóstico do autoritarismo estruturante, faremos um salto temporal, no segundo capítulo, com o intuito de analisar a emergência do conservadorismo e do autoritarismo, como indicativos de que há um potencial fascista adormecido, capaz de despertar neste início de século XXI. Para pensar o fascismo para

além de uma prática de Estado, pareceu-nos essencial recorrer aos estudos de Theodor Adorno sobre a personalidade autoritária. O ponto que nos interessa é o fascismo tratado enquanto potência, muito além da organização de Estado.

Em função da análise do potencial autoritário e fascista que o discurso atual pode mobilizar, em sentido efetivo de promover o ódio às minorias, podemos localizá-lo no campo educacional, por meio de discursos promovidos por representantes e adeptos do movimento Escola Sem Partido. Os discursos a que aludimos são aqueles que promovem um ataque a temas como a legitimidade das diferenças, o respeito às diferenças, o respeito à diversidade, a preservação da cultura e de suas particularidades, das identidades coletivas, do gênero, dos índios, do racismo, do feminismo, dos LGBTT, das mulheres e suas diferenças, dentre tantos outros que operam nesse mesmo sentido. Serão pensadas, também, as práticas que podem ser despertadas desse fenômeno de promoção ao ódio.

Desse modo, qualquer que seja o campo, do discurso ou da prática, o autoritarismo se manifesta como um ataque à diferença. Logo, diante de um contexto de aprofundamento de discursos conservadores e com caráter autoritário, é fundamental analisar como esse movimento afeta o campo do pensamento, ou seja, como ele se dissemina na educação.

O capítulo tem como objetivo realizar um diagnóstico, identificando, de acordo com Adorno, como essas tendências podem ganhar forma num tipo de governo propenso a práticas autoritárias. Para tal, realizaremos uma análise detalhada das jornadas de junho de 2013, as quais trouxeram à tona elementos que ainda não estavam visíveis para todos. Os protestos que, a princípio, apareceram como um exercício democrático e cidadão, pela revogação do aumento de 20 centavos da passagem do transporte público em São Paulo, acabaram por ganhar outro tom, no final do mês, quando se percebia claramente que havia um conflito de ideologias e classes, na rua.

A escolha de 2013 se deve ao fato de que, em nossa análise, é nesse momento, no auge das manifestações de 2013, que é despertado o potencial fascista, o qual, inclusive, será importante para impulsionar as manifestações de 2015 e 2016, já bem diferentes das 2013, que culminaram no *impeachment* da presidente petista Dilma Rousseff. O capítulo será desenvolvido pela análise dia a dia das manifestações, com a colaboração de Jessé Souza, que observa a cobertura do Jornal Nacional e seu papel na federalização das manifestações, com um claro vínculo de apoio aos setores conservadores, como parte

fundamental do golpe que se articulava. Além da análise de Souza, levaremos em conta igualmente os argumentos de Singer, os quais mostram o enfrentamento de classes e ideologias nas ruas, em 2013, e que também contribuiria para acentuar a polarização da sociedade brasileira.

Constatados os elementos que articularam o golpe de 2016, desenhados em junho de 2013, o terceiro capítulo tem o objetivo de investigar a relação de proximidade e interesse entre a direita e a classe média, que é fundamental para compreender o movimento político conservador e autoritário, responsável, em certa medida, por impulsionar o golpe de 2016. Para tal, partiremos do clássico texto de Reich (1988) sob a psicologia de massas, no fascismo, a fim de compreender como historicamente, desde sua origem, os Estados fascistas mantinham uma relação de proximidade e interesse com a classe média. Em seguida, faremos uma análise mais específica da classe média brasileira, procurando entender suas origens e em que medida se pode vincular sua história à direita nacional. Após essa análise da relação histórica entre ambas, buscaremos demonstrar como esse vínculo contribuiu para o avanço do discurso autoritário e potencialmente fascista, e, conseqüentemente, como esse processo se reflete em fenômenos como o ESP.

Nesse sentido, examinando o contexto político atual do Brasil, muito das políticas desenvolvidas pelo governo federal tem uma orientação antidemocrática clara (MONTENEGRO, 2013).² Há uma série de exemplos que demonstram a orientação antidemocrática do governo de Michel Temer, como o recente afrouxamento das leis que combatem o “trabalho escravo” (CORRÊA, 2017); o predomínio do Judiciário sobre os demais poderes; a mudança de *slogan* do governo federal, que deixou de ser “Brasil: Pátria Educadora” e passou a ser “Ordem e Progresso” (DECAT, 2016), inscrição da bandeira do país, de origem positivista e sem nenhuma preocupação social.

Nesse cenário, há um processo de perseguição e criminalização da ação dos movimentos sociais, perseguição de intelectuais que tiveram suas palestras interrompidas em eventos, tentativa de proibição de que se ministrassem aulas (disciplinas) sobre o golpe de 2016, nas universidades públicas (MFP, 2018). Estes são todos matizes que

² Apesar da orientação antidemocrática se acentuar e se tornar mais explícita, no governo de Michel Temer, Dilma e Lula já tinham adotado práticas antidemocráticas, como as chamadas “remoções” de moradores para a instalação de estruturas para os Jogos Olímpicos de 2016. Cf. MONTENEGRO (2013).

denotam práticas antidemocráticas e de cunho autoritário. Estas são apenas algumas práticas já em movimento, portanto, há um risco iminente de que elas se intensifiquem e agravem mais ainda o quadro autoritário.

O quarto e último capítulo tem o objetivo de analisar o movimento Escola Sem Partido e a sua relação direta e de interesse com o quadro conservador e autoritário que tem se fortalecido no país. A tese que defendemos é a de que o ESP surgiu com maior potência, a ponto de se tornar questão de urgência, no debate educacional brasileiro, devido aos elementos fascistas contidos em seu ideário, o qual, por sua vez, pode – neste conturbado cenário político e econômico – ser explorado com maior eficiência, provocando um grande dano ao processo educacional do país.

Com essa intenção, empreenderemos a investigação do ESP enquanto uma expressão do potencial conservador e autoritário, com proximidades com o discurso fascista, utilizando como referencial teórico para análise o pensamento de Theodor W Adorno e recorrendo à obra *Personalidade Autoritária*, buscando estabelecer relações entre o ESP e a construção de uma educação autoritária. Os temas centrais do movimento ESP são de notável afinidade com o pensamento conservador e de direita; dentre estes, nossa análise será especificamente voltada para dois temas centrais que circundam toda a construção do projeto e do próprio movimento ESP: a “doutrinação marxista”, nomeada também como esquerdismo, à qual o ESP contrapõe o anticomunismo; e o combate ao que denomina “ideologia de gênero”. Nesse caso, procuraremos demonstrar algumas situações que nos ajudam a reforçar as evidências de que o ESP é um veículo de disseminação de ideias autoritárias e, por consequência, um sufocador das ideias democráticas.

O que percebe com essa situação é que o Escola Sem Partido tem criado um campo de conflito discursivo e jurídico, o qual atinge o campo educacional brasileiro, em que ataca o pensamento democrático e a garantia constitucional da pluralidade de concepções pedagógicas, de sorte a fragilizar o campo educacional e abrir espaço a discursos autoritários e potencialmente fascistas, defendidos sob o disfarce da liberdade de expressão garantida constitucionalmente. O comportamento potencialmente autoritário tem, no ESP, uma possibilidade de se enraizar no pensamento educacional brasileiro.

1 BRASIL: SOCIEDADE AUTORITÁRIA - O MITO DA SOCIEDADE PACÍFICA E O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

Talvez, para as gerações mais novas, o evento histórico que marque com maior precisão o autoritarismo brasileiro seja o período da ditadura civil militar, que teve início por um golpe político, em que os militares assumiram o governo em primeiro de abril de 1964. Esse foi um episódio histórico fundamental na construção de um Brasil desigual. A economia brasileira tem se perpetuado historicamente, através da promoção da desigualdade social, e o período militar aprofundou esse processo. O golpe de 1964 ressoou na história oficial como estratégia de defesa dos interesses nacionais do perigo iminente de influência do bloco comunista.³

A Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, uma série de passeatas organizadas por senhoras católicas, em apoio ao golpe militar de 1964⁴, era um indício de que o autoritarismo perpetuado pelo pensamento reacionário de direita tinha respaldo de uma parcela da população (especialmente a classe média), a qual se sentiu confortável, diante da proteção das armas e das boas intenções da direita, a fim de defender a postura autoritária como solução para os problemas do país.

Esse autoritarismo não é novidade do período de 1964, porque ele esteve, antes de tudo, presente na constituição do Brasil, desde o processo de colonização. Entre idas e vindas, nossa história é marcada por sobressaltos de autoritarismo e segmentação social, que produz um país onde a desigualdade é um problema social mascarado e atenuado por uma suposta condição natural de harmonia, sustentada pelo mito do povo pacífico, da democracia racial.

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda se propõe discutir a formação da cultura brasileira, recorrendo à história como ponto de análise para pensar sob quais influências se construiu o Brasil. Na gênese da cultura brasileira, Sérgio Buarque reconhece a presença de uma postura autoritária, que compõe a formação da ordem social brasileira: “Em terra onde todos são barões não é possível um acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida.” (HOLANDA, 1956, p. 5).

³ Percebe-se que a paranoia nacional de ameaça de uma tomada comunista do poder, que inclusive foi um dos argumentos utilizados para justificar a ação dos militares, em 1964, se mantém ao longo da história, ganhando novas reconfigurações com o desenvolvimento histórico. Mais à frente, poderemos perceber como o Escola Sem Partido reproduz essa paranoia de ameaça comunista e de perigos da doutrinação comunista ou esquerdista.

⁴ Importante ressaltar que, já no contexto de 1964, a classe média, representada na figura das senhoras católicas que organizaram a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, foi a “base social” de sustentação do golpe.

No mesmo sentido, Marilena Chauí (2000), em *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*, reconhece o autoritarismo como parte constituinte da identidade nacional. Para tal, contesta o imaginário social que cria o “Mito Brasil”, o país da miscigenação, da democracia racial, do povo pacífico e ordeiro, da história grandiosa.

Logo, de acordo com Chauí (2000), existe um mito da não violência, como se fosse um acordo tácito entre os brasileiros que não admitem a violência, tal como o autoritarismo e o racismo, como problemas reais da sociedade brasileira. É uma negação consciente e deliberada de aspectos que compõem o Brasil e, portanto, organizam as estruturas das relações sociais.

Nessa linha, a construção da identidade nacional ou da noção de Brasil ou de ser brasileiro passa por uma negação de suas características conflituosas. Não admitimos o racismo, o machismo, o autoritarismo, mas estes estão presentes em nosso cotidiano, pois as relações sociais e a própria estrutura da sociedade brasileira se desenham dessa forma, ou seja, ignorando o conflito, mantendo os privilégios dos dominantes e nutrindo a formação de uma falsa consciência nacional que ignora fatos históricos determinantes de nossa formação.

Por exemplo, o racismo não pode ser pensado, sem se levar em consideração a história brutal do processo de escravização do povo africano, o qual fundou um país desigual em essência e dividiu pretos e brancos em seres humanos e objetos (mercadorias) e que é minimizado pela falsa afirmação da harmonia, da não violência e, mais especificamente, no campo das relações étnico-raciais, da democracia racial, uma piada das elites nacionais que se consolidou como identidade nacional na formação da consciência do país da harmonia, da não violência, do lugar em que todos são aceitos e que, por conseguinte, o preconceito não é regra, mas uma exceção, e, por isso, não pode compor a identidade nacional, nem ser levado em conta como parte de nossa formação.

A escravidão, enquanto modo de organização social e econômica, deixou de existir oficialmente com a abolição, em 1888. No entanto, não houve qualquer tipo de política de reparação voltada à população negra, a qual havia, enfim, conquistado a liberdade. O Estado brasileiro se preocupou em indenizar os proprietários de escravos, que haviam perdido suas propriedades com a Lei Áurea. Pode-se perceber, nessa atitude, que o Estado brasileiro – e, nesse caso, Estado representa a elite nacional – entendia o fim da escravidão como um prejuízo econômico e não como um processo de desenvolvimento humano da sociedade brasileira.

As relações entre brancos e pretos, travadas no Brasil, durante o processo de colonização, são relações autoritárias. Este capítulo tem a pretensão de investigar o autoritarismo, no Brasil, e demonstrar como é parte fundamental da composição da história do país. O mito da sociedade

pacífica e não violenta é também o mito da democracia racial. As relações violentas entre brancos e pretos, no país, as quais são atenuadas até hoje como um problema menor, superado ou inexistente, demonstram o caráter e a dimensão que esse mascaramento ganhou. A escravidão foi abolida em 13 maio de 1888, no entanto, o Brasil, 130 anos depois, ainda mantém em sua segregação social o elemento cor como um traço fundamental.

As cenas relatadas nos livros de histórias sobre a violência que organizava a sociedade brasileira, durante a escravidão, não são suficientes para mudar esse fato. Nem tampouco as exposições e fotos de objetos utilizados para torturar os negros, nesse período. A questão é mais profunda.

O que se chama “Brasil” é um marco histórico que tem, entre suas características fundantes, a relação autoritária entre brancos e pretos, que marca mais da metade da história do país. Essa marca tornou-se também um modo de funcionamento das relações sociais, no Brasil, mesmo mais de um século depois do fim oficial da escravidão.

Assim, queremos configurar, nesta análise, o racismo histórico brasileiro como uma expressão da organização autoritária do país. O processo de colonização, a relação entre colonizadores e indígenas, colonizadores e escravos são elementos iniciais que demonstram que nossa história se constituiu de forma violenta e autoritária. A colonização é uma expressão da conduta autoritária.

Ora, o problema que se apresenta é pensar como esse autoritarismo é mascarado. Quais motivos levam o autoritarismo e o racismo a serem mascarados como problemas sociais de menor importância, para os brasileiros? Como é possível que a realidade dos fatos não se choque com a construção e a afirmação de um pacifismo que não existe? Como o autoritarismo se manifesta na educação brasileira?

1.1 Holanda, Freyre, Chauí e Da Matta: a tradição autoritária no pensamento social brasileiro

Para investigar a tradição autoritária na história do Brasil, optamos por recorrer a clássicos do pensamento social brasileiro, a fim de procurar em suas análises, elementos que contribuam para engrossar nosso diagnóstico de uma sociedade constituída e organizada historicamente de forma autoritária.

É possível encontrar, nos quatros autores escolhidos para realizar tal diagnóstico, de maneira mais objetiva em Freyre, Da Matta e Chauí, e de modo não tão objetivo, em Holanda, quando escreve sobre o Homem Cordial, elementos importantes para pensar a construção de uma sociedade e de um *ethos* autoritário, o qual não se reconhece, não admite seus conflitos.

O homem cordial de Holanda pode, a princípio, parecer um conceito distante das reflexões sobre o autoritarismo enquanto elemento fundante da sociedade brasileira. No entanto, o conceito de Holanda é um elemento relevante para se pensar as relações entre o público e o privado, que, por sua vez, são fundamentais para se abordar a política democrática.

Além disso, a ideia de homem cordial nos permite refletir sobre outras facetas que compõem o ideário social do homem brasileiro, tais como a relação entre família e Estado, pessoal e impessoal, lei e “jeitinho” brasileiro, e a própria manifestação do caráter autoritário na forma como essas relações foram sendo firmadas. O conceito de cordialidade é importante para a análise da construção de uma sociedade autoritária, pois possui implicações graves, no que diz respeito ao desenvolvimento histórico da vida cultural, social e política do país.

Em sua análise da cultura ibérica, Holanda (1956) percebe que ela tem, como traço marcante e estruturante de suas formas sociais, o mérito pessoal, característica essa identificada pelo autor, a qual contaminou a construção do povo brasileiro e que ainda se percebe, na sociedade brasileira do século XXI, consolidada, por exemplo, nos modelos educacionais que se desenvolveram tendo como pilar a meritocracia.

Esse sistema de reforço do particularismo cooperou na constituição de uma sociedade de privilégios. “No fundo o próprio princípio de hierarquia nunca chegou a importar de modo cabal entre nós. Toda hierarquia funda-se necessariamente em privilégios.” (HOLANDA, 1956, p. 15). A colonização ibérica, pois, investiu no caráter particularista, que contribuiu para a construção de uma sociedade de privilégios:

[...] portugueses e espanhóis parecem ter sentido vivamente a irracionalidade específica, a injustiça social de certos privilégios, sobretudo dos privilégios hereditários. O prestígio pessoal, independente do nome herdado, manteve-se continuamente nas épocas mais gloriosas da história das nações ibéricas. (HOLANDA, 1956, 21-22).

Outra característica marcada por Holanda (1956) como fundante é a rejeição moral ao trabalho, visto que este era tarefa social dos escravos, dos não humanos, uma tarefa não digna. Assim, a cultura ibérica também implantou no *ethos* brasileiro, de acordo com Holanda (1956), o desejo de ter a vida de um senhor, sem esforço ou preocupação.

A cordialidade é, para Holanda (1956), um vínculo da herança ibérica e que compõe, de forma definitiva, a estrutura da sociedade brasileira. De maneira resumida, a cordialidade nesse registro pode ser entendida como a organização e a mediação das relações sociais e da própria estrutura social, por intermédio do íntimo, do particular, do privado, do familiar, do afetivo.

Segundo o autor, as relações sociais no Brasil priorizaram o campo das afeições em prol das relações instauradas sob o plano da racionalidade. Nesse sentido, conforme Holanda (1956), a estrutura da família é *locus* desse processo formativo autoritário, em que as relações de poder acontecem de modo autoritário e o privado se sobrepõe ao público:

Nesse ambiente o pátrio poder é virtualmente ilimitado e poucos freios existem para sua tirania. [...] O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. [...] representando o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a ideia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica [...] uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família. (HOLANDA, 1956, p. 102-103).

Por isso, na visão de Holanda (1956), essa herança ibérica, de fortes laços patriarcais, tem reflexos na forma como se consolidam os modelos políticos no país, assim como as relações entre governantes e governados, tornando-se um entrave para a constituição de uma sociedade democrática:

Em sociedade de origens tão nitidamente personalistas como a nossa, é compreensível que o simples vínculo de pessoa a pessoas, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos. As agregações e relações pessoais, embora por vezes precárias e, de outro lado, as lutas entre facções, entre famílias, entre regionalismos, faziam dela um todo incoerente e amorfo. O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente. (HOLANDA, 1956, p. 67).

Com efeito, pode-se assumir que a obra *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, é um importante elemento para o diagnóstico do autoritarismo e que está de acordo com os argumentos de Freyre, Da Matta e Chauí, de que a formação da nossa sociedade, fundamentada em privilégios, é um obstáculo para o desenvolvimento de uma democracia social, no Brasil. Nesse contexto, o máximo que podemos desenvolver, em termos de democracia, caso não trabalhados, resolvidos ou minimizados esses problemas de formação da estrutura social do país, é uma moribunda democracia liberal, no campo político, e uma mentirosa democracia racial, no campo social.

Gilberto Freyre publicou *Casa Grande & Senzala*, em 1933, e este talvez seja um dos livros mais polêmicos sobre a construção da identidade nacional. Freyre é acusado por muitos intelectuais contemporâneos de produzir uma versão racista da História que atenua as relações escravistas e o papel dos colonizadores.⁵ É fato que alguns desses elementos estão presentes na obra de Gilberto Freyre de 1933, no entanto, o que nos interessa, em seu texto, é procurar marcadores que demonstram como se firmaram as relações sociais, no Brasil, e qual o papel do autoritarismo na organização da sociedade brasileira e das próprias relações sociais. Nesse sentido, a contribuição de Freyre será para pensar a constituição dos privilégios de uma sociedade autoritária.

No que tange ao aspecto mais polêmico de sua obra, ou seja, a admissão de uma democracia racial, a qual é apontada como cinismo por intelectuais contemporâneos, é por nós compreendida como o registro da mentalidade da classe dominante brasileira, desde a origem, que é em si autoritária, contudo, que busca docilizar essa postura, construindo um campo de relações sociais nebuloso, em que pesa mais a afetividade, o clientelismo, do que a racionalidade e a liberdade. Freyre é descendente direto dos colonizadores portugueses e, durante sua infância, passou temporadas no Engenho São Severino do Ramo, parte do patrimônio de sua família. Por isso, o olhar de Freyre nos interessa por representar, no contexto dos autores escolhidos, o olhar contrário, o que afirma a democracia racial e assume como positiva a maneira autoritária com que se amparou a estrutura da sociedade brasileira.

Nesse sentido, a própria expressão “democracia racial” é um indicativo de que a classe dominante não reconhece o racismo como problema, desconsidera as relações brutais, violentas e autoritárias do processo colonial e negam as relações de dominação. A negação das relações de dominação, em Freyre, se faz pela afirmação insistente da naturalização das condições dos negros escravizados como um processo afetivo.

Como representante do pensamento dominante, das oligarquias nacionais, Freyre caracteriza o povo brasileiro como acolhedor, afetivo, receptivo ao estrangeiro, e que valoriza a intimidade. “Salientemos a doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maior no Brasil do que em qualquer outra parte da América.” (FREYRE. 1933, p. 399).

⁵ A obra de Freyre, em especial seu clássico *Casa Grande & Senzala*, tem sido acusada de produzir uma versão racista ou, nas críticas mais leves, que atenua o racismo. Entre seus críticos, podemos destacar Abdias do Nascimento, Nilma Nilo Gomes e Kabenguele Munanga.

Em contraposição ao pensamento de Holanda, Freyre (1933) entende a família patriarcal como elemento importante na constituição da sociedade brasileira, como grande responsável pela organização das relações sociais, econômicas e políticas do Brasil:

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao *pater familias*, culto dos mortos, etc.); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); [de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa Casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos... (FREYRE, 1933, p.19).

Freyre (1933), ao contrário de Holanda, valoriza as características ibéricas e sua influência na formação do povo brasileiro. O autor vislumbra a colonização como fundamental para a organização da estrutura racial, política, econômica e social do Brasil, e, nesse caso, a base do desenvolvimento é localizada na formação da família patriarcal:

A família; não o indivíduo, nem tão pouco o Estado, nem nenhuma companhia de comércio; é desde o século XVI, o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. (FREYRE, 1933, p. 27).

Freyre (1933) assume, portanto, a miscigenação do povo brasileiro como fator positivo e essencial na construção do caráter nacional. Talvez essa seja uma das marcas que torne sua obra uma das mais lidas e reproduzidas como interpretação do Brasil. O pensamento de Freyre (1933), que contamina o imaginário social sobre o Brasil, é ainda um contraponto ao pensamento de Holanda. Freyre (1933) vê na miscigenação um traço distintivo e positivo, o qual permitiria ao país estabelecer um modo próprio de relações sociais, no qual a “democracia racial” poderia representar, positivamente, a ideia de que o modelo Brasil seria o capaz de superar os danos da sociedade escravocrata com maior sucesso, diferentemente de modelos como o norte-americano.

O problema da visão de Freyre (1933) é o mecanismo da negação dos conflitos e da manutenção dos privilégios. Como um representante da classe dominante, Freyre assume, em seu pensamento, o típico mecanismo de ignorar o conflito existente e transferi-lo para outra chave interpretativa; nesse caso, a miscigenação passa a ser positiva, pois é dela que se constituiu a democracia racial brasileira. “Todo brasileiro, mesmo o alvo de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo a sombra, ou pelo menos a pinta do negro.” (FREYRE, 1933, p. 303).

Pode-se perceber que a ideia de Freyre (1933) é carregada de aspectos racistas, no entanto, disfarçados por um tom particularista, afetivo, supostamente humanizador. É importante notar que o pensamento de Freyre (1933) tem versões modernas, as quais ressoam no imaginário popular e

são indícios de que a mentira da democracia racial foi aceita por parte dos brasileiros. Um desses exemplos é a expressão utilizada nas relações cotidianas brasileiras, em que, na já sedimentada relação de poder, hierarquia e autoritarismo, entre brancos e pretos no Brasil, se manifesta quando um branco se refere ao negro, atenuando seu caráter supostamente inferior e acreditando ser um elogio dizer “Esse é um negro de alma branca”.

Desse modo, a análise de Freyre (1933) representa o ponto de vista dos que possuem privilégios e que, pois, na organização da estrutura social brasileira, são ensinados desde pequenos a atenuar a percepção de seus privilégios, substituindo a racionalização das relações de trabalho, políticas e econômicas, por relações de cunho afetivo, de compadrio, de cooptação. Ora, o pensamento de Freyre (1933) possibilita verificar como a elite nacional, herdeira dos privilégios da colônia, construiu uma sociedade autoritária, que implantou leis, costumes, formas de organização social, sem qualquer tipo de participação social, ou seja, o processo em si foi e ainda é violento.

A implantação e a sustentação de tal estrutura só foi possível, pois a sociedade brasileira se formou com base em um sistema patriarcal e escravocrata. Sob a perspectiva de Holanda (1956), esse é um processo lamentável, que cria obstáculos profundos para o exercício político da democracia, ou seja, para admissão dos conflitos e elaboração de saídas coletivas.

No que diz respeito a Freyre (1933), esse processo de exportação de mentalidades, cultura e leis foi inevitável na forma como se deu a história do Brasil, com a chegada dos portugueses. As relações aqui estabelecidas na colonização estruturaram a sociedade patriarcal e escravocrata de tal modo que as leis são criadas, não para promover direitos sociais ou coletivos: antes de tudo, defendem os direitos privados, particulares, pessoais. Assim, estas são elaboradas de cima para baixo, sem a necessidade de consulta ou consenso social.

Há presente, em Freyre (1933), outra faceta do autoritarismo, que este identifica como fator positivo, o qual concerne ao não cumprimento das leis de maneira justa, da não aplicabilidade do direito tal qual é, em que há uma variação da severidade da aplicação da legislação, de acordo com o “prestígio social” que o agente sujeito à aplicação possui: “[...] quando é que as leis de proibição, portuguesas e brasileiras, foram escritas para serem cumpridas à risca?” (FREYRE, 1933, p. 443).⁶

⁶ A afirmação de Freyre sobre a aplicabilidade das leis, no Brasil, como um modelo importado de Portugal, é atemporal, ao menos no que diz respeito ao nosso país. O modo de funcionamento da legislação e sua relação evidente com poderes políticos e jurídicos se tornou escancarada, após o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, e com o próprio desdobrar da operação Lava-Jato e toda a controvérsia jurídica que paira sobre ela.

O questionamento levantado por Freyre (1933) sobre a aplicabilidade da lei é mais uma faceta de como o autoritarismo se expressa, na organização da estrutura social brasileira, naquilo que reconhecemos como “jeitinho brasileiro”, ou seja, um modo de burlar a lei, de não se submeter ao acordo comum, de utilizar o prestígio social, o poder econômico, de forma autoritária, para fugir da penalidade acordada socialmente. Esse modo de agir expressa a formação de um caráter autoritário, no qual as vontades particulares se sobrepõem aos direitos coletivos, como regra do funcionamento social.

Outro elemento de destaque que contribui para a argumentação que fazemos é evidenciado por Freyre (1933), quando o autor se refere ao mandonismo, relacionado ao sadismo e ao masoquismo, que compõe a estrutura psicológica da sociedade brasileira colonial e que não se modificou substancialmente, nos dias atuais.

É possível perceber que Freyre (1933) não tensiona as relações, enquanto problemas a serem discutidos, pensados, problematizados; ao contrário, ele produz uma ideia de que mandonismo e autoritarismo são modos inevitáveis, se não os melhores, de organização para uma sociedade estruturada a partir da família patriarcal e na qual o privado se sobrepõe ao público:

[...] a tradição conservadora no Brasil sempre se tem sustentado do sadismo do mando, disfarçado em ‘princípio de autoridade’ ou ‘defesa da ordem’. Entre estas duas místicas – a da ordem e a da liberdade, a da autoridade e a da democracia – é que se vem equilibrando entre nós a vida política, precocemente saída do regime de senhores e escravos. Na verdade, o equilíbrio continua a ser entre as realidades tradicionais e profundas; sádicas e masoquistas, senhores e escravos, doutores e analfabetos, indivíduos de cultura predominantemente europeia e outros de cultura principalmente africana e ameríndia. E não sem certas vantagens: as de uma dualidade não de todo prejudicial à nossa cultura em formação, enriquecida de um lado pela espontaneidade, pelo frescor de imaginação e emoção do grande número [...] talvez em parte alguma se esteja verificando com igual liberalidade o encontro e até fusão harmoniosa de tradições diversas [...] o regime brasileiro é em vários sentidos sociais um dos mais democráticos, flexíveis e plásticos. (FREYRE, 1933, p. 81-82).

Nessa perspectiva, o autor opta por defender a ideia de uma mestiçagem positiva que se desenvolve em uma democracia, na qual as relações de mandonismo e autoritarismo são ponto de equilíbrio para as relações sociais. Assim, o autor naturaliza a relação de sadismo e masoquismo, de senhor e escravo, e sugere que essas relações é que produzem a espontaneidade, a imaginação e as afetividades. Nesse registro, as relações são harmoniosas, e o particularismo manifesto por intermédio do autoritarismo, como prática social mediadora das relações, se converte em uma forma de prazer, admitido como meio de funcionamento da estrutura social do país.

Diante do exposto até este ponto, sobre o pensamento de Freyre e Holanda, é possível observar que ambos reconhecem a cordialidade do povo brasileiro, a sobreposição do particular

sobre o público, a constituição de uma sociedade patriarcal e escravocrata, sustentada por um regime de relações autoritárias. No entanto, Freyre (1933) compreende esse processo como inevitável, irreversível, originário do povo brasileiro. Por sua vez, Holanda (1956) enxerga que esses traços são impedimentos para o desenvolvimento de um país democrático. Portanto, Freyre (1933), ao escrever *Casa Grande & Senzala*, é um dos pensadores brasileiros que colabora na construção do mito do povo pacífico e ordeiro, da sociedade não violenta e, obviamente, da democracia racial. Pode-se sustentar que Freyre (1933) percebe, no brasileiro, o que poderíamos chamar de vocação em gostar de chefes carismáticos, líderes religiosos, ditadores, mandonismos.

Por conseguinte, o mito da não violência, como identificado por Chauí (2016), e o mito da democracia racial são elementos que contribuem para a produção de uma falsa consciência nacional, a qual não admite os conflitos como legítimos e ajuda a esconder o autoritarismo implícito nessas ações, que também é negado como uma característica fundante de nosso país.

Nesse sentido, é importante aproveitar a definição de mito, proposta por Chauí (2016), assim como a sua explicação da escolha do termo *mito*, ao invés de *ideologia*, que, em nosso caso, serve tanto para o mito da não violência quanto para o mito da democracia racial.

A filósofa emprega o termo *mito* no sentido antropológico, no que se refere, pois, à “[...] solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no plano simbólico – e muito menos no plano real –” e, no sentido psicanalítico, o da repetição. Assim, de acordo com Chauí (2016), a palavra *mito* é de origem grega e indica

[...] uma narrativa da origem reiterada em inúmeras narrativas derivadas que repetem a matriz da primeira narrativa a qual, porém, já é uma variante de outra narrativa cuja origem se perdeu. Em suma, o mito é a narrativa da origem sem que haja uma narrativa originária.

Nesse sentido, tanto o mito da democracia racial quanto o mito da não violência podem ser reconhecidos como mitos fundadores, isto é, ambos foram implantados na mentalidade brasileira, através de ideias comuns reproduzidas socialmente, como a de que o Brasil é uma terra abençoada por Deus, o país de um futuro promissor, lugar de todas as raças e culturas, de um povo generoso e solidário com seus pares e acolhedor com os estrangeiros. Essa narrativa de origem, a qual permite que os dois mitos apresentados se consolidem, começa no século XVII, opera no século XVIII e se consolida nos séculos XIX e XX; tem a função de assegurar à sociedade brasileira sua identidade originária, ignorando as transformações históricas.

Além disso, outra justificativa para o uso do conceito de mito é a definição antropológica de sua função, nas palavras de Chauí (2016):

[...] o mito opera com antinomias, tensões e contradições que não podem ser resolvidas sem uma profunda transformação da sociedade no seu todo e que por isso são transferidas para uma solução simbólica e imaginária que torna suportável e justificável a realidade. Em suma, o mito nega e justifica a realidade negada por ele.

A forma de operação do mito, como explicado por Chauí (2016), corrobora os argumentos já aqui esboçados, ou seja, o mito da não violência é válido, quando constatamos que o autoritarismo estrutural se disfarça nessa negação da realidade violenta, assim como o mito da democracia racial, que disfarça e nega o racismo como um problema estrutural.

Logo, ambos operam como apontado por Chauí (2016), isto é, negam (autoritarismo, racismo) e justificam a realidade negada, quer dizer, o mito tem, portanto, uma função imaginária de compensação, visto que as contradições não podem ser resolvidas efetivamente no plano da realidade e o são, de fato, no plano imaginário e simbólico, através do mito. Esse processo, no entanto, mantém as tensões, contradições e conflitos da sociedade.

Outro aspecto realçado por Chauí (2016) se refere ao papel do mito em cristalizar as crenças:

[...] o mito cristaliza-se em crenças que são interiorizadas num grau tal que não são percebidas como crenças e sim tidas não só como uma explicação da realidade, mas como a própria realidade. Em suma, o mito substitui a realidade pela crença na realidade narrada por ele e torna invisível a realidade existente [...]

Dessa maneira, podemos pensar o mito da democracia racial como uma dessas crenças interiorizadas e que são chave de explicação para a realidade, em que há uma subversão da realidade em mito, na qual os brasileiros não admitem ser racistas e recusam esse fenômeno como parte integrante de seus problemas sociais e de sua própria identidade. Ou seja, o racismo é um problema social estruturante que é negado pelo brasileiro como tal.

Em reportagem publicada no portal eletrônico do jornal *El País* no Brasil, temos notícia que colabora para reforçar a tese de que a democracia racial é um mito, isto é, cria uma solução simbólica para os problemas reais não admitidos:

Aqui, o racista é sempre o outro. Pesquisas apontam que 97% dos entrevistados afirmam não ter qualquer preconceito de cor, ao mesmo tempo em que admitem conhecer, na mesma proporção, alguém próximo (parente, namorado, amigo, colega de trabalho) que demonstra atitudes discriminatórias. É o chamado “racismo à brasileira” – fruto dileto da cínica e equívoca “democracia racial”, conceito que vem justificando, ao longo da história, a manutenção de um dissimulado apartheid, que segrega a população não branca à base da pirâmide social. (RUFATTO, 2014).

De acordo com Chauí (2016), o mito, por conseguinte,

[...] resulta de ações sociais e produz como resultado outras ações sociais que o confirmam, isto é, um mito produz valores, ideias, comportamentos e práticas que o

reiteram na e pela ação dos membros da sociedade. Em suma, o mito não é um simples pensamento, mas formas de ação.

Essa característica do mito enquanto uma forma de ação é o que enseja que episódios de autoritarismo, racismo e machismo se manifestem como tipos de comportamentos comuns, presentes em nosso cotidiano, sem que nos causem estranheza, mas, também, sem que nos provoquem a refletir sobre a “suposta” naturalidade das relações estabelecidas.

Realizada a definição de mito e de suas características que nos interessam, em busca da raiz autoritária do Brasil, podemos aprofundar a investigação por meio da pergunta colocada por Chauí (2016):

Muitos indagarão como o mito da não violência brasileira pode persistir sob o impacto da violência real, cotidiana, conhecida de todos e que, nos últimos tempos, é também ampliada por sua divulgação e difusão pelos meios de comunicação de massa?

Podemos fazer a mesma pergunta de Chauí, no que concerne ao racismo, o qual é percebido como atitude cotidiana e estruturante, mas que, no entanto, não é admitido e é negado pelo mito da democracia racial. A resposta de Chauí (2016) para a questão é de que o fato de ser um mito é exatamente o que leva a não violência e a democracia racial a serem mantidas, a despeito da realidade.

O mito da não-violência permanece porque graças a ele admite-se a existência de fato da violência e pode-se, ao mesmo tempo, fabricar explicações para denegá-la no instante mesmo em que é admitida.

Nesse caso, podemos assumir que o mito da não violência e da democracia racial são modos de interpretação da realidade brasileira e que, nas palavras da autora, “[...] é justamente no modo de interpretação da violência que o mito encontra meios para conservar-se.”

Outro questionamento fundamental sublinhado por Chauí (2016) é: como explicar que a exibição contínua pelos meios de comunicação de massa da violência no país possa deixar intocado o mito da não-violência e ainda suscitar o clamor pelo retorno à ética?” Em outros termos, como a violência e o racismo podem ser negados, ao mesmo tempo em que são exibidos em imagens, vídeos, fotografias, diariamente, pelos meios de comunicação?

Há uma produção de várias imagens da violência e do racismo que ocultam tais fenômenos em sua manifestação objetiva, na realidade social. O ocultamento é um fator determinante, pois ocorre no próprio instante em que os meios de comunicação de massa expõem e exibem atos de violência ou racismo. Caso voltemos nossa atenção ao vocabulário empregado pelos meios de

comunicação, observaremos que os vocábulos se distribuem sempre de maneira sistemática. O argumento de Marilena Chauí (2016) ajuda a pensar a questão.

Logo, de acordo com a filósofa, os vocábulos dos meios de comunicação em massa no Brasil operam de forma sistemática, reforçando o imaginário do mito fundador da não violência e da democracia racial. Um dos exemplos escolhidos pela autora é referente ao uso dos vocábulos *chacina* e *massacre*. “A ação policial pode ser, às vezes, considerada violenta, recebendo o nome de “chacina” ou “massacre” quando, de uma só vez e sem motivo, o número de assassinados é muito elevado.”

Com efeito, *chacina* e *massacre* são vocábulos utilizados pelos meios de comunicação em massa, os quais visam a naturalizar ou tratar como acidental o assassinato de crianças, encarcerados, favelados, indígenas, sem-terra, jovens negros, mulheres pobres.

É importante acrescentar à definição de Chauí a perspectiva de classes que se apresenta, nesse caso. A caracterização do lugar de crime é também uma caracterização do lugar de classe.

A análise de Souza (2012) nos permite aprofundar a questão:

Quando se fala do “brasileiro” em geral, do “jovem”, da “mulher”, do “caráter nacional”, do “jeitinho brasileiro” etc., é para se dar a impressão de que o “brasileiro”, o “jovem”, ou a “mulher” da classe média, por exemplo, teria algo a ver, ainda que remotamente, com o brasileiro das classes baixas. Quando os grandes jornais conservadores do Brasil falam que o “jovem” brasileiro entre 14 e 25 anos costuma morrer de arma de fogo, eles, na verdade, escondem e distorcem o principal: que 99% desses jovens são de uma única classe, a “ralé” de excluídos brasileiros. Quando se fala que a “mulher brasileira” está ocupando espaços importantes e valorizados no mercado de trabalho, o que se “esquece” de dizer é que 99% dessas mulheres são das classes média e alta. (SOUZA, 2012, p. 22).

As imagens destacadas têm a função de oferecer uma visão unificada da violência como se fosse uma espécie de núcleo da violência. Assim, sob o ponto de vista de Chauí, *chacina*, *massacre*, *vandalismo* e outros vocábulos empregados pelos meios de comunicação pretendem circunscrever o local onde a violência acontece, ou seja, há lugares específicos, núcleos em que se dá a violência. De seu lado, a análise de Souza (2012) completa o quadro, demonstrando como se constrói uma interpretação incompleta e mal-intencionada sob os núcleos de violência, a qual propõe de forma indireta que a violência tem classe social: a que pratica e a que é vítima. Nesse caso, os praticantes do crime seriam os pobres e, por sua vez, as vítimas, a classe média.

Em uma democracia frágil, como a brasileira, o Estado e as instituições sociais são isentos da produção da violência e considerados impotentes para combater os problemas reais, como racismo e a violência. Dessa forma, a violência é localizada num outro lugar que não seja nas próprias instituições sociais e políticas. Assim, o conjunto dessas imagens propõe uma divisão em

dois grupos: de um lado, os grupos portadores de violência e, do outro, os grupos impotentes para combatê-las. Nesse sentido, não há problemas em abordar a violência ou exibi-la, como fazem os meios de comunicação, visto que esse conjunto de imagens nos faculta reconhecer o lugar da violência e, portanto, a não nos identificar com ele.

Por conseguinte, essas imagens, ajudam a operar o mito da não violência e o mito da democracia racial, de acordo com Chauí (2016), por intermédio de um conjunto de mecanismos ideológicos, os quais afirmam e negam a presença do racismo e da violência, em nossa sociedade. A autora demonstra, em sua conferência, cinco mecanismos ideológicos que contribuem para a afirmação do mito da não violência: a exclusão, a distinção, o jurídico, o sociológico e, por fim, o da inversão real.

O primeiro mecanismo, segundo Chauí (2016), é o da exclusão:

[...] afirma-se que a nação brasileira é não violenta e que, se houver violência, esta é praticada por gente que não faz parte da nação (mesmo que tenha nascido e viva no Brasil). O mecanismo da exclusão produz a diferença entre um nós-brasileiros-nãoviolentos e um eles-não-brasileiros-violentos. “Eles” não fazem parte dos “nós” e estão excluídos da “boa” gente brasileira, ordeira, pacífica, não racista.

O segundo mecanismo evidenciado pela autora é extremamente interessante, pois reforça a característica de particularismo que é estruturante, nas relações sociais, políticas, econômicas e sociais, ou seja, a distinção:

[...] distingue-se o essencial e o accidental, isto é, por essência, os brasileiros não são violentos e, portanto, a violência é accidental, um acontecimento efêmero, passageiro, uma “epidemia” ou um “surto” localizado na superfície de um tempo e de um espaço definidos, superável e que deixa intacta nossa essência não-violenta.

Quer dizer, quando se opera o mecanismo da distinção, os problemas sociais, tais como a violência e o racismo, são compreendidos enquanto accidentais, isto é, episódios passageiros, ignorando-se seu caráter estruturante. Logo, esses fenômenos seriam limitados, se esvaindo com o tempo. E o que leva esses fenômenos a serem compreendidos e aceitos como accidentais é a afirmação da essência não violenta e não racista da sociedade brasileira. Nesse sentido, a violência e o racismo são tidos como episódios históricos esporádicos, os quais deixam intacta nossa essência sublinhada pelos mitos da não violência e da democracia racial.

O terceiro mecanismo apresentado por Chauí (2016) é o jurídico, que a autora define assim:

O terceiro mecanismo é jurídico: a violência fica circunscrita ao campo da delinquência e da criminalidade, o crime sendo definido como ataque à propriedade privada (furto, roubo e latrocínio, isto é, roubo seguido de assassinato). Esse mecanismo permite, por um lado, determinar quem são os “agentes violentos” (de modo geral, os pobres) e legitimar a ação (esta sim, violenta) da polícia contra a população pobre, os negros, as crianças de rua e os favelados.

Esse argumento combina-se ao já realçado sobre a forma como os veículos de comunicação em massa utilizam vocábulos de maneira sistemática⁷, operando na construção de um imaginário de acordo com o qual se cria a relação dos “nós” contra “eles” e, no caso do Brasil, tem um adicional em relação à questão étnica, como se pode constatar nos dados disponibilizados pelo portal *Terra*, em 13 de maio de 2014, para quem, no Brasil, segundo dados do IBGE, “[...] morrem 153% mais negros do que brancos por homicídios.” (HOMICÍDIOS..., 2014).

A mesma reportagem se preocupa em esboçar um quadro, também com dados estatísticos que colocam como mito o argumento de que o fato de os negros serem a maior parte da população pobre é o que explica serem maiores os números de assassinatos contra essa população, visto que, de acordo com a reportagem, “[...] apenas 20% dos homicídios são explicados por questões socioeconômicas.” (HOMICÍDIOS..., 2014).

Dessa feita, fica claro que o imaginário popular sustenta, como já apontado, através dessas imagens, a circunscrição do lugar da violência e, nesse caso, ela está localizada nas periferias, nas favelas, nos cortiços, nas edições modernas da senzala, que, conforme bem se sabe, no Brasil é lugar de preto, de maioria preta e, portanto, os brancos que ali se encontram estão lá por acidente. Assim, sem-terra, indígenas, negros, favelados, ou seja, “eles” são os portadores da violência e, obviamente, nesse registro, a violência se reduz à criminalidade.

O quarto mecanismo focalizado por Chauí (2016) é o que ela denomina mecanismo sociológico:

O quarto mecanismo é sociológico: atribui-se a “epidemia” de violência a um momento definido do tempo, aquele no qual se realiza a “transição para a modernidade” das populações que migraram do campo para a cidade e das regiões mais pobres (norte e nordeste) para as mais ricas (sul e sudeste). A migração causaria o fenômeno temporário da anomia, no qual a perda das formas antigas de sociabilidade ainda não fora substituída por novas, fazendo com que os migrantes pobres tendam a praticar atos isolados de violência que desaparecerão quando estiver completada a “transição”. Aqui, não só a violência é atribuída aos pobres e desadaptados, como ainda é consagrada como algo temporário ou episódico.

O mecanismo sociológico, tal como proposto por Chauí (2016, corrobora a tese apresentada na notícia anterior, em que se atribui a conduta violenta ao pobre e negro, circunscrevendo o local

⁷ Mais à frente, essa questão será exposta de modo mais objetivo, ao se analisar como os meios de comunicação em massa do Brasil empregaram o vocábulo “vândalos” para categorizar os manifestantes dos primeiros protestos de junho de 2013.

e o sujeito do crime; todavia, o que se percebe, ao se consultar os dados, é que o acusado de ser portador da violência é o maior alvo dela.

Por fim, o último mecanismo ressaltado por Chauí (2016) é o da inversão da realidade, o qual, segundo a autora, é o responsável por reproduzir “[...] máscaras que permitem dissimular comportamentos, ideias e valores violentos como se fossem não-violentos.” Esse processo faz com que a violência não seja percebida onde é produzida, ou seja, na própria estrutura da sociedade brasileira:

[...]a sociedade não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas porque está cega ao lugar efetivo de produção da violência, isto é, a estrutura da sociedade brasileira. Dessa maneira, as desigualdades econômicas, sociais e culturais, as exclusões econômicas, políticas e sociais, a corrupção como forma de funcionamento das instituições, o racismo, o sexismo, a intolerância religiosa, sexual e política não são consideradas formas de violência, isto é, a sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta e a violência aparece como um fato esporádico de superfície.

Portanto, para a filósofa, mitos e mecanismos ideológicos explicam por que a violência e o racismo, que são problemas estruturais da sociedade brasileira, não são percebidos como tal, por parte de sua população. Assim, os argumentos levantados até este ponto nos permitem indagar: quais valores sociais são estruturantes das relações de violência, no Brasil?

Para responder à questão, é fundamental considerar as marcas do período colonial e escravista, quando a sociedade brasileira se constituiu pelo predomínio do privado sobre o público, tendo como sustentação central a hierarquia familiar, ou seja, é uma sociedade sociologicamente despótica, o que pode contribuir para reconhecer o autoritarismo como um valor fundante da sociedade brasileira, mesmo que negado sistematicamente pelo mito da não violência e da democracia racial.

Logo, a sociedade brasileira é fortemente hierarquizada, em todos seus aspectos; nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior que manda e um inferior que obedece, o que se manifesta em uma expressão cotidiana que os brasileiros conhecem bem: “Você sabe com quem está falando?”

A expressão “Você sabe com quem está falando?” dá título a um texto do antropólogo Roberto da Matta, que também oferece contribuições importantes para pensar as raízes autoritárias da sociedade brasileira. Da Matta (1997, p.147) recorre ao que ele denomina rito da sociedade brasileira, contido na expressão “Você sabe com quem está falando? ”, facilmente reconhecida e identificada pelos brasileiros, mas, ao mesmo tempo, rejeitada na construção da identidade nacional:

O “você sabe com quem está falando?”, então, sobre não ser motivo de orgulho para ninguém- dada a carga considerada *antipática* e *pernóstica* da expressão- fica escondido de nossa imagem (e autoimagem) como um modo indesejável de ser brasileiro, pois que revelador do nosso formalismo e da nossa maneira velada (e até hipócrita) de demonstração dos mais violentos preconceitos. (DA MATTA, 1997, p. 147).

Portanto, de acordo com Da Matta (1997, p. 147), a expressão “Você sabe com quem está falando?” revela a faceta autoritária do brasileiro, que desmascara o mito do povo pacífico, do homem cordial, como bem demonstrado por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, e, por esse motivo, é indigesto ao brasileiro e impróprio para compor a identidade nacional. É um segredo que guardamos e que só percebe aquele que vive aqui tempo suficiente para se deparar com essa expressão e compreender o quão ela é própria do brasileiro:

Em outras palavras, nós ensinamos o samba e o futebol, falamos da praia e da mulher brasileira, das nossas informalidades e aberturas (certamente indicadoras de nossa vocação democrática), mas jamais estampamos diante da criança e do estrangeiro o “Você sabe com quem está falando?” Ao contrário, chegamos até a proibir o seu uso como indesejável, embora isso seja feito somente para usar a execrável formalidade na primeira situação no dia seguinte. (DA MATTA, 1997, p. 148).

Segundo o autor, a expressão é um “[...] rito de autoridade – um traço sério e revelador de nossa vida social.” (DA MATTA, 1997, p. 149). Desse modo, para Da Matta, a rejeição da expressão na construção da identidade nacional demonstra a aversão que a sociedade brasileira tem aos conflitos e às crises. Isso pode ser constatado na própria construção da história oficial, a qual evita ou ameniza as relações conflituosas que formaram o brasileiro. A título de exemplificação, podemos pensar a construção da história oficial que evita abordar a relação entre os colonizadores portugueses e indígenas como uma relação conflituosa. As imagens e os relatos procuram amenizar o conflito e a crise que se estabeleceu em nosso território, com a chegada dos portugueses. “Tudo indica que, no Brasil, concebemos os conflitos como presságios do fim do mundo, e como fraquezas – o que torna difícil admiti-los como parte de nossa história [...]” (DA MATTA, 1997, p. 148). Ou seja, uma sociedade que não admite o conflito não pode consolidar um modelo pleno de democracia.

A negação do conflito e da crise, identificada por Da Matta (1997, p. 149), revela a construção de uma sociedade fortemente arraigada na hierarquia e, como em todo sistema hierárquico, há uma forte presença do autoritarismo como mediador das relações sociais, corroborando o que já havia sido diagnosticado pelos outros autores até então trabalhados. Há, nesse caso, uma naturalização das relações de submissão, em que a expressão “Você sabe com quem está falando?” “[...] denuncia em níveis quotidianos essa ojeriza à discórdia e à crise, traço que vejo como básico num sistema social preocupado com “cada qual no seu lugar”, isto é, com a hierarquia e com a autoridade.” (DA MATTA, 1997, p. 149).

Por conseguinte, a constituição do Brasil enquanto uma sociedade avessa à crise e a conflitos produz a interpretação de que tais fenômenos se apresentem enquanto irregularidades e, assim, podem e devem ser controlados através da repressão, do uso da violência. De acordo com Da Matta, o conflito não é compreendido enquanto um sintoma de que todo o sistema esteja em crise, ao contrário, ele é concebido enquanto uma revolta e que, portanto, deveria ser reprimida ou sanada, para o sistema retomar a ordem “natural” de funcionamento:

Essa característica própria à constituição do brasileiro revela a produção de uma sociedade que prima pela falsa harmonia social, em que, as relações de poder são submetidas ao campo das afeições “aquela generosidade típica dos pobres: castiga o agente e mantém o sistema”. (DA MATTA, 1997, p. 150).

A análise de Da Matta, combinada ao que já foi debatido neste trabalho, auxilia a ter um panorama amplo do comportamento dos brasileiros, no que diz respeito aos escândalos de corrupção, na política, onde essa forma de funcionamento pode ser observada, na negação da crise, na repressão ao conflito em nome da ordem e na compreensão do autoritarismo como solução dos conflitos e, conseqüentemente, a retomada da ordem.

A história recente da democracia brasileira está recheada de episódios de corrupção. Independentemente de partido e de orientação ideológica, o que se pode notar é uma insistente repetição dos mesmos fatos, e a replicação das mesmas saídas. O primeiro presidente eleito após a ditadura, na retomada democrática, Fernando Collor de Mello, o qual assumiu a Presidência da República em março de 1990, teve já em 1991 as primeiras denúncias de corrupção.

Em 1992, seu irmão deu uma entrevista à revista *Veja*, revelando o primeiro escândalo de corrupção da nova democracia brasileira. A solução para a crise veio das ruas. O movimento dos *caras pintadas* impulsionou o *impeachment* do primeiro presidente eleito pelo povo, na retomada democrática. O processo poderia significar que a população brasileira não toleraria corrupção em sua nova democracia, no entanto, não é disso que se tratava. Os anos seguintes e governos futuros, em todos os níveis (federal, estadual, municipal), rechearam os noticiários com escândalos de corrupção.

A década de 1990 e os anos 2000 colecionam uma série de escândalos de corrupção, a qual atinge, se não todas, quase todas as siglas partidárias do país. Nesse caso, afinando a análise dos autores aqui apresentados, pode-se perceber que a atual crise política e econômica que vive o Brasil é mais uma manifestação desse *modus operandi* brasileiro de negar que haja a existência da crise, de compreender como revolta o conflito e de reprimi-lo com violência, em nome da ordem.

O caos político do Brasil deixa evidente esse modo de funcionamento, quando se verifica que o governo ilegítimo de Michel Temer, fruto de um processo de *impeachment* duvidoso, em sua legitimidade jurídica, afundado em denúncias de corrupção, tenta manter-se vivo, propagando um discurso oficial de amenizar a crise e reprimir, de maneira violenta as manifestações populares que evidenciam as tensões vividas pela sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, desde as manifestações de 2013, ainda no final do primeiro governo de Dilma Rousseff, já apareciam as primeiras faixas pedindo a volta da ditadura militar.

Nas manifestações de 2016, as quais impulsionaram o *impeachment* de Dilma Rousseff, no início de seu segundo mandato, as mesmas faixas e cartazes pedindo a volta da ditadura militar surgiram com mais frequência, em diversas manifestações pelo país, demonstrando que o autoritarismo, mesmo em um país que há pouco tempo deixara de ser uma ditadura, ainda ressoa como uma alternativa desejável por alguns brasileiros: “Mas permanece o fato de termos um sistema social com aspectos conhecidos, mas não reconhecidos por seus membros.” (DA MATTA, 1997, p. 150).

Nova versão da Marcha da Família percorre as ruas do centro de SP – esse é o título de reportagem publicada no portal G1, em 22 de março de 2014, que é acrescido do subtítulo “*Major diz que mil pessoas participaram da caminhada até a Sé. Manifestantes pedem retorno dos militares ao poder*”. A reportagem se refere a uma manifestação ocorrida em 2014, em São Paulo, em que se propôs uma reedição histórica da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, movimento de cunho religioso que foi às ruas, em 19 de março de 1964, apoiar o poder militar. A reedição não teve a grandiosidade numérica da edição original, no entanto, as condições de reedição desse fato são preocupantes alertas sobre a ascensão da postura autoritária como mediador dos conflitos sociais.

O autoritarismo, para Da Matta (p. 150), é um fenômeno que, no Brasil, se apresenta tal como o racismo, isto é, “[...] nos casos de pesquisas sobre preconceito racial, todos consideram o preconceito algo indesejável, mas em situações concretas e específicas se revelam racistas.” (DA MATTA, 1997, p. 150). O mesmo acontece quanto ao reconhecimento do autoritarismo como componente de nossa identidade nacional, que não assumimos como uma característica norteadora de nossa composição enquanto nação e que, portanto, assim como o racismo, recusamos admitir como parte daquilo que somos. “Seremos um povo contraditório, incapaz de reconhecer nosso nível de irracionalidade?; ou uma sociedade que privilegia alguns de seus aspectos e os toma como veículos para a construção de sua auto representação?” (DA MATTA, 1997, p. 150).

Se tomarmos como premissa que, em uma observação sensível da realidade brasileira, por intermédio dos elementos apresentados até aqui, podemos assumir que o autoritarismo é uma característica que compõe a formação da identidade cultural do brasileiro, presente em seu *modus operandi*, mas que não é por este reconhecida, ou melhor, não é reconhecida como característica fundante, tal como o racismo; a ideia de que escolhemos alguns aspectos como veículos de construção de nossa autorrepresentação nos permite perguntar: por que o autoritarismo é uma característica ignorada pelo brasileiro, em sua autorrepresentação? Quais problemas derivam dessa construção, deficientemente consciente, de uma identidade nacional que ignora problemas evidentes de nossa sociedade, como o racismo e o autoritarismo? Quais os riscos que se corre, ao se construir uma identidade nacional que ignora sua natureza autoritária e racista? Como esse aspecto de composição do brasileiro se manifesta, no ambiente educacional? Como a educação pode contribuir, para atacar esse problema?

Quanto à área educacional, que é nosso campo de análise, observaremos como o diagnóstico do autoritarismo e do racismo, enquanto fundantes de nosso modo de ser, no entanto, minimizados e protegidos pelo mito da não violência e da democracia racial, nos leva ao questionamento de como esse fenômeno se manifesta, na educação brasileira.

2 A EMERGÊNCIA DO CONSERVADORISMO E DO AUTORITARISMO: O PERIGO DA POTÊNCIA FASCISTA

As lições de Auschwitz não foram suficientes para que a humanidade eliminasse de suas relações a conduta autoritária. Os estados fascistas se construíram sob a égide do autoritarismo. Desse modo, para pensar o potencial fascista que avança neste início de século XXI, é necessário investigar como se constitui a personalidade autoritária ou sobre contextos sociais que a tornaram potência, como os estados fascistas. No início do século XX, o tema do autoritarismo já era relevante para os pensadores progressistas, entre os quais estavam os da Escola de Frankfurt, como Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse e Walter Benjamin.

Todos esses autores desenvolvem, cada qual à sua maneira, reflexões importantes para pensarmos a permanência do fascismo, enquanto potência, mesmo após seu fracasso histórico enquanto organização de Estado. Os autores se debruçam sobre questões como a dificuldade dos seres humanos em superar as tendências regressivas, primitivas, de caráter violento e bárbaro, em uma sociedade que se denomina civilizada.

Como uma sociedade organizada, através da esfera racional e legal, é permissiva à constituição de um estado fascista? Como essa mesma sociedade, tendo a referência e a memória histórica do horror promovido pelo fascismo, durante a Segunda Guerra, permite que se desenvolva o neofascismo? Essas são questões fundamentais suscitadas pelos autores da Escola de Frankfurt e que permeiam muitas de suas discussões acerca da sociedade, política, cultura, economia e educação.

Uma das questões incômodas sobre a ascensão fascista na Alemanha foi a mudança de posição dos trabalhadores alemães vinculados ao movimento operário alemão, que até então haviam sofrido forte influência do Partido Comunista e mantinham relações com organizações sociais de esquerda e de extrema-esquerda, no entanto, que passaram a apoiar o Partido Nacional Socialista. A questão intrigante é: como a suposta vanguarda do proletariado foi uma das responsáveis por alçar ao poder o Partido Nacional Socialista, de ideais de extrema direita, de caráter nacionalista e que ia na contramão dos interesses dos próprios trabalhadores alemães?⁸

⁸ Do ponto de vista da sua base social, o nacional-socialismo foi sempre um movimento da classe média baixa, onde quer que tenha surgido: na Itália ou na Hungria, na Argentina ou na Noruega. Essa classe média baixa, a qual anteriormente estava ao lado das várias democracias burguesas, sofreu, necessariamente, uma transformação interna, responsável pela sua mudança de posição política. A situação social e a correspondente estrutura psicológica da classe

A fim de responder a tal questão, é necessário realizar uma investigação psicológica. Para compreensão do fascismo, no âmbito da psicologia, torna-se fundamental o estudo do autoritarismo e da própria noção de personalidade autoritária, a qual contamina a coletividade de valores regressivos, primitivos, transforma a barbárie em espetáculo e é administrada e propagandeada pelo fascismo.

2.1 Ascensão de forças autoritárias no contexto brasileiro e seus reflexos na educação escolar

De sorte a realizar a investigação necessária para a compreensão do desenvolvimento do autoritarismo e da própria personalidade autoritária, é antes necessário observar os elementos históricos que possibilitam que esse desenvolvimento aconteça de forma plena. Nesse caso, procuramos estabelecer como recorte temporal, para a análise, o período que vai de junho de 2013 a agosto de 2016. A escolha desse recorte se deve ao fato de localizarmos, nesse tempo histórico recortado, o despertar do movimento conservador e autoritário no Brasil, ao menos na cena pública, em que, após as jornadas de junho de 2013 (o primeiro momento de aparição de movimentos de rua com caráter conservador aconteceu no desenvolvimento das jornadas de junho de 2013), se expressou de forma mais objetiva e unificada nas manifestações de 2016, as quais impulsionaram o golpe político-jurídico-parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff.

Nossa intenção é promover uma observação sociológica dos elementos que estimularam a ascensão, hoje bem mais visível, de forças autoritárias, conservadoras e potencialmente fascistas, para posteriormente verificar como se organizam, no campo educacional. Nesse sentido, analisaremos como se construiu o enredo que conduziu ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e como este se relaciona, de maneira direta, à ascensão de forças autoritárias e com as pautas defendidas pela direita política do país. De modo mais específico, observaremos como esse movimento histórico tem impacto na educação, procurando estabelecer relações com o momento de ascensão de projetos conservadores no campo da educação, como o ESP:

O atual golpe instaurado no Brasil reitera, com novas sutilezas, as estratégias do passado da classe dominante brasileira para interromper duas conquistas, ainda que parciais, dos movimentos sociais, sindicatos, instituições científicas e culturais historicamente empenhadas na luta por uma sociedade mais justa: a Constituição de 1988 e a eleição, em 2002, do ex-operário Luiz Inácio Lula da Silva. (FRIGOTTO, 2017, p. 20-21).

A promulgação da Constituição de 1988 foi fundamental para dar novos ares à política brasileira. Após um período de vinte e um anos de ditadura civil-militar, o país alcançava, em sua Carta Magna, o sonho de viver em uma democracia.

O contexto pré-democrático foi marcado por uma forte organização da classe trabalhadora, a qual ganhou as ruas do país na greve dos operários do ABC e na ascensão dos movimentos sociais. Esse contexto de grande movimentação política e social teve seu auge no movimento *Diretas Já!*, agregando diversos setores da sociedade brasileira.

A organização da classe trabalhadora se tornou mais intensiva, durante a segunda metade da ditadura militar. No entanto, o processo de organização política ainda sofria duras represálias do governo. Mesmo diante da repressão, a ditadura dava sinais de esgotamento, não por vontade dos militares em entregar o país aos civis, porém, em face do longo processo de decadência econômica que colocava a maior parte da população em condições precárias de vida.

Embora diante de fortes repressões, a sociedade civil organizada conseguiu, através do movimento popular, mudar o destino do país que estava sob um golpe militar, em que as liberdades e direitos eram restritos.

No entanto, a elite⁹ nacional, preocupada com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva como figura proeminente na política brasileira e de grande respaldo popular, se organizou estrategicamente junto à imprensa nacional, preocupada em construir uma alternativa ao perigo de o país ser dirigido por um operário. Nesse contexto, aliada à Rede Globo de Televisão, já conhecida apoiadora do golpe de 1964¹⁰, a elite nacional investiu em uma pesada campanha de construção de um candidato que representasse seus interesses. Foi nesse contexto que, com apoio da imprensa e acentuado apelo moral, surgiu como presidenciável Fernando Collor de Mello.

A alternativa da elite não deu certo. Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito na retomada democrática, não cumpriu o papel a que foi destinado, sendo massacrado pela própria elite que o ajudou a conquistar o poder; acabou deposto, através de um processo de *impeachment*

⁹ O termo *elite* é uma escolha de Jessé Souza para se referir à classe dominante brasileira. Nessa perspectiva, quando o texto se refere ao conceito de elite, é nesse registro que pensamos.

¹⁰ Em 31 de agosto de 2013, logo após o impactante junho de 2013, o grupo O Globo reconheceu em editorial, pela primeira vez desde o início da democracia, que havia apoiado o golpe militar de 1964. O avançar dos anos e a própria história criaram uma “coincidência” histórica. Exatos três anos após a Globo assumir publicamente seu apoio ao golpe de 1964 e admiti-lo como um erro histórico, em 31 de agosto de 2016, a presidenta Dilma Rousseff sofria *impeachment*, em um novo golpe político, agora em molde jurídico-parlamentar, todavia, novamente apoiado e patrocinado pelo grupo O Globo. Ou seja, a Globo pediu perdão por 1964 e reconheceu o erro histórico, contudo, não parece ter aprendido com os erros, pois novamente está envolvida na construção de um enredo político sórdido, o qual ameaça a democracia brasileira. (cf. APOIO..., 2013).

com um viés moralizante, sob o signo da corrupção. Entretanto, a corrupção foi a desculpa utilizada pela elite, novamente com apoio da imprensa, para redirecionar o destino da nova democracia brasileira. Esse período foi marcado também pelo movimento de rua que ficou conhecido como “caras pintadas”, composto, em sua maioria, por jovens, os quais foram às ruas protestar contra a corrupção, com os rostos pintados com as cores verde e amarelo.

A sequência da nova democracia brasileira não foi igualmente promissora. A ascensão do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) ao poder, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, marcou o período de maior ajuste ao neoliberalismo. O Brasil assumiu, durante os oito anos de governo do PSDB, uma postura de submissão aos EUA e ao capital financeiro, aliando suas práticas políticas à ideologia neoliberal. O sociólogo Jessé Souza (2016) define esse processo como “rapinagem” da elite nacional:

O resultado mais óbvio desse processo de rapinagem míope foi uma indústria sucateada, sem estímulo a inovação e sem acesso aos ganhos de produtividade que só a real competição pode propiciar. O período de “privataria” do governo FHC aproveitou este estado de coisas para promover o discurso da “abertura da economia” e da supostamente necessária “privatização”, com a promessa de uma economia dinâmica e de produtos modernos e acessíveis a todos. Aqui entra em cena aspectos obscuros envolvendo conluíus entre investidores nacionais e estrangeiros de modo a “privatizar”, ou seja, embolsar a riqueza nacional e o acesso a um mercado cativo que foi bom apenas para elite da rapinagem, como diversos autores tentaram descrever. (SOUZA, 2016, p. 45-46).

Após oito anos de governo estritamente aliado ao capital estrangeiro, a eleição de 2002 marcaria a história do país como uma possibilidade de mudança. Após doze anos disputando o poder pelo Partido do Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva venceu as eleições, causando grande expectativa nos setores populares, sua base de sustentação.

A eleição de Lula significava também a primeira possibilidade de um partido político de viés ideológico de esquerda assumir o poder, em um país de tradição autoritária, no qual, durante o regime político ditatorial, se perseguiram, se prenderam e se mataram cidadãos que tinham vínculo político com os partidos e ideias de esquerda. A pergunta que se pode fazer é: o que permitiu que o Partido dos Trabalhadores ascendesse ao poder, quebrando historicamente um ciclo de poder que sempre esteve nas mãos da elite?

Souza (2016) ressalta que os próprios exageros da elite nacional foram elementos impulsionadores da possibilidade até então não pensada de um representante genuíno do povo no poder. Ao menos no campo simbólico, a elite perdia, com a eleição de Lula, o lugar do poder:

A ressaca da privataria com o dinheiro público do BNDES e da farra rentista, drenando recursos de todos para a meia dúzia de aves de rapina que compõem a elite do dinheiro, levou à nova possibilidade de acesso de um partido ligado a movimentos populares ao poder. Havia ficado óbvio, afinal, que as políticas liberais só interessavam as estes poucos plutocratas. (SOUZA, 2016, p. 46).

Com a ressaca da “privataria” neoliberal e a vitória do PT, nas eleições de 2002, a expectativa era de que o novo governo pudesse representar uma virada democrática, no sentido de retirar os privilégios da elite, em busca de um maior equilíbrio social e menor desigualdade social e econômica. Havia um grande temor das elites nacionais sobre como se desenvolveria o governo de Lula e como seus privilégios seriam atacados, naquele momento. Embora houvesse alguma esperança de que a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder mudaria a relação de classes no Brasil, não foi isso que aconteceu:

A cegueira política do PSDB – reflexo do desprezo secular da elite brasileira pela maioria pobre – abriu espaço à conquista pelo voto do poder de Estado pelo PT em 2002. Desde o começo do governo, o partido procurou, gato escaldado de frustrações anteriores, uma política de conciliação e compromisso com os donos do dinheiro. Ao mesmo tempo procurou garantir o apoio dos setores mais pobres com políticas de transferência de renda e de apoio à economia popular, como a valorização do salário mínimo. A fórmula de apoio ao rentismo das classes proprietárias, enquanto desenvolvia mecanismos para garantir ganhos reais na base da pirâmide, foi a diretriz política deste período. (SOUZA, 2016, p. 48).

O Partido dos Trabalhadores ascendeu ao poder, porém, para que essa ascensão fosse possível, foi necessário antes, abrir mão da radicalidade e caminhar mais ao centro. As três derrotas eleitorais fizeram com que o partido adotasse uma nova estratégia, na eleição de 2002.

Parte da estratégia consistia em acenar para a elite nacional, no sentido de que a ascensão do Partido dos Trabalhadores poderia ser um negócio muito mais interessante que o neoliberalismo sofrido dos anos noventa. Em 22 de junho de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva publicou a “Carta ao povo brasileiro” (LEIA..., 2002), na qual assume que sua plataforma política não seria a do enfrentamento de classes, mas da conciliação. Lula acenou para o empresariado brasileiro, apostando em uma suposta conciliação de classe, como chave para resolução das desigualdades históricas do Brasil.

Além do aceno à elite nacional, assumindo publicamente, antes de ser eleito, que não enfrentaria os seus privilégios, Luiz Inácio Lula da Silva fez um trabalho no campo simbólico. A imagem da radicalidade do operário do ABC, o qual aparecia nas campanhas anteriores com a camiseta polo vermelha, barba grande e ideias radicais, foi substituída, cuidadosamente, por uma equipe de publicidade e *marketing*, sob o comando do publicitário Duda Mendonça, pela figura do Lulinha “Paz e Amor” (LULINHA..., 2002), agora de terno e gravata (verde e amarelo).

A vitória de Lula, em 2002, entretanto, não significa que a elite nacional havia aceitado a ascensão do operário ao poder. De acordo com Souza (2016, p. 48), “[a]inda que de bolso cheio, a

elite do dinheiro e seus representantes desconfiaram – uma desconfiança de classe – do arranjo político que começava a ganhar corpo”.

O primeiro governo petista não foi um “mar de rosas”. Os elementos iniciais que constituiriam o golpe que tiraria o PT do poder, anos mais tarde, já se manifestaram, nesse primeiro governo. O tema da corrupção, o calcanhar de Aquiles do PT, seria provocado em seu primeiro mandato.

O Partido dos Trabalhadores havia construído sua trajetória política denunciando a corrupção sistêmica dos governos brasileiros, ao longo da história. Nesse sentido, consolidou-se, no imaginário social, uma imagem do PT como uma representação de honestidade, em oposição à desonestidade da corrupção dos partidos que até então governavam o país.

A ironia da história e que já se apresenta, no primeiro mandato petista, é que o partido o qual se constituía como signo de combate à corrupção seria, em seu auge, acusado daquilo que sempre condenou. O escândalo do Mensalão foi o primeiro passo, mesmo que, a princípio, de insucesso, de criminalizar o PT como o responsável pela corrupção histórica do país. Enfatiza Souza (2016, p. 49): “O mensalão em 2005 foi um ensaio geral para o que aconteceria anos depois na Lava Jato e no processo de impedimento da presidenta Dilma”.

Mesmo com o escândalo do Mensalão, em 29 de outubro de 2006, Lula se reelegeu com 60% dos votos. A reeleição de Lula, embora sob todo ataque da imprensa em relação ao episódio do Mensalão, foi resultado do impacto das políticas sociais nas camadas mais pobres, como confirma Souza (2016, p. 51): “Mas como a vida social se transforma ao operar a transformação de agentes sociais essenciais, quem salvou o PT e as eleições de 2006 foram os novos agentes sociais empoderados pelas políticas públicas redistributivas.”

Todavia, boa parte classe média que havia apostado em Lula, em 2002, também descontente com o neoliberalismo dos tucanos e com os escândalos de corrupção, tendo apostado, mesmo com desconfiança, no discurso petista sobre ética, política e corrupção, se mostrava desiludida com o PT:

A grande farsa que ocorreu entre o mensalão e o golpe foi uma tentativa de preparar o enterro do Partido dos Trabalhadores como partido político. Até então um partido com forte penetração nas classes médias por meio do discurso da “ética na política”, o PT sofreu fortes perdas nesses segmentos sociais. (SOUZA, 2016, p. 51).

A vitória de Lula nas eleições de 2006, a despeito da considerável atuação da imprensa sobre o escândalo do Mensalão, colocou a classe média em alerta a propósito da possibilidade de combater o líder popular no poder:

Os excluídos brasileiros, secularmente esquecidos e desprezados, puseram a nu um corte de classe que se torna cada vez mais óbvio no Brasil contemporâneo. O Brasil se dividiu ao meio. E, como os pobres são esmagadora maioria, abriu-se uma nova possibilidade, apesar de toda a artilharia do Mensalão e do estrago feito pela campanha midiática, e apesar de toda a violência simbólica tão bem perpetrada. É nesse contexto que afloram as análises e os editoriais que melhor mostram o caráter *proto-fascista* e de violento racismo de classe que a luta eleitoral permite aflorar de forma cada vez mais explícita. (SOUZA, 2016, p. 51, grifos nossos).

A análise de Souza (2016) nos permite avançar no contexto que nos interessa. O “racha” da sociedade brasileira ao meio, como propõe o autor, é um fator decisivo para a expansão de discursos potencialmente fascistas, que até então estavam silenciados. Um exemplo desse avanço público do discurso fascista, no país, é bem descrito por reportagem do portal Brasil de Fato, que relata uma dessas cenas:

Nas manifestações de 15 de março de 2015, no Rio de Janeiro, um homem que vestia uma camiseta do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) foi expulso por manifestantes em Copacabana aos gritos de “vai pra Cuba”, “morram, petistas”. Em Brasília, manifestantes carregavam uma faixa com a suástica nazista e pedia: “Fora Paulo Freire!”, “volta ditadura militar”. Enquanto seguiam as transmissões ao vivo das manifestações que os comentaristas da GloboNews qualificavam de “pacíficas” e “frequentadas por gente bonita”, as redes sociais exibiam imagens de ódio como uma foto de bonecos de Lula e Dilma enforcados em um viaduto e da sede do PT em Jundiaí, interior de São Paulo, alvo de um ataque com fogo. (VALIM, 2016).

A cisão da sociedade brasileira propicia que o ódio se manifeste de forma pública sem maiores repreensões. O clima cultural de enfrentamento de classes marca o início do processo que viria a se acentuar, atingindo seu auge nas manifestações de 2016, as quais pediam o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

O clima de desgaste de classe estava criado, no entanto, o que a direita e a classe média não esperavam é que o segundo governo do PT seria de maior sucesso que o primeiro, acentuando de forma drástica a cisão de classes. Muito do sucesso do segundo governo de Lula se deve a um *boom das commodities*, uma sorte histórica, assim podemos dizer. No entanto, não foi apenas a sorte histórica a responsável por aprofundar a cisão de classes, no Brasil. O segundo governo do Partido dos Trabalhadores aproveitou a “boa onda” econômica em que “surfava” e promoveu a ascensão social dos mais pobres, através do consumo:

O segundo governo Lula, sob as condições favoráveis do *boom das commodities*, representa um dos maiores esforços da política brasileira no sentido da inclusão social da maioria da população secularmente esquecida. Ainda que as condições políticas tenham sido favoráveis, sem vontade política nada disso teria acontecido. Programas de

transferência de renda e aumento expressivo e real do salário mínimo, aliados a uma maior facilidade de crédito, dinamizaram a economia de baixo para cima. Nesse contexto, as políticas de acesso à educação para todos foram, antes de tudo, o ponto que me parece mais importante. O aumento expressivo de universidades públicas e escolas técnicas federais, possibilitou um ancoramento institucional fundamental para a ampliação do acesso das classes populares ao capital cultural. (SOUZA, 2016. p. 52).

Souza (2016, p. 52) observa a importância do papel da educação, no processo de cisão de classes, que vai ser determinante para liberar o potencial fascista reprimido até esse tempo. Esse contexto também é importante para pensar o projeto Escola Sem Partido, procurando compreender como se torna favorável, a fim de que tenha maior alcance.

Nesse sentido, os argumentos de Souza (2016) colaboram para refletir sobre o incômodo da classe média com o acesso ao capital cultural pelos pobres, o que provoca, em outra medida, o incômodo com quem permitiu esse acesso, ou seja, com o governo petista. Além do incômodo com o capital cultural, conforme destacado por Souza (2016), existem outros elementos fundamentais nesse processo: as questões econômicas, a ampliação dos movimentos sociais e sua participação políticas, a ampliação do acesso à universidade, a política de cotas (que é proveniente do governo FHC, mas que ganhou efetividade nos governos petistas).

Nessa linha, projetos como o ESP representam o avanço do discurso autoritário e potencialmente fascista, no campo educacional brasileiro, como meio de combater, de maneira conservadora, nos espaços escolares, os avanços sociais conquistados no governo Lula e que estabeleceram uma nova relação de classes. Um exemplo desse conflito que se coloca, caso o ESP avance, se refere às questões étnico-raciais e ao papel da escola democrática em combater o racismo. Esse risco é muito bem apontado pelo coordenador do Núcleo Negro para Pesquisa e Extensão da UNESP, Juarez Xavier, para quem o “Escola Sem Partido serve diretamente à ocultação do processo genocida. A ideia de impedir o livre debate nas escolas e universidades é um reforço para a violência que já acontece.”

Essa nova relação de classes, com a explicitação do “racha”, seria percebida no governo de Dilma Rousseff, nas jornadas de junho. Em sua análise sobre as jornadas de junho de 2013, Singer (2013) dedica-se a estudar, por meio dos poucos dados disponíveis de pesquisas feitas na época, qual o perfil dos manifestantes que estavam nas ruas, em junho de 2013. “Nas oito capitais pesquisadas, nada menos que 43% dos manifestantes tinham diploma universitário, quando em 2010, apenas 8% da população brasileira possuía canudo.” (SINGER. 2013, p. 27).

A análise de Singer (2013) mostra que, em diferentes casos, maior ou menor, o número de diplomados é expressivo. Segundo o autor, “[...] tal informação, torna plausível uma influência

relevante da classe média tradicional nas manifestações, [...] é provável que, na maioria dos casos, a posse do diploma seja elemento distintivo de pertença à camada que já se estabeleceu a pelo menos uma geração.” (SINGER, André. 2013. p. 27). O argumento de Singer (2013) se combina com o já apresentado anteriormente, que, na leitura de Souza (2016), funciona como o privilégio do capital cultural como fator de diferenciação de classes.

Mesmo que o diploma seja um marcador social de diferenciação, as recentes políticas de inclusão e acesso ao ensino superior, desenvolvidas durante os governos do PT, produziram uma realidade incômoda, como já debatido anteriormente, porque a classe média se viu diante da perda progressiva dos elementos que a mantêm como privilegiada, dentre os quais está o capital cultural.

Esse fator de transição e disputa pelo capital cultural é percebido por Singer (2013), no perfil dos manifestantes. O autor identifica que não há, em 2013, uma direção clara ou objetiva do que seriam os anseios populares na rua. Esse fato produz um processo de manifestações em que se pode notar um cruzamento de classes e ideologias, as quais, nesse momento, estão em conflito, mas na mesma rua.

O fator renda é um elemento que ajuda Singer a caracterizar sua hipótese de que as manifestações de junho 2013 possuem um caráter misto, ou seja, não há uma predominância exclusiva de uma única classe social, como propuseram algumas análises que atribuíram à classe média o vigor das manifestações de 2013:

Somados aos que tinham entre dois e cinco salários mínimos familiares mensais, que estão dentro do que se pode considerar baixo rendimento no Brasil, no conjunto *respondiam por cerca de 50% dos manifestantes*. Em outras palavras, uma parte substantiva estava na metade inferior da distribuição de renda, criando um contraste em relação à imagem que havia sido sugerida pela escolaridade, dimensão na qual a quase totalidade dos manifestantes encontrava-se na metade superior. (SINGER, 2013. p. 30).

A análise de renda faculta ainda a Singer (2013, p. 31) observar que esse percentual de 50% dos manifestantes não ocupa o lugar da tradicional classe média nacional. Isso, por sua vez, reafirma sua hipótese de que, em junho de 2013, havia um entrecruzamento de classes de ideologia nas ruas do país.

A questão do capital cultural e o poder econômico não caminham juntas o tempo todo, conforme destaca Souza (2016). O sociólogo deixa claro que o conceito de classe social não pode ser resumido apenas no aspecto econômico, pois há em questão o capital cultural. No entanto, essa não é uma questão estática e depende de vontade política. Nesse sentido, o Partido do Trabalhadores alçou uma parte dos trabalhadores a lugares antes não destinados a estes, como a universidade e o acesso ao diploma. Contudo, a nova geração de filhos dos trabalhadores que

alcançaram o almejado diploma universitário, que, nas gerações anteriores, era um sonho distante, não conseguiu, através desse diploma, superar a precarização do trabalho e sua posição nessa escala hierárquica.

Os argumentos de Souza (2016) e Singer (2013) são similares, no que concerne à centralidade do capital cultural, na relação de classes, no Brasil contemporâneo. O que ambos identificam de maneiras diferentes é a construção ou a subdivisão do proletariado em dois: o precariado (aquele sem formação alguma, ausente de contato com o capital cultural) e o novo proletariado (que possui acesso ao capital cultural, mas que ainda se depara com o mundo do trabalho precarizado):

Mais ainda, como tem assinalado o sociólogo Gustavo Venturi, em função “do processo relativamente acentuado de escolarização ao longo da última década e meia” é razoável pensar num novo proletariado com nível escolar elevado. Em função disso, deve-se cogitar a possibilidade de ter estado presente nas manifestações uma massa de jovens de escolaridade mais alta que a renda. [...]. Convém lembrar que com a ampliação das vagas nas universidades públicas, com o Prouni e com a explosão do ensino superior privado a quantidade de ingressantes nas universidades pulou de 1 para 2,3 milhões por ano de 2001 a 2011. (SINGER, 2013. p. 31).

Esse aprofundamento do incômodo da classe média com a ascensão social e cultural da população mais pobre pode ser percebido por uma cena que se repetiu, durante o ano de 2014, a qual ganhou as manchetes dos principais jornais do país: “os rolezinhos”. Os “rolezinhos”, como ficaram conhecidos, segundo o portal *El país*, “[...] começaram a ganhar a atenção quando no último 7 de dezembro cerca de 6.000 jovens se reuniram por meio das redes sociais no *shopping* Metrô Itaquera, na zona leste de São Paulo, uma das regiões mais pobres da cidade.” (MARTÍN; BEDINELLI, 2014). A maioria dos jovens, pretos e pardos, causou um imenso incômodo, ao “invadir” um espaço que não são convidados a frequentar, ao menos na condição de consumidores. A maior parte dos pretos e pardos que está nos *shoppings* do Brasil é constituída de funcionários do próprio *shopping* ou das lojas. Em menor quantidade, eles são os consumidores e frequentadores. Os “rolezinhos” explicitam, de forma cotidiana, como se dá o novo conflito de classe estabelecido com as pequenas transformações sociais, realizadas durante o lulismo, mas que não superam problemas estruturais, como o racismo. Em entrevista ao portal *El país*, no Brasil, o cientista social Ruda Ricci observa:

Os *rolezinhos* nascem de dois sentimentos que se cruzam. O primeiro, fruto da inclusão pelo consumo provocado pelo lulismo. Não houve inclusão social pela luta pelos direitos (motivada por mobilizações e protestos sociais que, vitoriosos, gerariam identidade social e política) ou pela política (fruto de engajamento sindical ou partidário). A inclusão pelo consumo disseminou que prestígio social se vincula a bens adquiridos, se possível, top de linha. O segundo sentimento é o ressentimento, fruto da condição social dos moradores da periferia. Não está diretamente vinculado ao padrão de consumo (vários deles possuem casas com TV tela plana, celulares e tênis de última geração), mas ao descaso dos

governantes (não possuem áreas ou programas culturais ou de lazer e são tratados com violência pela polícia) e, principalmente, pela discriminação das classes médias tradicionais.

A ascensão social promovida pelo lulismo colocou em xeque o privilégio de classe que garantia à classe média sua distinção em relação aos pobres e trabalhadores. O episódio dos “rolezinhos” explicita esse confronto em conflito por espaço e territorialização. Os *shoppings* são o espaço histórico do consumo e do privilégio burguês branco, de sorte que, quando pretos e pardos deixam os locais de trabalhos e assumem, também, o papel social de frequentadores e consumidores, o incômodo se torna público. Mesmo que ineficientes no que diz respeito à diminuição da desigualdade entre ricos e pobres do Brasil, as políticas públicas, especialmente do segundo governo petista, produziram um cenário social no qual alguns privilégios históricos da classe média foram sendo sufocados, o que provocou em boa medida um sentimento de ódio de classe em relação aos mais pobres:

O estabelecimento de “cotas sociais”, associado a um sistema de bolsas para os mais pobres e o aumento significativo de vagas, constituiu uma política de grande alcance para garantir o acesso a pelo menos uma parte significativa de alunos vindos de camada populares. O uso consequente da conjuntura favorável – mantido o acordo básico com o rentismo dos endinheirados- também para a maioria esquecida e desprezada da população brasileira tornou Lula um dos políticos de maior popularidade na história do país. (SOUZA, 2016, p. 53).

“Surfando” em alta onda de popularidade¹¹, no fim de seu segundo mandato, Lula conseguiu “emplacar” sua sucessora no Governo. Dilma, até então impopular, conseguiu se aproveitar da onda de popularidade do líder petista e foi eleita a primeira mulher presidente da República no Brasil.

As análises sobre os motivos que levaram à queda de Dilma Rousseff são muitas, devido ao próprio tempo histórico recente. Há, evidentemente, a circulação de duas teses sobre o *impeachment* da presidenta petista. A tese das pedaladas fiscais e a tese do golpe político. A disputa no campo discursivo nos interessa, pois há uma clara vinculação de classes e ideologias à adesão de cada uma dessas narrativas discursivas. A tese das pedaladas fiscais, incentivada em um turbilhão de escândalos de corrupção, que colocou o governo de Dilma em convulsão, é a tese assumida pela direita e por boa parte da classe média nacional, respaldada pela imprensa brasileira,

¹¹ De acordo com o IBOPE, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deixou a presidência com 87% de aprovação de seu governo, recorde histórico e que definitivamente o marcam como um dos políticos mais importantes e influentes da história do Brasil. Cf. BONIN (2010).

com a contribuição especial da Rede Globo. Em contraponto, a esquerda política contra-argumenta, historicamente, tentando provar que o *impeachment* de Dilma Rousseff foi um golpe político-jurídico-parlamentar.

No entanto, antes de chegar ao *impeachment* de 2016, é fundamental realizar uma análise crítica do governo Dilma Rousseff e do próprio contexto histórico que acentua a divisão de classes e deixa evidente o avanço de discursos autoritários e potencialmente fascistas, os quais se expressam através de manifestações de ódio cada vez mais corriqueiras.

Deixamos claro que a narrativa que nos interessa e que nos convence, por observações históricas, sociológicas e filosóficas, é de que vivemos um golpe político, em 2016. A questão que colocamos é: quais elementos permitiram que a tese das pedaladas ganhasse força popular, a ponto de empurrar para fora do governo a presidenta eleita democraticamente?

O primeiro governo de Dilma Rousseff apresenta elementos essenciais para a compreensão da construção do contexto em que nos encontramos. O sociólogo Jessé Souza afirma, em seu livro *A radiografia do golpe*: “Confiante em sua recém-conquistada popularidade, a presidenta então lançou sua jogada mais arriscada: romper o acordo rentista que havia possibilitado a relativa tranquilidade do segundo mandato de Lula.” (SOUZA, 2016. p. 53).

De acordo com o autor, a escolha da presidenta em enfrentar os juros bancários¹² a colocou em conflito direto com a elite do poder nacional. A elite do dinheiro, conforme denomina Souza (2016), seria a elite do capital financeiro. Nesse caso, a presidenta, ao assumir o poder, quebrou o pacto assumido pelo seu antecessor com a elite do dinheiro, na já citada “Carta aos brasileiros”, em que propõe um governo de conciliação de classes, mas uma conciliação que permitiu à elite do dinheiro lucrar como não havia lucrado ainda na história do Brasil.

Em 5 de abril de 2012, o jornal online *Folha de S. Paulo* (SOB PRESSÃO..., 2012) publicou uma reportagem com a seguinte manchete: “Sob pressão de Dilma, BB diminui juros”. Em 7 de setembro do mesmo ano, percebe-se que a presidenta insistia na ideia de baixar os juros; o site *Valor Econômico*, do portal G1 (PERES; EXMAN, 2012), publicou reportagem com a seguinte manchete: “Dilma volta a pressionar bancos por queda das taxas de juros”. Na mesma reportagem, há uma declaração da presidenta, feita em pronunciamento público, quando deixa claro que pretende levar a cabo essa estratégia: “Confesso que ainda não estou satisfeita, porque os bancos e

¹² É possível encontrar uma série de reportagens nas quais se tem como manchete o enfrentamento promovido por Dilma, no que diz respeito aos juros.

as financeiras e, de forma muito especial, os cartões de crédito podem reduzir ainda mais as taxas cobradas ao consumidor final, diminuindo para níveis civilizados os seus ganhos.”

Pode-se perceber que a análise de Souza (2016, p. 53) está fundamentada em dados reais sobre a atuação da presidenta, destacando como sua atitude política de enfrentamento aos juros bancários põe em confronto seu governo com a elite do dinheiro e rompe o pacto de conciliação de classes assumido pelo seu antecessor:

O cálculo da arriscada jogada não era desprovido de lógica. Submeter o país a um regime de juros que se aproximasse do regime mundial implicaria em maiores investimentos em atividades produtivas que geram emprego a aprofundam o ciclo virtuoso de ampliação do mercado interno, aumento de produtividade e aumento do poder de consumo. Com os empregos produzidos pelo ciclo anterior eram circunscritos a áreas de baixa produtividade e de baixos salários, muito longe da propaganda ufanista da “nova classe média”, a ideia era aprofundar o processo inclusivo com estímulo à indústria e à produção de melhores empregos. (SOUZA, 2016, p. 53).

Mesmo com boas intenções, como as demonstradas por Souza (2016), a presidenta não obteve sucesso, em sua estratégia de enfrentamento da elite do dinheiro. Foi exatamente por insistência nesse enfrentamento que ela foi perdendo a base de sustentação política de seu governo. A batalhada travada contra a elite do dinheiro era uma batalha perdida, no entanto, a presidenta insistiu:

O governo Dilma Rousseff criara, finalmente, após dez anos de predomínio petista, a sua oposição real. E, talvez, a mais forte oposição que ele poderia esperar, a oposição direta do *capital financeiro*, e seu pacto pelo rentismo, sujeito vitorioso de todos os processos do capitalismo à brasileira, com acesso permanente, franqueado e *vip* a todo meio de comunicação. Este grande discurso, do desejo deste ator das coisas do dinheiro entre nós, estruturaria gradualmente a base de uma alternativa política ao governo petista, até então inexistente. Na disputa real pelos juros, pela primeira vez, o governo petista deixou de ser o governo dos bancos brasileiros, que passaram a investir de novo na busca de um próprio mundo político de interesse. O que não necessitavam fazer desde a chegada de Lula ao poder. (AB’SABER, 2015, p. 30-31).

A elite econômica nacional sabotou o projeto da presidenta petista, e esse fato não representa uma surpresa. A perda dos lucros estratosféricos conseguidos no governo anterior e “conciliador de classes” foi determinante para que a elite do dinheiro se colocasse contra a presidenta. A questão aprofunda-se, quando se percebe que não há, na elite brasileira, um projeto de nação ou de Estado forte. Como a elite nacional está, antes de tudo, preocupada em manter seus privilégios e altos lucros, independentemente de qualquer projeto político, foi exatamente esse fator que permitiu o êxito de Lula e levou ao fracasso de Dilma:

Afinal, não apenas o capital financeiro auferia lucros estratosféricos, mas também os capitalistas industriais e o agronegócio investiram seu lucro não mais na produção, mas nas gordas taxas de juro que garantiam retorno imediato e sem riscos. Instaurou-se uma

batalha pela diminuição dos juros e do *spread* bancário, na qual a presidenta apostou todas as suas fichas e perdeu. (SOUZA, 2016, p. 53-54).

A guerra contra os juros bancários estava perdida. Mesmo com a insistência da presidenta, em abril de 2013, os juros voltaram a subir, impulsionados pela alta do dólar. Esse fato foi determinante para que a elite econômica se voltasse por completo contra a presidenta, com apoio massivo da imprensa.

O novo contra-ataque do “partido do dinheiro”, a grande mídia, não tardou a acontecer – agora com o aprendizado oriundo do Mensalão: não dá para derrubar o governo sem construir um arremedo de “base social” para o golpe. A nova tática implicava o ataque sistemático e sem qualquer pausa ao governo e ao que ele representava. (SOUZA, 2016, p. 54).

Esse é o contexto em que explodem as manifestações de junho 2013, no final do primeiro mandato de Dilma Rousseff. As jornadas de junho 2013, como ficaram conhecidas, merecem uma seção especial de análise, pois esse movimento é significativo para o arranjo do contexto no qual nos encontramos.

2.2. As jornadas de junho de 2013 e o ódio político

Apresentado o enredo que conduziu ao golpe de 2016, as jornadas de junho de 2013 apresentam elementos que se desenvolveriam com mais profundidade, nos anos seguintes, ganhando maior expressão em 2016. No período pós-junho de 2013 até agosto de 2016 ocorre esse processo de aprofundamento dos elementos despertados em junho.

As jornadas haviam ficado para trás, as pessoas não estavam mais nas ruas, mas, no imaginário social, havia se construído estética e moralmente os elementos de um outro movimento, que surgiu no turbilhão do MPL e que, de forma mascarada, foi-se constituindo nesse período.

Nesse mesmo tempo, a aliança entre imprensa, aparato jurídico-policial do Estado e classe média se fortaleceu. O “sucesso” de junho de 2013 instaurou maior vínculo e proximidade entre os segmentos conservadores do cenário brasileiro. A vitória em pautar o movimento, como fez de forma primordial o Jornal Nacional, ao inserir a PEC 37 como pauta, demonstrou aos articuladores do golpe que a junção de forças poderia ser eficiente para ambos.

Contudo, os conservadores haviam aprendido com o Mensalão, em 2005, que não se constrói a queda de um governo sem a construção de uma “base popular”. Essa base popular, a qual não existia, em 2005, ganhou as ruas, ainda de maneira não tão clara, quando o movimento

foi “cooptado” pela classe média, com o apoio da imprensa nacional. Os “vândalos” não eram a base social que constituiria a possibilidade que os conservadores queriam. Os “pacíficos” se apresentaram, por conseguinte, como essa oportunidade, que não existia em 2005, no desenvolver do processo do Mensalão.

Os elementos colocados em junho de 2013 se aprofundariam, nesses anos seguintes. O apartidarismo e a antipolítica ganhariam força como expressão da vontade coletiva, assumida em suas bandeiras de modo explícito. A agressão aos partidos políticos e o apartidarismo cresciam como um coro nacional.¹³ Entre as muitas narrativas sobre as jornadas de junho, a que nos interessa é aquela na qual se pode perceber como as manifestações iniciais, chamadas pelo MPL (Movimento Passe Livre), em São Paulo, acabaram por se tornar manifestações contrárias aos governos petistas, com a subversão das pautas iniciais e um claro deslocamento temático.

Esse processo de transferência de uma manifestação com caráter localizado para o país todo foi chamado por Souza (2016) de “federalização” das manifestações. Nesse caso, o sociólogo faz uma reconstituição da cobertura da imprensa e do deslocamento do movimento, a princípio, de instância municipal, para o âmbito federal, assim como a mudança de pauta das manifestações.

A análise de Souza (2016) se restringe à cobertura do Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão, procurando localizar como se dá a construção narrativa que reverte o significado das manifestações de junho, ganhando um caráter moralista e de pressão ao governo do Partido dos Trabalhadores. A escolha do recorte da cobertura apenas do Jornal Nacional é justificada pelo autor, pois o mesmo o entende como “[...] porta-voz da reação conservadora extraparlamentar que se forma nas ruas do país e que só se concluiu com o impeachment da presidenta eleita...” (SOUZA, 2016. p. 89).

Em nosso caso, faremos um esforço de observação cronológica dos fatos, tal qual fez Souza (2016), quanto ao Jornal Nacional, porém, buscaremos algumas outras fontes jornalísticas, tentando ampliar a visão de como a imprensa nacional foi parte fundamental do processo como um todo. Além da análise de Souza (2016), que se ocupa de observar o papel da imprensa nacional na construção estética e moral do golpe e na legitimação da pauta autoritária e conservadora, examinaremos igualmente, a análise de Singer (2013), que dá maior importância à disputa entre classes e ideologias pelo protagonismo do movimento.¹⁴ Na visão de Singer (2013), as jornadas de

¹⁴ O argumento de Singer sobre o entrecruzamento de ideologia se combina ao de Souza (2016), concernente à federalização. A federalização dos protestos, tal qual aponta Souza (2016), é também fruto de os aspectos colocados

junho de 2013 nos dão relevantes pistas de como se aprofundam esses elementos e de que forma eles se articulam. A troca de protagonismo de classes nas jornadas de junho é um desses elementos centrais realçados como novo e que se aprofunda, nos anos seguintes.

O elemento de classes é fundamental para a compreensão das jornadas de junho de 2013 e para o próprio desenvolvimento do movimento de “base popular” que sustentaria o golpe de 2016, nas ruas. A notável mudança de perfil de manifestantes, durante o mês de junho de 2013, assim como a mudança de pauta do que se pedia nas ruas levaram a uma série de análises sobre o que teria acontecido.

Observamos o argumento de Souza (2016), que centraliza a análise das jornadas de junho de 2013 ao movimento de deslocamento temático que se deu, ao longo de junho, e o papel da imprensa nacional nesse episódio. No entanto, acreditamos ser necessário, ainda, levar em conta dois elementos que contribuem para o debate que pretendemos estabelecer neste texto, levantados por Singer (2013): a composição social e as ideologias presentes nas ruas, em junho de 2013.

O primeiro movimento encontrado em registros jornalísticos se refere ao dia 6 de junho de 2013, quando o Movimento Passe Livre (MPL) organizou o primeiro protesto contra o aumento de 20 centavos na tarifa de ônibus, reunindo cerca de 4 mil pessoas, o qual foi duramente reprimido pela polícia. Além do movimento, em São Paulo, convocado pelo MPL, através das redes sociais, o portal *online* do jornal *O Globo* publicou reportagem mostrando que o protesto havia acontecido em mais três capitais. A manchete de *O Globo*, “Protestos contra reajuste ônibus provocam tumulto em 4 capitais” (SCRIVANO, 2013), demonstra que a imprensa nacional se contradiz sobre as manifestações.

No dia seguinte, 7 de junho, o MPL convocou nova manifestação, que, dessa vez, foi reprimida de forma ainda mais violenta pela polícia e terminou com a prisão de 15 manifestantes (HERDY, 2013a).

Sobre esse episódio, o portal *online* *O Globo* publicou reportagem que tinha como manchete “Protesto contra o aumento da passagem tem princípio de confronto em SP”, na qual se percebem os primeiros indícios de acusação do movimento de praticar vandalismo, o que tornaria em tese seu protesto inválido e ilegítimo. A reportagem de *O Globo* deu destaque à fala do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, condenando os manifestantes e justificando a atuação violenta da polícia:

serem reflexos de problemas mais amplos, como o conflito de classes e ideologia, portanto, esse fato explica a dimensão federal que as manifestações ganharam.

Uma coisa é manifestação, que se respeita. Outra coisa é vandalismo. Isso é inaceitável. Você destruir um patrimônio público, estações do Metrô, impedir as pessoas de terem acesso. Prejudicar o trânsito, interromper avenidas em região com grandes números de hospitais. Isso é vandalismo, não é manifestação. A Polícia tem que tratar como tem que ser tratado, vandalismo. Não é possível aceitar a depredação de patrimônio público e prejuízo para a população. (HERDY, 2013a).

Ainda na mesma reportagem, é possível perceber o destaque à criminalização dos manifestantes, primeiro passo de associação entre manifestantes e vandalismo, em que se constrói a narrativa da depredação do patrimônio público, como na fala do governador Alckmin:

Na manifestação desta quinta-feira, pelo menos 15 pessoas foram detidas. Até o fim da tarde, apenas um continua na delegacia. Os demais pagaram fiança entre R\$ 678 e R\$ 3 mil para serem libertados. Alguns foram indiciados por depredação do patrimônio público. Durante a passeata, jovens foram flagrados quebrando lixeiras e estações de metrô, pichando ônibus, queimando cabines da PM e também fazendo barricadas para evitar o tráfego de veículos. (HERDY, 2013a).

Apesar da dura repressão às primeiras manifestações, o MPL verificou que a adesão crescia a cada chamada pelas redes sociais. Desse modo, mesmo após o confronto violento com a polícia e a prisão de 15 manifestantes, no protesto de 8 de junho, o movimento convocou nova manifestação para o dia 11.

Em 11 de junho, cerca de 12 mil pessoas fizeram parte do terceiro protesto seguido convocado pelo MPL. Novamente, houve confronto entre manifestantes e polícia, dessa vez com maior violência na ação policial. A cobertura da imprensa insistia em construir a narrativa do vandalismo e da depredação do patrimônio público, de forma a desviar o foco da narrativa das reivindicações do MPL. Nessa ocasião, o portal *O Globo* publicou reportagem com a seguinte manchete: “São Paulo vira praça de guerra no confronto mais violento em ato contra o aumento da tarifa” (HERDY, 2013b), que mantém a narrativa do excesso dos protestos e da criminalização do movimento.

Ainda no mesmo 11 de junho, houve também no Rio de Janeiro uma manifestação contra o aumento da tarifa, a qual terminou igualmente em conflito entre manifestantes e policiais, com a construção narrativa reforçada do vandalismo dos manifestantes. O portal *online O Globo* publicou reportagem sobre as manifestações no Rio, que tinha como manchete: “Após protesto contra aumento das passagens, cidade exibe marcas do vandalismo.” (COSTA; GOULART, 2013.) A reportagem sobre a manifestação no Rio é um bom indicativo de como a imprensa desloca o tema da tarifa como menos importante, tratando-o de forma preliminar, dedicando maior parte da reportagem ao confronto entre policiais e manifestantes, em que se pode observar que a

centralidade é atribuir ao movimento a imagem de vandalismo e destruição pública, o que produziria um efeito de pressão da opinião pública sobre os atos contra a tarifa:

No dia 12 de junho o Jornal Nacional fez novas menções negativas aos protestos e a palavra “vandalismo” tornou-se recorrente como o modo de designar o movimento. Ocorreram ataques e depredações de cerca de oitenta ônibus e várias estações de metrô em São Paulo. O Jornal Nacional mostrou cidadãos reclamando do tumulto e da perturbação da ordem. Até esse ponto, apenas a prefeitura e governo estadual eram alvos. Os manifestantes foram criminalizados e alguns foram presos por formação de quadrilha e depredação, crimes inafiançáveis. (SOUZA, 2016, p. 89).

No Jornal Nacional de 12 de junho, o comentarista Arnaldo Jabor deu o tom da construção narrativa que a imprensa nacional havia assumido em relação ao movimento, comentando o protesto do dia anterior, criminalizando o movimento e contestando sua legitimidade. Em seu comentário, Jabor compara os protestos com os ataques realizados pelo PCC, conhecida organização criminosa que domina o tráfico e o crime em São Paulo e em boa parte do país:

O que provoca um ódio tão violento contra a cidade? Só vimos isso quando a organização criminosa de São Paulo queimou dezenas de ônibus. Não pode ser por causa dos vinte centavos. A grande maioria dos manifestantes são filhos de classe média, isso é visível. Ali não havia pobres que precisassem destes vinténs, não. Os mais pobres ali eram os policiais apedrejados, ameaçados com coquetéis *molotov* e que ganham muito mal. (JABOR, 2013a).

Além de estabelecer uma relação direta entre o movimento e a organização criminosa mais conhecida do país, colocando como uma mesma coisa, o comentarista ainda contestou a autenticidade do movimento, afirmando que se tratava de um movimento de jovens revoltosos da classe média, que, em sua opinião, “não valem nem 20 centavos” (JABOR, 2013b).

No dia 13 de junho a cobertura jornalística seguiu o mesmo padrão anterior. Imagens da avenida Paulista bloqueada e do centro do Rio mostravam provocações de manifestantes ainda criminalizados. O protesto era visto como passageiro em relação à Copa das Confederações, que ainda dominava o noticiário. (SOUZA, 2016, p. 89).

No dia 13 de junho, o editorial do jornal *Folha de S. Paulo* acusou os manifestantes de serem pré-dispostos à violência, com fundamento em uma “ideologia pseudorrevolucionária”. Percebe-se que o editorial desse periódico, na data destacada, atuou em consonância com os demais meios de comunicação em massa, no país, cuja narrativa de criminalização do movimento seguiu como foco principal. No final do editorial, a *Folha de S. Paulo* deixou evidente qual sua postura quanto aos manifestantes, quando conclama o poder público a agir: “É hora de pôr um ponto final nisso”.

A análise de Singer (2013) sobre os elementos ideológicos e de classes que compuseram as manifestações de junho 2013 levou em conta o movimento de mudança e confusão ideológica e de

classes instaurado, durante aquele mês. Assim, de início, as manifestações convocadas pelo MPL apresentavam, no despertar de junho de 2013, a ideologia próxima à esquerda política e o ideal de luta contra o capitalismo. “A qualquer bom entendedor fica claro que, do ponto de vista do MPL, a briga contra as tarifas de transporte são um modo de lutar contra o capitalismo, o sistema que se rege pela lógica da mercadoria.” (SINGER, A. 2013, p.32).

Até então, o início de junho de 2013 era representativo das pautas de interesse da esquerda, mas, objetivamente, de uma pauta específica relacionada ao transporte público e ao aumento da tarifa, anunciado pelo governo municipal de São Paulo, que levou à rua o MPL.

Na noite do dia 13 de junho, aconteceram novos protestos do MPL, os quais novamente acabaram em conflito entre policiais e manifestantes e podem ser identificados como primeiro movimento de mudança no perfil inicial do movimento, no que diz respeito à sua orientação ideológica e à classe social que o representava. O protesto da noite de 13 de junho apresentou um novo elemento: os primeiros registros de violência contra a imprensa. Na mesma noite, logo após o protesto, a *Folha de S. Paulo*, que já havia publicado no editorial da manhã sua posição condenatória ao movimento, mudou de postura em reportagem sobre os protestos da noite, denunciando a agressão de seus repórteres que cobriam a manifestação. A manchete que estampava a capa da seção Cotidiano era: “Em protesto, 7 repórteres da Folha são atingidos; 2 levam tiro no rosto” (EM PROTESTOS..., 2013). A reportagem do periódico apontava como truculenta a ação dos policiais que foram os responsáveis por atingir os repórteres, durante o confronto contra manifestantes.

Na mesma ocasião, o repórter Piero Locatelli, da revista *Carta Capital*, o qual cobria as manifestações, foi detido pela Polícia Militar e conduzido até a Delegacia por portar vinagre, que carregava em sua mochila, durante a cobertura da manifestação (GARCIA; CARVALHO, 2013a). Houve ainda o registro do atropelamento de um repórter do jornal *O Estado de S. Paulo* por uma viatura da Polícia (FOTÓGRAFO..., 2013).

O protesto de 13 de junho de 2013 colocou em evidência a truculência da polícia, o que atenuava pelo, menos nesse caso, o caráter de atribuir práticas violentas apenas aos manifestantes. O jornal *The New York Times* deu destaque à truculência da ação policial com uma reportagem (ROMERO, 2013) em seu portal *online*, que trazia também um vídeo com imagens do confronto e tornava mundial o alcance do fato.

Na mesma noite, no canal aberto Rede Bandeirantes de Televisão, o apresentador José Luiz Datena, conhecido nacionalmente e de forte apelo popular, cobria as manifestações, que, em seus

comentários, eram até esse ponto atitudes de vândalos. O episódio se tornou interessante, pois, durante a cobertura, Datena lançou uma enquete ao vivo sobre a opinião de seus telespectadores, com a seguinte pergunta: “Você é a favor do protesto com baderna?” O apresentador, que, nos últimos programas, havia se colocado contra o movimento, foi surpreendido com a resposta do público que o assistia, o qual, em maioria, respondeu afirmativamente à pergunta da enquete. Diante de tal resposta, o apresentador teve uma nítida mudança de postura em relação a sua interpretação dos fatos observados. A partir da enquete, passou a elogiar o movimento, enquanto uma manifestação democrática.

O fato foi levado a público pelo portal *online* da *Folha de S. Paulo*, que publicou, na mesma noite, uma reportagem (DATENA..., 2013) sobre a mudança de postura do apresentador. Na reportagem, adverte que, no momento em que as manifestações se tornaram mais violentas, com o confronto entre policiais e manifestantes, a transmissão ao vivo foi cortada e o programa se dedicou a reportagem sobre outros temas.

O dia 13 de junho é também fundamental por um outro elemento novo, inserido no contexto apenas na cobertura do Jornal Nacional: a PEC 37. Ressalta Souza (2016, p. 89): “A PEC 37 foi pela primeira vez mencionada pelo Jornal, ainda que, como mostra uma pesquisa do Ibope, sua importância fosse apenas marginal nesse início de manifestações.”

O tema da PEC 37 inserido pelo Jornal Nacional, ainda de forma marginal, é percebido por Souza (2016, p. 90) como um elemento essencial de articulação entre “[...] o aparato jurídico policial do Estado e a imprensa.” A tese do autor é de que esse movimento sutil do Jornal Nacional em inserir na pauta do movimento a PEC 37 já era um sinal da articulação entre imprensa e aparato jurídico-policial, em suas palavras, um “agrado do JN ao MP” (2016, p. 90):

A PEC limitava a atividade de investigação criminal as polícias federal e civil dos estados e do Distrito Federal, como, aliás, acontece na maioria dos estados democráticos. Isso contraria o desejo dos integrantes do Ministério Público, que também queriam investigar e acusar, o que por sua vez contrariava a divisão de trabalho típica do judiciário. A ideia aqui é que haja controles recíprocos e que nenhum órgão possa monopolizar todas as ações e momentos processuais. (SOUZA, 2016, p. 90).

O dia 14 de junho foi marcado por uma série de reportagens, em toda a mídia nacional, que cobriam as manifestações e denunciavam em boa medida a truculência da ação policial, a qual havia provocado grande indignação na população, tomando dimensões não imagináveis. As redes sociais expuseram a violência policial de forma a não ser possível conter a sua repercussão. O portal de notícias R7 publicou, no dia 14 de junho, reportagem mostrando que a repercussão internacional da violência policial nas manifestações, no Brasil, produziu indignação em brasileiros

que vivem fora do país, de sorte que manifestações seriam marcadas na Europa em apoio ao movimento e contra a truculência policial.

No dia 15 de junho, a atenção da imprensa nacional estava voltada para a abertura da Copa das Confederações. A cobertura da imprensa deu maior destaque às vaias recebidas pela presidenta Dilma Rousseff, no discurso de abertura do evento (ALENCASTRO, 2013). O Jornal Nacional do dia 15 enfatizou a abertura da Copa das Confederações e, ao tratar do tema das manifestações, manteve sua linha de ataque ao movimento, sustentando a imagem de vandalismo.

A virada de postura do Jornal Nacional aconteceu no dia 17 de junho, quando, pela primeira vez, a imagem de manifestantes associados a vândalos foi substituída pela imagem de um protesto pacífico, simbolizado pela bandeira nacional. A mudança de postura do Jornal Nacional na cobertura dos protestos indica que a articulação em desenvolvimento entre imprensa e aparato jurídico-policial do Estado estava em pleno funcionamento. O tema da PEC 37, inserido anteriormente, de forma marginal, ganhou maior destaque nessa nova leitura do movimento, sendo sugerido pelo Jornal Nacional como bandeira do movimento pacífico e democrático que ganhava as ruas do país.

O protesto passou a ser definido como pacífico, e a bandeira brasileira se tornou seu símbolo. Agora os protestos eram tidos como “expressão democrática” e já não se dizia que causavam tumulto ou prejuízo ao trânsito. O sentido mudou de negativo para positivo. A ênfase em bandeiras específicas, como os protestos contra os gastos da copa do mundo, a PEC 37 e, em sentido mais abstrato, contra a corrupção, se iniciam e consolidam a federalização aberta do movimento. (SOUZA, 2016, p. 90).

Apesar da cobertura estratégica, em que objetivamente mudavam de postura em relação aos protestos, nas ruas, os repórteres da Rede Globo de Televisão foram hostilizados pelos manifestantes (EQUIPE..., 2013). O dia 17 de junho foi o de maior alcance, até então, com manifestações significativas em grande parte das capitais do país, com a presença de 65 mil pessoas, em São Paulo.

No Rio de Janeiro, o protesto atingiu o expressivo número de 100 mil pessoas e terminou em confronto público entre manifestantes e polícia. O final do protesto, no Rio, foi marcado também pela depredação parcial da Assembleia Legislativa (BULCÃO; MACHADO; SOUZA, 2013). Mesmo diante desse cenário de guerra entre os manifestantes e a polícia, a cobertura da Rede Globo, em seu canal aberto, institui a narrativa da manifestação pacífica, quando o que se observava, na realidade, era um confronto violento.

Ao mesmo tempo, o comentarista Arnaldo Jabor mudava de opinião, em seu quadro do Jornal Nacional, sobre as manifestações. Em áudio divulgado pela CBN, Jabor reconheceu a

mudança de postura: “Amigos, eu errei. É muito mais que vinte centavos” (JABOR, 2013b). O mais grave da fala de Jabor, no entanto, foi o que não ganhou destaque: a comparação do MPL ao movimento dos “caras pintadas” de 1992, os quais se colocaram na rua pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello. Jabor propôs que o Movimento Passe Livre se tornara maior do que sua reivindicação inicial e, que nesse sentido, seria como uma versão moderna e mais atualizada dos “caras pintadas”, capazes, portanto, de reeditar a história e derrubar um presidente:

Amigos ouvintes, outro dia eu errei. Errei na avaliação do primeiro dia das manifestações contra o aumento das passagens em São Paulo. Falei na TV sobre o que me pareceu um bando de irresponsáveis fazendo provocações por causa de vinte centavos. Era muito mais que isso. Pois eu fiz um erro de avaliação e essa é minha autocrítica. Este movimento, Passe Livre, que começou outro dia, tinha toda a cara de anarquismo inútil e critiquei-o, porque temi que toda a energia fosse gasta em bobagens, quando há graves problemas a enfrentar no Brasil. Mas, a partir de quinta-feira com a violência maior da polícia, ficou claro, que o Movimento Passe Livre expressa uma inquietação que tardara muito no país pois, desde 1992 faltava o retorno de algo como os caras pintadas, os jovens que derrubaram um presidente. Hoje, eu acho que o Movimento Passe Livre se expandiu como uma força política original, até mais rica que os caras pintadas, justamente porque não tem um rumo e um objetivo certo a priori. (JABOR, 2013b).

Fica claro que o comentário de Jabor é também um indicativo objetivo da mudança de postura da imprensa nacional em relação às jornadas de junho. Alguns elementos dos movimentos posteriores já podem ser observados, na fala de Jabor. O movimento de 2016, que foi às ruas pedir o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, possuía semelhanças estéticas com o já conhecido movimento dos “caras pintadas” de 1992, protagonista popular do *impeachment* de Fernando Collor de Mello.

Há ainda um episódio final, o qual caracteriza o fim da noite das manifestações de 17 de junho de 2013, que se tornava emblemática: manifestantes ocupam a cobertura do Congresso Nacional (MANIFESTANTES... 2013). O lugar do poder estava simbolicamente tomado por manifestantes que pediam direitos.

A análise Singer (p.27) contribui para a percepção do movimento que tomava conta das ruas, no Brasil. O autor observa que a maior parte das análises sobre junho de 2013, quando se referem a elemento de classes, apresentam dois pontos de vista sobre o tema. O primeiro localiza na classe média a força motriz desse movimento e sua expressão máxima de classe. Por outro lado, algumas análises qualificam o movimento como uma expressão de jovens pobres.

Diante das duas análises, Singer (2013) propõe um terceiro horizonte de observação que a nós pareceu interessante: as jornadas de junho de 2013 são marcadas por um cruzamento de ideologias e de classes. O argumento de Singer não difere dos realçados até aqui. Ele amplia a

possibilidade de compreensão, com a qual, a nosso ver, responde bem à questão sobre 2013. Os movimentos de 2015 e 2016, que fortaleceram a imagem do “apoio popular” para o impeachment de Dilma Rousseff, foram gerados de forma ainda “misturada” no nebuloso junho de 2013:

Analizando as pesquisas disponíveis, gostaria de sugerir uma terceira hipótese: a de que elas possam ter sido simultaneamente as duas coisas, a saber, tanto expressão de uma classe média tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional quanto um reflexo daquilo que prefiro denominar de novo proletariado, mas cujas características se aproximam, no caso, daquelas atribuídas ao precariado pelos autores que preferem tal denominação: trata-se dos trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho. (SINGER, 2013, p. 27).

A consideração do elemento de classes permitiu que Singer (2013) sustentasse a hipótese de que as manifestações de junho de 2013 tiveram um caráter de mistura de classes. A atribuição do movimento à classe média pode comprometer a análise, pois é imperioso frisar que junho de 2013 não foi uma exclusividade da classe média tradicional. Talvez a confusão da análise se dê devido ao fato de junho de 2013 ter sido o “despertar” do movimento, o qual reapareceria em 2015 e 2016, agora já bem categorizado no “verde-amarelismo” e pronto para levar a cabo o *impeachment* de Dilma Rousseff:

A segunda fase das manifestações teria produzido, em consequência, um cruzamento de classes. Embora os dados não sejam suficientes para fechar um diagnóstico, para aí apontam as pistas mais interessantes que eles nos deixam, juntamente com as evidências de que o subproletariado pouco participou dos protestos. (SINGER, 2013, p. 31).

O dia 18 de junho também é fundamental na construção do enredo em que se articulava o golpe político. No dia 18, o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, cedeu à pressão das manifestações e iniciou o processo de negociação com o MPL, admitindo pela primeira vez a possibilidade de rever a decisão de aumentar a tarifa.

No entanto, o fator mais importante do dia 18 de junho, que aparece como elemento pela primeira vez, é a rejeição aos partidos políticos e às ideologias, um argumento que favorece o ESP. A própria denominação “Sem Partido” reforça a proposta de rejeição aos partidos políticos, que, na versão do ESP, é transformada na necessidade de omitir o debate político nas escolas, visto que, segundo o movimento e seus partidários, há em curso um processo educacional de doutrinação partidária esquerdista. O veículo dessa proposição foi o grupo *hacker* conhecido como *Anonymous Brasil*, que divulgou um vídeo no canal *online Youtube* com o título “As cinco causas” (ANONYMOUS BRASIL, 2013), o qual teve grande alcance em pouco tempo, atingindo 1 milhão 750 mil visualizações. Acreditamos ser importante acompanhar por completo o discurso

promovido pelo grupo *Anonymous Brasil*. Transcrevemos, abaixo, o texto do vídeo “As cinco causas”:

Seremos simples e diretos. As mídias de rádio e TV dizem que não temos uma causa específica. Isso pode enfraquecer o movimento. Só a diminuição do valor das passagens de transporte público não nos satisfaz, mas, realmente, temos que saber por onde começar um novo Brasil! Então, vamos levantar causas diretas e sem polêmica de cunho religioso ou ideológico, sem bandeiras partidárias ou subjetividades. Vamos todos levantar causas de cunho moral que são unanimemente aceitas. E vamos levantar poucas, por ora, para que não se dispersem... Chamaremos elas de “as cinco causas”. As cinco causas são: 1. Não a PEC 37; 2. Saída imediata de Renan Calheiros da presidência do Congresso Nacional; 3. Imediata investigação e punição de irregularidades nas obras da Copa, pela Polícia Federal e Ministério Público Federal; 4. Queremos uma lei que torne corrupção no Congresso crime hediondo; 5. Fim do foro privilegiado, pois ele é um ultraje ao Artigo 5º da nossa Constituição! Repitam, alardem, gritem, retuitem, compartilhem! Baixem o vídeo e postem em suas redes sociais, para que não seja retirado do ar! “Verás que um filho teu não foge à luta.” (ANONYMOUS BRASIL, 2013).

Percebe-se que os elementos propostos pelo *Anonymous Brasil* estão em consonância com a proposta da imprensa tradicional. O grupo assume o discurso sobre as manifestações, como se fossem eles os responsáveis por elas, contornando de forma discursiva o protagonismo do MPL. Nesse caso, percebe-se que a primeira das cinco causas levantadas pelo *Anonymous Brasil*, não à PEC 37, se combina e reforça a inserção da pauta realizada pela primeira vez, de forma ainda tímida, pelo Jornal Nacional de 13 de junho. Logo, há um encontro de interesses entre as cinco causas propostas pelo vídeo do *Anonymous Brasil* e a relação promíscua entre a imprensa nacional e o aparato jurídico-policial do Estado, conforme percebido por Souza (2016).

Outro ponto fundamental do manifesto das cinco causas é a condenação às bandeiras partidárias e às subjetividades. Esse movimento de condenação das bandeiras de partidos políticos é o primeiro movimento do ódio que seria percebido nas manifestações posteriores. Além disso, é nesse momento, abre-se espaço para o argumento do apartidarismo, que descaracteriza o movimento inicial.

As manifestações do dia 18 de junho já ganhavam um outro destaque da imprensa nacional. Ao que parece, as cinco causas propostas no vídeo do *Anonymous Brasil* haviam sido assumidas pelas ruas. Nesse dia, o movimento começou a ganhar novas cores e a transfigurar-se em uma outra proposta. Os vinte centavos e a mobilidade urbana foram esquecidos, agora o tema era outro:

No dia 18 de junho a cobertura passou a combater a repressão aos movimentos agora vistos como pacíficos, ainda que alguns dias atrás o jornal mostrasse preocupação com o “vandalismo”. Imagens de Lisboa e Londres mostravam protesto pelo respeito as manifestações. Bandeiras do Brasil e rostos pintados como nas “Diretas Já” apareceram por todos os lados. Começa a criação estética e moral do movimento antigoverno federal capitaneado pela grande imprensa: os ritos passaram a ser cantar o hino nacional, vestir a camisa da seleção, ter a cara pintada e usar a bandeira nacional. Mudaram não apenas as bandeiras iniciais do movimento, mas também o público que as apoiava. Em vez de jovens

e estudantes, tínhamos agora famílias de classe média com perfil de renda alta. (SOUZA, 2016, p. 91).

O trânsito de postura da imprensa ia ficando evidente, a cada dia. No entanto, fora da cobertura do Jornal Nacional, ainda circulava na mídia impressa e *online* o caráter do conflito, nas manifestações. O portal *online* Terra publicou reportagem que relatava hostilidades dos manifestantes com as equipes da Rede Globo de Televisão e da revista *Veja* (cf. GLOBO..., 2013). A mesma reportagem indica que os repórteres da Rede Globo foram cobrir a manifestação com microfones descaracterizados, procurando evitar a hostilização pública.

Já era possível, nesse momento, observar o primeiro “racha¹⁵ entre os manifestantes, em que se criava a cisão entre os verde amarelos adeptos do protesto pacífico e das causas promovidas pela imprensa e os “vândalos”, os quais seriam os jovens e estudantes que deram início aos protestos de junho. Esse movimento seria importante para se verificar os aspectos ideológicos que compunham o movimento de junho de 2013.

No dia 19 de junho, a reportagem da revista *Carta Capital*, ideologicamente mais à esquerda, já apontava a desconfiança quanto aos rumos que vinham sendo tomados pelo movimento, assim como pela mudança de postura da imprensa tradicional:

Engraçado é notar, ainda, que o apoio às manifestações acabou mudando o léxico das narrações. Antes, quando a linha editorial era, digamos, jaboriana, todos eram vândalos e desocupados. Agora que os protestos incluem as bandeiras do mensalão e da hiperinflação imaginária, quando localizam, lá do alto, os baderneiros quebrando vidraças e incendiando carros, os repórteres da Globo se referem a eles como “manifestantes mais violentos”. E a câmara volta para o rosto visivelmente contrafeito de William Bonner. A própria imagem da nação ultrajada. (FORTES, 2013).

No que se refere ao Jornal Nacional e sua cobertura, como vimos até este ponto, desviava-se o foco dos conflitos e se trabalhava na construção estética e moral do movimento pacífico e apertadário. A cobertura do Jornal Nacional do dia 19, de acordo com Souza (2016, p. 91) “[...] passou por uma transformação decisiva. A federalização dos protestos, com o objetivo de atingir a figura de presidenta, começou a ganhar corpo com palavras de ordem do próprio jornal, que passava agora a promover as manifestações como explosão democrática do povo.”

¹⁵ Em reportagem publicada no portal *online* G1, com a manchete “Estudantes chegam ao centro do Rio para remover marcas de protesto”, percebe-se claramente que a imprensa nacional produz uma cisão entre os manifestantes. Nesse caso, a reportagem do G1 relata que um grupo de jovens criticou a atuação de uma suposta “minoria”, que seriam os responsáveis pelos atos de vandalismo. Cf. CARDOSO (2013).

Mesmo com a tentativa de manipulação ideológica orquestrada pela Rede Globo e parte da imprensa nacional, os elementos ideológicos do movimento de junho de 2013 não eram possíveis de serem caracterizados de forma homogênea:

Socialmente heterogêneos, os acontecimentos de junho foram também tão multifacetados no plano das propostas que não espanta haja todo tipo de imputação ao seu sentido ideológico: desde o ecossocialismo até impulsos fascistas, passando por diversas gradações de reformismo e liberalismo. Acabaram por ser uma espécie de “Jornadas de Junho”, cada um vindo nas nuvens levantadas nas ruas a forma de uma deusa diferente. (SINGER. 2013. P.31)

Para Singer (2013, p. 32), há um mosaico ideológico em que não se pode, de maneira clara, distinguir qual ideologia o movimento de junho de 2013 possuía. O que o autor propõe é que, assim como houve um cruzamento de classes, o mesmo pode ser notado em relação ao aspecto ideológico das manifestações. Nesse cruzamento ideológico e de disputas acirradas e apaixonadas entre esquerda e direita, vermelhinhos e verde-amarelos, sindicalistas e empresários, classe média e trabalhadores, o que prevaleceu, segundo Singer (2013, p. 32), foi o centro.

Todavia, mesmo que confuso, ideologicamente, o movimento de 2013 produziu impactos na popularidade da presidenta que gozava de altos índices. O Jornal Nacional de 19 de junho fez questão de mostrar que a popularidade da presidenta estava em queda, embora ainda não fosse significativa o percentual. Souza (2016, p. 91) salienta que o Jornal Nacional de 19 de junho sobe o tom contra o governo de Dilma e, de forma escancarada, pauta o movimento. Os temas que ganhariam lugar nos próximos protestos e levariam de vez à “cisão” dos manifestantes e à mudança de rumo do movimento foram inseridos nesse dia, no Jornal Nacional:

O Jornal Nacional cerrou fileiras contra a presidenta e seu governo. Os temas que se tornariam clássicos mais tarde se constituíram aqui. A bandeira antipolítica e antipartidos surgiu. Inflação e custo de vida se tornaram bandeiras e substituíram a passagem de ônibus. Entraram com toda força o ataque a PEC 37 e o tema cada vez mais importante da corrupção. O jornal chegou a dizer que “quem é contra PEC 37 não precisa cobrir o rosto”. Diz também que a Globo pretende “dar voz aos manifestantes” e por isso lamenta a depredação de carros da imprensa que começa a acontecer. (SOUZA, 2016. p. 91-92).

Os manifestantes que atacaram os carros de imprensa, conforme apontado pela Rede Globo, eram aqueles que estavam sendo hostilizados pelos “novos manifestantes”, por carregarem bandeiras de partidos políticos, movimentos sociais, centrais sindicais. Estes poucos perceberam o movimento de apropriação que a imprensa nacional havia feito de sua pauta, subvertendo-a.

No dia 20 de junho, o governo paulista revogou o aumento das passagens (HADDAD..., 2013), contudo, novas manifestações foram convocadas para a noite. Os protestos se alastram pelo Brasil inteiro, a despeito de a pauta inicial do MPL, a revogação dos 20 centavos, ter sido atendida.

No Rio de Janeiro, aconteceu o protesto com maior número de participantes até então, cerca de 300 mil pessoas. A manifestação foi novamente marcada por conflitos, ainda mais violentos, entre a polícia e os manifestantes (GARCIA; CARVALHO, 2013b).

Na mesma noite de 20 de junho, o portal *online* O Globo publicou notícia com a seguinte manchete: “Militantes do PT são hostilizados e abandonam passeata em São Paulo” (MILITANTES..., 2013). A reportagem dá destaque ao fato de que militantes do Partido do Trabalhadores, os quais estavam no protesto, em São Paulo, foram hostilizados de modo violento pelos ditos manifestantes “pacíficos”. Vê-se que esse é o primeiro registro desse tipo de atitude, a qual se intensificaria, nos próximos protestos. A atitude pode ser compreendida, também, enquanto um primeiro resultado das “novas pautas” promovidas pela imprensa nacional, entre as quais ganhou grande destaque o caráter supostamente antipolítico e antipartidário. Esse é o início do processo de criminalização da política, que viria igualmente a se intensificar, mais à frente:

O jornal do dia 20 de junho, dia de grandes comícios, mudou o tom da cobertura de vez. Lamentavam-se ainda alguns casos de manifestantes “radicais” isolados, mas no Rio e em São Paulo comemorava-se abertamente o dia de manifestações históricas, com ampla maioria de classe média conservadora que viria a ocupar o palco da política conduzido midiaticamente até o impeachment em abril de 2016. O fim da corrupção já se tornara a palavra mais importante depois que as tarifas de ônibus foram abaixadas, transformando-se em bandeira central de todo movimento conservador partir daí. Os partidos políticos forma demonizados, já que, como sabemos, apenas o partido de esquerda tem capilaridade e militância. Estes eram vistos com desconfiança, já que se começa aqui a criminalizar a política enquanto tal, o que só aumentaria com a manipulação midiática da Lava Jato. Como em todos os movimentos autoritários, os militantes viriam a se perceber como únicos defensores da nação como um todo, “representando o Brasil” de modo indiviso e apartidário. É a política dos pretensos apolíticos. Para o Jornal Nacional, as manifestações, dominadas pelo público que a imprensa chamava à rua, passam a ter a qualificação de uma verdadeira “festa democrática”. (SOUZA. 2016. p. 92).

A partir de 21 de junho, as manifestações ganharam definitivamente outro contorno, de acordo com Souza (2016, p. 92): “A cobertura do dia 21 já mostrava que o esquema de distorção e manipulação dos fatos estava concluído.” Em resposta às ruas, a presidenta Dilma Rousseff fez um pronunciamento oficial, no qual estabeleceu um pacto pela melhoria dos serviços públicos, fundamentado em três ações centrais: a elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana (resposta as reivindicações do MPL); o uso de cem por cento dos *royalties* do petróleo para educação, e o plano de importar médicos para atender à urgência da saúde nacional (CALGARO; MOTOMURA, 2013)

O Jornal Nacional deu cobertura à matéria do New York Times sobre as manifestações, que as interpretavam como reclamação contra os “serviços públicos precários”, significando que a maioria da população não estaria satisfeita com as promessas petistas. A ala direita da classe média, que passa a ser o núcleo central do movimento, tendia a ser percebida como “povo” clamando nas ruas. Os “baderneiros” eram agora agentes infiltrados no movimento democrático e pacífico. (SOUZA, 2016, p. 93).

A manifestação do dia anterior (20 de junho) já havia sido chamada pelo MPL como comemoração à revogação dos 20 centavos e, portanto, encerrava a pauta do movimento, de forma provisória. No dia 21 de junho, o movimento declarou que deixaria as manifestações, visto que as pautas do movimento não são as levantadas na manifestação de 20 de junho, por parte dos presentes (CRUZ, F. 2013). Os militantes do MPL apresentaram um claro repúdio à hostilização dos partidos políticos, assim como à pauta conservadora levada às ruas, as quais nunca foram as pautas do movimento:

A manifestação perdia seu sentido popular e reivindicativo e se tornava uma “festa popular” contra a corrupção e ladroagem na política, o que se tornava definitivamente a bandeira central. O PT e os manifestantes da esquerda foram hostilizados. Aqueles ligados a partidos políticos foram expulsos. A Fiesp exibiu a bandeira do Brasil em seu prédio. (SOUZA. 2016, p. 93).

A partir do dia 21 junho, com a saída oficial do MPL das manifestações, ficava evidente que a estratégia de articulação entre imprensa e aparato jurídico-policial do Estado estava em pleno funcionamento. O MPL deixou as manifestações, entretanto, o movimento já estava tomado pela classe média, com o apoio da mídia e do setor empresarial.

Segundo Singer (2013, p. 34), chamam atenção os motivos que produziram o descontentamento necessário, para que a classe média ocupasse o espaço público, rivalizando com os jovens que iniciaram os protestos, no início de junho.

A força que mobilizou a classe média a ir às ruas e se proclamar protagonista, com contribuição da narrativa oficial da imprensa nacional, pode ser pensada por diferentes pontos de vista. Nesse caso, Singer (2013, p. 32) traz como ponto vista relevante, na articulação do enredo que transborda as paixões da classe média, a presença ainda sutil da inflação, no início de 2013, a qual vai atacar exatamente o poder de consumo da classe média, que, “a essa altura do campeonato”, já se sentia ameaçada em seus privilégios pela ascensão do proletariado, nos últimos anos, a rivalização pelo capital cultural e pelos espaços ocupados:

Assim, a aceleração do custo de vida para os setores médios nos meses que precederam as manifestações poderia explicar, em parte, a insatisfação que acabou por se expressar nas ruas em junho. Sozinha a inflação não teria, a meu ver, potencial para fornecer o combustível dos protestos, mas ela pode ter potencializado as inúmeras críticas que os setores médios, tanto à esquerda quanto à direita, faziam ao lulismo, já aguçadas pelas difíceis condições de vida urbana, em particular nos quesitos mobilidade e segurança. (SINGER, 2013. p. 34).

A inflação apareceu como elemento tensionador de questões que já estavam colocadas anteriormente à eclosão de junho de 2013. Esse movimento de perda do poder de consumo impulsionando a inflação é um dos motores que pulverizam a classe média e, com a contribuição da imprensa, provocam seu movimento até às ruas. Esse movimento de entrada da classe média tradicional nas manifestações provoca igualmente a entrada de um novo elemento ideológico de oposição ao governo, que, nesse caso, apresenta relações de flerte com as ideologias de direita e, de forma mais tímida, com as de extrema-direita, abrindo oposição na própria esquerda mais radical e até mesmo na extrema-esquerda, a qual identifica o Partido dos Trabalhadores como centro-esquerda:

O fato é que, a partir do momento em que importantes setores de classe média foram para a rua, o que havia sido um movimento da nova esquerda passou a ser um arco-íris, em que ficaram juntos desde a extrema-esquerda até a extrema-direita. (SINGER, 2013. p. 34).

O caminhar de junho de 2013 apontava, de acordo com a observação de Singer, para um espectro ideológico amplo, o qual tornava difícil definir aquele movimento como signatário de um partido, uma causa ou uma ideologia específica. Era um movimento, até então, de “todas” as ideologias.

O elemento novo ressaltado por Singer (2013, p. 35) é que, entre as ideologias proferidas e bandeiras levantadas, a direita se responsabilizou por levar a bandeira anticorrupção como sua. Estava implícito, assim, uma estratégia, mesmo que não consciente para todos, de criar uma força de oposição ao governo, capaz de unificar algumas das diferenças ideológicas presentes no movimento de rua.

Ademais, a estratégia era localizar no inimigo político, nesse caso, o Partido dos Trabalhadores, a responsabilidade pelo problema da corrupção do país, ignorando todo um passado histórico de corrupção que não se pode associar ao Partido dos Trabalhadores.

Mais que isso, a bandeira da luta contra a corrupção é uma bandeira “supostamente” universal, ou seja, supera os limites ideológicos entre esquerda e direita, é um interesse de todos. A bandeira anticorrupção, identificada como componente ideológico da esquerda, no Brasil, tradicionalmente relacionado ao PT e ao discurso de ética na política, que marcou o início do partido, foi estrategicamente assumida como uma bandeira neutra e, mais tarde, em 2016, se tornaria a bandeira central do movimento de “base social” que sustentou o *impeachment*:

A vantagem da bandeira anticorrupção é que ela penetra em todas as camadas sociais, pois flui com facilidade pelo senso comum. Quem pode ser a favor da corrupção? As camadas médias tradicionais nutrem o preconceito de que a falta de instrução das camadas populares as levaria a aceitar a corrupção (o que é duvidoso) em troca de benefícios. Em

todo caso, o “rouba, mas faz”, com o qual se procurou caracterizar nos anos 1940 a ação de Adhemar de Barros, na última quadra, mais ou menos sutilmente, tem servido para enquadrar o lulismo. Ao mesmo tempo, a direita estabelece uma relação entre a corrupção e as carências sociais, buscando convencer os setores populares de que se ela fosse varrida para fora da casa haveria recursos para todos viverem bem. Trata-se de um argumento falacioso, mas intuitivo. (SINGER. 2013, p. 34).

A presença da direita, que carregava a bandeira unificadora da “corrupção”, não provocou a desejada adesão ideológica do movimento e fim da disputa de espaços ideológicos. O cenário indicava que, mesmo que houvesse adesão da bandeira anticorrupção, impulsionada de modo evidente pela imprensa nacional, a realização da Copa das Confederações mantinha o caráter popular, percebido nas manifestações contra a realização dos eventos globais, como a própria Copa das Confederações, a Copa do Mundo, a qual seria realizada no ano seguinte, e as Olimpíadas, previstas para 2016. Era possível perceber, em cartazes presentes em todas manifestações, pelo país, a mesma ideia de que os gastos com tais eventos deveriam ser realizados com questões mais urgentes ao povo, como Saúde, Educação, Transporte Público, Segurança Pública:

Com a crítica aos dispêndios para o calendário esportivo, entrava em cena uma segunda bandeira de esquerda, após a da redução das tarifas. Afinal, o que está em jogo é a destinação de dinheiro público para construir estádios luxuosos e rendosos em termos de negócios, mas depois pouco úteis, em um país onde os pobres não têm esgoto, atendimento médico, transporte aceitável, segurança pública e, agora, para cúmulo da ironia, passaram a ser excluídos também do próprio futebol. Em última análise, a crítica da desigualdade constitui o *leitmotiv* do enredo “anti-Fifa”. Não por acaso, na quarta, 19, o Movimento dos Trabalhadores sem Teto, de tradição progressista, juntou gente nas periferias sul e leste de São Paulo para protestar “contra o aumento do custo de vida e contra o preço da Copa do Mundo, que é paga pelos trabalhadores”. (SINGER, 2013, p. 36).

Como exposto na passagem anterior, conforme Singer (2013), mesmo com a entrada da bandeira anticorrupção, movimentada pela direita, visando a atingir seu inimigo político às vésperas do processo eleitoral que se efetivaria no ano seguinte, a presença da esquerda se reafirmava nas pautas que contestavam os gastos públicos com os eventos globais e deixava à revelia os serviços básicos, dos quais a população carece, como os casos mais críticos e imediatos da Educação, Saúde e Segurança Pública. Essa presença dos elementos como fortes nas manifestações de 2013 ajudam a corroborar a hipótese de Singer (2013) de que há um entrecruzamento ideológico, nas manifestações. Uma das possíveis explicações desse entrecruzamento é, segundo o autor, referente ao já abordado entrecruzamento de classes:

Penso, portanto, que a direita trouxe para a segunda fase das manifestações o problema da corrupção e a esquerda, o das iníquas condições de vida urbana, produzindo um cruzamento ideológico que se compôs, em alguma medida, com a mistura de classes. (SINGER. 2013, p. 36).

A ideia de uma síntese de tantas ideologias distintas (procurando ocupar espaço) e de uma definição una foi o que proporcionou a ascensão de um elemento “mediador”. Entre a esquerda e a direita, há o centro. O centro, nesse caso, se apresenta como possibilidade de síntese da “bagunça” ideológica, se restringe às bandeiras de acordo comum e elimina as que provocam os elementos que tensionam as relações entre esquerda e direita. A hipótese é sugerida por Singer (2013) e nos parece sensata:

Mas o realmente novo foi a atuação do centro, o qual teve a vantagem de poder assumir uma e outra bandeira, bradando simultaneamente contra os gastos públicos privatizados pelo capital e contra a corrupção. Funcionou, assim, como uma espécie de inesperado generalizador do programa espontâneo das ruas. A única condição para que pudesse levar adiante tal operação aditiva foi a de não transformar a reivindicação de hospitais e escolas “padrão Fifa” em um verdadeiro combate ao capitalismo, como quer a esquerda, nem a perseguição aos corruptos, em uma obsessão vingativa à esquerda, como propõe a direita. (SINGER, 2013, p. 36).

A caracterização ideológica do centro, o qual se constitui enquanto agente unificador da ideologia “bagunçada” das jornadas de junho, é, na visão de Singer (2013, p. 37) “[...] pós-materialista, nos termos do cientista político Ronald Inglehart.” O que Inglehart define como pós-materialismo é, para Singer (2013, p. 37), uma mudança geracional em que o fardo da necessidade material já foi superado por aqueles que acenderam socialmente, o que lhes permite pensar em outro registro, para além da necessidade material, que seria, nesse caso, o de qualidade de vida e acesso a bens:

Para Inglehart, à medida que as sociedades vão resolvendo os seus problemas materiais ocorre uma mudança de valores, os quais passam gradativamente daqueles que enfatizam “a segurança econômica e física” para aqueles que ressaltam “a autoexpressão e qualidade de vida”. Seria uma transição intergeracional, realizada conforme os que já são socializados em um ambiente de classe média, livres do fardo material das gerações anteriores, vão se tornando maioria, provocando mudança profunda na maneira de enxergar a política por parte dos cidadãos. (SINGER, 2013, p. 37).

Singer (2013, p. 38) assinala que o entrecruzamento de ideologias e classes, nas manifestações de 2013, corresponde a uma nova agenda de reivindicações, que são típicas do fenômeno que Inglehart define como pós-materialismo. A nova fração da classe média que ascendeu, através do capital cultural, mas que, em boa parte, ainda está em escalas precarizadas de trabalho, se expressa nesse movimento. Os filhos diplomados dos trabalhadores já não possuem as mesmas necessidades materiais que seus pais, todavia, têm necessidades novas que advêm dessa nova condição em que se encontram.

Outro elemento importante dessa articulação pode ser constatado pelo movimento de inserção da PEC 37 como pauta supostamente nacional. É importante observar que, talvez, boa

parte das pessoas que estavam nas ruas não sabia ao certo do que se tratava a PEC 37. O fato pode ser notado através de reportagem publicada no portal online IG, no dia 23 de junho, que cobriu as manifestações em São Paulo e que entrevistou uma série de manifestantes, questionando-os sobre o que seria a PEC 37. A maior parte dos manifestantes se “enrolou” para responder e deixou claro que não sabia, de maneira correta, do que se tratava aquilo que reivindicava:

De autoria do delegado de polícia Lourival Mendes, do PT do B do Maranhão, a PEC 37 é um tema árido para o grosso da população, mas hoje dificilmente seria aprovada no Congresso por causa das manifestações que tomam conta do país. A proposta é, na verdade, uma redundância jurídica porque afirma aquilo que já está na Constituição: polícia investiga, promotor e procurador denunciam e o juiz julga. O problema é que desde 2007, amparado numa resolução do Conselho Nacional do Ministério Público, a investigação criminal deixou de ser monopólio da polícia. A maioria dos juristas e criminalistas é contra por se tratar de uma norma que não poderia estar acima da Constituição ou das leis. Em São Paulo, o Ministério Público, ajudado pela Polícia Militar, passou a investigar as organizações criminosas, enquanto em nível nacional, os procuradores passaram também a se dedicar ao combate a corrupção, uma atribuição até então exclusiva da Polícia Federal. (QUADROS, 2013).

Diante do agravamento do cenário, a presidenta Dilma Rousseff propôs, no dia 24 de junho, uma reforma política que tinha como objetivo central o combate à corrupção. A presidenta se reuniu com governadores de todo o Brasil e com representantes do MPL, convidados pelo governo, para propor um plebiscito de reforma política e a criação de uma lei que tornasse corrupção crime hediondo (MARINGONI, 2013).

O momento era de acirramento das pressões populares e sintomático para o que nos interessa, ou seja, o despertar do potencial autoritário e fascista adormecido nos brasileiros. Quando formulamos a tese de que há um potencial autoritário e fascista presente nesse contexto histórico, procuramos atentar a pequenas cenas em que, de forma exagerada, esse potencial se expressa. Nesse sentido, achamos importante observar alguns indicativos de que o discurso potencialmente fascista e autoritário ganhava espaço, nesse cenário.

No mesmo dia 24 de junho, em nossas pesquisas, procurando reportagens que trouxessem elementos desse dia, encontrando uma notícia no portal *online* O Dia, que nos serve de exemplo de como esse potencial autoritário e fascista ia ganhando expressão, nos manifestantes “pacíficos” que haviam ocupado o lugar dos estudantes e jovens “vândalos” do MPL. “Líderes ensaiam saudação nazifascista em protesto sem pauta” (LÍDERES... 2013) – esse é o título da reportagem a que nos referimos e da qual transcrevemos abaixo alguns trechos que nos interessam para análise:

Rio - O protesto sem pauta que ocupa a Avenida Rio Branco, desde a tarde desta segunda-feira, ganhou contornos bizarros. Os líderes do movimento tentaram impor uma saudação nazifascista para os mil presentes. Com os braços estendidos, alguns gritavam “Dias de luta, dias de glória”. A maioria das pessoas não seguiu o ritual. Os manifestantes ficaram sentados em um dos prédios na Avenida Rio Branco, com cartazes e dizeres “#vemprarua”

“Não aos partidos!” e “Não culpem os jornalistas, culpem a imprensa”. [...] o meio do trajeto pela Rio Branco, o grupo mostrou que tinha estrutura. Do alto de um dos prédios, foram projetadas imagens e expressões que davam cara ao grupo. Frases como “cura gay é coisa de viado” e “não culpem os jornalistas, mas os jornais”, refletiam a ideologia dos organizadores. Eles foram acusados de serem neonazistas. Quando questionados sobre, gaguejaram e preferiram se esquivar. “Não é hora de falar sobre isso, deixa pra lá”, afirmou um deles. (O DIA, 2013).

A cena presenciada no Rio de Janeiro é a expressão do que identificamos como potencial fascista. O fato narrado pelo portal O Dia traz elementos que ajudam a reforçar nossa tese de que o cenário atual se constrói como um campo fértil para o desabrochar de condutas e práticas autoritárias, combinado com um potencial fascista, identificado na relação que se estabelece como referência simbólica, por exemplo, na tentativa de induzir um grande público a reproduzir uma saudação típica dos nazistas, ou na própria projeção de temas que podem ser facilmente percebidos nos regimes fascistas. Tão grave quanto isso é o fato de, ao serem questionados sobre sua conduta e a ideologia promovida, durante o evento, os organizadores desconversarem: “Não é hora para falar sobre isso, deixa pra lá”.

A resposta dos organizadores é fundamental para a análise. O “deixa pra lá” é exatamente o que devemos combater, na perspectiva de Adorno, quando nos referimos à importância de pensar acerca dos fatos históricos e não esquecê-los. Em “Educação pós-Auschwitz”, Adorno indica como imperativo educacional a necessidade de refletir sobre a barbárie provocada pelo nazifascismo. Desse modo, o “deixa pra lá” só é admitido em contexto no qual se sufoquem ideais democráticos e ideias autoritárias e potencialmente fascistas, como essas, ganhem espaço de promoção sem censura.

O caminhar dos dias não foi favorável à presidenta petista, que, mesmo com todos os esforços em conter o anseio popular, não tinha como atingir os manifestantes que estavam na rua, visto que suas pautas não tratavam mais de direitos de cidadania, como a pauta inicial do transporte público: a pauta, nesse período, era conservadora e moral, com que a presidenta não conseguiu lidar:

No dia 29 de junho, finalmente, o Jornal Nacional colheu o sucesso retumbante da violência simbólica tão bem perpetrada: foi mostrada uma pesquisa segundo a qual a aprovação popular da presidenta despencara em queda livre. Ela perdera 27 pontos percentuais desde o início dos protestos, os quais visavam na sua origem a questões locais e municipais. Era a maior queda de popularidade da presidenta desde o início do mandato. (SOUZA, 2016, p. 95).

A cobertura vitoriosa do Jornal Nacional, como vimos, de acordo com Souza (2016), dá o tom do desdobramento final das jornadas de junho de 2013. O saldo não foi positivo de forma

alguma para o governo petista. As jornadas de junho se tornaram um marco fundamental e histórico para a compreensão do enredo que levou ao golpe político de 2016 e ao cenário de incertezas que vivemos hoje.

O esforço em acompanhar mais detalhadamente as jornadas de junho reside exatamente no fato de esse ter sido o momento de eclosão do potencial fascista e autoritário a que nos referimos, e que se tornaria mais evidente nas manifestações pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, promovido por esse movimento, o qual surgiu da apropriação da pauta genuína do MPL.

A campanha da imprensa nacional para construir estética e moralmente os elementos de subversão das manifestações foi bem-sucedida. Os elementos inseridos na pauta, pela imprensa, como a PEC37, por intermédio do Jornal Nacional, tomaram o lugar da pauta original. A federalização dos protestos, conforme destacado por Souza (2016), se tornou efetiva. O resultado da campanha da imprensa podia ser percebido na queda brutal da popularidade da presidenta petista. De acordo com Souza (2016, p.95), “[...] esse foi o efetivo começo do golpe.”

Em contraponto à interpretação de Souza(2016), que dá destaque ao papel da imprensa na apropriação das manifestações pela classe média, Singer (2013, p. 38) propõe uma nova leitura de junho de 2013, a qual tenta não fixar a narrativa na apropriação, pela direita, de manifestações que teriam sido iniciadas pelo MPL, mas sugere uma leitura mais fluida de que, nesse momento, o que houve foi uma resignificação do movimento, na tentativa de unificação centrista, que apostou em uma leitura pós-materialistas, através dos signos da corrupção e do Estado envelhecido:

Se o meu raciocínio estiver correto, a segunda fase não teria representado uma apropriação do movimento pela direita, mas uma muito mais sutil resignificação por parte de um centro pós-materialista. Por meio dela, tanto os “hospitais padrão Fifa” como as “punições exemplares aos corruptos” passaram a simbolizar a “modernização do Brasil”. A hipótese de que um centro pós-materialista possa ter formado o eixo da segunda fase dos acontecimentos de junho encontra amparo nos dados disponíveis sobre o perfil ideológico dos manifestantes. Não apenas o centro é a posição individualmente majoritária, mas, se considerarmos que a centro-esquerda e a centro-direita podem ser vistas como parte de um centro ampliado, chegaremos a que perto de 70% dos participantes giravam em torno de posições centristas. Faz sentido pensar que esquerda e direita se encontraram no centro ao cruzarem, em sentidos opostos, as avenidas do país. (SINGER. 2013. p. 38).

Nesse caso, a predominância da nova classe média, nas ruas, composta por jovens formados, mas precarizados na escala de trabalho, é “[...] naturalmente compatível com a ideologia de centro que acabou por ser dominante no auge do movimento” (SINGER, 2013, p. 38). A questão levantada pelo autor provoca uma nova tensão nas relações de classe, visto que, mesmo adeptos ao “centrismo”, em um tom geral, a conciliação ideológica e de classes não era possível, visto que, mesmo que minoritária, uma parcela do proletariado compunha as manifestações e suas pautas ainda eram materiais, diferentemente dos interesses pós-materiais defendidos pelo centro.

Há também, na jovem classe média, os que ascenderam através do capital cultural e da aquisição do diploma e que se mantêm em condições precárias de trabalho, contudo, que aderiram em boa medida às reivindicações centristas. Para Singer (2013, p. 39), tal elemento é um problema identitário já tratado pela sociologia, no sentido de que a identificação de classe seja a expressão de um desejo, porém, não necessariamente da realidade:

No entanto, é possível que, embora objetivamente distante, o universo da classe média pós-materialista seja alvo de desejo de jovens que começam a se mover naquela direção por meio da elevação educacional. Ensina a sociologia que, quando não existem fortes subculturas de classe em ação, os indivíduos podem desenvolver identificações com o lugar social para o qual querem ir e não com o terreno de onde vêm. (SINGER, 2013, p. 38).

A análise de Singer (2013) autoriza, portanto, a levantar novos elementos que ajudam a construir o pano de fundo do contexto histórico que vivemos e em que se aprofunda o ideal autoritário e potencial fascista. Singer nos chama atenção ao elemento ideológico e de classes que é fundamental para a análise de como esse processo eleva o potencial fascista.

O caráter multifacetado ideológico e de classes, sustentado pelo autor, ajuda a despolarizar as jornadas de junho como resultado de um movimento único de cooptação da classe média nacional associada à ideologia de direita. É evidente, entretanto, que a contribuição da imprensa como potencializador ideológico foi fundamental para que se sobressaísse a postura ideológica de direita e, posteriormente, a abertura de espaço para o centro:

[...] no auge das manifestações, as diversas correntes ideológicas estavam juntas nas ruas. Apesar da expulsão simbólica da esquerda partidária da avenida Paulista (talvez por grupos de extrema-direita sob o beneplácito silente de manifestantes de centro), na noite da quinta, 20, onde tudo havia começado duas semanas antes, a esquerda social lá permaneceu, representando uma parcela significativa, embora não majoritária, do protesto. Da mesma maneira, havia uma direita, a qual, contudo, era bem menor do que fizeram pensar as primeiras impressões a respeito do acontecido. O centro, por sua vez, predominava do ponto de vista numérico e, como buscamos sugerir, cultural. Descobrir como o novo proletariado reagiu ao estranho cruzamento ocorrido ajudará a entender melhor o significado profundo dos acontecimentos de junho. (SINGER, 2013, p. 38).

Todos esses elementos reunidos ganharam uma nova roupagem, no golpe de 2016, quando a elite nacional se reorganizou no coração do Estado e na própria sociedade civil, o que, a nosso ver, torna o golpe midiático-jurídico de 2016 mais perigoso que o golpe empresarial-militar de 1964.

De acordo com Frigotto (2017, p. 23), a gênese do golpe de 2016 está na reorganização desses setores, ou seja, a burguesia nacional, o empresariado (braço político e ideológico), a mídia, figuras do judiciário, do Ministério Público, da Polícia Federal.

Nesse cenário, observa-se um movimento de articulação dos setores conservadores, na promoção da ideologia do golpe, em que houve uma demonização dos partidos de esquerda e de iniciativas populares, um clamor pelo retorno de uma suposta ordem e bem estar-social falsamente identificados com o período da ditadura militar (o que talvez explique, ao menos em certa medida, a cena recorrente e cada vez mais repetida de civis em manifestações populares pedindo a volta da ditadura militar), em que se sustenta uma agenda retrógrada fundamentada em boa parte no discurso sobre Deus, a Família e a Pátria.

3 O GOLPE DE 2016 - CLASSE MÉDIA, “NOVA DIREITA” BRASILEIRA E O ESCOLA SEM PARTIDO

Os elementos que remetem às jornadas de junho são fundamentais para a reflexão a propósito do cenário que permitiu o golpe de 2016, assim como as ramificações desses fenômenos, nos mais diversos campos, como, no nosso caso de interesse, o da educação. A análise até este ponto se restringiu a apresentar elementos importantes verificados, pela primeira vez, em 2013, e que foram fundamentais para o golpe que se concretizaria em 2016.

As jornadas de junho colocaram em movimento os atores sociais que estariam protagonizando os movimentos de 2015 e 2016, com caráter ideológico bem mais definido que em junho de 2013. A análise de Singer (2013) auxilia a constatar com maior clareza e, até como contraponto, a narrativa única de apropriação da direita sobre as manifestações de junho de 2013, porque o caldo é bem mais complexo.

No entanto, mesmo que a direita não tivesse “cooptado” por completo o movimento de junho de 2013, aquele foi o momento de sua “saída do armário”. Junho de 2013 não pode, portanto, ser caracterizado tal qual um movimento de direita que ascendeu sobre o país. O que se pode notar é que o suposto protagonismo da classe média e das ideologias de direita foi reforçado pela imprensa nacional, de forma sistemática.

Nesse episódio, a classe média¹⁶ se reapresentou como protagonista da “revolução social brasileira” e de maneira bem mais objetivamente próxima às ideologias de direita. Nesse caso, é importante observar como o pós-2013 abre um campo fértil para expansão das ideologias de direita e extrema-direita, e como a classe média assume essa bandeira.

Este capítulo tem o objetivo de investigar a relação de proximidade e interesse entre a direita e a classe média, que é fundamental para compreender o movimento político conservador e autoritário, responsável, em certa medida, por impulsionar o golpe de 2016. Para tal, é necessário

¹⁶ O conceito de *classe média* é muito discutível e de difícil definição e precisão, especialmente no caso brasileiro. Nesse sentido, a nossa proposição não é pensar uma “nova classe média”, mas constatar que ela existe e que teve papel fundamental no processo de ascensão de forças conservadoras, autoritárias e potencialmente fascistas, no cenário atual. Desse modo, para melhor compreensão da “nova classe média” brasileira, recomendamos os estudos do Professor Marcio Pochmann, *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*, publicado pela editora Boitempo. Pochmann realiza uma análise do trabalho, na base da pirâmide de rendimentos da sociedade brasileira, em que se propõe ir além da abordagem do problema, proposta pelos monopólios dos meios de comunicação que alegam ser uma “nova classe média” o resultado fundamental do recente movimento geral na estrutura da sociedade brasileira.

pensar como se constitui a classe média, e quais suas relações com a direita. Assim, partiremos do clássico texto de Reich (1988) sobre a psicologia de massas, no fascismo, a fim de compreender como historicamente, desde sua origem, os Estados fascistas mantinham uma relação de proximidade e interesse com a classe média.

Após resolvido esse ponto fundamental, que identifica na classe média uma relação histórica e duradoura de interesse e apoio à direita, partiremos para uma análise mais específica da classe média brasileira, procurando entender suas origens e em que medida se pode vincular sua história à direita nacional.

Após essa análise da relação histórica entre ambas, procuraremos demonstrar como esse vínculo contribuiu para o avanço do discurso autoritário e potencialmente fascista, e, conseqüentemente, como esse processo se reflete em fenômenos como o ESP.

3.1 O fascismo e a classe média

Em *Psicologia de Massas do Fascismo*, Reich (1988) não se preocupa com a consciência dos trabalhadores, tal qual o marxismo, como um elemento de classe. O que lhe interessa, na consciência, são elementos que permitam entender a dominação, a hierarquia, a distinção de gênero e raça, as quais, em um aspecto mais amplo, são responsáveis por forjar a identidade humana. Reich (1988) faz um estudo que pode ser pensando enquanto uma psicanálise das relações. Entre as reflexões propostas por Reich (1988), interessam-nos algumas que podem cooperar para a compreensão do autoritarismo e da própria constituição de personalidades e sociedades autoritárias.

Uma das questões importantes que o autor destaca, em seu texto, é a relação indissociável entre os fascismos e a classe média: “A classe média tem uma importância fundamental para a existência de um Estado, afirmava-se num panfleto do Partido Nacional Alemão, em 8 de abril de 1932.” (REICH, 1998, p. 53). Reich (1988) percebeu que a classe média foi essencial na constituição do Estado fascista, portanto, este é um ponto a ser examinado com cuidado:

A classe média baixa fascista é igual à classe média baixa liberal-democrática; apenas se distinguem porque vivem em diferentes fases históricas do capitalismo. Nas eleições de 1930 a 1932, o nacional-socialismo obteve seus novos votos quase que exclusivamente do Partido Nacional Alemão e dos Partidos de facções menores do Reich alemão. Apenas o centro católico manteve a sua posição, até mesmo nas eleições de 1932, na Prússia. Foi só nestas eleições, que o Partido Nacional-Socialista conseguiu penetrar na massa dos trabalhadores da indústria. Mas a classe média continuou a ser o principal baluarte da suástica. Na mais grave crise econômica jamais atravessada pelo sistema capitalista (1929-1932), a classe média, representando a causa do nacional socialismo, tomou o poder

político e impediu a reconstrução revolucionária da sociedade. A reação política soube apreciar devidamente a importância da classe média. (REICH, 1998, p. 52-53).

Reich (1988, p. 53) sublinha que a classe média é base social do fascismo, isto é, o fascismo é um movimento social de massas, representativo dos interesses da classe média, em determinados momentos históricos, especialmente nos de acentuada crise capitalista. No entanto, segundo o autor, é necessário cuidado para não confundir os interesses reacionários das massas com o papel reacionário do fascismo:

São inevitáveis os mal-entendidos, quando não se estabelece uma distinção entre os interesses subjetivos da base de massas de um movimento reacionário e a sua função reacionária objetiva, fatores esses que estão em contradição (mas que foram reconciliados na totalidade do movimento nazi). (REICH, 1988, p. 53).

Nesse sentido, o autor aponta um caráter contraditório que faria do fascismo, a princípio, anticapitalista e revolucionário. Seu caráter anticapitalista seria necessário para seduzir a classe média e constituir sua base de apoio social em massa. Esse movimento inicial é, na verdade, uma estratégia para a adesão da classe média como base social para alcançar os objetivos fascistas. Isso ficou evidente na própria história do nazismo alemão. Conquistando o apoio social necessário da classe média, ao assumir o poder, os nazistas ampliaram as perspectivas capitalistas, partindo para um imperialismo radical:

E quanto a isso, não importa nem um pouco se e quantos dos seus dirigentes tinham uma orientação socialista honesta ou desonesta (no sentido que davam à palavra) e também não importa se e quantos eram (à sua moda), embusteiros ou fanáticos do poder. Uma política antifascista radical não pode ser baseada nessas considerações. A história do fascismo italiano poderia ajudar na compreensão do fascismo alemão e sua ambiguidade, pois também no fascismo italiano se fundiam num todo as duas funções rigorosamente contraditórias a que fizemos referência. (REICH, 1988, p. 53-54).

As afirmações de Reich (1988, p. 54) são fundamentais para pensarmos o papel da classe média e, no contexto em que nos interessa, a classe média brasileira e o atual cenário de crise do capital.

Aqueles que negam ou não apreciam devidamente a função da base de massas do fascismo surpreendem-se perante o fato de que a classe média, não possuindo os principais meios de produção nem trabalhando neles, não pode ser uma força motriz permanente na história e, por isso, oscila invariavelmente entre o capital e os trabalhadores. Esses mesmos não perceberam que a classe média pode ser e é “uma força motriz na história”, se não permanentemente, pelo menos temporariamente como provam o fascismo italiano e o alemão. E isso não significa apenas a destruição das organizações de trabalhadores, as inúmeras vítimas, a erupção da barbárie, mas também, e principalmente, o impedir que a crise econômica resultasse numa revolta política, isto é, na revolução social. (REICH, 1998, p. 54).

A passagem anterior pode ser pensada em relação ao contexto nacional das manifestações de junho de 2013, que, a princípio, foram realizadas como uma forma de descontentamento da população, em geral, exercitando a cidadania e a democracia, criticando as ações do Estado, porém, que foram, de forma progressiva, sendo abafadas e ganhando as cores da bandeira nacional e um tom particularmente agressivo, odioso, no qual os protagonistas eram os representantes da classe média nacional.

Mesmo que não se possa fazer um paralelismo com a situação social da Alemanha, no período de ascensão social do nazismo, e o Brasil de hoje, é possível, com os devidos cuidados, notar que há algumas semelhanças nesse movimento contemporâneo com o cenário apontado por Reich, no qual a classe média aparece enquanto força histórica motriz temporária.

Reich (1998, p. 53) demonstra o papel fundamental da classe média, na ascensão do Partido Nacional Socialista na Alemanha, através do apoio a ideias autoritárias. Guardadas as distâncias históricas, culturais, econômicas, políticas e sociais, podemos traçar paralelos e perceber que existem semelhanças com o papel da classe média apontado por Reich (1998), na ascensão dos nazistas ao poder, e o papel da classe média brasileira, no fortalecimento do discurso autoritário e potencialmente fascista, e, conseqüentemente, no achatamento dos direitos conquistados na Constituição de 1988.

O flerte da classe média com o autoritarismo não é uma novidade, no cenário brasileiro. A conhecida “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que aconteceu em 19 de março de 1964, às vésperas do golpe militar de 1º de abril, foi organizada e protagonizada por senhoras da classe média paulistana, as quais, patrocinadas pelo empresariado aliado aos militares, foram às ruas de São Paulo pedir que fosse realizada uma intervenção militar, que se concretizaria dias depois.

Esse episódio histórico é importante para verificar que há um elo entre a classe média e os discursos autoritários e fascistas. Não obstante, como já brevemente apontado aqui, as manifestações de junho de 2013, que inicialmente tinham um caráter popular, foram sendo apropriadas pela classe média, a qual passou a desfilar o verde e amarelo nas ruas do país, assumindo uma falsa posição de classe contestadora.

A invasão e a subversão das manifestações de junho de 2013 podem ser percebidas pela adesão aos discursos autoritários e potencialmente fascistas. Substitui-se a pauta inicial do aumento de preço das passagens de ônibus, em São Paulo, por pautas conservadoras, relacionadas à corrupção e à condenação de partidos políticos de esquerda, movimentos sociais, organizações sindicais etc. Nas manifestações da nova classe média brasileira, o que se viu foi uma reedição dos

pedidos de 1964. Não faltaram imagens disponíveis em jornais, televisões, mídias sociais, de pedidos de intervenção militar feitos por manifestantes de verde e amarelo. A história não se repete, como já discutido aqui – e, portanto, não houve um golpe militar logo após o clamor da classe média brasileira pelo autoritarismo.

Mesmo que a história não se repita, é possível utilizar o conhecimento histórico, a fim de observar linhas de continuidade, de reedições, de caminhos já vividos, com uma roupagem nova, porque a história coloca novos elementos em jogo. A crise econômica, que pode ser compreendida como o motor desse processo, colocou a classe média brasileira em conflito. A perda do poder de compra e a sensação de proximidade com a classe trabalhadora são fatores que parecem ter produzido pânico, na classe média brasileira. Uma imagem que demonstra o descontentamento da classe média brasileira com a “invasão” de seu espaço social pelos trabalhadores pode ser constatada por uma notícia que “viralizou”, nos meios de comunicação do país. A notícia a que nos referimos retrata o comentário público de uma professora universitária, em uma rede social, na qual coloca como legenda de uma foto de um homem vestido de regata, bermuda e tênis, a seguinte pergunta: “Aeroporto ou rodoviária?”

A professora, a qual, por sua qualificação e local de trabalho, se enquadra nos padrões definidos pelo IBGE enquanto classe média, demonstrou, de forma pública, o descontentamento reprimido da classe média brasileira com a ascensão social de parte dos trabalhadores, nos últimos anos. O fato é referendado igualmente por uma colega professora, classe média, que comenta a foto, afirmando: “Hehe. E sabe o que é pior? Quando esse tipo de passageiro senta exatamente ao seu lado e fica roçando o braço peludo no seu, porque - claro - não respeita (ou não cabe) nos limites de seu assento.” (VIEIRA, 2014)

A classe média nada tem a esperar deste sistema, a não ser a aniquilação. Esta é a questão: ou todos nos afundamos na grande tristeza cinzenta do proletarianismo onde todos teremos o mesmo — isto é, nada — ou então a energia e a aplicação poderão colocar o indivíduo na situação de adquirir propriedade por meio do trabalho árduo. Classe média ou proletariado! Esta é a questão. “Estas advertências foram feitas pelos nacionalistas alemães antes das eleições para a presidência, em 1932. Os nacional socialistas não foram tão estúpidos, tiveram o cuidado de não criar um hiato muito grande entre a classe média e os trabalhadores da indústria, na sua propaganda, e esta tática lhes proporcionou um êxito maior. (REICH, 1998, p. 55).

Aliada à elite nacional, a classe média se associa a um discurso autoritário e potencialmente fascista, buscando, por intermédio da força, com apoio da elite, se impor sobre os trabalhadores.

Reich (1998, p. 54) observa que o fascismo era um interesse de classe e, por esse motivo, há uma identificação fácil entre os membros da classe média e as ideias fascistas. Um elemento

importante e de conexão que permite que essa seja uma identificação forte se refere ao papel do patriarcalismo. Tanto para classe média quanto para os fascistas, o patriarcalismo é uma estrutura fundamental.¹⁷

A classe média começou a movimentar-se e apareceu como força social, sob a forma do fascismo. Assim, não se trata das intenções reacionárias de Hitler e de Göring, mas sim os interesses sociais das camadas da classe média. A classe média tem, em virtude da estrutura do seu caráter, uma força social extraordinária que em muito ultrapassa a sua importância econômica. É a classe que retém e conserva, com todas as suas contradições, nada mais nada menos do que vários milênios de regime patriarcal. (REICH, 1988, p. 54).

Nesse caso, a figura do Pai, o Führer, era mais consistente na expressão cotidiana da vida dos alemães médios que a figura de uma classe social revolucionária. Em um cenário social pós-crise de 1929, no qual o indivíduo se encontra fragilizado, o fascismo tem um campo fértil para se desenvolver:

Na psicologia de massas, o führer nacionalista é a personificação da nação. E só se estabelece uma ligação pessoal com esse führer se ele realmente encarnar a nação em conformidade com o sentimento nacional das massas. Se ele souber como despertar os laços afetivos da família, nos indivíduos das massas, ele será também uma figura do pai autoritário. (REICH, 1988, p. 67).

O momento pré-fascista foi marcado por uma das maiores crises mundiais do capitalismo, quando os indivíduos se viram diante de situações-limite. E nesse ponto reside o problema, visto que a fragilidade do indivíduo diante de tal contexto de crise econômica, que afeta a sua vida de forma avassaladora, cria nele uma sensação de impotência em face da vida real e de qualquer transformação, o que se torna terreno fértil para que o fascismo se desenvolva.

É nesse contexto que a fragilidade dos indivíduos encontra o sentido de força e união em grupos paramilitares, como a S.S, que minimizam essa fragilidade na ideia de uma coletividade que traz força. No momento histórico da maior crise capitalista, na qual os sujeitos são impelidos à competição brutal, o ideário de uma força da coletividade é uma esperança de diminuir a fragilidade e a impotência do indivíduo.

Além disso, a ideia de uma força coletiva que resolva a fragilidade individual, de certo modo, se aproxima do ideal socialista que até então era com o qual os trabalhadores alemães flertavam. Portanto, não é uma mera coincidência a escolha do nome do partido de Nacional

¹⁷ A afirmação de Reich (1988) é importante para sustentar a argumentação que propicie aproximações com cuidados, entre o que salienta o autor sobre a classe média alemã e o próprio desenvolvimento da classe média e sua relação com o autoritarismo e fascismo, como sua base social, enquanto um fato genérico, aplicado à forma de constituição da classe como um todo, com distinções particulares, de acordo com o contexto cultural. Nesse sentido, a classe média brasileira, assim como percebido por Reich, tem um forte vínculo originário com o sistema patriarcal familiar da colônia. Desse modo, podemos sustentar que temos uma classe média patriarcal.

Socialista. Nessa escolha estava implícita a proposição de utilizar as aspirações da massa para seus próprios objetivos.

Conforme Reich (1988), a solidariedade internacional dos trabalhadores alemães era muito mais frágil do que o nacionalismo secular. Nesse sentido, o sentimento de solidariedade entre um trabalhador alemão e outro alemão era maior do que a solidariedade deste para um trabalhador de qualquer outra nação. Essa característica reforça a proposição do nacionalismo. Nesse cenário em que os indivíduos se encontram fragilizados, o pertencimento a um grupo lhes provoca uma sensação de força e de rompimento com a fragilidade que têm. Esse processo se desenvolvia especialmente quando havia uma aproximação dos trabalhadores com os grupos paramilitares, os quais lhes concediam o mínimo de dignidade, isto é, trocavam suas vestes imundas e esfarrapadas por belos uniformes militares e ofereciam alimentos a seres humanos que estavam famintos.

A combinação desses fatos preparava o terreno para a submissão à figura do Führer. Assim, a noção de subserviência, que é proveniente do modelo familiar centrado na figura paterna – a submissão ao pai, submissão da mulher, submissão dos filhos –, preparava o modelo de sociedade que conviveu com o nazismo, em certa medida, próximo estruturalmente ao modelo da família patriarcal colonial, no Brasil.

Quanto mais desamparado o indivíduo de massa se tornou, em consequência da sua educação, mais acentuada é a sua identificação com o führer, isto é, mais a necessidade infantil de proteção é disfarçada sob a forma de um sentimento em relação ao führer. Esta tendência à identificação constitui a base psicológica do narcisismo nacional, isto é, a autoconfiança que cada homem individualmente retira da “grandeza da nação”. O indivíduo reacionário da classe média baixa descobre-se no führer, no Estado autoritário. Devido a esta identificação, sente-se defensor da “herança nacional”, da “nação”, o que não impede que, ao mesmo tempo e também em consequência desta identificação, despreze as “massas”, opondo-se a elas como indivíduo. A sua situação material e sexual miserável é escamoteada pela exaltação da ideia de pertencer a uma raça dominante e de ter um führer brilhante, de tal modo que deixa de perceber, com o passar do tempo, quão profundamente se deixou reduzir a uma posição insignificante de cega submissão. (REICH, 1988, p. 67).

O nacionalismo trouxe à tona o inimigo reconhecido historicamente que provocava o sentido de unidade nacional. Todos esses fatores apontados por Reich (1988) são fundamentais para a compreensão da potência fascista e da personalidade autoritária.

3.2 Classe Média: uma classe heterogênea

Como observado na seção anterior, é possível estabelecer relações entre a classe média e a adesão a ideias fascistas. Nesse caso, estabelecer relações entre a classe média brasileira e as

práticas e discursos potencialmente fascistas é uma tarefa relativamente simples, no entanto, definir a classe média, com precisão, já não é tão simples.

Há de se fazer uma consideração fundamental acerca do papel do capitalismo, nesse processo de constituição da nova classe média, especialmente sobre o aspecto do trabalho alienado e explorado. Nesse contexto de diminuição de direitos e avanço brutal do capitalismo neoliberal, a sobrevivência é ameaçada constantemente, impulsionando os indivíduos à servidão voluntária, como bem apontado por Chauí, e que também é destacado por Adorno: que os oprimidos acreditam mais nos valores dos senhores que os próprios senhores. A classe média, em especial a brasileira, querendo convencer de que não é oprimida, defende valores dominantes e libertam o potencial fascista enrustido no seu interior, de sorte a massacrar aquilo que lhe parece menor. Contudo, sob ameaça, não se pode romantizar que as classes empobrecidas não cultivam o fascismo, pois o cenário político de 2018 confirma que o crescimento do setor neopentecostal, por exemplo, se dá pela adesão da população mais pobre. Portanto, chamamos a atenção para que o fascismo não seja compreendido apenas como restrito à direita, classe média e branca. É preciso considerar que a adesão cega, irrefletida, a uma organização social que não garante minimamente a sobrevivência de seus indivíduos é, antes de tudo, tentativa de não morrer socialmente, embora seja uma tentativa irracional e autodestrutiva.

A heterogeneidade da classe média pode ser percebida também em seu aspecto político, especialmente sob o recorte da bancada “BBB”, é composta majoritariamente por representantes típicos das mais variadas frações da classe média e que apresenta uma unidade, no que tange às questões morais, mas que não é homogênea nas questões econômicas.

Tomemos como exemplo inicial o PRB, que é um partido com grande expressão de neopentecostais. O PRB é um partido que, no que concerne à orientação político-ideológica, ao plano econômico e social, não tem uma posição definida. O partido esteve presente no governo de Lula e Dilma Rousseff, no entanto, apoia os governos tucanos, em âmbito estadual, além de apoiar o governo de Michel Temer. Todavia, quando se trata a temas referentes à moral, os parlamentares do PRB têm historicamente votado de acordo com a orientação da bancada evangélica. Contudo, mesmo que apoiem os projetos de lei com viés moralizante, os parlamentares do PRB não encabeçam nenhum desses projetos polêmicos.

Por outro lado, o PSC, partido que também tem grande expressão entre os neopentecostais, assumiu uma postura radical, tanto no plano econômico quanto no plano moral. Essa postura do partido pôde ser percebida de forma clara e objetiva, no episódio em que o Pastor Marcos Feliciano

assumiu a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e colocou em debate, em sua gestão, o polêmico projeto da “cura gay” (NÉRI, 2013). Nas eleições de 2014, já era perceptível o perfil mais conservador e de radicalização das posturas à direita do PSC, quando o Pastor Everaldo foi candidato a presidência da República pelo partido e defendeu pautas como o Estado mínimo e a privatização da Petrobrás.

Como se pôde observar, através dos exemplos do PRB e PSC, não há uma unidade ou um todo coeso, quando se trata de evangélicos e suas relações políticas, assim como não há uma unidade, quando se pensa a classe média brasileira. O que se pode verificar é que há maior afinidade entre a classe média tradicional e o pensamento conservador, e uma maior aproximação entre a “nova classe média” e o pensamento potencialmente fascista. Hoje, a Frente Parlamentar de evangélicos possui 80 deputados federais, sendo que a maior bancada pertence à Assembleia de Deus, seguida da Igreja Universal e, por último, da Igreja Batista. A expressão política dos evangélicos se encontra em partidos menores e de pequeno alcance político, como o PRB e o PSC. Não há grande expressão ou poder desse segmento, nos três maiores partidos brasileiros, PT, PSDB e PMDB.

Existe, nessa fração heterogênea da classe média, uma parcela que flerta com ideias fascistas. Notamos, novamente, que o flerte com ideias fascistas não significa de modo algum que se corra o risco de implementação de um estado fascista, no Brasil, como uma estratégia maquiavélica da classe média para manter seus privilégios. A questão é mais profunda e não se trata disso.

As ideias fascistas com que a classe média flerta operam de modo semelhante ao esquema de funcionamento do fascismo. Isso seria fazer uso de emoções e ódios que não passam por reflexão e que obtêm, no esquema fascista, um canal de expressão (que na maior parte dos casos é a imprensa) no qual tais ideias ganham um caráter pseudorracional. O cenário de 2013 e o papel da imprensa, como já avaliado anteriormente, ajudam a compreender como funciona essa articulação. O ódio político ao Partido dos Trabalhadores se consolidou exatamente por meio desse esquema, com apoio da grande imprensa nacional.

O resultado desse processo de ódio pode ser percebido nos episódios já aqui narrados, como o descontentamento com a presença de populares em *shopping centers* e aeroportos, espaços antes restritos à classe média tradicional, agora ocupados por essa nova parcela da população que ascendeu, ao menos pelo critério econômico, à condição de classe média.

Essas reclamações, que, a princípio, eram “envergonhadas”, foram se tornando mais recorrentes e ganharam mais força de legitimação, quando a classe média se propõe ser a classe contestadora, nas manifestações de 2015 e 2016. Desse modo, como atrai para si o centro das reivindicações, não alude mais a transporte e educação, mas a corrupção do Estado e dos partidos; a classe média passa (com apoio da imprensa) a impressão de que suas reclamações são legítimas. Assim, busca tornar pseudorracional o ódio que promoveu, nas ruas do país.

Com efeito, os manifestantes de verde e amarelo construíram, com o apoio sistemático da imprensa nacional, a narrativa da salvação da corrupção estatal. Nesse momento, essa fração expressiva da classe média tradicional que já havia perdido quatro eleições seguidas, que vinha perdendo espaço para os novos membros da classe média, encontra no movimento de rua, impulsionado pela imprensa como legítimo, a possibilidade de engajamento político até então não existente, e é transmitida por seus parceiros (imprensa nacional) como o povo nas ruas.

Esse seria um movimento de racionalização do ódio de classe, o qual não era possível no cenário anterior, em que a potência fascista e autoritária estava adormecida. Nesse sentido, deixa-se de se envergonhar do ódio ao pobre e do ódio às classes populares, como bem demonstrado nos episódios dos aeroportos e *shopping centers*. Pode-se constatar, nesse caso, que há no movimento conservador de 2016 um caráter de higiene moral: o racismo, o machismo, a pobreza podem ser transformados, através da desconfiguração discursiva, em algo vendável, do qual se pode falar sem problemas pelo qual se pode demonstrar orgulho.

Portanto, a observação cuidadosa de junho de 2013 e de seus reflexos, em 2015 e 2016, é um caminho para perceber muitos elementos que demonstram que os interesses da classe média se encontram e se expressam nas pautas da direita. A própria heterogeneidade da classe média faz com que essa expressão de interesse comum apareça em graus diferentes. Logo, os discursos de ódio visíveis nas ruas, em 2015 e 2016, veiculados pelos representantes da classe média, revelam a faceta mais autoritária e potencialmente fascista desse segmento social, que, em certa medida, é o que Souza (2017) chama de fração protofascista da classe média.

3.3 Classe média e o flerte com a direita

Mas essa classe ganha nesses episódios, por força da construção da narrativa midiática que lhe reserva o papel de “herói cívico”, um estímulo novo e gigantesco. A intensidade do apoio aumenta, e a mobilização desses setores chega a graus inéditos na história do país. A direita conservadora e moralista de ocasião começa a sair do armário e se assumir. (SOUZA, 2016, p. 96).

O processo de protagonismo da classe média é fundamental para o contexto que desemboca no golpe de 2016. Deve-se deixar claro que a classe média brasileira não tem uma relação ideológica bem definida, no entanto, ela sempre flertou com a direita. Os capítulos anteriores trouxeram alguns elementos históricos que nos ajudam a compreender uma relação de proximidade e interesse entre a classe média e a direita. No caso brasileiro, demonstramos essa relação de proximidade no pré-golpe de 1964, quando a classe média foi fundamental para sustentar uma suposta adesão popular ao golpe, como alternativa para salvar o país da ameaça comunista.

Acontece que o episódio histórico da ditadura militar, no Brasil, teve consequências drásticas para a imagem da classe média brasileira. De acordo com Pierucci (2013), paira sobre a direita brasileira um sentimento de vergonha, o qual produz o conflito de identificação do pensamento conservador brasileiro com a nomenclatura de direita política. O sentimento de vergonha é diretamente relacionado à associação histórica da direita com ideais não democráticos:

Quem não se lembra, na campanha de Jânio Quadros em 1985, do curiosíssimo (e comentadíssimo) fenômeno político do “voto envergonhado”? E, em 1986, não foi o candidato da direita política, Paulo Maluf, quem nas semanas finais da campanha passaria a conclamar enfaticamente a seus eleitores que não tivessem vergonha de declarar-se malufistas às pesquisas de intenção de votos? A ocorrência do eleitor *direitista envergonhado* nas primeiras eleições da Nova República é um dado importante: mostra que a vergonha de si não se restringe às elites da direita radical, mas afeta até mesmo suas bases de voto, e que, portanto, o voto na direita truculenta pode significar, no fundo do “inconsciente coletivo” das camadas populares, um ato de transgressão impúblicável. Daí a frequência com que se encontra, de cima abaixo das hostes de direita, o recurso à dissimulação. Além de astúcia, é vergonha. (PIERUCCI, 2013, p. 73).

O diagnóstico de Pierucci (2013) sobre as bases que constituem a direita brasileira é um elemento importante para a análise contemporânea, todavia, necessita de atualização. As pesquisas do autor foram realizadas no final de década de 80, em São Paulo, tendo como objeto de estudo a elite e a classe média paulistana, como recorte representativo de eleitores da direita nacional. A análise de Pierucci (2013) circunscreve um momento anterior ao que vivemos hoje e, portanto, acreditamos ser necessário atualizá-la.

A atualização das ideias de Pierucci (2013) nos permite perceber a nova roupagem direita nacional e suas diferenças com a direita tradicional, percebida nas décadas de 80 e 90. Nesse caso, o conceito de “direita envergonhada”, como colocado por Pierucci (2013), parece ter perdido força histórica, no cenário atual, a ponto de não ser mais tão caracterizador da direita como um todo.

A nova roupagem da direita diz respeito ao caráter novo na postura de abandonar a tradicional vergonha de ser assumir de direita. A “nova direita” seria aquela que superou a

vergonha da direita dos anos 90 e passou a sentir “orgulho” de ser direita. Assim, o novo é referente a esse movimento, entretanto, a perspectiva política, econômica e classista continua a mesma da direita tradicional. Há, ainda, o elemento de novidade da aproximação da “nova” direita com o segmento neopentecostal, no qual se pode encontrar um novo campo de interesses comuns, em especial no campo moral.

Esse processo de mudança de postura, em que a direita nacional reivindica e assume sua identidade e vai abandonando a vergonha, de forma gradativa, tem-se acentuado nos últimos anos e é um fenômeno, de acordo com Adriano Codato, professor de Ciência Política da UFPR (Universidade Federal do Paraná), de popularização da direita. A popularização da direita passa também por uma revisão das figuras que a representam. Nesse sentido, Codato (cf. COSTA, 2014) demonstra que a nova direita brasileira se reconfigura, nesse cenário, com a ascensão da figura do pastor evangélico como seu representante:

Em vez do arquétipo do “coronel”, do grande proprietário de terras do Nordeste, o deputado de direita hoje, tipicamente, é identificado na figura do pastor evangélico do Sudeste, e nos comunicadores de rádio e TV. (COSTA, 2014).

Em sua análise das bases que constituem a direita nacional, Pierucci (2013, p. 80) identifica, na direita paulistana do fim dos anos 80, uma tendência que será acentuada nesse momento histórico: a centralidade na família. Destaca o autor: “A importância da família: eis uma certeza generalizada, que aflora sempre que o assunto é a vida em São Paulo, e que acaba colocando a defesa da instituição familiar como prioridade número um de qualquer projeto de sociedade que lhes afigure minimamente decente.”

A família brasileira foi construída sob forte viés moralizante cristão, instituído durante a colonização e que se tornou majoritário, na forma de organização moral da sociedade brasileira. Nesse sentido, a análise de Pierucci (2013) sobre a direita brasileira enseja propor que há, em sua origem e constituição, um movimento que remete à colonização e à produção de uma sociedade autoritária e violenta, uma relação indissociável com o cristianismo. Segundo Pierucci (2013, p. 80), esse processo produz a construção de uma direita sustentada através de um campo discursivo no qual fica evidente essa relação:

É um campo discursivo que soa muito a catolicismo social: “pessoa humana”, “família”, “grupos intermediários”, “responsabilidade”, “sentido da vida”, “humanismo”... E tudo leva a crer que se trata de um campo semântico que se casa perfeitamente bem com o campo semântico do moralismo exacerbado.

Nessa perspectiva, o signo Deus é um dos marcadores da direita que se combina com o outro, família, os quais, juntos, são responsáveis por mobilizar o debate da direita acerca de temas não resolvidos, mas que sempre são pensados sob esses dois signos. Ambos os signos também são, em certa medida, constitutivos da classe média, que tem grande apelo moral ao ideal de família cristã. Acrescenta Pierucci (2013, p. 81):

Esta impregnação católica de uma boa parcela do eleitorado, se por um lado acirra suas oposições e fobias em relação ao aborto, ao divórcio, ao amor livre, ao feminismo, à homossexualidade, e nisto engrossa o caldo da “nova direita”, por outro lado, favorece a emergência de um discurso menos repressivo acerca da criminalidade. O respeito absoluto à vida - bandeira que continua mobilizando padres e católicos brasileiros, agora com renomado empenho identitário do grupo religioso católico enquanto diferente dos evangélicos - parece ter, no universo cultural das bases eleitorais da direita, em São Paulo, efeito não só duplo como ambivalente.

As constatações de Pierucci (2013, p. 81) são fundamentais para a compreensão do contexto atual e de como se desdobra esse processo. A constituição da “nova direita” brasileira, portanto, é marcada pelo avanço do segmento neopentecostal que assume, nesse processo de transformação da direita, o papel de representante dos interesses de Deus e da família, com forte viés moralizante, mais profundo do que da direita tradicional católica.

A direita dos anos 80, estudada por Pierucci (2013), nos abre oportunidades para investigar os elementos que constituem a “nova direita” brasileira, a qual assume, nesse contexto político, um papel de ascensão no cenário nacional. Um fator a se considerar se refere à multiplicidade da direita, da qual a “nova direita” não se desfez. Essa é também uma similaridade entre a direita e a classe média: ambas são heterogêneas.

Os exemplos bastam como demonstração da presença diferencial de algumas múltiplas linhagens da direita na formação dos ativistas da direita política em São Paulo já nos anos 80. Algumas delas são pujantes até hoje, dominadoras, triunfantes; outras são resistentes, mas minoritárias; algumas, já bastante debilitadas; há umas tantas que não sobrevivem senão em estado de vestígio. São vestígios. E há algumas novidades. (PIERUCCI, 2013, p. 81).

Os vestígios e as novidades foram muito bem percebidos por Pierucci (2013), que, já na primeira metade dos anos 90, conseguiu identificá-los de tal forma que, quando observamos sua análise e a “nova direita” brasileira em plena ascensão, nos anos de 2000, podemos constatar que esse movimento já estava em desenvolvimento desde a segunda metade dos anos 80, ou seja, junto com a consolidação da democracia brasileira:

Muito maior e mais rápida acolhida tem tido, para azar dos bodes expiatórios, a outra vertente da nova direita internacional, a moralista. É que sua penetração na massa é enormemente facilitada pela sua dupla e vantajosa aliança: com a direita truculenta da mídia policial e com a nova direita evangélica, nova no mundo e nova no Brasil, igualmente midiática (linhagens estas com tendências à radicalização moralista e que

também se fazem representar expressivamente no parlamento). Isto sem contar seus antigos vasos comunicantes com a ultradireita, tradicionalista e patriarcal. (PIERUCCI, 2013, p. 82).

A análise de Pierucci (2013) é importante para compreendermos como se desenvolveu a direita nacional. Nesse caso, chama-nos a atenção quando o autor expõe como um fenômeno novo a ascensão do que ele chama de “nova direita evangélica”, que, naquele momento no final dos anos 80, era uma força menor.

Podemos assumir que o contexto atual demonstra que as percepções de Pierucci (2013) sobre o desenvolvimento da nova direita estavam corretas. Desse modo, um dos pontos mais relevantes em que elas se diferenciam diz respeito à filiação religiosa. Mesmo que se mantenha no campo do cristianismo, o avanço dos neopentecostais no Brasil é um fenômeno que teve impacto direto na constituição dessa “nova direita”. Com efeito, a análise de Pierucci combina e reforça o diagnóstico de popularização da direita, realizado por Codato:

E, em vez de pertencerem a grandes legendas, emergem de pequenas siglas, cuja estratégia bem-sucedida tem pulverizado o sistema partidário. Exemplos marcantes são os campeões de voto Marco Feliciano (PSC-SP) e Celso Russomano (PRB-SP), sínteses do novo perfil: pastor e apresentador de TV, de um Estado do Sudeste e filiados a partidos de pequeno porte – os dois que mais cresceram nas últimas eleições da Câmara. Graças a representantes como esses, mais próximos do cidadão, a direita ganha popularidade. O deputado conservador de cunho elitista – o grande fazendeiro ou o empresário – ainda existe, mas tem perdido terreno, argumenta Codato. “A queda espetacular do DEM produziu isso. Essa direita elitizada não é mais majoritária. Há uma popularização da direita”, afirma o pesquisador. Associada ao desgaste de 12 anos do governo de centro-esquerda do PT, a mudança no perfil da direita impulsiona um discurso antes recalcado ou dissimulado. *O fenômeno da “direita envergonhada” — presente no Brasil nas últimas três décadas, desde o fim da ditadura militar — parece estar com os dias contados.* (COSTA, 2014).

A análise de Codato (cf. COSTA, 2014) nos autoriza a propor uma atualização do conceito de direita envergonhada, tal como apresentado por Pierucci (2015). A nova direita evangélica brasileira dá indícios de que, como afirma Codato (2014), a direita envergonhada está em extinção; ela tem se tornado uma direita orgulhosa. Nesse sentido, a nova direita evangélica tem atuado de forma mais contundente, em temas historicamente defendidos pela direita tradicional. Ela assume, por conseguinte, o papel central na manutenção dos signos Deus, Família e Pátria:

Pela primeira vez, reconhece Codato, um candidato a presidente da República — nanico, mas cujas declarações em debate tiveram ampla repercussão, como Levy Fidelix (PRTB) — se intitulou um representante da direita. Outro concorrente, o Pastor Everaldo (PSC), fez campanha a partir de um discurso conservador de manual: em defesa do Estado mínimo e dos valores da família cristã. (COSTA, 2014).

A popularização da direita pode nos ajudar a aproximar a formação da nova direita brasileira evangélica e sua relação com o ESP, que, a nosso ver, é um desdobramento, no campo educacional, do avanço das forças da nova direita evangélica, no plano intelectual e político. Nesse sentido, o ESP é um movimento que se constitui sob a força da moralidade e não da legalidade; assim, a nova direita constrói um discurso pautado na moralidade, o que podemos observar de forma similar no *site* do movimento e no *facebook*, mas que não está presente, de forma objetiva, no PL 867/2015, que representa seu ataque no campo legal. Pierucci (2013) já indicava um fator fundamental, para que esse processo se tornasse possível:

No Brasil urbano hoje, que dirá no Brasil metropolitano, há um acúmulo de tensões de toda ordem, extremamente propícios à arregimentação de cruzadas moralistas. Eis porque a cara da nova direita popular no Brasil é o que é: despolitizada. Despolitizada a ponto de não lhe restar como via de ancoragem nas massas senão a demagogia do moralismo. E tanto mais despolitizada por insistir na velha astúcia de não dizer-se, ou por não querer reconhecer que a bandeira da intolerância em moral é, na verdade, o último trunfo que lhe resta para conseguir legitimar-se de voto popular em uma sociedade periférica em que o liberalismo econômico não tem audiência de massa, não mobiliza o voto, não é bom de palanque. O que dizer então do neoliberalismo, do mito do “Estado mínimo”? Distante demais as questões existências da maioria para mobilizar as energias políticas dos ativistas que conferem capilaridade às suas organizações partidárias e máquinas eleitorais. (PIERUCCI, 2013, p. 82).

O argumento de Pierucci (2013) é fundamental para a compreensão do momento político que vivemos, no Brasil, e de sua relação direta com o avanço do ESP. Este constrói sua argumentação sob um discurso da necessidade da intervenção do Estado na educação, sob o pretexto de garantir neutralidade política e ideológica aos estudantes, direito supostamente garantido na Constituição, mas que, efetivamente, estaria sendo violado na prática educacional – e o responsável por essa violação seria o professor. O ESP tem, portanto, a mesma “cara” que a nova direita popular brasileira, tal como realçado por Pierucci (2013, p. 82), ou seja, a despolitização. A despolitização é um elemento-chave no processo de ascensão da nova direita brasileira e também do ESP.

A escolha da despolitização é uma estratégia da nova direita, atenta ao fato de que, como alertado por Pierucci (2013, p. 82), o discurso neoliberal não possui vínculos fáceis de se estabelecer com a população do país, a qual vive em um panorama de desigualdade social gritante, desde a colonização e que, portanto, de maneira consciente e racional, não aderiria ao neoliberalismo com facilidade. Dessa forma, Pierucci (2013, p. 83) demonstra que o desafio da nova direita brasileira em conseguir adeptos e crescer estava intimamente relacionado à construção de um discurso que desviasse o foco da politização e fosse centrado no aspecto moralizante. Nessa

linha, “[...] o intervencionismo da legislação em moralidade sexual e familiar é proposto *por todos sem exceção*.” (PIERUCCI, 2013, p. 83).

O ESP, pois, representa a penetração política da ideologia da nova direita no campo educacional, o que talvez seja uma estratégia de construção hegemônica no plano da consciência, em que os temas em comum do ESP e da nova direita evangélica se combinam, reforçando a tríade Deus, Família e Pátria. Ao abrir campo, no cenário legislativo e político, para o combate à ideologia de gênero, o ESP reforça a proposição unânime da direita sobre a necessidade de o Estado intervir na legislação, sob o aspecto da moralidade sexual e familiar.

3.3.1 Classe Média, Nova Direita e ESP

Seu tique mais evidente é sentirem-se ameaçados pelos outros. Pelos delinquentes e criminosos, pelas crianças abandonadas, pelos imigrantes mais recentes, em especial os nordestinos (às vezes, dependendo do bairro, por certos imigrantes asiáticos também recentes, caso dos coreanos), pelas mulheres liberadas, pelos homossexuais (particularmente os travestis), pela droga, pela indústria da pornografia mas também pela permissividade “geral”, pelos jovens, cujo comportamento e estilo de pôr-se não estão suficientemente contidos nas convenções nem são conformes com seu lugar na hierarquia das idades, pela legião de subproletários e mendigos que, tal como a revolução socialista no imaginário de tempos idos, enfrenta-se a eles em cada esquina da metrópole, e assim vai. Eles têm medo. Abandonados e desorientados em meio a uma crise complexa, geral, persistente, que além de econômica e política é cultural, eles crispam sobre o que resta de sua identidade moral em perdição, e tudo se passa como se tivessem decidido jogar todos os trunfos na autodefesa. “Legítima defesa” poderia muito bem ser um termo-chave do seu vocabulário. A autodefesa, que é *prima facie* a proteção de suas vidas, de suas casas e bens, da vida e da honra de seus filhos (suas filhas!), sua família, é também a defesa dos seus valores enquanto defesa de si diante da inversão dos valores em curso. (Mas isto é ser de direita?). (PIERUCCI, 2013, p. 58).

A nova direita brasileira se caracteriza pela união dos setores conservadores, articulados pelos neopentecostais, os quais possuem grande poder político e econômico, sendo, portanto, proprietários de grandes veículos de comunicação, o que talvez explique, ao menos em parte, a ascensão do neopentecostalismo na década de 90 e o seu notável poder político e econômico, nos anos 2000.

Nesse contexto de ascensão dos neopentecostais é que se inicia a produção do discurso, ainda em tom leve, no início dos anos 2000, mas que cresce de maneira organizada, desde a década de 90 e se aproveita da crise atual para se promover como salvação dos problemas.

Conforme já apontado, aos moldes de um mecanismo propriamente fascista, a nova direita se apresenta como única solução para a crise que vivemos e aflige a população, e seu diagnóstico para a crise já apresenta também a solução, isto é, a crise é moral, é de valores, é cultural, por

consequente, é necessário fazer uma revisão da moral e propor um renascimento social. Nesse cenário, os signos tradicionais da elite brasileira são fundamentais para o processo de adesão a essas ideias e, logo, são reforçados. A tríade Deus, Família e Pátria se converte na possibilidade de salvação da nação e do renascimento social, o que, em tese, resolveria os problemas políticos, econômicos e sociais.

Nesse contexto, o ESP pode ser pensando enquanto um recurso “guardado na manga” (o projeto foi criado em 2004, logo após a direita deixar o poder), desenvolvido por elementos que, declarem ou não – e como vimos, é próprio da direita brasileira não se declarar enquanto tal –, possuem afinidades incontestáveis com as ideologias tradicionalmente perpetuadas pela direita. No caso do atual potencial fascista brasileiro, podemos identificar algumas semelhanças com o modo de funcionamento do fascismo geral, capazes de colaborar para pensar o problema.

O fascismo é mais poderoso, quando se aproveita de momentos de crise, como o que vivemos hoje no Brasil, e apresenta-se como a única solução. A saída única nada teria a ver com a economia ou com a política, contudo, direcionaria os problemas enfrentados em outros campos, constatando uma profunda crise de valores, da moral e da própria civilização. Essa crise, pressupõem os fascistas, é fruto das mudanças comportamentais e estruturais da sociedade, que provocariam, em última instância, o desastre político e econômico que afeta a vida da população.

É nesse cenário que os discursos potencialmente fascistas encontram espaço para propagar uma outra característica marcante desse fenômeno social: a necessidade do renascimento nacional. O fascismo se caracteriza pela exaltação da pátria e pela necessidade de afirmar seus valores, sua identidade. Por isso, o renascimento nacional é um dos pontos fundamentais da constituição de uma sociedade fascista. Para os fascistas, a crise civilizatória seria fruto de um processo de degradação moral.

O discurso potencialmente fascista e autoritário se concentra em reforçar a ideia de que é necessário um renascimento social, o qual se reporta a valores fundacionais; no caso brasileiro, ele se constitui sobre as bases Deus, Família e Pátria. A tentativa de organização fascista, no Brasil – o Integralismo –, se fundamentou na necessidade de um renascimento social, no entanto, avesso ao iluminismo, antimaterialista e de forte viés católico. Podemos sustentar que o integralismo de Plínio Salgado tinha como uma de suas especificidades a forte relação com o catolicismo, o que nos permitiria ousar chamá-lo de católico:

O fato é que o terreno fértil para o lançamento de um movimento político/cultural autoritário, anticomunista, católico, nacionalista e baseado na mobilização afetiva já vinha recebendo adubo há alguns anos no Brasil. Como mostrou Héglio Trindade (1979), as transformações socioeconômicas, o intenso desejo de transformação das estruturas

políticas, dominadas pela oligarquia cafeeira, e as mutações ideológicas dos anos 1920 legaram à próxima década o canteiro onde nasceu o Integralismo. (ATHAÍDES, 2012, p. 62).

O que se pode pensar do atual potencial fascista é que o elemento religioso se mantém, analogamente à influência do cristianismo, todavia, as mudanças históricas da sociedade brasileira no campo das religiões mostram um grande avanço do segmento neopentecostal e um regresso contínuo do catolicismo, o que nos faz imaginar que o potencial fascista atual tem maior potência histórica, neste momento, no segmento neopentecostal.

Essa afirmação pode ser reforçada com a notável relação entre os promotores do discurso potencialmente fascista, no país, e sua relação direta com o segmento neopentecostal. A título de exemplo, podemos citar o Deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP), representante do segmento neopentecostal e que travou uma batalha na Comissão de Direitos Humanos e Minorias na Câmara contra o segmento LGBTT, utilizando-se dos argumentos da moral cristã para propor audiências destinadas a discutir a “Cura Gay” (CALGARO, 2015).

Além de Marco Feliciano, podemos citar Jair Bolsonaro e Silas Malafaia, como representantes mais expressivos do segmento neopentecostal, o qual marca posição no Congresso Nacional, em defesa de uma pauta retrógrada fundamentada nos valores e na moral cristã, de acordo com a interpretação neopentecostal, que tem forte viés discriminatório, no que tange, por exemplo, às questões relacionadas a sexualidades, o que tem se tornado um de seus campos de batalha e que atinge o campo da educação, como na conhecida polêmica do “Kit Gay” (PROJETO..., 2011). Em 2011, o Ministério da Educação elaborou um material destinado a discutir as relações de gênero e sexualidades, nas escolas, no entanto, o material (apelidado pejorativamente de “Kit Gay”, por setores conservadores da sociedade) foi impedido de ser divulgado, após uma série de pressões realizadas pelos parlamentares evangélicos, encabeçados por Jair Bolsonaro, em defesa da moral, dos valores de Deus, da Família e da Pátria.

No campo das afetividades, o discurso potencialmente fascista atua como um grande mobilizador das paixões, fundamentando-se em um equivocado conceito de raça e nação, de caráter nacionalista, autoritário e racista, como todo fascismo, e que é uma catástrofe em si mesmo. Essa característica do fascismo, que opera no campo das afeições, é o catalisador psicológico da crise:

[...] todo totalitarismo, [...] reivindica a ciência, ou seja, mediante a totalização e a politização do Todo, a ciência; mas nós dizemos antes de mais nada porque se decerto não devemos esquecer que um dos componentes do fascismo é a emoção, da massa, coletiva (e essa emoção não é apenas a emoção política: ela é, ao menos até um certo ponto, na emoção política a emoção revolucionária), não devemos tampouco esquecer que a mencionada emoção conjuga-se em conceitos (e esses conceitos podem muito bem ser

[...] “conceitos reacionários”, não perdendo assim nada do seu caráter de conceito). Nós simplesmente acabamos de recordar de uma definição de Reich da *Psicologia de massas do fascismo*: “Conceitos revolucionários juntando-se a uma emoção revolucionária tem como resultado a mentalidade fascista.”. O que não significa, nem na literalidade desse texto e nem para nós, que toda emoção revolucionária esteja condenada ao fascismo, nem que os conceitos com reputação de “progressistas” estejam sempre, por eles mesmos, ao abrigo de um contágio fascista. Trata-se sem dúvida, a cada vez, de uma maneira de “fazer mito”, ou de não fazer. (LACOUÉ-LABARTHE; NANCY, 2002, p. 26-27).

Desse modo, a direita nacional, em processo de mutação para a nova direita, processo que conservou os temas mas modificou a forma de enfrentamento, percebeu que era necessário atacar o campo do pensamento. Assim, a educação e as escolas seriam fundamentais para o processo de adesão ideológica a seus princípios e, por consequência, facilitaria sua hegemonia política.

Nesse sentido, era necessário a produção do discurso e é nesse contexto que surge, em 2004, o ESP, enquanto um movimento responsável por construir no campo das ideias a necessidade de reflexão sobre os rumos da educação sob um viés moralizante. Contudo, a produção do discurso e, conseqüentemente, o seu impacto na construção da consciência era o primeiro passo desse processo em curso.

Com o apoio da imprensa nacional, na construção da narrativa das pedaladas fiscais e da corrupção atrelada à imagem do PT, a articulação dos setores conservadores brasileiros produziu como efeito, nas ruas, as manifestações de 2016, as quais criaram condições políticas para o *impeachment* de Dilma Rousseff, tendo produzido um caos institucional e legal, cenário perfeito para a implementação do ESP, no campo legal.

Nessa direção, o movimento ESP assumiu duas frentes. Após trabalhar, nos primeiros anos, no processo de construção de discursos, aproveitou-se da aliança que pôde estabelecer com os neopentecostais, visto que os seus temas se encontram e são de interesse comum (especialmente no que concerne ao aspecto moralizante), tais como aborto, feminismo, homossexualidades e, no segundo momento, se articulou para produzir no campo educacional o mesmo movimento concretizado de forma geral.

As derrotas em quatro eleições consecutivas (2002, 2006, 2010 e 2014) foram percebidas pela nova direita como resultado de baixa adesão à construção de seu projeto político de consciência nacional. Por conseguinte, localizado nos jovens o problema para tal baixa adesão, era necessário mobilizá-los no nível das afeições e da consciência, uma vez que o capitalismo moderno é bem mais sedutor que as ideias promovidas pela mentalidade conservadora da elite brasileira, que ainda sobrevive de uma estrutura patriarcal:

Valores se corrompem na exata medida em que os estilos de vida vão se afrouxando no embalo indulgente da mídia e do consumo de massa, do *marketing* e da publicidade, da estetização do corpo, do voyeurismo e do exibicionismo, da droga, da diversidade culinária, enfim, do hedonismo consumista das camadas mais ricas e intelectualizadas da sociedade. (PIERUCCI, 2013, p. 85).

Nessa linha, o alvo na construção do discurso teria que ser o jovem. A “nova direita” se movimenta para a construção de uma juventude que seja adepta às suas ideias. Nesse sentido, o ESP é a ferramenta ideal para a obtenção desse resultado, visto que a escola é um dos locais de obrigação dos jovens e onde se pode implementar com mais eficácia suas propostas, atingindo a maior parte da população-alvo:

Ora, não são justamente as (jovens) elites intelectualizadas, esnobes, as portadoras tagarelas e autolaudatórias de estilo de vida que agridem e irritam justamente a “maioria moral” mobilizável pela direita? Não são esses mesmo indivíduos [...] os respeitáveis rebeldes, incentivadores ativos dos “novos” movimentos sociais e, portanto, das demandas de liberação dos costumes, de descriminalização do aborto e da maconha, de plena liberdade e realização sexual, de emancipação da mulher e do jovem, de ampliação das áreas de expressão legítima da subjetividade? E não seriam, porventura, os chamados “novos” movimentos sociais exatamente o Outro da “nova” direita, o inimigo principal em relação ao qual ela se recorta, e contra qual se põe em movimento? (PIERUCCI, 2013, p. 86).

4. O POTENCIAL AUTORITÁRIO E FASCISTA - ESCOLA SEM PARTIDO E PERSONALIDADE AUTORITÁRIA

Este capítulo tem o objetivo de analisar o movimento Escola Sem Partido, objeto de investigação desta Tese, demonstrando, como uma das possíveis leituras sobre esse fenômeno, a sua relação direta e de interesse com o quadro conservador e autoritário o qual se tem agravado, no Brasil, como evidenciado ao longo do texto. Nossa tese é a de que o ESP surgiu com maior potência, a ponto de se tornar questão de urgência, no debate educacional brasileiro, devido aos elementos fascistas contidos em seu ideário, os quais, por sua vez, podem ser explorados, neste conturbado cenário político e econômico, com maior eficiência, provocando um grande dano ao processo educacional do país.

Para examinar o ESP enquanto uma expressão do potencial conservador e autoritário, com proximidades com o discurso fascista, utilizaremos como referencial teórico o pensamento de Theodor W. Adorno. Especificamente, recorreremos à obra *Personalidade Autoritária*, buscando estabelecer relações entre o ESP e a construção de uma educação autoritária.

Alguns temas levantados pelo movimento ESP são de notável afinidade com o pensamento conservador e de direita, fazem parte do enredo político explorado nos capítulos anteriores e representam, talvez, uma reação ao processo de redemocratização recente. Dentre estes, nossa análise será especialmente voltada para dois temas centrais que circundam toda a construção do projeto e do próprio movimento ESP: a “doutrinação marxista”, nomeada também como esquerdismo, à qual o ESP contrapõe o anticomunismo; e o combate à ideologia de gênero.

O primeiro tema identificado, o anticomunismo/antiesquerdismo, é antigo e estava presente no golpe de 1964, no qual o perigo da ameaça comunista funcionou como justificativa oficial para colocar o país sob a tutela dos militares. Nos anos seguintes, houve perseguições, prisões, mortes e tortura de milhares de brasileiros que estavam envolvidos com as “perigosas” ideias comunistas e de esquerda:

O anticomunismo, por fim, parecia ultrapassado com o fim da Guerra Fria, mas ganhou nova roupagem na América Latina e no Brasil. A ameaça passou a ser o “bolivarianismo” (a doutrina do falecido presidente venezuelano Hugo Chávez) e o Foro de São Paulo, conferência de partidos latino-americanos e caribenhos de centroesquerda e de esquerda, que na narrativa anticomunista assumiu a feição de uma conspiração para dominar o subcontinente. A despeito do centrismo crescente de seu

discurso e de suas práticas moderadas quando esteve no governo, o Partido dos Trabalhadores veio a ser apresentado como a encarnação do comunismo do Brasil, gerando uma notável sobreposição entre anticomunismo e antipetismo. Com alguma penetração na mídia tradicional e um uso muito forte das redes sociais, escritores como Olavo de Carvalho são a voz pública dessa posição. (MIGUEL, 2016, p. 593-594).

O ESP ressuscitou o tema da paranoia anticomunista e da ameaça esquerdista, e o fez um de seus eixos principais. Na releitura do ESP, o anticomunismo/antiesquerdismo é, conforme apontado na passagem anterior, sobreposto a um antipetismo, o que é bem conveniente no cenário político de articulação pré-*impeachment*. O que torna esse elemento fundamental na análise do ESP é que, de acordo com Miguel (2016), ele potencializa o alcance das ideias até então restritas a pequenos grupos e as coloca como importantes para o debate sobre educação, no país:

O fortalecimento público deste discurso abertamente conservador permitiu que ganhasse visibilidade – e expressão parlamentar – um movimento que acusa as escolas de “doutrinação ideológica” e propõe medidas para impedir que professoras e professores expressem, em sala de aula, opiniões consideradas impróprias. A principal organização é o Movimento Escola Sem Partido (MESP), que se apresenta como uma “iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”. Fundado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, o MESP permaneceu na obscuridade até o início da década de 2010, quando passou a ser uma voz frequente nos debates sobre educação no Brasil. Seu programa foi abraçado por todos os grupos da direita brasileira. É o idealizador de projetos de lei que tramitam em todo o Brasil, nas Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas, e também no Congresso Nacional. (MIGUEL, 2016, p. 595).

Outro eixo temático central, quando se refere ao ESP e ao seu papel em agravar a onda conservadora e autoritária, é seu vínculo com a ideologia cristã conservadora, a qual tem reflexo no tema de combate ao que denominam ideologia de gênero.

O criador do projeto, Miguel Nagib, é um cristão conservador e não um evangélico; logo, mesmo que esteja mais visivelmente próximo aos neopentecostais, o ESP versa sobre a moralidade cristã como um todo. A extensão do projeto ao campo do cristianismo e sua não redução ao neopentecostalismo pode ser comprovada, quando se constata que a bancada da Bíblia, que apoia o projeto, é composta por neopentecostais e católicos – seriam as bancadas evangélicas e bancada católica, que nesse caso, têm sob a moralidade da Bíblia um ponto de interesse em comum, que lhes permite dar as mãos para atuar em favor do ESP, em temas referentes aos estudos de gênero, na escola.

A força e a presença da bancada católica podem ser observadas em fato recente, quando, sob forte atuação de seus parlamentares, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), segundo

a qual o ensino religioso em escolas públicas do país deveria ser feito de modo não confessional, ou seja, que não priorizasse determinada fé em prejuízo da outra, foi negada pelo STF (MARTÍN, 2017). Além disso, ao negar a ADI, o STF se colocou em choque com a própria Constituição, ao referendar a educação confessional religiosa nas escolas de um país que se declara, ao menos oficialmente, laico.

Desse modo, a situação se encontra hoje a critério da escola, a qual pode optar pelo ensino religioso não confessional, porém, pode igualmente adotar o ensino confessional, em que os docentes podem ser padres ou pastores, e influenciar a vida religiosa dos estudantes, a partir de sua doutrina. Esse tipo de ação é o que, talvez, pudéssemos categorizar como doutrinação, que o é termo que o ESP usa para atacar a liberdade do docente, ao acusá-lo de doutrinador. O ensino religioso confessional pautado em uma doutrina, ensinado por um adepto e praticante dessa doutrina, é, ao nosso ver, o que deveria ser combatido como doutrinação na escola. Mais que isso: o ensino religioso em um estado laico não poderia ocupar o espaço da escola, tal como acontece e foi legitimado pela decisão do STF, ao negar a ADI sobre o tema.¹⁸ Há de se frisar, não obstante, que não houve unanimidade na decisão do STF.

A presença e o interesse do catolicismo no espaço educacional não é novidade, pois é um fato histórico que pode ser localizado já na colonização, no processo autoritário de catequização dos índios. Nesse sentido, a Igreja Católica já possui um papel “educacional” estabelecido.

De acordo com Luiz Antônio Cunha, professor da UFRJ, “[...] a decisão é, sobretudo, uma vitória da Igreja Católica, que tem mais recursos e estrutura para formar professores e era uma das maiores interessadas na derrota da ADI.” Ainda segundo o professor, “[...] as igrejas evangélicas não estão interessadas num modelo de catequização nas escolas públicas, em parte por temer a vantagem dos católicos na área. Dessa forma, a questão não era apenas uma disputa entre laicos e religiosos, mas também entre católicos e evangélicos.” (cf. MARTÍN, 2017).

Há, nesse caso, um ponto relevante a ser explorado: mesmo que os parlamentares da bancada evangélica sejam os mais ferrenhos defensores do ESP, eles não defendem o ensino religioso praticado nas escolas, nem mesmo de modo confessional. Existe, portanto, um posicionamento de parte do segmento neopentecostal quanto à suposta separação de ensino religioso e ensino escolar.

¹⁸ Documento com a exposição do Ministro Luís Roberto Barroso sobre o tema pode ser consultado em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI4439AM.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2018.

No entanto, quando se observa a importância desse segmento, na defesa e promoção do ESP, em cenário nacional, o não desejo em defender o ensino religioso nas escolas pelos neopentecostais pode ser entendido como estratégia para não comprometer o avanço do neopentecostalismo, visto que, como demonstrado pelo professor Luiz Antônio Cunha, há uma grande vantagem estrutural e de experiência dos católicos sobre os evangélicos, no que tange ao espaço ocupado no ambiente educacional formal brasileiro. Enfatiza Cunha⁹⁷:

Foi uma vitória dos católicos. Pouca gente sabe que as igrejas evangélicas são, em sua maioria, contrárias ao ensino religioso nas escolas públicas do Brasil, sob qualquer modalidade. Isso ficou muito claro na audiência pública do caso em 2015. Denominações do protestantismo de missão, como os luteranos, presbiterianos e batistas, esses são tradicionalmente contrários ao ensino religioso nas escolas.

O episódio talvez sirva para mostrar como há um conflito silencioso entre bancada evangélica e bancada católica, na disputa não apenas pela hegemonia religiosa, mas igualmente pelo poder político e econômico. Católicos e evangélicos lutam em frentes diferentes, sob o olhar da educação religiosa, em que os católicos têm apostado na educação religiosa nas escolas e, em contraponto, os evangélicos apostam em outros espaços.

Mesmo assim, os temas do ESP são de comum interesse aos dois campos, talvez, por isso, sejam mais amigáveis nessa disputa. Nesse caso, as escolas estariam no centro de interesse dos católicos, ao passo que os evangélicos “[...] entendem que o espaço do templo ou da televisão ou do rádio podem ser mais ativos.” (MARTÍN, 2017). Muito mais que a disputa entre católicos e evangélicos, o que nos preocupa, neste passo, é perceber o avanço de agentes religiosos disputando espaços, no campo educacional:

Por vezes se fala na “bancada evangélica”, mas a expressão não apenas ignora diferenças entre as denominações protestantes como deixa de lado a importante presença do setor mais conservador da Igreja Católica. O fundamentalismo se define pela percepção de que há uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate. Ativos na oposição ao direito ao aborto, a compreensões inclusivas da entidade familiar e a políticas de combate à homofobia, entre outros temas, os parlamentares fundamentalistas se aliam a diferentes forças conservadoras no Congresso, como os latifundiários e os defensores dos armamentos, numa ação conjunta que fortalece a todos. Fora do Congresso, pastores com forte atuação política e forte presença nas redes sociais, como Silas Malafaia (da Assembleia de Deus Vitória em Cristo), dão voz à sua pauta. (MIGUEL, 2016, p. 593).

Diante desses dois eixos temáticos, anticomunismo/antiesquerdismo e combate às questões de gênero, iremos desenvolver nossa análise do ESP, procurando articular os elementos de construção do projeto e do próprio movimento com os elementos percebidos por Adorno, em seu estudo sobre a personalidade autoritária, a fim de pensar a questão que nos importa: como o autoritarismo pode se disseminar, através da educação? Qual o perigo que fenômenos como o

ESP representam para a construção de uma educação democrática? Seria o ESP síndrome de uma educação autoritária?

4.1 Escola Sem Partido – doutrinação marxista

Como todo documento histórico, o PL 867/2015 necessita de uma contextualização, para que possamos perceber, de forma mais precisa, do que se trata o projeto Escola Sem Partido, assim como o que permite que ele seja um fenômeno emergente. Desse modo, é necessário fazer as seguintes questões: por quem ele foi produzido? Quando ele foi produzido? Qual sua origem?

De acordo com Miguel (2016, p. 599), o movimento ESP tem sua origem em um mito fundador que é anterior ao projeto de lei:

O mito de origem, que o próprio movimento divulga, diz que ele é fruto da indignação de seu chefe, um advogado paulista, quando sua filha contou que o professor de História havia comparado o revolucionário argentino Ernesto Che Guevara ao santo católico Francisco de Assis (Bedinelli, 2016). Quando surgiu, em 2004, seu foco era a pretensa “doutrinação marxista” nas escolas, um tema que reaparece ciclicamente desde o final da ditadura militar

O mito de origem do ESP, como apontado na passagem anterior, tinha seu foco especificamente voltado para o combate a suposta “doutrinação marxista”, a qual estaria sendo realizada nas escolas e que teria como agente disseminador o professor.

Entretanto, no PL 867/2015, a “doutrinação marxista” não aparece de forma objetiva, mas alguns itens do artigo 2º ajudam a corroborar a argumentação, como, por exemplo, em seu primeiro inciso, que propõe “I- neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado.” O primeiro inciso, que prega neutralidade política e ideológica, serve como sustentação para a argumentação de “doutrinação marxista”, que, no mito original, é apresentado na comparação do revolucionário cubano Ernesto Guevara de la Serna, ícone popular da esquerda mundial, ao santo católico Francisco de Assis, ícone popular do cristianismo.

A comparação realizada pelo professor de História, no mito original, traz elementos fundamentais para pensar como se constrói o campo de ataque do ESP. Nesse sentido, já estão colocados os problemas que serão mais bem desenvolvidos adiante, com sua fusão ao combate à ideologia de gênero.

Há uma ação conjunta em diversas frentes, especialmente no que diz respeito ao âmbito legislativo, que bombardearam a nação com uma série de projetos de leis, endossados pela frente conservadora, autoritária e potencialmente fascista, que visam oferecer respaldo legal ao ESP e aos seus argumentos. O ESP tem como intenção criminalizar a prática docente e, para tal, seria necessário tipificar o crime cometido. O Deputado Federal Rogério Marinho (PSDB-RN), titular da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, apresentou, no dia 6 de junho, o Projeto de Lei nº 1411/2015, que torna crime o “assédio ideológico” em ambiente escolar, caracterizado pela conduta de “[...] expor aluno a assédio ideológico, condicionando o aluno a adotar determinado posicionamento político, partidário, ideológico ou constranger o aluno por adotar posicionamento diverso do seu, independente de quem seja o agente.”¹⁹

O Deputado federal Rogério Marinho atuou, ao propor a tipificação do crime de assédio ideológico, em harmonia com as pretensões do ESP. Caso aprovado, o PL 1411/2015 daria força legal para a pretensão do ESP em criminalizar a prática docente. Nesse registro, o professor de História que compara Guevara a Francisco de Assis representa o professor doutrinador, militante esquerdista que utiliza o espaço das suas aulas para doutrinar seus alunos, cometendo absurdos teóricos, como na infeliz comparação de um ícone revolucionário esquerdista a uma figura sacra cristã. O professor doutrinador é também o criminoso. O crime tipificado e repetido, de maneira exaustiva, por seus líderes e representantes é a “doutrinação marxista”, que violaria a liberdade de consciência e crença, prevista na Constituição de 1988.

O PL 867/2015 reforça essa argumentação, em seu 2º Artigo: “V - reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado [...]” Quando coloca o estudante como parte mais fraca e, por conseguinte, vulnerável ao “doutrinador”, toda a responsabilidade do problema educacional é direcionada a este agente: o professor.

Além disso, o PL 867/2015 circunscreve qual o local em que o crime é cometido, ou seja, a escola, a sala de aula. Nesse sentido, é um problema localizado e que pode ser resolvido, e é isso o que sugere o PL 867/2015, quando propõe logo de início a adesão do ESP como programa nacional de educação: “Art. 1º. Esta lei dispõe sobre a inclusão entre as diretrizes e bases da educação nacional do ‘Programa Escola sem Partido’.” O artigo 3º do PL 867/2015 é uma boa demonstração de como ele é uma aberração e, no limite, se levado a sério e aplicado como previsto, ele inviabilizaria a educação:

¹⁹ Detalhes do Projeto podem ser consultados em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1229808>. Acesso em: 18 fev.2018.

Art. 3º. São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdo ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes.

A impossibilidade da educação se refere à incoerência de não se entrar em conflito com convicções religiosas ou morais dos pais, visto que, em uma sala, por menor número de estudantes que se tenha, é uma tarefa quase impossível encontrar um consenso moral e religioso.

Ademais, o conflito com a religiosidade ou com a moral religiosa é parte do exercício da experiência de cada indivíduo com a esfera espiritual. Em certa medida, todos nós, em algum momento, já questionamos, mesmo que interna e não publicamente, a religião, seja a que praticamos, seja a que os outros praticam, seja aqueles que não praticam.

Em consequência, este não é um problema que deva ou possa ser central na educação, especialmente em um país laico e de liberdade de crença. O espaço de pensar esses conflitos, pois, deveria ser constituído pelos locais da religião, ou seja, igrejas, templos, sinagogas, centros espíritas, terreiros de candomblé e umbanda. O artigo 3º do PL 867/2015 é, por isso, um dispositivo propriamente antidemocrático, como o projeto como um todo, que opera através do silenciamento do conflito de opiniões, das divergências, ou seja, do exercício democrático.

Estas são algumas demonstrações de como o PL 867/2015 reforça o discurso mais objetivamente autoritário e conservador veiculado pelos seus representantes. Pode-se perceber que há um encontro perfeito dos itens do PL 867/2015 com a argumentação dos defensores do ESP.

A fim de justificar o PL, o movimento atua no campo discursivo em que, de acordo com Miguel (2106, p. 601), “[a] ameaça da ‘doutrinação marxista’ nas escolas é alimentada por uma leitura fantasiosa da obra do revolucionário sardo Antônio Gramsci.” Acreditamos que esse é um ponto capital a ser explorado, pois a suposta doutrinação marxista nas escolas é o primeiro tema do ESP, que viria mais tarde a se articular com outros temas de interesse da direita nacional e da aliança de forças conservadoras que têm avançado, no Brasil.

A ideia da “doutrinação marxista” como estratégia de dominação da esquerda, embasada pela teoria de Gramsci, tem origem no pensamento de Olavo de Carvalho, representante de uma suposta intelectualidade direitista brasileira e entusiasta do ESP, o qual tem conseguido destaque especialmente no contexto das redes sociais.

Quando se refere à teoria de Gramsci, Carvalho (2002) a caracteriza como uma nova tentativa de implementar o modelo comunista, como forma de organização hegemônica no mundo, em que não se pensasse a revolução como conflito, mas como uma revolução feita por dentro, na qual primeiramente se ocuparia o Estado e os mecanismos legais, para, a partir de dentro, ou seja, sob o controle legal do Estado, se implantassem as ideias comunistas.

No entanto, segundo Carvalho (2002), a teoria de Gramsci seria mais pretensiosa; antes do aparelhamento do Estado pelo Partido Comunista, a estratégia gramsciniana seria tomar os órgãos de cultura, tais como as escolas e os jornais, como meio de preparar os homens para que estes se convertam, sem perceber, em homens propensos ao regime comunista:

O número dos adeptos conscientes e declarados do gramscismo é pequeno, mas isto não impede que ele seja dominante. O gramscismo não é um partido político, que necessite de militantes inscritos e eleitores fiéis. É um conjunto de atitudes mentais, que pode estar presente em quem jamais ouviu falar de Antônio Gramsci, e que coloca o indivíduo numa posição tal perante o mundo que ele passa a colaborar com a estratégia gramsciana mesmo sem ter disto a menor consciência. (CARVALHO, 2002, p.63).

Os argumentos de Carvalho (2002) podem ser aproximados aos do ESP, sem grandes prejuízos, especialmente na afirmação de que é necessário combater a doutrinação nas escolas, circunscrita ao campo das ideias associadas à esquerda política. Afirmado esse problema, seria necessário combater a contaminação da educação, promovida, de acordo com Carvalho (2002), pela estratégia gramsciniana da revolução cultural que orientou a prática da esquerda brasileira, desde os anos sessenta. Em seu livro *A nova Era e a revolução cultural*, Carvalho (2002, p. 15) resume o que chama de intelectuais ativistas e sua relação com a teoria de Gramsci, o que, na chave de leitura do ESP, é denominado professor doutrinador:

[...] talentosa geração de intelectuais ativistas já nascida neste país. A geração que, derrotada pela ditadura militar, abandonou os sonhos de chegar ao poder pela luta armada e se dedicou, em silêncio, a uma revisão de sua estratégia, à luz dos ensinamentos de Antônio Gramsci. O que Gramsci lhe ensinou foi abdicar do radicalismo ostensivo para ampliar a margem de alianças; foi renunciar à pureza dos esquemas ideológicos aparentes para ganhar eficiência na arte de aliciar e comprometer; foi recuar do combate político direto para a zona mais profunda da sabotagem psicológica. Com Gramsci ela aprendeu que uma revolução da mente deve preceder a revolução política; que é mais importante solapar as bases morais e culturais do adversário do que ganhar votos; que um colaborador inconsciente e sem compromisso, de cujas ações o partido jamais possa ser responsabilizado, vale mais que mil militantes inscritos.

Outro elemento que nos ajuda a argumentar que existem muitas semelhanças entre as teses de Olavo de Carvalho e o ESP concerne ao ataque ao PT e à sua responsabilização pela “contaminação ideológica”, a qual se daria através da estratégia gramsciniana, que,

independentemente de ser ou não uma ação consciente, segundo Carvalho (2002), é parte fundamental do pensamento estrutural da esquerda nacional:

O gramscismo fez muito sucesso nos anos 60, inspirando a febre passageira do eurocomunismo e revigorando algumas esperanças comunistas. No Brasil, conquistou praticamente a esquerda inteira, e o PT é um partido essencialmente gramsciano, admita-o ou não explicitamente. (CARVALHO, 2002, p. 7).

O preocupante, nesse caso, é que a disseminação de ideias como estas (são potencialmente fascistas) tem alto alcance e adesão social, como se pode observar na reportagem publicada pela *BBC Brasil*, em 15 de dezembro de 2016:

O discurso que identifica o PT com o comunismo, porém, se espalhou. Em abril de 2015, num protesto contra Dilma na avenida Paulista, uma pesquisa de Pablo Ortellado e da socióloga Esther Solano revelou que 64,1% dos presentes concordavam com a afirmação de que o “PT quer implantar um regime comunista no Brasil”, e 55,9% respaldaram a frase “O Foro de São Paulo quer criar uma ditadura bolivariana” no país. Naquele dia e em outros protestos, manifestantes portavam cartazes com a expressão “Olavo tem razão”, difundida por fãs do escritor nas redes sociais. (FELLET, 2016).

O pensamento de Carvalho (2002), na estratégia de localizar na teoria de Gramsci os problemas da educação nacional e, conseqüentemente, do avanço da esquerda política, se aproxima dos argumentos do ESP que se referem a uma suposta fragilidade das crianças, as quais seriam os alvos preferidos dos doutrinadores ou ativistas intelectuais. Seja qual for a nomenclatura que queiramos assumir, a dinâmica é a mesma:

Que essa “filosofia”, para se propagar, não conte tanto com a persuasão racional como com a eficácia da penetração sutil no inconsciente das massas, é o que se vê claramente pela sua ênfase na conquista das mentes infantis — um terreno onde o avanço da esquerda vem causando um dano incalculável a milhões de crianças brasileiras, usadas como cobaia de uma desastrosa experiência gramsciana. (CARVALHO, 2002, p. 62-63).

Em junho de 2014, Olavo de Carvalho foi convidado pelo ESP para ser um dos palestrantes do *1º Congresso Nacional sobre Doutrinação Política e Ideológica nas Escolas*. Esse fato nos permite inferir que há uma relação de simpatia entre ambas as partes, o que reforça nosso argumento de que o pensamento de Carvalho tem afinidades eletivas com o movimento Escola Sem Partido.

Carvalho (2014) iniciou sua exposição, no Congresso do Escola Sem Partido, alertando os participantes de que é necessário cuidado, quando se refere à doutrinação nas escolas, pois uma doutrina é “[...] uma teoria, um conjunto coerente de teses sobre a realidade, que pode então, ser formalmente exposto e discutido.” (CARVALHO, 2014). Apesar de sua observação inicial sobre a doutrinação, ele afirma que não há mais doutrinação, nas escolas brasileiras:

O que eles estão utilizando agora é uma manipulação de comportamento que não passa pelo filtro da inteligência e, portanto, não há uma doutrinação, há uma indução de comportamento, que não passa pelo filtro das ideias. [...] O que se transmite é um conjunto de cacoetes, sentimentos, símbolos, atitudes, que são impregnadas diretamente na conduta, sem passar pelo filtro do intelecto. (CARVALHO, 2014).

Para justificar sua afirmação, indica como referência o livro *Maquiavel Pedagogo ou o ministério da reforma psicológica*, de Pascal Bernardin, que “[...] mostra as técnicas de manipulação ideológica que foram introduzidas nas escolas do mundo inteiro praticamente há mais de quarenta anos.” Carvalho (2014) prossegue sua argumentação, ressaltando que os responsáveis por introduzir tais técnicas de manipulação nas escolas do mundo todo foram, em sua maior parte, os organismos internacionais, como a ONU, a qual sugere que esteja sob o comando dos comunistas, desde sua origem.

Segundo os argumentos de Carvalho (2014), os processos de manipulação têm seu funcionamento garantido, pois se preocupam em atacar a vítima dentro de todas suas possibilidades. Ou seja, abordam-se a conduta, os sentimentos, utilizando-se diversas ferramentas, tais como o cinema, a televisão, a música e a própria educação. Portanto, é esse mecanismo que visa a atacar a juventude, em um processo de manipulação.

Assim, o pensamento intelectual da esquerda seria responsável por articular o enraizamento dos ideais provenientes desse campo do pensamento no coração da sociedade civil. Quanto à teoria de Gramsci, Olavo de Carvalho a coloca como inimiga central do desenvolvimento do país e a responsabiliza pela suposta ignorância histórica acerca dos verdadeiros fatos políticos do Brasil. “Isso, quer dizer, que nós não conhecemos a história das gerações que nos antecederam imediatamente.” (CARVALHO, 2014).

4. 2 A fusão da “doutrinação marxista” ao combate da ideologia de gênero

Além de reforçar a “doutrinação marxista”, a figura de Olavo de Carvalho se torna importante para análise, pois seus argumentos ajudam a inserir na pauta do ESP um elemento que até então não existia e que não compunha o mito de origem: a oposição à ideologia de gênero.

Salienta Miguel (2016, p. 601): “A fusão da denúncia da doutrinação marxista de inspiração gramsciana com a oposição à ‘ideologia de gênero’ foi fundamental para que o ESP

ganhasse capilaridade social.” Assim, a “doutrinação marxista” é fundida à oposição a ideologia de gênero. Prossegue Miguel (2016, p. 601):

A fusão da denúncia da doutrinação marxista de inspiração gramsciana com a oposição à “ideologia de gênero” obedeceu, assim, ao senso de oportunidade do MESP. Deu a ele aliados de peso, uma capilaridade com a qual nem poderia sonhar e um discurso com ressonância popular muito mais imediata. A confluência foi facilitada graças ao trabalho de propagandistas da extrema-direita, em particular os alinhados a Olavo de Carvalho, para quem a dissolução da moral sexual convencional é um passo da estratégia comunista. Em obra dedicada a Gramsci, está escrito que “ele foi o estrategista da revolução psicológica que deve preceder e aplinar o caminho para o golpe de Estado”, para o que é necessário “apagar da mentalidade popular, e sobretudo do fundo inconsciente do senso comum, toda a herança moral e cultural da humanidade” (Carvalho, 2002, cap. II). Não por acaso, Olavo de Carvalho é um aliado e defensor veemente do Escola Sem Partido.

A fusão da “doutrinação marxista” com o combate à “ideologia de gênero” dá maior potência ao ESP, e esse processo acaba sobrepondo a “ideologia de gênero”²⁰ ao tema original do movimento, a “doutrinação marxista”. Conforme observado por Miguel (2016, p. 601), os argumentos de Carvalho ajudam a reforçar esse elemento de fusão. Isso pode ser verificado através da fala do próprio Olavo de Carvalho, em sua palestra sobre doutrinação para o ESP, quando se utiliza de argumentos reacionários que ajudam a corroborar a proposição de combate à ideologia de gênero.

Nesse episódio, Carvalho (2014) fez uma associação entre o número dos casos de AIDS, no Brasil, e o que ele chama de “indução oficial à promiscuidade”, que, na chave de leitura do ESP, é um forte argumento para combater a “ideologia de gênero”. Nesse caso, o Estado (governado pela esquerda) e os professores doutrinadores seriam os responsáveis por promover comportamentos promíscuos, condenáveis moralmente (especialmente sobre a moral cristã) e que seriam, em última instância, problemas educacionais de primeira urgência, pois atentam contra a vida. “O Brasil também aumenta assustadoramente o número de casos de AIDS, quer dizer que a indução oficial a promiscuidade está matando pessoas.” (CARVALHO, 2014).

De acordo com Miguel (2016, p. 601), a sobreposição do combate às questões de gênero à doutrinação marxista dá uma guinada no ESP. Esse é um elemento fundamental para o debate, porque, para o autor, ele aprofunda a questão, ao abandonar a defesa da neutralidade na educação, a qual estaria sendo violada através da “doutrinação marxista”, a fim de passar a defender a primazia da educação moral familiar sobre a educação escolar.

²⁰ É importante notar que, em todas as ocasiões nas quais, neste texto, aparecer a denominação “ideologia de gênero”, ela se refere ao entendimento do ESP, do qual discordamos, como fica evidente ao longo da análise que se segue. Desse modo, adotaremos outras denominações: questões de gênero, estudos de gênero, temática de gênero.

A reivindicação é impedir que professoras e professores transmitam, em sala de aula, qualquer conteúdo que seja contrário aos valores prezados pelos pais. O foco principal é a “ideologia de gênero”, mas a regra contempla também as posições políticas sobre outras questões e mesmo a teoria da evolução das espécies ou o heliocentrismo. (MIGUEL, 2016, p. 601).

É nesse cenário que surgem os elementos que ganham corpo mais tardiamente no PL 867/2015, quer dizer, esse projeto é resultado de um processo longínquo, em que se foram construindo publicamente os argumentos que permitiram sua existência. No texto do PL 867/2015, por exemplo, não há menção explícita à “doutrinação marxista”, mas ela aparece nas falas de seus representantes, como Nagib, e no material divulgado pelo movimento ESP em seu *site* oficial e em sua página no *facebook*. O PL 867/2015, no entanto, fundamenta o discurso de Nagib e dos representantes do ESP, que cumprem a função social de afirmar o mito de origem.

Desse modo, a análise que faremos será centrada nos dois elementos ideológicos que, fundidos, dão ao ESP o que aqui denominamos potência fascista: o anticomunismo/esquerdismo, realçado já no mito de origem, no combate à “doutrinação marxista”, aliado ao combate à ideologia de gênero, que é amalgamado no desenvolvimento do movimento e o propulsiona ao cenário nacional.

4.3. Ideologia, personalidade autoritária e ESP

Conforme já ressaltado, a análise do objeto será realizada à luz do debate de Adorno sobre a personalidade autoritária. Logo, antes de abordar o tema “doutrinação marxista”, anticomunismo/antiesquerdismo, acreditamos ser necessário examinar como o conceito de ideologia é exposto por Adorno e a problemática instaurada na relação de constituição do sujeito, entre ideologia e personalidade, que pode despertar o potencial fascista, e em que medida podemos aproximar esses argumentos do movimento ESP.

A obra *A Personalidade Autoritária* parte da hipótese da existência de indivíduos potencialmente fascistas, os quais seriam aqueles “[...] cuya estructura es tal que lo convierte en especialmente vulnerable a la propaganda antidemocrática.” (ADORNO, 2009, p. 153).

Adorno explica que “potencial” se refere ao fato de não ter estudado, nessa pesquisa, indivíduos declaradamente fascistas ou que houvessem feito parte de alguma organização fascista conhecida. Talvez a dificuldade em encontrar esses indivíduos declaradamente fascistas se devesse, segundo o autor, à proximidade do fim da guerra, em que fascismo e nazismo haviam

sido derrotados enquanto organização de Estado, mas que sobreviveram potencialmente como estruturas de personalidade.

Esse é um ponto importante, pois ajuda a reforçar que os aspectos fascistas se expressam na personalidade. Ou seja, em momentos férteis para a sua expansão, o fascismo ganha potência, não mais como organização de um Estado totalitário, porém, como expressão de personalidades autoritárias, em pleno regime democrático.

Creemos que o mesmo possa ser pensando em relação ao contexto histórico brasileiro, guardadas suas particularidades, isto é, não vivemos em um estado fascista, pelo menos não declaradamente fascista, mas já vivemos sob uma organização autoritária em um Estado totalitário, durante o período da ditadura militar.

Até há pouco tempo, era incomum encontrar sujeitos que declaradamente defendessem a ditadura militar. Contudo, nos últimos anos, houve um visível crescimento de sujeitos e manifestações que pedem a volta ou enaltecem o regime militar, no Brasil. Talvez o que se possa inferir é que a ditadura militar foi encerrada, no entanto, esse episódio histórico sobreviveu no regime democrático, em personalidades autoritárias, que neste momento de ascensão do conservadorismo e do autoritarismo, têm maior conforto para se expor.

A escolha da personalidade fascista como objeto de estudo é justificada por Adorno como urgência histórica, como necessidade primeira da humanidade, após tudo o que foi revelado, com o fim da guerra, demonstrando a crueldade e a barbárie promovidas por essas ideias:

Somos de la opinión, no obstante, de que ninguna otra tendencia político-social supone una amenaza mayor a nuestros valores tradicionales e instituciones de lo que lo hace el fascismo, y de que el conocimiento de las fuerzas de la personalidad que favorecen su aceptación puede a la postre ser útil combatirlo. Cabe plantearse la cuestión de que, si deseamos explorar nuevos recursos para combatir el fascismo, por qué no prestamos la misma atención al <<antifascista potencial>>. (ADORNO, 2009, p. 153-154).

Respeitadas as devidas proporções, o cenário atual de avanço da onda conservadora e autoritária, no Brasil, é um elemento importante que indica a necessidade de revisitar as teses de Adorno sobre o perigo de potencializar personalidades autoritárias, em pleno regime democrático.

Nesse sentido, o ESP traz em seu enunciado questões que acendem o alerta sobre a necessidade de refletir sobre o seu real perigo. O estudo da personalidade autoritária busca compreender como se formam padrões fascistas de personalidade. Como é possível perceber

um fascista em potencial? Quais elementos indicam que um sujeito demonstra tendências a aderir a práticas fascistas? Essas questões contribuem para compreender o avanço do ESP como um perigo real, o qual pode despertar, em pleno regime democrático, personalidades autoritárias.

Em *A Personalidade Autoritária*, há dois conceitos centrais que são fundamentais para pensar o problema: Ideologia e Necessidades Psicológicas. Adorno salienta que, mesmo que as ideologias e necessidades subjetivas individuais (necessidades psicológicas) possam ser pensadas, enquanto um todo organizado dentro do indivíduo, para fins de estudo, é conveniente separá-las. A separação é necessária, pois “[...] las mismas tendencias ideológicas pueden tener diferentes fuentes en individuos diferentes, y las mismas necesidades personales pueden expresarse a sí mismas en diferentes tendencias ideológicas.” (ADORNO, 2009, p.154).

Quando se refere a ideologia, o autor a trata como um conjunto de opiniões organizadas, atitudes e valores, que são também um modo de pensar sobre si e sobre a sociedade em que se vive. Nesse caso, o conceito de ideologia pode ser pensado como a ideologia no sentido totalizante e a ideologia do indivíduo a respeito de determinadas dimensões de sua vida, tais como a política, a religião, a economia, as minorias etc. Quanto ao ESP, interessa-nos pensar a ideologia de acordo com a definição de Adorno, observando como há uma confluência entre a ideologia cristã conservadora e o ataque à ideologia de gênero, assim como há também, no movimento, o ataque à ideologia comunista/esquerdista, levado em conta no mito de origem da “doutrinação marxista”.

A ideologia, segmentada ou não, possui inegavelmente um caráter histórico. Para Adorno (2009), as ideologias são independentes do indivíduo singular e, por isso, sua existência está atrelada a processos históricos e eventos sociais.

Assim, podemos compreender o cenário atual como um momento histórico de achatamento democrático, no qual se tem espaço para o desenvolvimento menos repressivo de personalidades autoritárias. Nesse sentido, o evento social de junho de 2013, discutido em capítulo anterior, é também um marco desse período de crescente expressão de ideias antidemocráticas, desde a redemocratização do país, em 1988.

A questão da adesão do sujeito a ideologias antidemocráticas, de acordo com Adorno (2009), não se resolve sozinha, ou seja, quando se confronta ideologia e personalidade, não se obtém sempre um mesmo resultado.

Isto é, as ideologias funcionam ou atingem os indivíduos com intensidades diferentes. A questão da adesão ou não a determinadas ideologias pelo indivíduo se deve, igualmente, à

relação de satisfação deste com aquilo que está vivendo. Esse argumento ajuda explicar por que os sujeitos desenvolvem maior propensão a aderir a discursos e práticas autoritárias, em momentos de crise, além de levar a compreender a ascensão de fenômenos como ESP, neste momento histórico.

O estudo sobre a personalidade autoritária é, portanto, uma investigação sociológica em que se observa o papel das condições políticas e econômicas, seu vínculo com a ideologia e como esse processo produz efeito sobre a personalidade do indivíduo:

Al intentar explicar estas correlaciones, se trazan los vínculos entre personalidad e ideología, siendo el enfoque general considerar la personalidad como una instancia a través de la que se ven mediadas las influencias sociológicas sobre la ideología. Si se pudiera aclarar el papel de la personalidad, sería posible entender mejor qué factores sociológicos son los más cruciales y de qué forma realizan sus efectos. (ADORNO, 2009, p. 160).

Adorno constata que personalidade e ideologia possuem uma relação fundamental para a compreensão da adesão a ideias autoritárias. A personalidade, dessa maneira, seria um elemento histórico e não fruto de uma coincidência ou uma determinação biológica:

Lo que se ha desarrollado es una estructura dentro del individuo, algo que es capaz de la acción autoiniciada sobre el entorno social y de la selección con respecto a los variados estímulos incidentes; algo que, aunque siempre modificable, es con frecuencia muy resistente al cambio fundamental. (ADORNO, 2009, p. 160).

A personalidade seria um contraponto a definições deterministas, como a suposição de que seja inata, resultado de determinantes biológicos. Aliás, o autor deixa evidente que essa inclinação a determinar a personalidade através de determinismo biológico foi a estratégia usada pelos nazistas, em sua construção política e ideológica. Logo, podemos assumir que a crise política, econômica e social que vive o país é o momento mais propício para produzir impactos na construção da personalidade do sujeito, o que, por sua vez, pode alterar sua relação com o campo ideológico e até a propensão em tornar prática o que se mantinha no campo das ideias.

Esse é mais um elemento que ajuda a reforçar o perigo que representa o ESP, enquanto veículo de ideias antidemocráticas, o qual se ocuparia do espaço escolar para tal função, provavelmente, nesse cenário de convulsão social, com grande chance de sucesso.

Embora reconheçam o papel fundamental que a personalidade desempenha nas escolhas ideológicas, o autor não a entende como determinante último das preferências e das ações do indivíduo, isto é, existem outros elementos que se somam à personalidade, tais quais a educação familiar e a educação escolar, as quais influenciam a construção da personalidade do indivíduo.

Nesse contexto, a pré-disposição dos indivíduos à adesão a ideias antidemocráticas estaria diretamente relacionada com as condições socioeconômicas e psicológicas. Desse modo, fatores psicológicos, como identificação com grupos maiores, tendências irracionais manifestas em ações preconceituosas, imitação, necessidade de aprovação pelo grupo, entre outros, seriam expressões das necessidades psicológicas dos indivíduos e que, por sua vez, seriam determinantes em suas preferências ideológicas.

As análises de *A Personalidade Autoritária* procuraram desvendar tendências democráticas e antidemocráticas, nas quais valores democráticos são os que apresentam aproximação com o ideal de igualdade e tolerância, ao passo que valores antidemocráticos expressam aproximação com condutas preconceituosas e intolerantes. Acreditamos ser importante pensar tal argumento sobre a construção da escola.

A escola democrática seria uma oposição à escola antidemocrática. Ora, a liberdade de ensinar e aprender, a pluralidade de ideias e concepções pedagógicas, previstas na Constituição de 1988, que trouxe o Brasil ao regime democrático, seriam elementos primordiais na construção de uma escola democrática. O ESP rechaça a pluralidade de concepções pedagógicas, assim como a liberdade de ensinar. Nessa linha, ao escolher seletivamente, na Constituição, o que lhe interessa, o ESP deixa claro que não é um projeto que visa a uma escola democrática, ao contrário, ele representaria a escola antidemocrática:

O conceito de Democracia, subentendido na obra “Personalidade Autoritária” tem como dimensão básica a igualdade e a liberdade dos sujeitos, mas ali a igualdade não é vista somente como um valor que se firma sobre direitos jurídicos do sujeito, serem iguais diante da lei, e sim um valor que se firma também sobre direitos sociais, políticos e econômicos. (MENIN, 1992, p. 07-08).

Ao aludir à personalidade autoritária, Adorno (2009) a coloca como um perigo que deve ser enfrentado, através da ação democrática. Talvez aqui esteja um bom caminho para a reflexão de como combater o ESP e a produção de personalidades autoritárias, isto é, por intermédio da ação democrática ou, mais a fundo, de um plano de ação democrática que, de forma alguma, poderia deixar de incluir a educação como fundamental para a construção de uma sociedade democrática. O autor fundamenta a necessidade do desenvolvimento de um plano de ação democrática:

Se acepta que el conocimiento de la naturaleza y extensión de los potenciales antidemocráticos marcará programas para la acción democrática. Estos programas no deberían limitarse a estrategias para manipular a la gente de tal modo que se comporten más democráticamente, sino que deberían dedicarse a incrementar la clase de autoconciencia y autodeterminación que convierte en imposible toda clase de manipulación. (ADORNO, 2009, p. 166).

A passagem anterior demonstra que o texto *A Personalidade Autoritária* possui um compromisso político com a democracia. Ao abordar a questão da democracia como fundamental para enfrentar o autoritarismo, Adorno retoma o conceito de ideologia do indivíduo:

Hay una explicación para la existencia de una ideología del individuo que no se ha tenido en cuenta tanto: se trata de la visión del mundo que un hombre razonable, con alguna comprensión del papel de determinantes tales como los discutidos anteriormente y con total acceso a los hechos necesarios, organizará para sí mismo. (ADORNO, 2009, p. 166).

Todavia, ao reconhecer que a personalidade é fundamental na adesão ideológica do indivíduo, Adorno (2009) observa a necessidade de desenvolvimento da própria personalidade, como questão fundamental, para que não se torne suscetível a ideologias antidemocráticas. Nesse sentido, é possível pensar ainda a necessidade de combater práticas antidemocráticas que almejem atuar sobre o campo da educação. Com efeito, o ESP representa exatamente a possibilidade de penetração, no ambiente educacional, de ideias antidemocráticas, o que, por sua vez, poderia estimular a produção de personalidades autoritárias. Nessa direção, o ESP utilizaria o próprio espaço educacional, para disseminar o conteúdo antidemocrático:

[...] el sistema racional de un hombre objetivo e reflexivo nos es una cosa aparte de la personalidad. Semejantes sistema sigue estando motivado. Lo que resulta distintivo en sus fuentes es principalmente la clase de organización de la personalidad de la que surge. Cabría decir que una personalidad madura (si se nos permite por ahora emplear este término sin definirlo) se aproximará más a la realización de un sistema racional de pensamiento de lo que hará una inmadura; pero una personalidad no es menos dinámica ni menos organizada por ser madura, y la tarea de describir la estructura de esta personalidad no es de diferente especie de la tarea de describir cualquier otra personalidad. De acuerdo con la teoría, las variables de la personalidad que tienen más que ver con la determinación de la objetividad y racionalidad de una ideología son las que pertenecen al yo, esa parte de la personalidad que percibe la realidad, integra las demás partes y opera con la conciencia más activa. (ADORNO, 2009, p.166).

4.4. Elementos ideológicos de oposição ao anticomunismo/esquerdismo

Como já apontado, o movimento ESP tem na “doutrinação marxista” um dos eixos centrais, que, na linguagem do movimento, se traduz no anticomunismo/antiesquerdismo. Muitos elementos presentes no movimento e no PL 867/2015 podem ser analisados, a partir dessa perspectiva.

O tema central da “doutrinação marxista” será apresentado pelo movimento, em seu discurso, de forma variada e como modo de articulação de sua tese central sobre a necessidade de combater a doutrinação ideológica. Fica-nos claro que há uma articulação entre o PL

867/2015 e o movimento ESP, de sorte que cada um trabalha em uma frente diferente. O PL não apresenta a “doutrinação marxista”, de maneira explícita. Na verdade, em nenhum momento do PL aparece referência às teoria de Marx, à esquerda ou ao comunismo. O trabalho de realizar essa relação é feito por seus interlocutores oficiais, como Miguel Nagib, Silas Malafaia, Olavo de Carvalho, Marco Feliciano, Jair Bolsonaro.

A estratégia do ESP é articular os dois movimentos: o combate no campo jurídico, com que foi construído, de forma cuidadosa, pelo jurista Miguel Nagib o PL 867/2015, e o combate no campo político-social, no qual seus representantes fazem o papel de traduzir o PL 867/2015 da linguagem jurídica, que não é acessível nem compreensível à maior parte da população do país, para a linguagem popular, em que o tema da doutrinação marxista é traduzido como anticomunismo/antiesquerdismo. Além disso, a construção do PL 867/2015 orienta as ações do movimento quanto à caracterização da figura do profissional docente como responsável pela doutrinação ideológica e, segundo o PL 867/2015, por violar o preceito constitucional de liberdade de consciência e crença. Miguel Nagib tem demonstrado otimismo com o avanço do projeto, no cenário nacional, porém, localiza nos professores o grande obstáculo para que a proposta seja implantada com maior facilidade.

Para Nagib, o PL 867/2015 é parte de um conjunto de ações de um movimento que visa a atingir a educação brasileira e transformá-la, denunciando a doutrinação ideológica esquerdista aos estudantes do país. Seu argumento, repetido à exaustão, fortalece nossa afirmação de que há uma articulação entre o PL e o movimento e que, por isso, contradiz o seu outro argumento de que o projeto se resume a cumprir o que está previsto na Constituição.

Em suas entrevistas, geralmente quando questionado sobre elementos que aparecem no *site* do ESP e em suas redes sociais, Nagib foge ao debate, declarando que não vai falar sobre o *site* ou as redes sociais, que a questão se resume ao PL 867/2015.

Nagib aponta a doutrinação como perigosa e como malefício para os estudantes, sem, todavia, justificar de forma consistente quais seriam os perigos do contato de nossos jovens com as ideias de esquerda. Por que os ideais de esquerda seriam tão irresistíveis e supostamente deveriam ser neutralizados, no espaço escolar?

Outro questionamento fundamental, no que concerne ao aspecto político do PL e do movimento, tendo reflexo direto na proposta de combate ao comunismo/antiesquerdismo, de que trata o ESP, é falsa dicotomia que o nome pretende estabelecer, assumindo que existe uma escola com partido e que, por conseguinte, deve haver uma escola sem partido. Cria-se o conflito

entre escola com partido X escola sem partido. Ao evidenciar o sem partido, o ESP tem como objetivo afirmar a sua tese de que é um movimento apartidário e de neutralidade política e ideológica.²¹

Essa questão remete à ideia, impulsionada pelo movimento, de que teríamos no Brasil uma escola contaminada pela doutrinação ideológica esquerdista, na qual professores militantes de esquerda estariam violando a liberdade de consciência e crença dos estudantes. Levando em conta o cenário nacional, é óbvio que o partido a que se refere de forma “oculta” o nome do movimento é o Partido dos Trabalhadores.

A associação não é difícil de ser comprovada, e alguns elementos históricos facilitam entender por que ela acontece e por que foi possível, neste momento. O Partido dos Trabalhadores ascendeu ao poder, em 2003, com a eleição de Lula à presidência. Esse momento marcou o imaginário social brasileiro, uma vez que a eleição do ex-operário e líder sindicalista representava a chegada da esquerda ao poder. De fato, o PT se apresenta como um partido político tradicionalmente e publicamente circunscrito ao campo da esquerda, embora em seu auge, com a eleição em 2003 e durante os 13 anos de poder, o partido tenha realizado uma política reconhecida como “centro-esquerda”, sendo inclusive criticado por parte da imprensa e da esquerda, por ter-se distanciado de suas ideias originais.

Enquanto o Partido dos Trabalhadores iniciava seu primeiro mandato presidencial, em 2003, Miguel Nagib, já em 2004, idealizava o projeto ESP. O sucesso dos dois primeiros governos petistas deixaram o projeto na gaveta, no entanto, o junho de 2013 marcou o renascimento da ideia, com força de implementação política. É após junho de 2013 que o ESP começa a ganhar expressão nacional.

A iniciativa de institucionalizar a ideia de Miguel Nagib, através de um projeto de lei, é um dos sintomas que demonstram que há um movimento político, no cenário nacional, de posição notavelmente autoritária e conservadora, aliada às ideias de direita, que trabalha em prol de uma agenda política com forte viés religioso e preconceituoso, atingindo setores mais frágeis da sociedade, sem poder ou quase sem nenhuma representação política, como indígenas, homossexuais, negros, mulheres etc.

²¹ Contestar a neutralidade ideológica e o apartidarismo do ESP não constitui uma tarefa complexa: basta acessar a página oficial do movimento, no *facebook*, em que se encontra uma série de imagens, vídeos, textos, os quais mostram o direcionamento contra partidos reconhecidos como de esquerda e supostos responsáveis pela doutrinação nas escolas, que, segundo os militantes do ESP, é um dos problemas mais graves da educação brasileira.

A audiência pública de três de dezembro de 2016, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, que tinha como intuito debater o projeto apresentado pelo vereador Carlos Bolsonaro, teve uma cena inusitada, mas que é importante para refletir sobre quais tipos de paixões, sentimentos, afecções, o projeto ESP pode provocar. A cena a que nos referimos foi noticiada pelo portal online do jornal *O Globo*, o qual relata que, na referida audiência, um homem apareceu caracterizado de Adolf Hitler, acompanhado de um grupo vestido com fardas militares, como se fossem parte de um exército (HOMEM..., 2015).

A imagem talvez possa ser compreendida enquanto um sintoma sensível dos sentimentos autoritários que podem ser despertados nos sujeitos, através das proposições que o ESP faz. Ou seja, o próprio movimento, que se denomina apartidário, com neutralidade ideológica, é capaz de suscitar, em caráter subjetivo, ideias, posturas e comportamentos autoritários, os quais podem ser historicamente circunscritos no campo das ideias de direita.

O que pretendemos afirmar com essa argumentação é que o ESP não é um projeto neutro: mais do que isso, ele só afirma neutralidade no discurso, contudo, ele tem um claro inimigo a ser combatido, que é declarado e que é seu inimigo político.

Destarte, mesmo que se apresente como apartidário, o ESP não consegue sustentar esse apartidarismo. Há, no movimento como um todo, uma relação objetiva de mobilização de forças contra o Partido do Trabalhadores (PT), que, nesse caso, representa as ideias políticas do campo de esquerda.

O caráter notadamente partidário e não disfarçado do ESP pode ser constatado, por exemplo, através da aba do site principal *Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar*, que dá acesso, entre outras coisas, a um vídeo com o seguinte título: *Programa Escola Sem Partido: Por que o PT é Contra* – que sugere, de forma objetiva, que o Partido dos Trabalhadores (PT) seria contrário ao ESP, porque é ele o responsável por disseminar nos ambientes escolares a ideologia de esquerda.²² Essa compreensão combina com o já argumento de Olavo de Carvalho sobre a revolução cultural gramscianiana como estratégia de dominação comunista:

É explícito. O Escola sem Partido é um movimento apartidário segundo eles, mas o foco é claro: o petismo foi retirado da Presidência, mas ele continua dominando a máquina do Estado, especialmente o sistema educacional. É essa conspiração, e nós já vimos denúncias de conspirações como essa em outros contextos. (PENNA, 2017, p. 44).

²² Disponível em: <http://www.programaescolasempartido.org/>. Acesso em: 09 jul. 2017.

Além disso, a mesma aba oferece um rápido passo a passo de como levar o programa ESP para qualquer estado ou município do país. Aqui, percebe-se a articulação entre o movimento ESP e o PL 867/2015. O movimento sugere que se implemente o programa, por meio da proposição de projetos de lei municipais e estaduais. O passo a passo é simples e contém apenas três etapas:

Identifique um deputado ou vereador comprometido com causas relacionadas a liberdade, educação e família”; envie uma mensagem expondo sua preocupação com a questão da doutrinação política e ideológica nas escolas do seu estado ou município; se possível, marque uma reunião para sugerir a apresentação do Projeto de Lei que institui o Programa Escola Sem Partido. Não esqueça de levar o anteprojeto de lei!

O passo a passo presente no *site* do ESP é um estímulo de caráter assumidamente político, pois propõe que o sujeito que esteja de acordo com as ideias do programa procure um parlamentar, havendo, no próprio passo a passo, uma descrição do tipo de parlamentar que deva ser procurado: “[...] comprometido com as causas relacionadas a liberdade, educação e *família*.”. Ou seja, há na própria proposição uma sugestão ideológica a se seguir. Em outras palavras, o interessado deve procurar um parlamentar que defenda ideologicamente os valores da tradicional família brasileira, que, nesse caso, estão fortemente enraizados por valores ideológicos cristãos, conservadores, patriarcais, temas estes historicamente presentes nas ideologias de direita e que combinam com as teses do ESP. Logo, podemos constatar que no ESP opera a tríade Deus, Família e Pátria, perceptível, por exemplo, na declaração de Miguel Nagib, em debate realizado pela Globo News:²³

Nenhum pai é obrigado a confiar em um professor. Nenhum pai. O professor quando fecha a porta da sala de aula, ele é o dono do espetáculo. Se ele tiver uma boa formação e tiver bons princípios, sorte do aluno, mas e se não tiver? Como saber? Não é verdade? E há uma infinidade de pessoas que são mal preparadas e que cujos valores – eu nem entro no mérito se são bons ou ruins – mas que não coincidem com os valores da família.

Outra inconsistência quanto à suposta neutralidade ideológica do projeto que se pode constatar também, em sua página, se refere à participação do ESP nas eleições de 2016, em que o próprio movimento publicou imagens de candidatos dos mais diversos partidos políticos, os quais assinaram um termo de compromisso, igualmente disponível no *site*, em que se comprometeram, caso eleitos, a apresentar um projeto de lei contra a doutrinação nas escolas e

²³ O debate na Globo News está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iNSC1rNOz74>. Acesso em: 15 jul. 2017.

a propaganda política e ideológica nas instituições pertencentes ao sistema municipal de ensino, nos moldes do anteprojeto de lei elaborado pelo movimento ESP.

A estratégia do movimento obteve alguns resultados, visto que o projeto contra a doutrinação nas escolas foi apresentado, por todo o Brasil, nas esferas municipais e estaduais. De acordo com levantamento feito por MOURA (2016), em sua pesquisa de Mestrado pela UFRJ, o projeto tem avançado em todo o cenário nacional.

Talvez o caso mais crítico e sério tenha sido do Estado de Alagoas, no qual o projeto foi apresentado com o nome de “Escola Livre” e foi aprovado pela Câmara, de forma unânime. Apesar dessa aprovação, foi vetado pelo governador do estado, Renan Filho (PMDB). O veto retornou à Câmara que o derrubou, tornando o estado de Alagoas o primeiro a aprovar a lei, em caráter estadual, que institui o ESP.

A lei estadual 7.800/2016 (Escola Livre) foi promulgada em 9 de maio de 2016 e teve pouco menos de um ano de vida útil. Na verdade, sua promulgação não foi ignorada pelos trabalhadores da educação, profissionais docentes e estudantes de Alagoas.

Houve um processo de mobilização intensa, na tentativa de pressionar os deputados a não aprovar a legislação. Mesmo com a perda, no primeiro momento, o movimento contrário ao Escola Livre se manteve mobilizado em torno de manifestações, debates, em busca de alternativas para recorrer contra o processo que se iniciava, no cenário educacional de Alagoas.

Em março de 2017, o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu acatar a liminar da Confederação de Trabalhadores em Educação, que pedia a suspensão da lei, através de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Assim como o STF, a Advocacia-Geral da União também considerou a lei 7.800/2016 inconstitucional, por usurpar uma competência exclusiva da União.

Os militantes do projeto Escola Sem Partido (ESP) têm constantemente defendido a ideia de que basta a leitura do projeto de lei 867/2015, para compreender do que se trata o ESP. Todavia, defendemos o contrário, ou seja, uma leitura rápida e superficial, como propõem seus defensores, não é suficiente para que se tornem explícitas todas as intenções que o projeto carrega e que não estão objetivamente expostas no PL 867/2015. Apesar do avanço do ESP no cenário nacional, as decisões do STF e da Advocacia-Geral da União indicam a inconstitucionalidade do projeto e, portanto, representam um bom ponto de ataque ao ESP.

O caráter perigoso do ESP reside na possibilidade de mobilizar forças conservadoras e autoritárias, no campo educacional. O Escola sem Partido não pode ser resumido ao PL

867/2015 (desse modo, seria mais fácil combatê-lo, consideradas as suas sucessivas derrotas no Judiciário): ele é um movimento conservador que pretende ajustar a educação, de maneira autoritária, aos interesses da elite nacional:

O nome “sem partido” também não é inocente: sob a roupagem de se defender que a escola não “tome partido” de alguma ideologia, aproveita-se da reação que a sociedade brasileira tem mostrado em relação aos partidos políticos – face a marcas fisiológicas que atravessam a história de vários deles – como artifício de sedução e adesão dos cidadãos a suas ideias. Com isto, esvazia-se profundamente o sentido da política para que a sociedade – na forma de um consentimento ativo ou passivo – delegue o poder àqueles que historicamente oprimem os que não se enquadram nos padrões hegemônicos de uma classe dominante autoritária e escravocrata. (RAMOS, 2017, p. 85).

Os argumentos de Ramos (2017, p. 85) ajudam a articular a relação entre o funcionamento da dinâmica social brasileira, que se organizou por meio de uma estrutura autoritária e escravocrata, como demonstramos em capítulo anterior, e que, no contexto social de ascensão das práticas e discursos fascistas, se manifesta na educação, em propostas como o ESP.

Há um grande investimento do ESP no reforço ao papel da família, que, no caso brasileiro, conforme já frisado, significa reforçar o patriarcado e, conseqüentemente, desencorajar o debate crítico sobre os preconceitos e as diferenças, no campo da educação.

Logo, para investigar o ESP, não podemos nos ater apenas ao projeto de lei 867/2015, que, como vimos ao longo desta argumentação, é inconsistente, nebuloso e inconstitucional, e que, mesmo com esses problemas, incluindo o da inconstitucionalidade do projeto, tem avançado no cenário nacional. Se o projeto é inconstitucional e, a despeito disso, tem avançado, podemos entender que esse avanço só se faz, pois há um movimento que reforça essas ideias, de forma poderosa, de tal modo que, mesmo que inconstitucional, o ESP já é uma realidade, em alguns lugares do país.

4.4.1 Professor Doutrinador – o veículo da “perigosa” doutrinação marxista

No PL 867/2015, a articulação do tema original, “doutrinação marxista” e anticomunismo/ antiesquerdismo, não aparece de forma explícita, assim como não há uma definição dos conceitos centrais, como ideologia e doutrinação. De acordo com Penna (2017), é importante se perguntar, ao ler o documento (PL 867/2015): o que os seus criadores chamam de doutrinação? Qual a concepção que está por trás dessa escolha? “Em nenhum momento do

projeto, eles definem o que seria essa tal ‘doutrinação política e ideológica’, o que já é um elemento de inconstitucionalidade: como proibir uma prática sem defini-la claramente?” (PENNA, 2017, p. 37).

Partiremos da constatação de que, do modo como estamos organizados socialmente, não é possível que exista uma escola sem partido, portanto, há nessa designação um interesse oculto, que visa a confundir aqueles que pretendem atingir com seu discurso.

Na página oficial do ESP, é possível encontrar mais elementos que ajudam a caracterizar o tipo de doutrinação que o PL 867/2015 não deixa claro. Por exemplo, pode-se encontrar, no site, uma aba intitulada *Biblioteca Politicamente Incorreta*, na qual aparecem quatro referências, das quais a que nos interessa para análise é o livro *Professor não é educador*, de Armino Moreira, que tem como tese principal a dissociação entre o ato de educar e o ato de instruir; nesse caso, família e igreja ficariam responsáveis por educar e a escola se limitaria a instruir. A ideia de instrução, ali ventilada, é a de transmitir conhecimento produzido em outro espaço, contudo, sem veicular nenhuma forma de valor, nesse processo:

Qual é a tese desse livro? Uma dissociação entre o ato de educar e o ato de instruir. O ato de educar seria responsabilidade da família e da religião; então o professor teria que se limitar a instruir, o que no discurso do Escola sem Partido equivale a transmitir conhecimento neutro, sem mobilizar valores e sem discutir a realidade do aluno. (PENNA, 2017, p. 36).

Por conseguinte, de acordo com Penna (2017), a tese central do livro é uma concepção pedagógica atrasada, que já foi superada, porém, que emerge nesse contexto com uma nova roupagem e representaria um suposto avanço para educação. O reforço ao papel da família e da igreja é uma estratégia de manutenção dos privilégios conquistados pela elite nacional, desde a colonização, e que diminuíram, sem nunca deixar de existir, durante a democracia moderna.

A escolha da família e da igreja é um modo de sustentar, no campo das ideias, dos comportamentos, o privilégio das elites e a manutenção de uma sociedade hierarquizada que se constituiu autoritariamente. Por isso, pode-se assumir que o ESP é parte, braço fundamental, de um projeto político, ou seja, ele tem influência político-partidária, é oficialmente apoiado por partidos políticos circunscritos ao campo das ideias conservadoras, de direita e de extrema direita:

Ao por entre aspas o termo “sem” da denominação Escola sem Partido, quer-se sublinhar que, ao contrário, trata-se da defesa, por seus arautos, da escola do partido absoluto e único: partido da intolerância com as diferentes ou antagônicas visões de mundo, de conhecimento, de educação, de justiça, de liberdade; partido, portanto, da xenofobia nas suas diferentes facetas: de gênero, de etnia, da pobreza e dos pobres etc.

Um partido que ameaça os fundamentos da liberdade e da democracia. (FRIGOTTO, 2017, p. 31).

Há, na página principal do movimento, outra aba intitulada *flagrando o doutrinador*, o qual, segundo Penna (2017, p. 37), “[...] o não passa de uma lista de atividades às quais o aluno deve ficar atento para reconhecer o professor doutrinador”, em que o movimento expõe em um texto a suposta conduta de doutrinação de um professor, inclusive disponibilizando acesso a um vídeo de aula, no qual o docente estaria supostamente cometendo o “crime” de doutrinação ideológica.

A construção do texto e da argumentação colocam a figura do docente como de criminoso, ou seja, aquele que comete o crime de doutrinação ideológica, que supostamente violaria o direito constitucional de liberdade de consciência e crença, o qual estaria sendo usurpado dos estudantes. Nesse caso, o professor é associado à figura do militante, de forma pejorativa, cujo conceito é uma compreensão caricaturada de um manipulador ideológico e, por sua vez, o estudante é retratado como vítima:

Os que advogam e defendem a iniciativa do Escola sem Partido escoram suas ideias na suposta preocupação “com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”. Preocupam-se com um quixotesco “exército organizado de militantes”, “falsos educadores”, que na função de professores, se prevaleceriam da liberdade de cátedra e do “segredo” da sala de aula para impor a uma audiência cativa de estudantes o que denominam como “sua própria visão de mundo”. (EPINOSA; QUEIROZ, 2017, p. 50).

O texto que caracteriza o criminoso (professor doutrinador) se encerra com uma lista de práticas vinculadas à figura do professor, as quais os estudantes deveriam estar atentos, para que pudessem perceber, em seus docentes, indícios de um professor doutrinador.

A lista contém dezessete critérios de comportamentos que auxiliariam o estudante a examinar a doutrinação ideológica, com o intuito de denunciar o professor doutrinador. O primeiro item da lista sintetiza, de forma interessante, o absurdo da proposta como um todo e do que virá nos itens seguintes: “[...] se desvia frequentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional” – esse é o primeiro comportamento listado, em que se pode notar o reforço da tese central da dissociação de educação e instrução, isto é, a dissociação da matéria (disciplina) com a realidade da escola, da comunidade, do país. Nesse caso, o professor não teria o papel de estabelecer vínculos entre o conhecimento que domina e que leciona (matéria) e a própria vida (noticiário político).

O segundo comportamento perigoso, apontado por Penna (2017, p. 37), seria: “[...] adota ou indica livros, publicações e autores identificados com determinada corrente ideológica”²⁴, afirmação que pressupõe que existam livros, teses, publicações e autores que não possuam vinculação com qualquer corrente ideológica, ou seja, um objetivo insensato e de impossível realização, mas que se esconde na falsa oposição criada e sustentada pelo ESP entre neutralidade e ideologia. Quando se preconiza a oposição entre neutralidade e ideologia, é possível distinguir aquilo que é neutro daquilo que é ideológico. A pergunta que se coloca, nesse caso, é: quem decide o que é neutro e o que é ideológico?

Não há, na proposta do ESP, nenhum compromisso com neutralidade. De acordo com Ramos (2017, p. 83), “[...] diferentemente do que os defensores do Escola Sem Partido dizem, não tem como separar instrução de educação e fazer do ensino algo neutro, porque a sociedade não é neutra.”

De todo modo, é fácil constatar que a doutrinação a que se refere o PL 867/2015 é a que o movimento sustenta, em sua narrativa de origem, quer dizer, a doutrinação é marxista. Episódios recentes ajudam a corroborar o óbvio elo entre o PL 867/2015 e a ação de seus representantes, como, por exemplo, a denúncia de “doutrinação ideológica” apresentada no Ministério Público Federal (MPF) contra o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Marx, Trabalho e Educação (GEPMTE), ligado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – (RUY, 2017). O texto da denúncia auxilia a fazer a conexão entre a doutrinação marxista e o comunismo/esquerdismo, como podemos notar no seguinte trecho: “É escabroso que uma Universidade Federal sirva de ninho, de balão de ensaio para que milhares de militantes de esquerda fiquem trabalhando nos seus delírios ideológicos, bancados com recursos públicos e incutindo tais ideologias nos alunos.” (RUY, 2017).

Por fim, há outra aba, no *site*, que possibilita caracterizar qual seria, portanto, a doutrinação ideológica a que remete o ESP. Na aba *movimento estudantil*, encontra-se o seguinte texto: “O movimento estudantil é aliado histórico dos promotores da doutrinação política e ideológica nas escolas. Sua ‘rebeldia juvenil’ *está a serviço dos partidos de esquerda*, que dos bastidores o controlam há décadas, como o operador do brinquedinho ao lado.” Ou seja, a doutrinação a que alude o ESP se circunscreve às ideologias de esquerda. Há nessa afirmação, também, a proposição do estudante enquanto agente passivo, vítima de um sujeito ativo que

²⁴ Fica claro, no material de divulgação oficial do movimento, assim como discurso de seu porta-voz, que a corrente ideológica a que se refere o PL, de forma subjetiva, é o marxismo, presente no mito originário do movimento na suposta “doutrinação marxista”.

seria o professor doutrinador, responsável por incutir nesse sujeito, desprotegido e sem vontade ou consciência própria, as ideias de esquerda.

Verifica-se, no movimento ESP, pela análise do material disponível em seu *site* e página oficial do *facebook*, a construção insistente da figura do docente como um agente de imposição, de manipulação, como criminoso, ou seja, como um perigo para o processo de educação. Nesse sentido, o agente a ser combatido, o inimigo perigoso é o professor doutrinador, portanto, é necessário se mobilizar contra esse sujeito. Assinala Penna (2015):

O que está em questão é a competência profissional dos professores – se estes fossem percebidos como detentores de um saber profissional, que os permitiria planejar qualquer intervenção pedagógica que considerasse necessária, este tipo de limitação não se justificaria. Um dos pressupostos destas ameaças é que os professores são malformados e não são dignos de confiança, justamente eles que lidam cotidianamente com os membros mais indefesos da nossa sociedade, as crianças e os jovens. Essa falta de confiança na competência profissional dos professores está no âmago desta campanha de *ódio aos professores* e é uma ideia amplamente aceita por parte da nossa sociedade, sendo inclusive percebida como um dos principais fatores que causam a *baixa qualidade* da educação no Brasil.

De acordo com Penna (2015), o ESP se aproveita da baixa qualidade da educação, no Brasil, e responsabiliza os professores por tal resultado, sugerindo que estes são malformados e, por consequência, os responsáveis por disseminar a suposta “doutrinação ideológica”. Por exemplo, no *site* do ESP, há uma aba intitulada *Dia Nacional de Luta contra a Doutrinação nas Escolas*.

É interessante perceber que o movimento que condena e ataca a figura docente, condenando-o por incitar estudantes a participar de manifestações públicas, como previsto nos deveres dos professores – “não incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas” –, estimula pais e estudantes a denunciar o professor, promovendo o que chamam de dia de luta, contudo, que pode ser facilmente substituído por “dia de caça”. Mas isso depende da postura ideológica, o que o próprio movimento não admite, uma vez que esconde todas suas posturas ideológicas, sustentando um discurso de neutralidade:

Além de se manifestarem de forma arrogante, sem nenhuma ética nem respeito com os educadores e a sociedade em geral, emitem uma mensagem de certeza e proposição de ideias supostamente neutras, mas que escondem, na verdade, um teor fortemente persecutório, repressor e violento. Trata-se, na verdade, de uma estratégia cujo conteúdo, mais cedo ou mais tarde, será explicitado, porém, mediante a obtenção do consenso na sociedade, que poderá legitimar a coerção como caminho aberto para a violência em direção àqueles que não conjugam da mesma afiliação ideológica conservadora como eles. (RAMOS, 2017, p. 76).

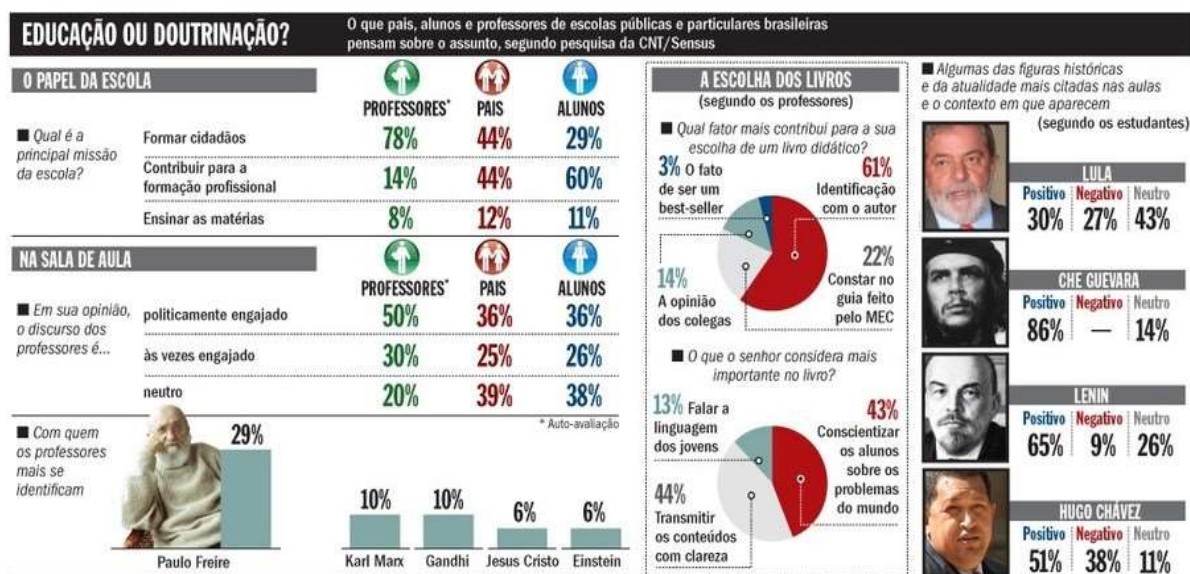
Percebe-se que o movimento ESP elegeu como seu inimigo o professor, mas a pergunta que se faz é: qual professor? Na mesma aba *Dia Nacional de Luta contra a Doutrinação nas*

Escolas, encontra-se a divulgação de uma pesquisa do Instituto Sensus, sem indicar, no entanto, uma referência de data ou local de publicação. A pesquisa afirma que “78% dos professores brasileiros acreditam que a principal missão das escolas é ‘formar cidadãos’ (expressão que na prática se traduz como todos sabem, por fazer a cabeça dos alunos); e 61% dos pais acham ‘normal’ que os professores façam proselitismo ideológico em sala de aula.” Os líderes do movimento utilizaram uma pesquisa, sem referenciá-la, como forma de buscar legitimidade acadêmica, científica, para sustentar seus argumentos.

Como não havia no texto a indicação de data ou local da publicação, foi necessário buscar informações para encontrar tal fonte e analisar, com mais precisão, qual o tipo de professor o movimento acusa de doutrinador. Assim, através de uma busca rápida no *Google*, encontramos no portal *online* da revista *Nova Escola*, uma reportagem [25] publicada em 19 de julho de 2016, em que a referida pesquisa é referenciada e, portanto, é possível descobrir sua origem, a fim de problematizar a questão, com maior consistência.

A pesquisa inserida no *site* do ESP foi encomendada pela revista *Veja* ao *Instituto CNT/Sensus*. Contudo, a pesquisa usada como referência carece de consistência, visto que, em sua publicação, não é detalhada qual a metodologia utilizada, nem tampouco a margem de erro; a publicação se atém apenas a afirmar que foram entrevistados três mil estudantes.

Figura 1



Fonte: <http://escolasempartido.org/images/quadroveja.jpg>

Pode-se perceber que a suposta neutralidade ideológica da pesquisa desaparece quando se constata, pela Figura 1, que todas as figuras expostas como ferramentas de doutrinação ideológica possuem vínculos históricos com ideologias de esquerda, ou seja, Hugo Chávez, Luiz Inácio Lula da Silva, Ernesto Che Guevara, Vladimir Lenin e Paulo Freire. Há um ataque direto à ideologia de esquerda, porque personalidades desse campo político e de ideias são tidas como exemplos positivos pelos professores doutrinadores e, portanto, representariam a doutrinação.

Não há, como a figura bem demonstra – e isso pode ser constatado também na própria página oficial do movimento, no *facebook* – referências a personalidades, ideias, comportamentos que se vinculam ao campo político e do pensamento de direita. Portanto, o inimigo é o professor doutrinador, o qual é definido como “[...] certamente, o professor que vem dos segmentos populares ou os ‘intelectuais de esquerda’ que atuam nessas escolas são ameaçadores. Daí controlá-los, persegui-los e criminalizá-los.” (RAMOS, 2017, p. 82).

Vale ressaltar, ainda, que é incoerente um movimento que sustenta a argumentação de neutralidade empregar uma pesquisa encomendada pela revista *Veja*, que, historicamente, é uma revista vinculada ao pensamento conservador, conhecida inclusive por apoiar a ditadura militar, no Brasil, e por, notadamente, defender os ideais da direita. Uma rápida busca *online* nos permite encontrar capas antigas da revista *Veja* em que se pode observar, de forma clara, sem nenhum disfarce, quais são suas preferências políticas e ideológicas:

Figura 2 -



Figura 3 -



Fonte: <http://www.historiailustrada.com.br/2014/04/as-mais-vergonhosas-capas-da-revista.html>

Essas duas capas da revista *Veja* demonstram objetivamente a posição político-ideológica, assumidamente conservadora e de direita, que a revista mantém, desde sua origem. Ela assume não apenas a postura, como se constrói ao longo da história como um mecanismo ideológico da direita nacional.

As duas capas revelam o contraste criado pela revista, durante o período militar, no Brasil, em que sustentou uma narrativa de antagonismo entre os revolucionários (nesse caso, seriam os militares) e terroristas (representantes de partidos políticos, militantes, relacionados ao campo da esquerda). Na narrativa, os revolucionários seriam os responsáveis por salvar o Brasil da ameaça comunista e de todas as ideias de esquerda, as quais representavam um perigo maior para nação, a ponto de justificar a interrupção da democracia e a instauração de um longo período ditatorial e autoritário, na história brasileira.

Portanto, a própria escolha de uma pesquisa encomendada pela revista *Veja*, sem creditar tal fato, em sua divulgação, evidencia a inconsistência na argumentação de neutralidade ideológica e indica que a doutrinação ideológica a que se refere o projeto é associada às ideologias que compõem historicamente o pensamento político da esquerda.

No *site* oficial do movimento Escola Sem Partido (<http://www.escolasempartido.org/>), encontra-se outra aba, intitulada Síndrome de Estocolmo, na qual o professor é apresentado, em uma série de textos, tal como um sequestrador intelectual dos alunos:

Vítima de um verdadeiro “sequestro intelectual”, o estudante doutrinado quase sempre desenvolve, em relação ao professor/doutrinador, uma intensa ligação afetiva. Como já se disse a propósito da Síndrome de Estocolmo, dependendo do grau de sua identificação com o sequestrador, a vítima pode negar que o sequestrador esteja errado, admitindo que os possíveis libertadores e sua insistência em punir o sequestrador são, na verdade, os responsáveis por sua situação. De modo análogo, muitos estudantes não só se recusam a admitir que estão sendo manipulados por seus professores, como saem furiosos em sua defesa, quando alguém lhes demonstra o que está acontecendo. Divulgaremos, neste espaço, episódios que ilustram esse curioso fenômeno.

A síndrome de Estocolmo é aquela na qual o sujeito que foi sequestrado, capturado, submetido a cárcere privado, desenvolve uma relação de apego sentimental com respeito àquele que o sequestrou. Ou seja, o professor exerceria, nesse caso, o papel do sequestrador emocional que mantém a vítima presa às suas violações ideológicas. O estudante que defende o professor doutrinador da acusação de doutrinação ideológica estaria sofrendo da síndrome de Estocolmo, portanto, um sujeito descartável ao debate. Para o ESP, só tem validade o depoimento daqueles que denunciam o comportamento que eles denominam “doutrinário”, que, como apontado aqui, é circunscrito ao campo das ideologias de esquerda.

De modo autoritário, os estudantes que discordem desse argumento são tratados como se tivessem um transtorno psicológico: a síndrome de Estocolmo. Logo, não estariam no uso pleno das faculdades da razão, ao defender o doutrinador; antes disso, estariam sujeitos, reféns psicológicos, do sequestro intelectual do militante esquerdista, disfarçado de professor.

Em suas entrevistas, Miguel Nagib afirma que o projeto ESP é uma forma de contextualizar, para o ambiente da sala de aula, os princípios que estão na Constituição Federal. Outra pergunta simples que se faz: por que não afixar, então, os princípios destacados na própria Constituição Federal?

O PL 867/2015 torna obrigatória a fixação de cartazes em todas as salas de aula do Ensino Fundamental e Médio do país, com seis deveres direcionados ao professor. Nesse sentido, fica mais que evidente que a figura central de combate na escola é o professor.



Fonte: <http://www.escolasempartido.org/>

O cartaz proposto pelo ESP, intitulado *Deveres dos Professores*, poderia ser facilmente também chamado de *Proibições aos Professores*, visto que quatro de seus seis itens se iniciam com “O professor não...”, sempre atribuindo um claro e objetivo sentido de proibição, com óbvia punição para aqueles que não cumprirem o que for determinado.

Pode-se ainda assumir que essas formulações são tendenciosas, pois misturam práticas corriqueiras e pertinentes à sala de aula com elementos condenáveis. Por exemplo, veja-se o item 3, “O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula, nem incentivará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.” Com relação à primeira proibição, não há problemas, ou seja, a sala de aula não é local adequado e nem permitido para que se faça propaganda político-partidária. Contudo, não se pode confundir política com partidarismo, que são coisas distintas, mas que, nesse caso, são facilmente embaralhadas no discurso fundante do ESP e nos próprios argumentos que fundamentam o PL 867/2015. Isso

fica mais evidente na segunda parte da proibição, isto é, “[...] não incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.” Ou seja, a formulação da proibição indica uma postura tendencialmente radical do professor, quando usa a palavra *incitará* que, na frase, poderia ser substituída, sem prejuízo de sentido, por estimular, porém, que não tem a mesma força em produzir um sentido agressivo e manipulador sobre a figura do professor.

Ademais, o artigo 5º da Constituição de 1988 – “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu *preparo para o exercício da cidadania* e sua qualificação para o trabalho.” (grifos nossos) – autoriza e incentiva, ou talvez incite, que a participação de qualquer tipo atividade democrática no espaço público deve ser um dos objetivos da escola.

Diante do exposto, acreditamos que os elementos levantados até este ponto são suficientes para comprovar que há uma notável relação de interesse entre o ESP e o projeto político-educacional da nova direita brasileira, e que sua própria negação de partidatismo é, como já bem demonstrado, uma característica antiga da direita brasileira.

Apresentados o objeto e as problematizações surgidas desse fenômeno, podemos retornar às reflexões de Adorno sobre a personalidade autoritária, procurando elementos que reforcem nossa análise, a fim de que, em um momento final, possamos, a partir das teses adornianas de uma educação contra a barbárie, pensar como a educação pode combater esse processo.

A paranoia quanto à doutrinação marxista como forma de impulsionar a construção de um modelo comunista alimenta a direita nacional, desde 1964. Muitos desses elementos se apresentam no contexto contemporâneo com uma nova roupagem, todavia, mantêm o caráter paranoico como essencial.

Para analisar esse problema, retomando a pesquisa sobre a personalidade autoritária, na sequência, faremos um esforço para observar em que medida os argumentos levantados por Adorno (2009) contribuem para analisar o fenômeno Escola Sem Partido, tal qual um perigoso gatilho do potencial fascista.

Um dos pontos inovadores da pesquisa sobre a personalidade autoritária, coordenada por Adorno, é a construção das escalas como meio de aferição da propensão do indivíduo à adesão a ideias autoritárias. De sorte a construir as escalas, os autores utilizaram-se de um vasto material, de origem diversa, como literatura sobre o antissemitismo, afirmações dos entrevistados, escritos de personalidades antissemitas (exemplo: *Mein Kampf*, de Adolf Hitler),

periódicos com conteúdo fascista e antissemita, afirmações comuns em conversas cotidianas etc.

As escalas foram elaboradas e aplicadas em ordem (Antissemitismo, Etnocentrismo, Conservadorismo Político e Econômico, Fascismo), de tal modo que cada escala se relacionava com a anterior, como forma de verificar qual tipo de relações se poderia estabelecer sobre as variáveis que se pretendia medir. As escalas foram elaboradas com a intenção de medir quantitativamente a estrutura, o alcance e o conteúdo de cada um dos campos ideológicos selecionados (AS, E, CPE e F).

A escala sobre o Conservadorismo Político e Econômico é, a nosso ver, a que mais colabora para a análise do fenômeno ESP, à luz do debate sobre a personalidade autoritária e a potência fascista, no que diz respeito a nosso primeiro eixo de análise: a doutrinação marxista e o anticomunismo/esquerdismo.

A escala CEP tinha como objetivo investigar a dimensão política do indivíduo, de acordo com sua adesão ideológica. Para tal, observaram-se com maior atenção os indivíduos que estavam nos polos: os conservadores extremos e os liberais. Vale ressaltar que, para fins de análise, o conservadorismo extremo foi classificado como um comportamento político comum às posturas da direita, ao passo que o liberalismo foi associado ao comportamento político próximo à esquerda.

A construção da escala CPE contou com a presença de itens que se aproximam do caráter conservador e itens que se aproximam do caráter liberal. Assim, os autores buscaram delimitar diferenças substanciais entre as duas tendências ideológicas, empregando temas que investigavam características do conservadorismo, como Apoio ao *status quo*, resistências a transformações sociais, defesa de valores conservadores e ideias sobre o equilíbrio entre capital, trabalho e Estado.

A escala de CPE se referia a temas políticos e econômicos e, entre estes, um que apareceu com frequência foi o do comunismo. A nós, é interessante também fazer um exame mais detalhado de como esse tema se expressou na escala CPE e qual a interpretação dos autores sobre o mesmo.

O tema aparece de forma distorcida no discurso e nas ações dos membros do movimento ESP e, de forma indireta, no PL 867/2015. Talvez a má compreensão do comunismo, o ataque superficial identificando “pejorativamente” como ideologia de esquerda, estratégia usada pelo ESP, possa ser explicada tal qual os pesquisadores perceberam, em sua análise:

El complejo Rusia está estrechamente asociado con el complejo del comunismo en las mentes de nuestros sujetos. Éste es el caso más generalizado desde que el comunismo ha dejado de ser en la mente pública una forma enteramente nueva de sociedad, basada en una completa ruptura en el sistema económico, y se ha convertido en algo rotundamente identificado con el gobierno ruso y con la influencia rusa en la política internacional. En nuestra muestra apenas se ha encontrado referencia alguna al tema básico de la nacionalización de los medios de producción como parte del programa comunista- un resultado negativo que es lo bastante significativo con respecto a la dinámica histórica a la que ha estado sujeto el concepto de comunismo durante las dos últimas décadas. (ADORNO, 2009, p. 438).

Obviamente, no cenário nacional, não temos essa “fixação” com a ideia de comunismo e sua referência ao Estado russo, como os norte-americanos. Esse fato tem explicação histórica. A Guerra Fria determinou, no imaginário social norte-americano, os russos como grandes inimigos e rivais dos EUA, e, conseqüentemente, houve uma associação do Estado russo à ideologia comunista.

No entanto, mesmo que não seja tão forte essa associação, ela aparece também no imaginário social brasileiro. Não podemos esquecer que o golpe militar de 1964 foi justificado oficialmente como alternativa à ameaça comunista. Dessa maneira, já na década de 1960, havia no Brasil a associação oficial do comunismo ao Estado russo.

Talvez, no imaginário social latino-americano, a ideia de comunismo esteja mais associada a Cuba e a figuras históricas da revolução cubana, como Che Guevara e Fidel Castro. Ou talvez, ainda, de forma mais recente, às figuras de Evo Morales, Hugo Chávez e Nicolás Maduro. Em certa medida, a associação do governo socialista cubano ao governo comunista da URSS colabora igualmente na descaracterização do comunismo enquanto um meio de transformação radical da sociedade, aproximando-o da compreensão de modalidades de governo relacionadas à esquerda.

Mais forte que a associação ao Estado russo, o mais interessante da análise de Adorno (2009) e que podemos utilizar como elemento para a reflexão que realizamos, é a perda do sentido do comunismo enquanto um outro modelo de sociedade, transferido para chave compreensiva do comunismo enquanto um modelo de organização social e política implementado pelo governo russo. Os problemas que derivam dessa confusão são muitos e permitem que discursos como o do ESP se espalhem com certo grau de adesão popular. Há, no imaginário social mundial (a indústria cultural se ocupou dessa tarefa), a proposição do comunismo enquanto um perigo a ser combatido:

Cuanto más se vacía a este concepto de cualquier contenido específico, tanto más se lo transforma en un receptáculo para toda clase de proyecciones hostiles, muchas de las cuales son reminiscentes en cierto modo, a un nivel infantil, de la presentación de

las fuerzas del mal en las tiras de los cómics. Prácticamente todos los rasgos del pensamiento <<elevado>> son absorbidos por imaginaria. La vaguedad de la noción de comunismo, que lo convierte en una magnitud desconocida e inescrutable, puede incluso contribuir a los afectos negativos que se le asocian. (ADORNO, 2009, p. 438).

As respostas, nas entrevistas em que apareceram o termo *comunismo*, por muitas vezes, apresentaram tendências irracionais que expressam visões distorcidas e limitadas, as quais denunciam um comunismo imaginário. Os autores perceberam que, no imaginário social, havia uma construção do comunismo enquanto uma forma política estrangeira, pertencente aos russos, inimigos e rivais históricos. Desse modo, muitas das opiniões expressas nas entrevistas reduzem o comunismo a uma perspectiva etnocêntrica, como se percebe no seguinte trecho de uma das entrevistas: “[Por qué está en contra del comunismo?] <<Bueno, es extranjero. El socialismo está bien; se respeta a un hombre que es socialista, pero un comunista proviene de un país extranjero y no tiene nada que hacer aquí.” (ADORNO, 2009, p. 439).

Em alguns casos, as críticas expressavam um caráter paranoico, sem vínculo com o real, e essas manifestações foram observadas tanto em pontuadores altos quanto baixos. O caráter paranoico estava associado à postura etnocêntrica, revelando uma relação de hostilidade ao comunismo vinculada à hostilidade ao estrangeiro. Talvez o caráter de ódio ao estrangeiro seja atenuado, no caso do Brasil, pelo mito da não violência e da democracia racial.

Nessa linha, a construção da identidade nacional, que passa pela ideia do povo pacífico e ordeiro, o qual recebe e acolhe bem os estrangeiros, atenua essa relação do comunismo com o ódio ao estrangeiro. Parece a nós que a associação, aqui, se dá de forma mais objetiva e evidente com respeito aos partidos de esquerda. Esse fato tem explicação histórica, como já trabalhado sobre os impactos da ditadura militar de 1964, na construção do imaginário social de uma esquerda perigosa, “terrorista”, ameaçadora da soberania nacional:

El comunismo es algo bueno para los demás, en particular para <<esos extranjeros>>, de los que se ha importado, en cualquier caso. Esta técnica la emplean tanto los puntadores altos como los bajos. Esto dice 5008, el descendiente de Jefferson de mentalidad liberal: << Los comunistas puede que sean capaces de hacer algo en la Unión Soviética, pero aquí fracasarían totalmente. >>. (ADORNO, 2009, p. 441).

As explicações para a associação do comunismo a uma postura etnocêntrica advêm, segundo os autores, de um esforço propagandístico para promover a ideologia anticomunista. Nesse caso, pode-se notar a importância que a propaganda ganha, na construção de ideias que associem o comunismo a uma invasão estrangeira. O potencial antidemocrático dessas

propagandas é, por vezes, o responsável por determinar os objetos sociais de agressão e hostilidade:

Obviamente, la relación entre anticomunismo y potencial fascista, tal como lo miden nuestras escalas, no debería simplificarse en exceso. En alguno de nuestros estudios más tempranos, la correlación entre el antisemitismo y el anticomunismo era muy elevada, pero existen motivos para creer que no sería tan elevada hoy; no, por lo menos, al nivel de la superficie. Durante los últimos años toda la maquinaria propagandística del país se ha dedicado a promover el sentimiento anticomunista en el sentido de un <<terror>> irracional y no hay probablemente mucha gente, excepto los seguidores de la <<línea del partido>>, que haya sido capaz de resistir la presión ideológica incesante. Al mismo tiempo, durante los últimos dos o tres años es posible que se haya convertido en más <<convencional>> el estar abiertamente en contra del antisemitismo, si puede considerarse como sintomático de una tendencia el gran número de artículos de revistas, libros y películas de amplia circulación. La estructura de carácter subyacente tiene poca relación con tales fluctuaciones. Si éstas pudiesen determinarse, demostrarían la importancia extrema de la propaganda en materia política. La propaganda, cuando se dirige al potencial antidemocrático de la gente, determina en gran medida la elección de los objetos sociales de la agresividad psicológica. (ADORNO, 2009, p. 443).

A passagem acima pode ser relacionada ao contexto do ESP, caso o compreendamos enquanto um veículo de propaganda antidemocrática, que, a princípio, estaria voltado a propagar o medo irracional do comunismo e, por consequência, dos ideais de esquerda.

Assim, o processo irracional de medo despertado pela propaganda anticomunista também colabora na construção do objeto social de ódio. Esse mecanismo, quando pensado no cenário aqui exposto, deixa evidente que o papel de disseminar o medo irracional ao comunismo e ao pensamento de esquerda é exercido pelo ESP e pelos interlocutores públicos do movimento. Dessa maneira, como apontado ao longo desta análise, o primeiro eixo, doutrinação marxista e anticomunismo/antiesquerdismo, cumpre o papel de afirmar o mito de origem do ESP e abre espaço para a propaganda antidemocrática que será promovida por seus interlocutores.

4.5 Escola Sem Partido - a satanização da “ideologia de gênero”

Realizada a análise do tema anticomunismo/esquerdismo” derivado da “doutrinação marxista” do mito de origem, passamos a examinar o segundo tema, combate à ideologia de gênero, que, fundido ao primeiro, deu maior potência e capilaridade social ao ESP.

O segundo eixo será observado com o objetivo de verificar como o combate à ideologia de gênero se funde ao combate à doutrinação marxista e acaba se tornando elemento fundamental na articulação do ESP com setores conservadores da sociedade, com grande poder e influência política, como ruralistas e representantes de segmentos religiosos aliados à

ideologia moral cristã. A análise será feita, tal qual a do eixo anterior, à luz da obra *Personalidade Autoritária*.

O ESP se constitui sob a moralidade cristã conservadora e tem, nesse ponto, o encontro de interesses entre católicos e neopentecostais, os quais atuam conjuntamente em uma das bandeiras que se tornou central no movimento, que é o combate ao que eles denominam “ideologia de gênero”. De acordo com Penna (2017, p. 45), de forma simples, o que o ESP chama de ideologia de gênero “[...] é a tentativa de mostrar como as relações entre os gêneros, homem, mulher e outras configurações, são construídas historicamente, para desconstruir desigualdades, homofobia, machismo e coisas assim. Mas eles colocam que seria uma ideologia contra a família.”

O ESP cria uma oposição entre família e ideologia de gênero, o que, de fato, mobiliza no campo das paixões um confronto em que o conceito de família se torna central, e a legitimidade da família não cristã é colocada em descrédito. De acordo com Penna (2017), esse movimento produz um conflito entre as famílias reconhecidas pelo ESP e as que este não considera organizações familiares e que, para além disso, seriam um perigo à própria família (a qual defendem). Portanto, o movimento, que se diz contra a “ideologia de gênero”, justifica essa postura com o argumento de que essa é uma concepção ideológica, “[...]antifamília, uma tentativa de transformar os jovens em gays e lésbicas, um ataque à família.” (PENNA, 2017, p. 45).

A crítica do ESP ao que considera “ideologia de gênero” pode ser pensada, também, nesse contexto, como resultado da aliança de dois interesses comuns: o religioso e o político. Os neopentecostais, com apoio dos católicos conservadores, têm feito um duro processo de resistência às políticas relacionadas ao debate sobre gênero e sexualidades. Os ataques realizados contra as populações LGBTT são fundamentados no modelo de família cristã, o qual não admite que a família ou as relações afetivas e de amor possam ser vividas entre pessoas do mesmo gênero ou que não caibam no padrão heteronormativo.

Nesse caso, existe um encontro de interesses entre o modelo de sociedade defendido pelos neopentecostais e por parte dos católicos mais conservadores e o programa Escola Sem Partido. A suposta neutralidade política e ideológica assumida pelo ESP é uma estratégia que tem funcionado bem para a resistência dos neopentecostais e católicos conservadores ao debate sobre as desigualdades de gênero e as sexualidades. Logo, o ESP se apresenta “como uma luva”

aos interesses neopentecostais e católicos em produzir uma educação que seja afinada aos seus valores e interesses morais.

4.5.1 Cruzada contra a ideologia de gênero

Desde 2014, começou a surgir uma série de projetos de lei apresentados no Congresso Nacional e nos poderes legislativos estaduais e municipais, centrados no combate à “doutrinação ideológica” nas escolas. As propostas, que se iniciaram de forma tímida e ganharam força de expansão no cenário nacional, em 2014, são reflexos óbvios do potencial autoritário e fascista liberado em junho de 2013. Todas elas reproduzem os desejos e anseios do Programa Escola Sem Partido, que principia, nesse ano, a se tornar elemento recorrente do debate educacional.

Quanto ao espaço que ganhou no cenário nacional, este é diretamente relacionado à adesão do movimento ao discurso do combate à ideologia de gênero, que estaria sendo promovida nas escolas. As propostas se concentram em vetar qualquer tipo de representação social que se desvie dos papéis sociais fixados para homem e mulher, de acordo com os preceitos morais do cristianismo. Esse processo tem uma séria implicação para o exercício democrático e é isso que procuramos caracterizar, nesta seção.

É perceptível que, a partir de 2014, houve um deslocamento nas ações do ESP com a sobreposição do combate à ideologia de gênero à doutrinação marxista e ao anticomunismo/esquerdismo. Até 2014, o projeto apresentava foco na “doutrinação marxista”, que, como já explorado, não aparece de forma objetiva no texto do PL 867/2015 e em nenhum outro PL inspirado no programa ESP.

A doutrinação, a qual, no projeto, não apresenta nenhuma definição, passa a ser determinada como doutrinação da consciência moral, que utilizaria como ferramenta a “ideologia de gênero”. Percebe-se que há uma mudança de foco, nesses episódios: o projeto, que, em 2004, era focado no aspecto político, relacionado ao perigo da doutrinação marxista que usaria a ideologia comunista para manipular as consciências dos jovens, passa a se focar no aspecto moral, em que a ideologia de gênero se apresenta como o “carro-chefe” de combate do ESP:

Antes, a ideia de uma “Escola Sem Partido” focava sobretudo no temor da “doutrinação marxista”, algo que estava presente desde o período da ditadura militar. O receio da discussão sobre os papéis de gênero cresceu com iniciativas para o combate à homofobia e ao sexismo nas escolas e foi encampado como bandeira prioritária pelos grupos religiosos conservadores. Ao fundi-lo à sua pauta original, o MESP transferiu a discussão para um terreno aparentemente “moral” (em contraposição a “político”) e

passou a enquadrá-la nos termos de uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças. (MIGUEL, 2016, 595-596).

O ESP ganha capilaridade social, ao abandonar a discussão política em um contexto histórico de crescente descrédito da política nacional e dos partidos políticos, e transferir sua centralidade ao combate no campo moral, no qual a ideologia de gênero se mostra como bandeira central. Ao encampar o combate à doutrinação ideológica e apontar que ela ocorre no campo da moral, o ESP ganha adesão dos setores conservadores brasileiros, especialmente os ligados ao cristianismo.

É importante notar que o confronto que o ESP abre, no campo da moral, não é originário do movimento. O combate à ideologia de gênero é um tema de preocupação anterior dos cristãos, que, quando associado ao ESP, dá maior potência a suas ideias. Há, nesse caso, um conflito entre a ideologia cristã e a ideologia de gênero. De acordo com Garbagnoli (2014, p.154 apud MIGUEL, 2016, p. 598),

[...] a construção da doutrina católica contrária ao gênero começou no pontificado do papa Wojtyla (João Paulo II), sob o comando do prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, cardeal Ratzinger, que em 2005 sucederia a Wojtyla no papado, adotando o nome de Bento XVI. A partir dos anos 2000, delineia-se com clareza o adversário a ser combatido: aquilo que no Brasil recebeu o nome de “ideologia de gênero”, mas que na França e na Itália costuma ser chamada de “teoria do *gender*” (“*théorie du gender*”, “*teoria del gender*”), com o uso do inglês como forma de marcar sua origem alienígena. Embora se apoiando superficialmente na literatura feminista e *queer*, “trata-se de uma invenção polêmica dos meios conservadores católicos que visa caricaturizar e, assim, deslegitimar um campo de estudos”.

O conflito da ideologia cristã com a ideologia de gênero é uma estratégia que parte do representante máximo do catolicismo, o Papa João Paulo II, e que indica que ao menos aos católicos, já no início dos anos 2000, essa se apresentava como uma questão de urgência. Vale lembrar que, em 2004, o católico Miguel Nagib escreveu o projeto Escola Sem Partido, sem estar atento às orientações do chefe máximo de sua religião. Apesar de, no cenário mundial, já haver um movimento da Igreja Católica representando a ideologia cristã, no sentido de estabelecer esse combate, no Brasil, o combate à ideologia de gênero chega, de forma mais consistente, somente em 2014, quando o ESP o funde ao seu mito original.

Segundo Miguel (2016, p. 598), durante os anos de papado, João Paulo II demonstrou, em vários de seus textos públicos, uma preocupação com as mulheres, até então não encontrada na história do catolicismo. Essa preocupação demonstra uma mudança de postura, mas, não no sentido de um revisionismo, admitindo que a mulher fora subalternizada, no catolicismo. Ressalta Garbagnoli (2014, p.154 apud MIGUEL, 2016, p. 598):

A estratégia do líder católico é na verdade um combate ao feminismo, que mais tarde será refletido na proposta de combate a teoria de gênero. “A igualdade pretendida pelo feminismo representaria um rebaixamento da mulher, a perda de sua “dignidade extraordinária” na condição de “especialista do amor”.

Verifica-se que a questão, para o papado, não era de um revisionismo histórico, reconhecendo as desigualdades de gênero na organização cristã, porém, uma reafirmação do papel de gênero da mulher, como gestadora, vinculada às tarefas domésticas, dedicada aos filhos e ao marido, ou seja, elementos que reforçam o modelo de família cristã e que perderam potência, especialmente com o nascimento e o desenvolvimento do movimento feminista:

O questionamento dos papéis sexuais põe em risco a família e, portanto, toda a sociedade, que – conforme diz a sabedoria convencional – nela repousa (Garbagnoli, 2014, p. 151). Isso se traduz facilmente, no senso comum, pela ideia de que a “confusão” de papéis masculinos e femininos é sintoma de uma “desordem” social grave, que precisa ser combatida sem trégua. (MIGUEL, 2016, p. 599).

É nesse registro que opera a adesão do ESP ao combate à ideologia de gênero. Não é sem razão que o movimento só ganhou capilaridade social pós-2013, quando estava de fato instaurada uma recessão econômica e uma aguda crise política. A “desordem” social que se tornou central na imprensa nacional foi transformada em crise moral pelo ESP.

É notável que os governos petistas conseguiram alguns avanços, no que diz respeito a políticas públicas que atendessem aos problemas advindos da desigualdade de gênero. Já em seu primeiro mandato, Luiz Inácio Lula da Silva criou a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.²⁵ A Secretaria foi a responsável por várias ações, no sentido de promover a igualdade de gênero; entre suas mais notáveis conquistas está a condução do processo de mobilização social que permitiu, mais tarde, que fosse aprovada e sancionada a Lei Maria da Penha. Ainda que com avanços, o governo petista, mesmo com uma mulher na presidência – a primeira da história do país –, não ousou avançar em temas polêmicos que envolvem a questão do gênero, como o aborto.

O não investimento do governo Dilma Rousseff nesse tema demonstra, embora haja um avanço, como em alguns indicadores apontados acima, havia ainda uma grande preocupação e cuidado com políticas públicas capazes de ter algum efeito sobre o campo da moral. A violência contra a mulher, a criminalização do feminicídio, a igualdade salarial e no trabalho, o combate

²⁵ Detalhes a respeito da Secretaria estão disponíveis em: <http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria>. Acesso em: 26 jun. 2018.

ao assédio em transporte públicos são temas que avançaram, nesses anos, mas que não rivalizam com ideal de família cristã:

Embora a sensibilidade em relação à igualdade de gênero tenha se tornado transversal a muitas políticas governamentais, a preocupação central dos conservadores religiosos é com a educação (e, em menor medida, com os meios de comunicação de massa). Entende-se que as crianças seriam as mais vulneráveis à “ideologia de gênero”, que impediria a consolidação da identidade masculina ou feminina. No Brasil, foram alvos prioritários o plano nacional de educação, aprovado em 2014 depois de longa tramitação, e os planos de educação votados em 2015 nas assembleias legislativas estaduais e nas câmaras municipais. Tais planos devem reger o ensino por um prazo de dez anos. (MIGUEL, 2016, p. 599).

O grande trunfo dos cristãos foi realizar um intenso processo de mobilização em torno do Plano Nacional de Educação, como passo fundamental para prosseguir com o combate à ideologia de gênero. Durante os debates do PNE, sob forte mobilização, a bancada da Bíblia, evangélicos e católicos conservadores, conseguiram aprovar o veto ao termo *gênero*, no PNE, o que significa um campo de conflito aberto para os próximos 10 anos, prazo de validade do plano (MUNDIM, 2015).

De acordo com reportagem do UOL Educação, “[n]a ocasião, as bancadas religiosas afirmaram que essas expressões valorizavam uma ‘ideologia de gênero’, corrente que deturparia os conceitos de homem e mulher, destruindo o modelo tradicional de família...” (MUNDIM, 2015). Percebe-se, nessa argumentação, que o “combate à ideologia de gênero” assume posição de destaque, no debate educacional, e o ESP se aproveita dessa onda para conseguir capilaridade social.

O resultado do veto ao termo *gênero*, no PNE, não retirou por completo a perspectiva de as escolas debaterem as questões de gênero, no entanto, delegou a Estados e municípios que decidissem sobre a inclusão ou não do termo, em seus planos de educação. Na esteira desse momento crítico, uma série de representantes do cristianismo se manifestou publicamente, tensionando o debate. O arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer, foi um dos primeiros a se manifestar publicamente, através da divulgação de uma carta, na qual critica de forma direta o que denomina “ideologia de gênero”. A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil também publicou uma nota oficial, em que aponta a “ideologia de gênero” como um perigo moral e que deve ser combatido; conforme a nota, “[...] a introdução dessa ideologia na prática pedagógica das escolas trará consequências desastrosas para a vida das crianças e das famílias.” (MUNDIM, 2015).

Durante a apreciação dos planos de educação, era comum ver câmaras ou assembleias tomadas por freiras, lado a lado com pastores de igrejas neopentecostais, pressionando deputados e vereadores. Também na França, a ofensiva (predominantemente católica)

levou a recuos e, em alguma medida, a um veto informal à palavra “gênero” (*genre*) em documentos oficiais. (DELAPORTE, 2014, apud MIGUEL, 2016, p. 599).

Após a aprovação do veto ao termo *gênero*, em 2014, o que se viu foi um avanço do conservadorismo sobre a educação, de sorte que, nos planos estaduais e municipais de educação, o veto foi ampliado para os termos *identidade de gênero* e *sexualidades*. (MUNDIM, 2015).

A cruzada contra o gênero tem ganhado maior potência, desde o PNE de 2014 e com a expansão do veto, nas esferas municipais e estaduais. Em abril de 2017, houve mais um avanço do conservadorismo, no campo educacional, com a aprovação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), pelo Ministério da Educação (MEC), retirando trechos que diziam sobre o respeito à orientação sexual dos demais, assim como foram suprimidas algumas passagens nas quais aparecia o termo *gênero*, de acordo com reportagem da EBC:

Na versão entregue aos jornalistas, entre as palavras gênero e idade, havia o termo “orientação sexual”. Também houve alteração no trecho em que a BNCC destaca que os sistemas e redes de ensino devem incorporar aos currículos alguns temas “contemporâneos que afetam a vida humana”. Na versão entregue aos jornalistas apareciam os temas “sexualidade e gênero”. A versão final restringiu-se ao termo “sexualidade”. Quando trata das habilidades a serem desenvolvidas em ciências, no 8º ano, a versão dos jornalistas incluía a necessidade de acolher a diversidade de indivíduos, sem preconceitos baseados na identidade de gênero e orientação sexual. A última versão traz apenas a expressão “diferenças de gênero”. (TOKARNIA, 2017).

Pode-se observar que a cruzada dos cristãos contra o gênero tem tido efeito, no plano político, onde ações como as descritas demonstram que o argumento da doutrinação ideológica tem ganhado adeptos e avançado, no âmbito do legislativo, criando uma guerra jurídica sobre a legalidade e a constitucionalidade de tais ações. Esse é um movimento conservador independente do ESP; como demonstrado, ele também tem-se manifestado em outros locais, como na França, onde o embate também está posto. Portanto, trata-se de um contexto mais amplo, que, no Brasil, se concretiza nessas ações mencionadas, impulsionadas pelo ESP.

O ESP, em meados de 2015, iniciou uma campanha pública para que pais encaminhassem notificações extrajudiciais às escolas de seus filhos, fundamentadas no artigo 12 da Convenção sobre os Direitos Humanos, segundo o qual “[...] os pais, e quando for o caso os tutores, têm direito a que seus filhos ou pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja acorde com suas próprias convicções.” Há uma óbvia semelhança entre esse artigo e o já demonstrado artigo 3 do PL 867/215, para o qual “[s]ão vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdo ou a realização de

atividades que possam *estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes.*” (grifos nossos).

Miguel (2016, p. 603) explicita a questão:

A campanha pelas notificações extrajudiciais contra escolas e contra docentes surgiu às margens do MESP, na direita católica, tendo como iniciador o procurador Guilherme Schelb. No vídeo em que ensina a preparar a notificação, reproduzido na página do Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, Schelb não se furta a incluir um incentivo material à defesa da primazia moral da família, citando a possibilidade de obter polpudas indenizações pecuniárias de professores e colégios (o vídeo aparece em Távora, 2015). O MESP aderiu à campanha e passou a disponibilizar um modelo de notificação extrajudicial em seu *website*. O modelo que eles indicam é mais amplo, não se limitando às questões de gênero, embora não deixe de destacá-las no texto.

As notificações extrajudiciais foram o primeiro movimento de avanço do ESP, buscando aproveitar-se da capilaridade social que a adesão ao combate à ideologia de gênero lhe deu, e que não havia obtido, enquanto estava centrado apenas no combate à doutrinação marxista. Esse elemento é importante, porque revela que, logo a princípio, o ESP escolhe qual o campo em que visa a travar a primeira batalha de sua cruzada contra o gênero, isto é, o campo jurídico.

Há no movimento, desde sua origem, uma relação com o campo jurídico, o qual começa na figura de seu criador e maior representante, Miguel Nagib, que é advogado. Ademais, outras figuras do meio jurídico, como o procurador Guilherme Scheld, citado acima, endossam, como “especialistas” da área, o conflito jurídico que vão travar. Além disso, o cenário nacional, em 2014, já apresentava uma grande instabilidade jurídica, a qual ficou mais que evidente no traumático episódio do *impeachment* de Dilma Rousseff, em que não houve consenso, a tal ponto de a presidenta perder o mandato, mas não os direitos políticos, como previsto na Lei do *Impeachment*, conforme aconteceu com Fernando Collor de Mello, que teve seus direitos políticos cassados, mesmo que tenha renunciado horas antes de o Congresso decretar seu *impeachment* (BENITES, 2016).

O cenário de conflito e incerteza jurídica é perfeito, a fim de que as ações do ESP ganhem maior espaço, no debate nacional. Nesse sentido, é nessa onda de instabilidade jurídica e crescente onda do conservadorismo que o termo *gênero* foi vetado no PNE e borbulharam projetos de lei, pelo país, nas eleições municipais de outubro de 2016, dois meses após o traumático *impeachment*, em um momento de grande instabilidade política, econômica, social e jurídica:

Há sete projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que têm como alvo a “doutrinação” ou a “ideologia de gênero” nas escolas, todos de iniciativa bastante recente. Na Câmara estão seis deles, mas, a rigor, a tramitação ocorre em duas frentes. O PL 5487/2016 foi apensado ao PL 1859/2015, que, por sua vez, foi, junto com os PLs 7181/2014 e 867/2015, apensado ao PL 7180/2014 – formando, portanto, um

grupo de cinco projetos agregados. O PL 1411/2015, que não foi apensado a nenhum outro, continua a tramitar isolado. (MIGUEL, 2016, p. 604).

Como observado, há uma série de PL²⁶ que compõe as ações, no campo legislativo, as quais têm aos poucos avançado em sua trincheira contra a ideologia de gênero. Há pequenas diferenças na composição e na forma como os projetos se referem aos temas centrais, no entanto, nenhum deles escapa ao que foi trabalhado até aqui, ou seja, a fusão da doutrinação marxista com o combate à ideologia de gênero, em que o segundo se torna o elemento central.

Dentre todos estes, para fins de análise, visto que há mais semelhanças do que diferenças e, em síntese e natureza, trata do mesmo “problema” e propõe as mesmas soluções, elegemos o PL 867/2015. A escolha do PL 867/2015 como representante dos demais é justificada pela capacidade de sintetizar os temas centrais que, nos outros, estão dispersos, assim como por ser o mais ambicioso de todos os projetos em tramitação, especialmente porque tem como objetivo incluir nas diretrizes da educação nacional o programa Escola Sem Partido.²⁷ O caráter ambicioso do PL 867/2015 se deve também à extensão do programa Escola Sem Partido, que se aplicaria aos materiais didáticos de todos os níveis de ensino, incluindo o ensino superior.

O que se percebe, nesse movimento, é a criação de uma proposta de soberania da família sobre o direito do estudante em construir o conhecimento de forma autônoma, visto que este estaria sob tutela da família. Nesse caso, o argumento da neutralidade ideológica funciona bem, quando entendido que, por trás da neutralidade ideológica descrita no texto do projeto, as ações do movimento fazem questão de deixar evidente aos olhos públicos qual ideologia deve ser combatida. Como já enfatizado, o ESP cria uma falsa dicotomia, em que ideologia se opõe a neutralidade.

A proposição de combate à doutrinação ideológica da escola, nos termos apresentados, revela um sério risco ao desenvolvimento de uma educação democrática, porque a escola teria sua função educacional transformada em função informativa. A neutralidade compromete o conhecimento e o pensamento crítico sobre aspectos fundamentais que compõem a vida em sociedade. O conhecimento crítico e sua construção passam, necessariamente, pela reflexão sobre as contradições e conflitos sociais e humanos, ensejando o reconhecimento de injustiças.

²⁶ O PL 867/2015 e o PL 193/2016 incluem o “Programa Escola Sem Partido” entre as diretrizes e bases da educação. O PL 1411/2015 tipifica o crime de assédio ideológico.

²⁷ MIGUEL, 2016, p. 608.

Logo, a escola que o PL 867/2015 deseja se distancia do ideal democrático, da cidadania e da justiça social, pois a ausência da perspectiva crítica e do conflito de ideias inviabiliza a percepção das contradições que compõem o mundo social e, portanto, naturalizam a ordem vigente, através da reprodução informativa.

Não que esse seja um cenário inédito, na educação brasileira. Se retornarmos ao golpe de 1964, o campo da educação sofreu alterações drásticas, visando à manutenção do regime e à construção ideológica da sociedade militar. Nesse sentido, disciplinas como História ficariam restritas à descrição dos acontecimentos, com datas, nomes, personagens, sem a possibilidade de problematização dos eventos históricos. Seria a escola que reproduz a História sem problemas, com uma perspectiva determinista, quase mítica. Nesse contexto, por exemplo, a escravidão seria um tema histórico que remete ao passado e que já foi superado, com a abolição, em 1988. A problematização dos impactos do processo colonial nas relações entre pretos e brancos, que, como já apontamos, possuem evidentes reflexos no Brasil moderno, não seriam objeto de análise da escola que pretende informar com “neutralidade”.

A suposta neutralidade do ensino, nesses moldes, é antes de tudo uma máscara para o avanço do conservadorismo, no campo educacional. Ao não assumir juízo de valores sobre o regime escravocrata, por exemplo, o ensino que se apresenta como neutro não favorece que o estudante desenvolva uma percepção crítica do processo histórico e dos conflitos de interesse que organizam a sociedade. Esse tipo de educação faz com que o racismo continue a se reproduzir como modelo de relação social, que existe desde a colônia, mas que não é objeto de problematização, em uma educação “neutra”.

No que tange ao combate à ideologia de gênero, a questão salta o contexto legal e tem tido grande alcance público, a ponto de se travar uma batalha, ao mesmo tempo, no campo legislativo e no campo discursivo:

O debate no Congresso não se limita aos projetos. Em discursos em plenário, os temas da “ideologia de gênero”, da prevalência da família sobre a escola ou sobre o poder público e da “doutrinação ideológica” promovida pela esquerda e/ou pelo PT aparecem com certa frequência – ligados à educação, mas também em outras discussões. A “ideologia de gênero” é evocada no debate sobre o chamado Estatuto da Família – o PL 6583/2013, do deputado Anderson Ferreira (PR-PE), evangélico da Assembleia de Deus, que busca definir a família de forma a excluir arranjos não tradicionais, como as famílias que incluem casais homoafetivos, e cuja tramitação se tornou um dos principais pontos de discórdia entre os religiosos conservadores e os militantes dos direitos das mulheres e de *gays*, lésbicas e travestis. (MIGUEL, 2016, p. 611).

Como podemos observar, o combate à ideologia de gênero é um tema de grande potência, que coloca o debate sobre a moral como central e deixa, em um segundo plano, o tema político.

A transição de campos, ou seja, da política à moral, acentua o caráter conservador do movimento. Além disso, as ações impulsionadas pelo ESP aumentaram a cruzada jurídica, ramificando-se em outros projetos, que, em caráter objetivo, não têm relação direta com o campo educacional, como o PL 6583/2013, o chamado Estatuto da Família, mas que, se aprovados, dão força a projetos como o PL 867/2015.

Há uma óbvia confluência de interesses entre ambos os projetos, os quais, mesmo que inicialmente pareçam desmembrados e desconexos, trabalham no mesmo plano de construção ideológica do ESP. Não é à toa que o autor do PL 6583/2013 é um deputado federal que representa a bancada evangélica. O encontro de interesse de ambos se dá exatamente no combate à ideologia de gênero. De formas distintas, os PL versam sobre o mesmo tema. O Estatuto da Família, quando visa a retirar os arranjos familiares não tradicionais, como os homoafetivos, do conceito jurídico de família, se combinam perfeitamente aos argumentos do ESP sobre o combate à ideologia de gênero, fundamentado no modelo da família cristã e que acusa a doutrinação ideológica de promover um ideal antifamília.

O ideal de confronto família x ideologia de gênero foi assumido por uma frente ampla de atores do movimento, seja no campo jurídico, seja político ou social. No discurso e na batalha jurídica, a ideologia de gênero foi o tema central do debate educacional, entre 2014 e 2016. No campo da batalha discursiva, a estratégia utilizada foi uma bizarra descaracterização pública do debate sobre gênero:

A tribuna da Câmara foi usada para denunciar livros didáticos que “corrompem pela ideologia de gênero”, mas que foram recomendados pela comissão do Ministério da Educação que selecionou obras a serem adotadas nas escolas, levando à questão: “Quem defenderá as famílias da afronta governamental?” (Elizeu Dionizio, PSDB-MS, sessão de 3/2/2016). Tais livros chegaram a ser Classificados como “pornográficos” (Pastor Eurico, PSB-PE, sessão de 24/2/2016). (MIGUEL, 2016, p. 612).

Além da estratégia de descaracterização, há também outro movimento notado por Miguel (2016, p. 612), que busca classificar esse processo como destruição do modelo tradicional de família, como fica ressaltado na fala do pastor Marco Feliciano, do PSC- SP: “Se a família tradicional, assim como os papéis de gênero convencionais, é tanto natural quanto de origem divina, qualquer discussão está encerrada. A ordem natural e divina é, por definição, incontestável.” (Pastor Marco Feliciano, PSC-SP, sessão de 25/2/2016). O discurso culmina então na defesa de valores que deveriam ser fixos, mas estão sendo “invertidos” e “trocados.”

O argumento de que há um processo de destruição dos valores se combina e reforça o argumento do ESP sobre a necessidade de combater a doutrinação ideológica nas escolas. O próprio pastor Marco Feliciano protagonizou a batalha contra o “Kit Gay” e outros episódios no mesmo tom, como a polêmica sobre um projeto de lei que autoriza que psicólogos promovam a cura “gay”. Todas as polêmicas no campo discursivo se sustentam através da defesa da família tradicional cristã e da moral corrompida pelos valores não cristãos, promovidos nas escolas, por meio da doutrinação ideológica.

Portanto, a capilaridade social e a potência do ESP se expressaram no momento em que o movimento abandonou a bandeira central, o combate à doutrinação ideológica, restrita à ideologia marxista, e a fundiu com o combate à ideologia de gênero, que, nessa fusão, se sobrepôs ao tema original:

A disputa é movida para um terreno pré-político, de cruzada moral. Esse resultado, que fortalece a intervenção reacionária nos processos educativos, não seria alcançado caso o Movimento Escola Sem Partido tivesse permanecido fiel a seu projeto original, de combate ao que apresentava como “doutrinação marxista” no ensino. É a “ideologia de gênero” e a defesa da família que o permitem. (MIGUEL, 2016, p. 613).

4.6 O combate à ideologia de gênero à luz da obra *Personalidade Autoritária*

A parte final desta seção tem o objetivo de partir de elementos presentes na obra *Personalidade autoritária* e estabelecer relações que nos ajudem a aprofundar a análise sobre o combate à ideologia de gênero.

Adorno (2009), quando se refere à relação do sujeito com as ideologias e as particularidades dessa relação, afirma que a adesão do sujeito a ideologias autoritárias depende do grau de satisfação com o que se está vivendo e, em último caso, da forma como se instaura essa relação que determina a adesão ou não:

Existen, por cierto, individuos que toman para sí mismos ideas de más de un sistema ideológico existente y las tejen dentro de patrones que son más o menos de su única incumbencia. Cabe suponer, no obstante, que cuando se examinan las opiniones, actitudes y valores de numerosos individuos, se van a descubrir patrones comunes. Estos patrones puede que no se correspondan en todos los casos con las ideologías familiares al uso, cierto satisfarán la definición de ideología formulada anteriormente y en cada caso se encontrará que pose en una función dentro de la adaptación general del individuo. (ADORNO, 2009, p.155).

Logo, para estudar o indivíduo potencialmente fascista, é fundamental voltar a atenção ao antissemitismo. O autor sustenta a tese de que o antissemitismo está baseado, em maior

medida, em fatores provenientes do sujeito e de sua situação geral do que propriamente dos judeus e suas reais características.

A questão que se coloca é: como alguns indivíduos cedem a essas ideias, ao mesmo tempo em que outros não se deixam seduzir por elas? Para responder a esse questionamento, o estudo sobre a personalidade autoritária é guiado por duas hipóteses centrais, segundo Adorno (2009, p.155): “(1) que el antisemitismo no es probablemente un fenómeno específico o aislado, sino que forma parte de un marco ideológico más amplio, y (2) que la vulnerabilidad de un individuo a esta ideología depende en primer lugar de sus necesidades psicológicas.”

Para investigar as hipóteses, o autor verificou que era necessário eleger um método capaz de responder à questão dos sujeitos que aderem a ideologias autoritárias, e como essa adesão, todavia, se expressa, na personalidade, em graus de intensidade diferentes.

Para Adorno, a solução era criar uma maneira de medir a adesão dos sujeitos a ideologias autoritárias, buscando relações entre os variados graus de adesão a estas e a sua própria personalidade. “No hay más procedimiento adecuado que el de medir realmente, en poblaciones, una amplia variedad de contenidos de pensamiento y determinar por medio de métodos estadísticos estándar cuales van juntos.” (ADORNO, 2009, p. 156).

O estudo das ideologias, no sentido de medir às atitudes, valores e opiniões de um certo indivíduo ou grupo é tarefa incompleta, se pensada em um todo organizado. Por esse motivo, Adorno deixa claro que o estudo sobre a personalidade autoritária não tem a pretensão de medir a totalidade desse processo, contudo, é necessário fazer uma eleição daquilo que é preponderante na ideologia que se pretende identificar. “El investigador tiene que autolimitarse a lo que es más significativo, y los juicios de significatividad sólo pueden realizarse sobre la base de una teoría.” (ADORNO, 2009, p. 156).

Como se expressam atitudes, valores e opiniões? Conforme Adorno (2009), estas se expressam através das palavras e se encontram na superfície psicológica do sujeito. No entanto, quando se trata de palavras ou discursos, pode-se encontrar o problema do limite de expressão do sujeito, de acordo com o contexto ou local em que se insere. Por exemplo, no que concerne a opiniões sobre temas polêmicos ou não resolvidos, na sociedade em que vive, como temas políticos e a respeito de grupos minoritários, a abertura do sujeito a falar o que realmente pensa está diretamente vinculada à situação na qual se encontra, no momento da fala.

Ora, pode haver uma grande distância entre aquilo que o sujeito fala e o que realmente pensa, e essa é variável segundo a situação e o local em que está o emissor da fala. Nesse sentido,

talvez um indivíduo se sinta mais confortável para emitir suas verdadeiras opiniões políticas, culturais, econômicas, diante de pessoas que são sujeitos de sua confiança, de convivência mais próxima, e que também possam pensar de forma aproximada sobre tais temas.

Consciente desse propósito e, por conseguinte, longe de ser ingênua, a pesquisa sobre a personalidade autoritária reconhece que

[...] el individuo puede albergar pensamientos secretos que no revelará bajo circunstancias algunas a nadie si puede evitarlo; puede tener pensamientos que no admite para sí, y puede tener pensamientos que no expresa porque son tan vagos y difusos que no los puede poner en palabras. (ADORNO, 2009, p. 157).

É nesse espaço da consciência, das opiniões, atitudes e valores não confessos, não expressos em palavras, de maneira direta, que se pode identificar a potência do indivíduo para o pensamento democrático e antidemocrático. As opiniões dos sujeitos sobre o mundo estão vinculadas ao clima cultural, ao momento histórico em que vivem e que permitem ou não que essas opiniões sejam emitidas, com maior ou menor grau de aceitação. Esse argumento ajuda a reforçar a hipótese de que o cenário caótico que vivemos, explorado nos capítulos anteriores, é um campo fértil para o desenvolvimento de discursos e práticas conservadores, autoritários e fascistas. Desse modo, ele seria o momento mais adequado, na última década, para a implementação, no cenário educacional, de propostas notadamente antidemocráticas, como o ESP.

Com efeito, percebe-se que há diferentes graduações dessa relação, na qual há uma variação dos indivíduos com respeito à vulnerabilidade diante da propaganda antidemocrática. O ESP é um veículo de ideias antidemocráticas. O que torna o fato mais agravante é que, nesse caso, o veículo de ideias antidemocráticas estaria instalado na escola.

Parece necesario estudiar la ideología a este nivel de disposición con el fin de evaluar el potencial del fascismo en este país. Los observadores han percibido que la cantidad de antisemitas confesos en la Alemania pre hitleriana era menor que la de este país en la actualidad; cabría esperar que la potencialidad fuera menor en este país, pero esto sólo puede saberse mediante una intensa investigación, mediante la supervisión detallada de lo que está en la superficie y mediante el examen de lo que se encuentra detrás. (ADORNO, 2009, p. 157).

Nesse registro, ainda é necessário, segundo o autor, observar o grau de relação entre ideologia e ação. Até que ponto o indivíduo que veicula propagandas antidemocráticas que atacam minorias, abertamente, é capaz de transformar em ação esses ataques que propaga?

Essa questão é fundamental, também, para pensar o ódio político verificado nas ruas em 2015 e 2016, o qual ficou mais caracterizado como ódio ao Partido dos Trabalhadores.

Portanto, o potencial fascista se manifesta na disposição do indivíduo para a ação, de acordo com suas convicções ideológicas. Nessa perspectiva, os autores se propõem estudar a ideologia geral do indivíduo, atentos a que tipos de valores, atitudes e opiniões o podem conduzir a uma ação concreta. Mais que isso, possibilita explorar “[...] qué fuerzas dentro del individuo sirven como inhibidores de la acción son asuntos de la mayor importancia práctica. [...]” (ADORNO, 2009, p. 158).

Observamos que o ataque do ESP ao que denominam ideologia de gênero é o gatilho de um perigoso mecanismo de ódio. Se considerarmos que o Brasil consta entre os países com maior índice de crime contra a população LGBTT, propostas como a proibição do debate sobre sexualidades e gênero na escola vetam a possibilidade de outra construção de relações de gênero e sexualidades, as quais possam vir a criar futuramente uma sociedade menos homofóbica e essencialmente mais democrática.

O fato de que há registro de um grande número de casos de violência contra a população LGBTT nos faz acreditar que fenômenos como o ESP podem acentuar esse problema. Ademais, se o potencial fascista se expressa em ódio a grupos socialmente pré-determinados, os LGBTT, assim, são um desses objetos (AUN, 2017). Desse modo, pode-se sustentar que há um perigo grande, nesse caso, em que se nota que as ideias, atitudes e valores dos sujeitos homofóbicos têm, em alguma medida, se transformado em prática e, por isso, estamos diante da potência fascista e sua capacidade de promover a barbárie, através de argumentos pseudorracionais.

4.6.1 O combate à ideologia de gênero e a afinidade com o conservadorismo cristão: Contribuições da obra *Personalidade Autoritária* para pensar o problema

Retomando a pesquisa sobre a personalidade autoritária, iremos observar em que medida os argumentos levantados por Adorno (2009) contribuem para analisar o elo ideológico do ESP e da ideologia cristã.

Como já frisado, a pesquisa sobre a personalidade autoritária se deu pela aplicação de questionários, entrevistas e a construção das escalas de aferição do potencial fascista. A nossa investigação opera de modo similar. Apesar de não termos feito a aplicação de questionários ou

entrevistas, a pesquisa trabalha apenas com a análise documental, com narrativas e com discursos presentes em uma série de declarações e entrevistas dos representantes do ESP, as quais servem para identificar uma conexão lógica entre os temas em comum, em campos como a política (anticomunismo/antiesquerdismo) e a moral cristã (proteção do ideal de família e repressão moral à expressão da sexualidade que fuja à matriz cristã), a expressar, nos moldes previstos pelo ESP, tendência claramente antidemocrática.

As escalas da pesquisa sobre a personalidade autoritária foram elaboradas e aplicadas em ordem (Antissemitismo, Etnocentrismo, Conservadorismo Político e Econômico, Fascismo). Os autores correlacionaram uma escala a outra, buscando observar se havia tendências comuns entre os diversos campos ideológicos investigados. Essa primeira etapa de aferição quantitativa e correlação tinha como objetivo fornecer aos pesquisadores uma base para selecionar indivíduos. Os pesquisadores optaram por escolher, para as entrevistas, os indivíduos que tivessem atingindo os extremos das escalas, isto é, os que tiveram as mais altas pontuações e os que tiveram as mais baixas:

Para estudiar a los individuos potencialmente antidemocráticos fue necesario primero identificarlos. De ahí que comenzara construyendo un cuestionario y haciendo que lo cumplimentara de forma anónima un gran grupo de gente. Este cuestionario contenía, además de numerosas cuestiones de hecho sobre el pasado y la vida presente del sujeto, una selección variada de enunciados antidemocráticos respecto de los cuales se invitaba a los sujetos a estar de acuerdo o en desacuerdo. Un cierto número de individuos que evidenciaron la mayor proporción de acuerdo con estos enunciados- y, por la vía del contraste, algunos casos, fueron los más neutrales – fueron investigados luego mediante entrevistas y otras técnicas clínicas. Sobre la base de estos estudios individuales, se revisó el cuestionario y se repitió todo el procedimiento. (ADORNO, 2009, p. 168).

Os sujeitos pesquisados deveriam indicar o grau de acordo ou desacordo com os temas que apareciam na escala. É conveniente ressaltar que a escala sobre antissemitismo (AS) e a escala sobre etnocentrismo (E) traziam apenas conteúdos negativos e preconceituosos, que realçavam atitudes, valores e opiniões antissemitas e etnocêntricas.

As perguntas das três primeiras escalas (AS, E, CPE) tinham, no entanto, itens formulados de forma cuidadosa pelos pesquisadores, de tal modo que todos contemplavam conteúdos “pseudodemocráticos”, isto é, as afirmações não possuíam conteúdo de ódio às minorias, de maneira objetiva, mas continham em si um potencial antidemocrático. Podemos asseverar que o Escola Sem Partido, especialmente por meio do PL 867/2015, expressa o mesmo modo de operação, ou seja, não possui conteúdo de ódio às minorias de forma objetiva, porém, contém em si um potencial antidemocrático. Enfatiza Adorno:

Cabría preguntar por qué, si deseamos conocer la intensidad de algún patrón ideológico- tal como el antisemitismo – dentro del individuo, no le preguntamos a éste de forma directa después de definir lo que queremos decir. La respuesta, parcial, es que el fenómeno que se ha de medir es tan complejo que una sola respuesta no llegará muy lejos en la tarea de revelar las importantes diferencias que se dan entre individuos. Además, el antisemitismo, el etnocentrismo y el reaccionarismo o radicalismo político económico son temas sobre los cuales muchas personas no están preparadas para hablar con total franqueza. Así, incluso a este nivel ideológico superficial era necesario emplear una cierta dosis de mano izquierda. A los sujetos no se les decía nunca cuál era el interés particular del cuestionario, sino sólo que estaban participando en un <<análisis de las opiniones sobre varios temas de la actualidad>>. Para apoyar esta concepción de los procedimientos, los ítems que pertenecían a una escala particular se intercalaron con ítems de otras escalas dentro del cuestionario. No resultó posible, desde luego, evitar enunciados con prejuicios respecto de minorías, pero se tuvo cuidado en cada caso de permitirle al sujeto <<una escapatoria>>, es decir, hacerle posible el coincidir con semejante enunciado manteniendo la creencia de que no era <<prejuicioso>> o <<antidemocrático>>. (ADORNO, 2009, p. 171).

A escala F tinha como objetivo trabalhar com os índices medidos nas escalas anteriores (AS, E e CPE), sem que os itens manifestassem claramente os componentes ideológicos que estavam sendo pesquisados. A escala F procurou identificar as tendências mais profundas da personalidade que podem ser responsáveis por produzir um indivíduo possuidor de uma unidade ideológica nos diferentes campos investigados. O ponto de partida dos autores, na construção das escalas, teve como escolha o antissemitismo. A escolha justifica-se, pois, para os autores, o antissemitismo é uma manifestação das mais objetivas e claras de ideologia social antidemocrática e preconceituosa:

Mientras que las escalas de medición de las tendencias ideológicas superficiales son conformes, en general, a la práctica común en la investigación sociopsicológica, la escala para la medición de las tendencias potencialmente antidemocráticas de la personalidad representa un nuevo punto de partida. El procedimiento consistía en conjuntar en una escala ítems que, por hipótesis y por experiencia clínica, pueden considerarse como <<revelaciones>> de tendencias que se encuentran a un nivel relativamente profundo de la personalidad, y que constituían una disposición a expresar espontáneamente (en la ocasión oportuna), o a verse influido por, ideas fascistas. (ADORNO, 2009, p. 172).

O estudo sobre a personalidade autoritária partiu da análise psicossocial do antissemitismo, para a investigação do processo de adesão de indivíduos a ideologias autoritárias e que, em última instância, teria relação de determinação com suas estruturas de personalidade. É imperioso ressaltar que os autores compreendem o antissemitismo como uma ideologia, isto é, um conjunto de opiniões, valores e atitudes a respeito dos judeus, envoltos em conteúdos negativos sobre eles, capaz de produzir juízo de valores e comportamentos agressivos e hostis contra estes. Vale assinalar que, pela composição histórica, conforme apresentado nos capítulos anteriores, de uma sociedade que se construiu sob o mito de não violência e da democracia racial, como o Brasil, o racismo contra a população de origem africana ocuparia o

lugar do antissemitismo. Tal qual o antissemitismo, o racismo é uma tendência irracional. No caso da construção das escalas, os autores estavam buscando racionalizar tendências irracionais: “Eran, en lo fundamental, enunciados proyectados para servir como racionalizaciones de tendencias irracionales.” (ADORNO, 2009, p. 172).

A escala AS foi subdividida em escalas menores, que procuravam abarcar diferentes modos de demonstrar o preconceito. O primeiro grupo diz respeito às manifestações de caráter ofensivo que atacavam o grupo dos judeus sob pontos de vista e argumentos estereotipados. O segundo grupo se referia a manifestações que representavam os judeus enquanto um grupo perigoso. O terceiro grupo pressupunha as atitudes hostis para os judeus, enquanto grupo. E, por fim, o último se relacionava a itens de caráter separatista, ou seja, manifestações que demonstravam o quanto a presença do judeu era aceita ou indesejada. Houve ainda o grupo referente às manifestações que foram identificadas com caráter de neutralidade. Portanto, a escala AS tinha como objetivo medir as predisposições dos indivíduos entrevistados a aderir ou não à ideologia antissemita:

El desarrollo de la presente escala se llevó a cabo por dos vías: primero, encontrando o formulando ítems que, a pesar de que no tenían conexión manifiesta con expresiones abiertamente antidemocráticas, estuvieran no obstante altamente correlacionados con ellas; y segundo, demostrando que estos ítems<<indirectos>> eran realmente expresiones de un potencial antidemocrático de la personalidad tal como se lo conoce por el estudio clínico intensivo. (ADORNO, 2009, p. 173).

A escolha do etnocentrismo como conceito foi realizada pelos autores, visando a estabelecer uma visão mais ampla de preconceito. O conceito de etnocentrismo é pensado sob o viés do indivíduo que tende à centralização étnica, pela qual entende seu grupo étnico como superior aos demais, a tal ponto de não respeitar e desenvolver comportamentos agressivos e hostis contra outros grupos.

A questão do etnocentrismo, no cenário nacional, também faz mais sentido, se pensada sob o recorte das relações raciais e do modo de organização dessas relações, durante o período escravocrata, ou até mesmo de sua reconfiguração na constituição do Estado brasileiro. Nesse caso, a superioridade étnica seria a dos portugueses, no período da colonização – e transferida à Europa como um todo e também aos EUA, no período de urbanização e nascimento do Estado, do mercado e da classe média. Em contraponto, a inferioridade étnica permanece até hoje, inscrita nos grupos de origem africana e indígena.

A escala E foi organizada pelos autores como um sistema ideológico relativo aos grupos e suas relações. A escala buscou verificar, de forma mais ampla, como se produz o preconceito

contra grupos étnicos diferentes. Nesse sentido, almejou-se encontrar generalidades no modo de rejeição aos grupos “estranhos”, observando-se o conteúdo de juízo destes sobre o outro. Além disso, procurou-se verificar o grau de estereotipia que esse tipo de relação produz.

Assim, a escala também se subdividiu em itens: Negros, Minorias e Patriotismo. Os indivíduos que atingiram alta pontuação na escala E foram entrevistados quanto às suas opiniões sobre religião, seu grau de escolaridade e seu nível de inteligência. As análises realizadas em *A Personalidade Autoritária*, ao fazer relações entre etnocentrismo e religião, notaram que os indivíduos que professavam alguma religião expressavam mais preconceitos dos aqueles que não tinham vínculo religioso. Esse é mais um argumento importante, que reforça nossa tese de que o ESP é um perigoso veículo de disseminação de preconceitos e, por consequência, de ideias antidemocráticas. Se, segundo percebido por Adorno, o preconceito tende a aumentar em indivíduos etnocêntricos que mantêm vínculo religioso, novamente podemos afirmar que o ESP pode representar um perigoso gatilho, nessa direção.

Como já ressaltado, há um vínculo claro entre o ESP e a ideologia cristã. Por isso, é relevante explorar os argumentos apresentados por Adorno, para realizar essa constatação. Mesmo que não seja um tema central, Adorno reconhece a importância da religião como fator-chave no debate sobre preconceito e manifestações autoritárias, assinalando que algumas racionalizações do antissemitismo se originam no próprio cristianismo:

No es exagerado decir que muchas racionalizaciones al uso del antissemitismo se originan dentro del cristianismo o cuando menos se han amalgamado con motivos cristianos. La lucha contra los judíos parece ser modelada siguiendo el patrón de la lucha entre el Redentor y el Demonio cristiano. (ADORNO, 2009, p. 446).

Há, portanto, no cerne da ideologia cristã, um caráter antissemita que coloca a imagem do judeu como a do demônio (personificação do mal cristão): “[...] una demostración detallada que la imaginería del judío es en gran medida una secularización de la imaginería medieval del Diablo.” (ADORNO, 2009, p. 446). Talvez, no Brasil, essa questão opere em oposição às religiões de matriz africana mais acentuadamente e, de forma menos intensa, às religiões indígenas. É comum a associação das práticas religiosas de origem africana ao demônio ou ao diabo. Assim, pode-se observar que o cenário autoritário e conservador tem reflexo direto no campo das religiosidades, o que se pode verificar através de uma série de notícias recentes, as quais relatam ataques a terreiros de candomblé ou umbanda (POLÍCIA..., 2017). Mesmo que o cristianismo tenha perdido força e tenha sido afetado, de maneira profunda, pelo processo do iluminismo, em que o espírito científico rivaliza com as explicações mágicas do mundo, ele ainda conserva ao menos em partes as funções sociais que foi acumulando, durante os séculos:

Sin embargo, algunas de las propiedades formales de la religión, como la rígida antítesis entre el bien y mal, los ideales ascéticos, el énfasis en el esfuerzo ilimitado por parte del individuo, siguen ejerciendo un considerable poder. Separados de sus raíces y a menudo de todo contenido específico, estos constituyentes formales son aptos para petrificarse y convertirse en simples fórmulas. De este modo adoptan una presencia de rigidez e intolerancia como las que esperamos encontrar en la persona con prejuicios. (ADORNO, 2009, p. 448).

Segundo se nota, na passagem anterior, Adorno ressalta que a ideologia cristã ainda é capaz de produzir indivíduos com personalidade rígida e intolerante, sintonizada ao comportamento de indivíduos preconceituosos. Logo, a conclusão do autor, ao analisar indivíduos com alta pontuação na escala E e suas observações sobre a função da religião manifestadas nas entrevistas, foi de que o vínculo religioso, especialmente os que têm como princípio a submissão a uma autoridade paterna, como o cristianismo, são mais propensos a produzir indivíduos com comportamentos etnocêntricos:

En el material de las entrevistas hay bastantes elementos para apoyar la tesis, sugerida por los resultados de los cuestionarios, de que cuanto más convencional se hace la religión, tanto más se acompasa con la actitud general del individuo etnocentrista. (ADORNO, 2009, p. 448).

Esse fato também é um agravante, quando se pensa o ESP. Constatado o vínculo umbilical de nossa sociedade com o modelo patriarcal, projetos como o ESP representam a possibilidade de potencializar os preconceitos advindos dessa espécie de organização, que tem origem histórica. De modo mais drástico, o ESP poderia transformar a escola em uma fábrica de sujeitos autoritários e conservadores, propício para um Estado não democrático.

Apesar das evidências, o autor é cuidadoso ao asseverar que, embora haja a tendência, na ideologia cristã, de conduzir o sujeito à rigidez de personalidade e, conseqüentemente, a comportamentos etnocêntricos, não se pode considerá-lo um comportamento geral, que sirva como explicação única:

[...] la adherencia a lo que Kierkegaard hace cien años, denominara <<cristianismo oficial>>, es probable que sea etnocentrica a pesar de que las organizaciones religiosas a las que se afilie pueden oponerse oficialmente al etnocentrismo, mientras que el cristiano<<radical>> tiende a pensar y actuar de forma diferente. (ADORNO, 2009, p. 450).

Como forma de contrapor o pensamento, os autores notaram que não se pode criar uma associação direta entre a pontuação na escala E e a associação religiosa ou antirreligiosa do indivíduo entrevistado. No entanto, percebeu-se, em indivíduos agnósticos e ateus, uma maior propensão a ideologias progressistas que reconheçam as minorias:

Existen, por cierto, *psaos* <<agnósticas>> o <<ateas>> cuyas convicciones forman parte de una actitud universalmente progresista que vale para las cuestiones relativas a minorías. El significado real de esto <<progresismo>> puede, sin embargo, variar muy ampliamente. Mientras que los progresistas antirreligiosos se oponen de forma decida al prejuicio en las condiciones actuales, cuando se llega a la cuestión de la vulnerabilidad a la propaganda fascista hay una diferencia total entre que sean o no <<pensadores etiquetadores>> que se adscriben sin fisuras a la tolerancia, el ateísmo, o que su actitud hacia la religión pueda clarificarse de autónoma, basada en el propio pensamiento. (ADORNO, 2009, p. 453).

Além da questão da compreensão da função da religião, os indivíduos que tiveram alta ou baixa pontuação na escala E foram igualmente investigados quanto ao grau de inteligência e sua relação com posturas etnocêntricas. Para examinar tal hipótese, foram aplicados, em diferentes grupos de indivíduos, pontos altos e baixos em testes de inteligência, tais como OTIS, testes de capacidade, como os de compreensão mecânica, leitura e aritmética de Bennet, Iowa e Stanford. Conclui-se que o etnocentrismo parecia ter uma “[...] relação de pouca monta, porém estatisticamente significativa” entre inteligência e a educação; em média, indivíduos mais inteligentes e instruídos eram menos etnocêntricos.” (MENIN, 1992, p. 47).

Conforme os autores, isso se explica devido ao fato de que, em indivíduos etnocêntricos, mesmo os de Q.I. mais alto, os processos cognitivos são formados por estruturas mais rígidas, o que, por consequência, produz indivíduos com maior facilidade em relacionar-se com as coisas do que com os homens.

Quanto aos níveis educacionais, a pesquisa não se aprofundou muito. O que ficou sugerido, a partir dos dados coletados, é a hipótese de que, quanto maior o nível educacional, mais se espera do sujeito uma postura anti-etnocêntrica. No entanto, a hipótese está condicionada a um modelo educacional desenvolvido sob valores democráticos. Nesse caso, a pesquisa se realizou em território norte-americano, com sujeitos nativos. Os EUA se declaram uma nação democrática e, em tese, sua educação é norteada pelos valores democráticos. Assim, nesse cenário, seria possível depositar confiança na educação, desde que esta seja voltada a valores democráticos. Ora, a implementação na educação de projetos como o ESP tem, como efeito provável, um distanciamento dos valores democráticos.

4.7. As nove variáveis da escala F e suas contribuições para pensar o combate à ideologia de gênero

A fim de avançar na análise do fenômeno ESP e sua relação com a produção de sujeitos autoritários, em um contexto democrático, iremos, nesta seção, estabelecer relações possíveis

entre as nove variáveis da escala F e o fenómeno ESP. A escala F foi subdividida em nove variáveis, de sorte a contemplar, de modo mais detalhado, elementos que produzem um indivíduo potencialmente fascista.

O convencionalismo é a primeira variável da escala F. Em síntese, ela se refere à adesão rígida a valores convencionais próprios da classe média. Há, nesse ponto, um encontro com os argumentos de Reich (1988), já debatidos anteriormente, em que se aproxima a classe média dos comportamentos fascistas. “Es una hipótesis bien conocida que la vulnerabilidad al fascismo es un fenómeno muy característico de la clase media, que está <<en la cultura>> y, portante, que aquellos que sean más conformes a esta cultura serán los más llenos de prejuicios.” (ADORNO, 2009, p. 198). Nessa perspectiva, há mais explicitações:

A relação entre valores convencionais e preconceitos foi estudada pelos autores, que constataram que “La correlación entre valores convencionales y prejuicios parecía ser positiva, pero no muy elevada; aunque la gente poco convencional tendía a estar libre de prejuicios, mientras que otras no.” (ADORNO, 2009, p. 198).

Segundo os autores, o grupo convencional poderia ser diferenciado, de acordo com a profundidade e a convencionalidade operam na estrutura de personalidade do indivíduo. Nesse caso, se há uma consciência individual completamente estabelecida, não se deve esperar que haja uma conexão necessária entre valores convencionais e o potencial antidemocrático:

Los mismos estándares que hacen que el individuo se ofenda fácilmente con los que concibe como conducta moralmente disoluta de los miembros de la minoría no asimilada o de gente de la <<clase baja>>, facilitarían—si estuvieran bien internalizados—que resistiera la violencia y delincuencia que caracteriza a los estadios avanzados del fascismo. Si, por otro lado, la adherencia a los valores convencionales está determinada por la presión social externa contemporánea, si está basada en la adherencia del individuo a los estándares de los poderes colectivos con los que se le identifica como por el momento, entonces deberíamos esperar una estrecha asociación con la receptividad antidemocrática. (ADORNO, 2009, p. 199).

Desse modo, os autores concluem que a alta pontuação nesta variável da escala F, como nas demais, só pode ser determinada a partir do contexto mais amplo. As análises da variável permitiram revelar se a adesão do sujeito a valores convencionais apresenta um caráter ambíguo.

Logo, as relações com os valores convencionais instauram possibilidades de manifestação e ação diferentes. Os autores distinguem convencionalismo da simples adesão aos valores convencionais, como se vê nas palavras de Adorno (2009, p.199): “Por ejemplo, convencionalismo extremo de la mano de una fuerte inclinación a castigar aquellos que violan los valores convencionales es una cosa diferente de valores convencionales asociados con una filosofía del vive y deja vivir.”

Assim, apesar de ser notadamente um projeto de caráter conservador, o ESP não necessariamente recebe a adesão de sujeitos conservadores, porque são necessárias outras variáveis que atuam sobre a personalidade do sujeito, as quais, combinadas ao convencionalismo, o convençam a assumir as ideias propostas pelo ESP. Por isso, mesmo que caracterizado como uma pauta importante da direita contemporânea, o ESP não é unanimidade, na direita, visto que nem todo conservador apoia o ESP.

A segunda variável da escala F analisada pelos autores é a submissão à autoridade, fundamental para nossa análise. Em síntese, quando tratam dessa variável, eles se referem à atitude de submissão e aceitação incondicional com respeito às autoridades morais idealizadas pelo seu endogrupo:

Sumisión a la autoridad, deseo de un líder fuerte, supeditación del individuo al Estado, etc., se han presentado con tanta frecuencia y, a nuestro parecer, correctamente como aspectos importantes del credo nazi, que una investigación de los correlatos del prejuicio tenía de forma natural que tener en cuenta estas actitudes. (ADORNO, 2009, p. 200).

Para realizar a investigação, os autores não fizeram referências diretas a figuras políticas ou ditaduras, todavia, eles se concentraram em dar ênfase a algumas características, como obediência, respeito, rebeldia, e temas em que apareçam as relações com autoridade, em geral. Adorno (2009, p. 201) define a submissão autoritária como “[...] una actitud muy general que se suscitaría en la relación a una variedad de figuras de autoridad –padres, gente mayor, líderes, poder sobrenatural, etc.”

Os itens foram formulados, procurando-se investigar como o indivíduo travava, em diferentes níveis, relações com a autoridade, até os extremos, aqueles que apresentaram um caráter de submissão exagerada. Assim, afirmações como as de que “a autoridade é a virtude mais importante que as crianças devem aprender” e de que “se deve obedecer sem contestação as decisões dos poderes sobrenaturais” são representações de comportamentos provenientes de indivíduos que pontuaram alto, nessa variável. Mesmo assim, Adorno (2009, p. 201) adverte:

Se consideró que aquí, como en caso del convencionalismo, la supeditación a instancias externas es probablemente debida a algún fallo en el desarrollo de una autoridad interior, esto es, la conciencia. Otra hipótesis consistía en que la sumisión autoritaria era un modo común de manejar sentimientos ambivalentes hacia las figuras de autoridad: impulsos subyacentes hostiles y rebeldes, controlados por el miedo, conducen al sujeto a exagerar en la dirección del respeto, la obediencia, la gratitud y similares.

Os autores da pesquisa concluem que a variável submissão autoritária por si mesma contribui para o potencial antidemocrático, convertendo o indivíduo em presa fácil para a

manipulação ideológica exercida pelos poderes mais fortes, os quais, por vezes, têm um grande potencial antidemocrático. Ademais, Adorno salienta que há uma correlação entre a variável da submissão autoritária e a escala F:

La conexión inmediata de esta actitud con el etnocentrismo se ha sugerido en capítulos anteriores: la hostilidad frente autoridades del propio grupo, originariamente los padres, ha tenido que ser reprimida; los aspectos <<negativos>> de estas figuras – que son egoístas, injustas, dominantes –se ven entonces como propios de las camarillas, a las que se acusa entonces de espíritu dictatorial, plutocrático, de deseo de control, etc. Y este desplazamiento de la imaginaria negativa no es sólo el modo en que se maneja la hostilidad reprimida; parece encontrar con frecuencia expresión en la agresión autoritaria. (ADORNO, 2009, p. 201).

A terceira variável estudada na escala F é a agressão autoritária. Essa variável também é fundamental para nossa pesquisa, porque o movimento de conservadorismo com características autoritárias, visível no Brasil, que na educação se expressa em propostas como ESP, tem um vínculo essencial com esse item.

Em síntese, a agressão autoritária seria a pré-disposição a julgar e condenar, rejeitar e castigar indivíduos que violem os valores convencionais. Um exemplo dessa variável é a rejeição a outra expressão de sexualidade que não a heterossexual. Tal fator também combina com o discurso sobre ideologia de gênero promovido pelo ESP, que opera no mesmo sentido, isto é, a rejeição a valores que não sejam convencionais.

Os autores identificam que a rejeição aos prazeres, em nome de uma submissão a normas sociais, buscando fixar padrões de comportamento dentro do moralmente válido e socialmente acordado, produz naqueles que rejeitam os prazeres um comportamento agressivo com características autoritárias. Nessa perspectiva, a proibição sobre o debate de gênero e sexualidades, nas escolas, representaria um gatilho para comportamentos agressivos destinados à população LGBTT.

Una vez que el individuo se ha convencido a sí mismo de que hay gente que debe ser castigada, se le suministra un canal a través de cual pueden expresarse sus impulsos agresivos más profundos, incluso mientras se piensa a sí mismo como un ser absolutamente moral. Si las autoridades externas, o la multitud, dan su aprobación a esta forma de agresión, entonces puede que tome las formas más violentas, y puede que persista después de que los valores convencionales, en nombre de los cuales se emprendió, se han perdido de vista. (ADORNO, 2009, p. 202).

A agressão autoritária é, para Adorno (2009, p. 202), originária de uma hostilidade incitada que tem raiz no grupo a que se pertence, deslocando-se para grupos marginais. Há, na variável da agressão autoritária, um elemento que os autores destacam como fundamental:

necessidades econômicas. Estas seriam o gatilho para condutas autoritárias que direcionem os impulsos agressivos e hostis a grupos minoritários. Essa constatação do autor parece ser válida também para o atual contexto de radicalização política, no Brasil, onde acontecem diversas manifestações de hostilidade e agressividade a grupos minoritários, em um momento de acentuada crise econômica e desemprego.

[...] la agresión del individuo se ve incitada por la frustración, generalmente de sus necesidades económicas; y entonces, siendo incapaz, debido a la confusión intelectual, de evidenciar las causas reales de su problema, arremete contra él, por así decir, dando rienda suelta a su cólera sobre cualquier objeto que esté disponible y que no sea demasiado probable que devuelva el golpe. Aunque está garantizado que este proceso desempeña su papel en la hostilidad contra las minorías, ha de enfatizarse que, de acuerdo con la presente teoría del desplazamiento, el autoritario tiene que, a partir de una necesidad interna, dirigir su agresión contra grupos marginales. (ADORNO, 2009, p. 203).

O mecanismo de funcionamento da agressão autoritária que dirige a hostilidade e os impulsos agressivos ao “outro” se explica pela incapacidade do indivíduo em atacar as autoridades do seu próprio grupo. Essa incapacidade é proveniente da confusão mental do indivíduo a respeito da origem de sua frustração.

Em acréscimo, os autores ressaltam que é possível estabelecer correlações de sentido entre esse item da variável (agressão autoritária) e o anterior (submissão autoritária). Essa correlação também ajuda a explicar por que a agressão se justifica comumente, em termos moralistas.

La disposición a condenar otra gente por motivos morales puede tener, sin embargo, otra fuente: no es sólo que el autoritario tenga que condenar la laxitud moral que ve en otros, sino que está en realidad impulsado a ver atributos inmorales en ellos, tenga esto una base real o no. Se trata de un instrumento más para contrarrestar sus propias tendencias inhibidas; es como si se dijera a sí mismo: << Yo no soy malo ni merezco castigo; lo es y lo merece él>>. (ADORNO, 2009, p. 203).

Dessa maneira, a agressividade autoritária resulta de impulsos inaceitáveis pelo indivíduo, os quais são projetados em outros indivíduos ou grupos, que serão hostilizados e agredidos. Os autores perceberam ser possível correlacionar as variáveis convencionalismo, submissão autoritária e agressão autoritária, a partir do ponto em comum entre elas: dizem respeito a aspectos morais da vida. Tais aspectos morais, por sua vez, desempenham o papel de reforçar a autoridade. Essas correlações permitem identificar as expressões de uma espécie particular de estrutura dentro da personalidade:

El rasgo más esencial de esta estructura es una falta de integración entre las instancias morales por las que vive el sujeto y el resto de su personalidad. Podría decirse que la conciencia o superyó está incompletamente integrada con el yo o ego, entendiendo el

ego en este punto como lo que abarca las diversas funciones de autocontrol y autoexpresión del individuo. (ADORNO, 2009, p. 204).

Os autores se utilizam da teoria psicanalítica de Freud para examinar o problema da agressividade autoritária. Detectaram que a falha na internalização do superego pode ser resultado de uma debilidade do próprio ego, ou seja, a sua inabilidade em realizar a síntese necessária para integrar o superego consigo mesmo. Em consequência, o ESP, caso implantado, poderia atuar como um propulsor da debilidade do ego, tornando mais fácil e corriqueira a adesão a ideias autoritárias e antidemocráticas:

Es el ego el que gobierna las relaciones entre el yo y el mundo exterior, y entre el yo y los estratos más profundos de la personalidad; el ego emprende la regulación de los impulsos de un modo que permitirá la gratificación sin invitar a un castigo excesivo por parte del superyó, y busca por lo general llevar a cabo las actividades del individuo de acuerdo con las demandas de la realidad. Es función del ego hacer las paces con la conciencia, crear una síntesis mayor dentro de cual la conciencia, los impulsos emocionales y el yo operen con una armonía relativa. Cuando no se logra esta síntesis, el superyó tiene de algún modo el papel de un cuerpo extraño en el seno de la personalidad, y exhibe esos aspectos rígidos, automáticos e inestables tratados anteriormente. (ADORNO, 2009, p. 204).

Portanto, de acordo com o autor, a debilidade do ego teria origem tanto no convencionalismo quanto no autoritarismo. Nesse sentido, a debilidade do ego seria resultado da incapacidade de o indivíduo construir um conjunto de valores consistente e duradouro, na composição de sua estrutura de personalidade.

Assim, de acordo com Adorno (2009, p. 204), “[...] este estado de cosas, en apariencia, el que obliga al individuo a buscar alguna instancia organizadora y coordinadora fuera de sí mismo. Donde tales instancias externas son dependientes respecto de las decisiones morales, puede decirse que la conciencia está externalizada.”

Adorno (2009, p. 204) conclui que, embora convencionalismo e autoritarismo possam ser considerados signos da debilidade do ego, a investigação necessita de outras ferramentas mais diretas, capazes de aferir com melhor qualidade essa tendência da personalidade, correlacionala com outras tendências. “La debilidad del ego se expresaría, al parecer, de un modo bastante directo en fenómenos tales como la oposición a la introspección, en la superstición y el estereotipo, y en un énfasis exagerado en el ego y supuesta fuerza.” (ADORNO, 2009, p. 204).

A quarta variável da escala F foi identificada pelos autores como anti-intracção. Em síntese, a anti-intracção seria a recusa em reconhecer como válido e importante a

subjetividade, o imaginativo e o sentimental. Antes de definir anti-intracção, o autor define intracção:

Intraccción es un término introducido por Murray para significar << el dominio de los sentimientos, fantasías, especulaciones, aspiraciones – una actitud humana imaginativa, subjetiva->>. Lo opuesto a la intraccción es la extraccción, << un término que describe la tendencia a estar determinados por condiciones concretas, claramente observables, físicas (hechos tangibles, objetivos)>>. (ADORNO, 2009, p. 205).

Após a definição do termo e do seu oposto, o autor conclui que as relações entre intracção/extracção, a debilidade do ego e o preconceito são de natureza muito profunda e complexa e que, portanto, mereceriam uma análise mais detalhada, para não comprometer as conclusões a respeito da variável. A despeito disso, o autor identifica a anti-intracção como uma expressão da debilidade do ego: “Parece bastante claro, no obstante, que la antiintraccción, una actitud de impaciencia con y oposición a lo subjetivo y sensible, bien podría ser una marca del yo débil.” (ADORNO, 2009, p. 205).

Na visão de Adorno (2009, p.205), a anti-intracção produz um sujeito medroso que não é estimulado a pensar em fenômenos humanos, porque poderia pensar de forma equivocada, assim como é avesso aos sentimentos, pois estes não são confiáveis e podem conduzir a lugares ruins. Nesse caso, a anti-intracção levaria o indivíduo a direcionar sua atenção e suas atitudes a tarefas práticas e que não exijam grande esforço intelectual ou qualquer tarefa filosófica:

Fuera del contacto con amplias áreas de su vida interior, tiene miedo a lo que podría revelarse si él, u otros, se mirara detenidamente a sí mismo. Está por ello en contra de <<curiosear>>, en contra de preocuparse de lo que la gente piensa y siente, en contra de la <<charla>> innecesaria; en lugar de ello prefiere mantenerse ocupado, dedicado a tareas prácticas, y en lugar de examinar un conflicto interno dirigiría sus pensamientos a algo alegre. (ADORNO, 2009, p. 205-206).

O autor relaciona essa característica da anti-intracção com a operação do programa nazista, o qual consistia em uma ideia semelhante, de difamação de tudo que pudesse produzir no indivíduo a capacidade de tornar-se consciente de si mesmo, de produzir pensamentos sobre a vida. Esse processo provoca uma coisificação do sujeito, que passa se relacionar melhor com objetos do que com seres humanos. Adorno explicita:

Esta actitud general lleva fácilmente a una devaluación de lo humano y a una sobrestimación del objeto físico; cuando llega al grado más extremo, a los seres humanos se los considera como se fueran objetos físicos a los que manipular fríamente – cuando incluso los objetos físicos, revestidos ahora de atractivo emocional, son tratados con amoroso cuidado. (ADORNO, 2009, p. 206).

A quinta variável que os autores detectaram, na escala F, focalizava a superstição e a estereotipia. Essa variável, apresentada sob dois termos, Superstição e estereotipia, em síntese, diz respeito a indivíduos que comumente acreditam na determinação do sobrenatural sobre o destino dos homens e mostram pouca flexibilidade nas categorias de pensamento, ou seja, pensam através de categorias rígidas:

La superstición, la creencia en determinantes externos místicos o fantásticos del destino del individuo, y el estereotipo, la disposición a pensar mediante categorías rígidas, se han mencionado tan frecuentemente en los capítulos precedentes y están tan obviamente relacionados con el etnocentrismo que precisan de poca discusión aquí. Una cuestión que hay que plantear concierne a las relaciones de estas tendencias con la inteligencia general – y las relaciones de la inteligencia con el etnocentrismo-. Probablemente la superstición y el estereotipo tienden a ir de la mano con una inteligencia baja, pero la inteligencia baja parece estar correlacionada con el etnocentrismo sólo en un grado ligero. (ADORNO, 2009, p. 206-207).

Na passagem anterior, é inevitável e totalmente óbvia a relação entre superstição, estereótipos e preconceito, de tal modo que é evidente, também, que tais variáveis se correlacionem à escala do etnocentrismo. O interessante da análise é quando os autores se propõem associar esses itens à inteligência do indivíduo, como já mencionado anteriormente, neste texto.

Com efeito, superstição e estereotipia são disposições de pensamentos superficiais, que abarcam, sem conhecimento crítico, elementos preconceituosos, o que se expressaria através da debilidade do ego. Desse modo, é possível se questionar sobre como pessoas reconhecidamente inteligentes, pelo meio social, são capazes de aderir a discursos de ódio a minorias e práticas preconceituosas. Isso acontece porque a debilidade do ego não propicia que esses indivíduos fragilizados reflitam de forma crítica sobre suas ações.

Assim, as forças profundas da personalidade do indivíduo, que o eu não pode integrar consigo mesmo, são as prováveis fontes de projeção ao mundo exterior (ADORNO, 2009, p. 207). Nessa linha, a superstição atua tal qual uma tendência que desresponsabiliza o indivíduo sobre seus pensamentos, atitudes e valores, transferindo essa responsabilidade para forças externas, as quais ele não controla e determinam seu destino. É nesse sentido que a religião tem funcionalidade essencial para o ESP. Acerca desse aspecto, o autor conclui:

Hay que reconocer, desde luego, que en la moderna sociedad industrial ha descendido realmente la capacidad del individuo para determinar lo que se le sucede, de manera que los ítems referidos a la causación externa es fácil que fueran realistas y estuvieran por ello privado de significado para la personalidad. Pareció necesario, por eso, seleccionar ítems que expresaran la debilidad del yo de forma no realista, haciendo depender del destino del individuo de factores más o menos fantásticos. (ADORNO, 2009, p. 207).

A sexta variável, Poder e “Dureza”, em resumo, se referia à preocupação com a relação de dominação e submissão, por intermédio da identificação de figuras que representam o poder, o que por sua vez, provoca uma sobrevalorização dos atributos do eu, da força e da dureza:

Esta variable se refiere, en primero lugar, a un énfasis excesivo puesto en los atributos convencionales del yo. La hipótesis subyacente es que la sobreexposición de la dureza puede reflejar no sólo la debilidad del yo, sino también la magnitud de la tarea que tiene de realizar, es decir, las fuerzas de ciertas clases de necesidades que están proscritas en la cultura del sujeto. Las relaciones de yo e impulsos, entonces, son al menos tan estrechas como las relaciones de yo y conciencia. No obstante, se los pueden separar con fines analíticos, y otras variables de la escala F hacen referencia a estratos más profundos de la vida emocional del individuo. (ADORNO, 2009, p. 208).

De acordo com Adorno (2009, p. 208), conjuntamente com o fenômeno da dureza, proveniente da debilidade do ego, desenvolve-se também um complexo de poder, visível na ênfase excessiva no papel do poder nas relações humanas. Assim, segundo Adorno (2009, p. 208), “[...] existe una disposición a ver todas las relaciones que se dan entre la gente en términos de categorías tales como fuerte-débil, dominante-sumiso, líderadepto, <<martillo-yunque>>.”

De forma resumida, o autor destaca ser possível estabelecer relações entre a variável e a escala etnocêntrica. Desse modo, indivíduos de alta pontuação nessa variável são aqueles que, na maior parte das vezes, concebem as relações humanas em termos de fortes x fracos e, provavelmente, esse mecanismo seja aplicado também, quando se pensa sobre grupo, o que se aproxima da típica dinâmica de funcionamento do etnocentrismo.

Portanto, conforme Adorno (2009, p. 208),

[...] es probable que aplique estas categorías en su pensamiento sobre los grupos a los que pertenece y grupo marginales los que pertenece, p.ej., para concebir <<razas superiores>> e <<inferiores>>. Y uno de los recursos psicológicamente menos costoso para lograr una sensación de superioridad es proclamarla sobre las bases de la pertenencia a una <<raza>> particular. (ADORNO, 2009, p. 209).

A sétima variável, Destrutividade e Cinismo, em síntese, concerne à manifestação de hostilidade e desprezo à humanidade. Essa característica seria proveniente da debilidade do eu, e seria comum em indivíduos antidemocráticos. Nota-se que os Direitos Humanos são exatamente o campo de combate à hostilidade e desprezo à humanidade. Nesse sentido, o cinismo do ESP pode ser ressaltado pelo fato, já narrado, de atuar contra a eliminação de candidatos que desrespeitem os direitos humanos, na redação do ENEM:

Según la presente teoría, el individuo antidemocrático, debido a que ha tenido aceptar numerosas restricciones, impuestas externamente, a la satisfacción de sus necesidades, alberga fuertes impulsos agresivos subyacentes. Según hemos visto, una salida de esta

agresividad se produce a través del desplazamiento hacia grupo marginales que conducen a la indignación moral y la agresión autoritaria. (ADORNO, 2009, p. 210).

A destrutividade e o cinismo estão, por conseguinte, diretamente relacionados com o comportamento autoritário. Logo, o comportamento autoritário necessita ser justificado para o eu, de modo a aprovar essa conduta, atenuando ou eliminando seu caráter moral e ético, segundo Adorno (2009, p. 210): “Se asumió, desde luego, que los impulsos primitivos agresivos los expresan rara vez de forma absolutamente directa los adultos, sino que en su lugar han de serlo suficientemente modificados, o al menos justificados, como para que resulten aceptables para el yo.”

A variável se refere, pois, à manifestação da agressão autoritária de forma racionalizada, de tal modo a fugir dos padrões morais de condenação e tornar-se aceitável para o indivíduo. A hipótese dos autores é de que essa variável poderia ser mais bem identificada, caso os enunciados aos quais o sujeito fosse submetido, em seu questionário e em suas entrevistas, expressassem manifestações de agressão autoritária que fossem “justificáveis”. As entrevistas confirmaram a hipótese de que “[...] el sujeto necesitaba sólo una ligera justificación para estar dispuesto a la agresión total.” (ADORNO, 2009, p. 210-211). As manifestações pedindo a volta da ditadura militar se circunscrevem exatamente nesse exemplo. O uso da razão para pedir a volta de um regime autoritário e violento, como o citado, comprova a hipótese.

Outra questão explorada na variável possibilitou constatar a conduta generalizada de desprezo à humanidade e às relações humanas, de forma determinista, em sujeitos com o ego debilitado. Adorno (2009, p. 211) acrescenta que “[...] en este punto la hostilidad es tan generalizada, está tan libre de verse dirigida contra ningún objeto em particular, que la necesidad individual no se siente responsable de ella.”

Este é o caso das agressões realizadas por grupos. Diante da cólera coletiva, o indivíduo se sente mais confortável para liberar seus impulsos agressivos, destrutivos, visto que os outros também o estão fazendo, de sorte que possui uma autorização social para fazê-lo. Ao liberar seus impulsos agressivos em grupo, o indivíduo justifica essa agressividade como própria da natureza humana. Essa característica de liberação da pulsão agressiva e autoritária, em meio ao coletivo, é própria dos movimentos de massas, nos quais os sujeitos são impelidos a se comportar de maneira padronizada, absorvendo inconscientemente esse movimento como peculiar à natureza humana e, portanto, justificável. Nesse caso, Adorno (2009, p. 211) faz um alerta: “Huelga decir que tal agresividad indiferenciada podría fácilmente ser dirigida, por medio

de la propaganda, contra minorías, o contra cualquier grupo cuya persecución fuera políticamente beneficiosa.”

A oitava variável destacada pelos autores foi a Projetividade. Em síntese, a variável alude à disposição do indivíduo em acreditar que o mundo é perigoso e hostil, a tal ponto de projetar no exterior, através de impulsos emocionais inconscientes, a responsabilidade pelos problemas da humanidade. Há igualmente, nessa variável, uma relação direta com a agressão autoritária, segundo salienta Adorno:

El mecanismo de la proyección se mencionó en conexión con la agresión autoritaria: los impulsos reprimidos de carácter autoritario tienden a proyectarse en otra gente a la que se echa toda la culpa. La proyección es, así, un recurso para mantener las pulsiones del ello ajenas al yo, y puede tomarse como un signo de la inadecuación del yo al realizar su función. (ADORNO, 2009, p. 211).

Partindo da breve definição de projeção, presente na passagem anterior, notamos que os itens que compõem a escala F são, em gênese, projetivos, de sorte que, segundo Adorno (2009, p. 211), “[...] implican de que los juicios y las interpretaciones de los hechos se ven deformados por impulsos psicológicos.”

Assim, para o autor, a projeção se torna uma categoria importante, pois denota a disposição do indivíduo em relação à hostilidade a grupos aos quais não pertence, e colabora para a suspeita de que o sujeito já possui intenções agressivas contra esses grupos e que utiliza a projeção para justificá-las ao eu. Adorno nos apresenta um exemplo interessante de como opera esse mecanismo:

Un ejemplo notorio es el padre [Charles Edward] Coughlin refiriéndose al antisemitismo como un << mecanismo de defensa >>, esto es, una protección de los gentiles contra los designios supuestamente agresivos de los judíos. Análogamente, se diría que cuanto mayor es la preocupación de un sujeto por las << fuerzas del mal >> en el mundo, tal como se evidencia por su inclinación a pensar y creer en la existencia de fenómenos tales como los excesos eróticos salvajes, los complots y las conspiraciones, así como el peligro de catástrofes naturales, tanto más fuertes serían sus propios impulsos inconscientes en el ámbito de la sexualidad y en el de la destrucción. (ADORNO, 2009, p. 212).

Esse mecanismo é disparado pelo ESP, quando concedem o comunismo e o pensamento de esquerda como um perigo aos valores da tradicional família brasileira, aos valores cristãos. O ESP tem o potencial de despertar, com mais intensidade, esse mecanismo de projeção. A funcionalidade do mecanismo pode ser observada, no Brasil, em episódios recentes de hostilização, ou até mesmo agressão, a manifestantes do Partido dos Trabalhadores, centrais

sindicais e movimentos sociais, os quais apareceram pela primeira vez em junho de 2013 e se tornaram mais recorrentes, nos anos seguintes

A última variável sublinhada pelos autores é igualmente muito importante para nós, porque ajuda a compreender parte das estratégias argumentativas do ESP e do campo conservador brasileiro. Essa variável, em síntese, aponta que, em alguns indivíduos, se pode notar um comportamento exagerado quanto às questões que envolvam a temática do sexo.

Adorno (2009, p. 212) propõe que a preocupação com a sexualidade se manifesta na escala F, em quatro itens, um dos quais apresenta uma direta conexão com a agressão autoritária e outro, por sua vez, funciona como uma expressão da projetividade. As relações entre as variáveis levam o autor a concluir que elas são parte de um todo mais complexo. De acordo com Adorno (2009, p. 213), “[...] la estrecha interacción de todas las variables presentes; dado que tomadas juntas constituyen una totalidad, se sigue que una sola cuestión puede pertenecer a dos o más aspectos del todo.”

Por isso, o sexo, tal qual qualquer outra das variáveis enfocadas, pode abster-se da totalidade, no entanto, o autor ressalta: “En cualquier caso, parecia que la contracatexis (represión, formación de la reacción, proyección) de los deseos sexuales cumplía bien en los requisitos para un estudio especial.” (ADORNO, 2009, p. 13).

Quando a variável sexo é abordada, aparece o relevante argumento da repressão da sexualidade, casado com outros elementos já apontados em variáveis anteriores, como a submissão autoritária, a agressividade autoritária e a projeção, que se complementam como um todo complexo, com graus de intensidade diferentes e constroem a personalidade do indivíduo. Nos graus mais intensos de relações entre as variáveis indicadas acima, observa-se que há o comum desprezo a formas de constituição social e cultural que fujam dos padrões estabelecidos pelo comportamento convencional. Nessa linha, assinala Adorno:

La presente variable se concibe como de sexualidad ajena al yo. Una fuerte inclinación a castigar los violadores de las costumbres sexuales (homosexuales, delincuentes sexuales) puede ser expresión de una actitud punitiva general basada en la identificación con autoridades del propio grupo, pero sugiere también que los deseos sexuales del sujeto mismo están reprimidos y en peligro de escaparse de las manos. (ADORNO, 2009, p. 213).

Esse argumento é importante para pensar o potencial de agressão autoritária que pode ser liberado com projetos como o ESP. A proposta de combate à ideologia de gênero pode ser lida, nesse registro, como uma forma de repressão a condutas sexuais não convencionais e, de

maneira mais grave, em um cenário de instabilidade democrática, é capaz de provocar comportamentos agressivos e autoritários.

Portanto, em face do demonstrado até aqui, podemos concluir, sem medo de erros e exagero, que o ESP é um perigo potencial para a educação democrática. As relações permitidas até este ponto, entre os elementos identificados por Adorno, em seu estudo sobre a personalidade autoritária e o ESP, reforçam a nossa tese de que o ESP é um poderoso veículo de ideias antidemocráticas e que guarda em si a capacidade de despertar a potência fascista adormecida, mas que, neste contexto social, está pronta a acordar. Logo, a potência fascista seria instalada e disparada do próprio campo educacional, através da escola. Nesse sentido, podemos afirmar que o Escola Sem Partido representa um forte indício que caminhamos rumo a uma educação autoritária, o que se explica historicamente e coloca em risco os avanços políticos, sociais e econômicos conquistados com a promulgação da Constituição de 1988.

Considerações finais

No dia 28 de outubro de 2018, Jair Bolsonaro foi eleito presidente da República, com 55% dos votos válidos. A eleição de Bolsonaro é mais um indício do avanço do conservadorismo e do autoritarismo com que trabalhamos, neste texto. Além disso, o resultado do pleito brasileiro ajuda a corroborar, de forma mais profunda, a nossa tese de que o ESP é um indício de um caminho autoritário, o qual, com a vitória de Bolsonaro, torna a potência fascista um perigo real.

Poucos minutos após a vitória de Jair Bolsonaro ser confirmada pelo TSE, o novo presidente eleito fez seu primeiro pronunciamento, através das redes sociais, em que se apresentou como uma nova alternativa, abrindo o discurso com uma citação bíblica, seguida de uma crítica à grande mídia nacional, que, segundo sua ótica, o havia sabotado, colocando-o em uma situação vexatória. Declarou que, mesmo sob ataque da grande mídia, ele vencera, iniciando uma metáfora entre sua vitória e elementos que remetem ao militarismo. Conforme sua mensagem, o povo “[...] passou a acreditar na gente e passou a ser sim, integrante de um grande exército, que sabia para onde o Brasil estava marchando e clamava por mudanças. Não poderíamos mais continuar flertando com o socialismo, com o comunismo e com o populismo e com o extremismo da esquerda.”

As primeiras palavras do novo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, apresentam elementos aqui pensados sob o recorte do fenômeno Escola Sem Partido.²⁸ Podemos afirmar que, ao se referir ao flerte com o socialismo e o comunismo, o novo presidente tem como fundamento a proposição de que o comunismo, o socialismo e a esquerda são inimigos a serem combatidos e que comprometem o desenvolvimento do país. Essa proposição combina, de forma harmônica, com o argumento do Escola Sem Partido sobre a necessidade de combater a doutrinação marxista, comunista, que estaria sendo realizada por professores militantes esquerdistas.

Poucas horas após a declaração do novo presidente, o Escola Sem Partido já se tornava um dos temas mais repercutidos, como um grande problema a ser enfrentado pela

²⁸ Importante ressaltar que a família Bolsonaro tem papel fundamental na divulgação do Escola Sem Partido, em todo o cenário nacional. O primeiro a apresentar a proposta como projeto de lei foi o Deputado Flávio Bolsonaro, pelo Estado do Rio de Janeiro. A segunda vez foi em âmbito municipal, na Câmara do Rio de Janeiro, por Eduardo Bolsonaro. Os filhos do presidente eleito foram os primeiros a abrir a cruzada contra a educação democrática e retirar do papel o projeto de Miguel Nagib. Em âmbito nacional, o responsável por reavivar o projeto foi o Deputado Izalci, do PSDB, que apresentou o já debatido PL 867/2015.

educação, no novo governo. Esse fato se deu através da atuação de Ana Caroline Campagnolo,²⁹ eleita Deputada Federal pelo PSL, mesmo partido de Jair Bolsonaro, a qual, com a certeza da vitória do “capitão”, se sentiu confortável para estimular a cruzada contra a doutrinação ideológica nas escolas, com base no Escola Sem Partido, do qual é defensora ferrenha.

Ana Caroline publicou uma imagem, em sua rede social, na qual incitava os estudantes de Santa Catarina, Estado pelo qual foi eleita Deputada Federal, a gravar as aulas de seus professores no dia seguinte à eleição, registrando e enviando a ela denúncias de doutrinação ideológica.

Figura 5



Fonte: <http://cpers.com.br/para-educadoras-escola-sem-partido-e-vigilancia-de-professores-criam-ambiente-de-medo-no-ensino/>

A publicação da Deputada Federal teve efeito devastador, nas redes sociais. Em pouco tempo, a notícia tinha “viralizado”, nos principais meios de comunicação do país. Como se pode observar na imagem, a Deputada incitou os estudantes a gravar seus professores que estariam descontentes com a vitória de Bolsonaro e que, portanto, aproveitariam o espaço de suas aulas para promover a

²⁹ Ana Caroline é uma velha apoiadora do projeto Escola Sem Partido, envolvida em polêmicas que tratam exatamente dos temas que o projeto discute. Já em 2017, antes de pleitear o cargo a Deputada Federal, Ana fez uma participação na Comissão Especial da Câmara, que discutia o PL 7180/2014, Escola Sem Partido, quando se apresentou como vítima de doutrinação ideológica e perseguição política, por ser cristã. O vídeo da participação de Ana Campagnolo pode ser acessado em <https://www.youtube.com/watch?v=4GW9abYxlOA&t=1116s>.

doutrinação ideológica e partidária, mesmo que isso não tivesse efeito nenhum sobre a decisão das urnas, de sorte que a tal doutrinação proposta, caso existisse, não estaria promovendo o efeito desejado, visto que o Partido do Trabalhadores, depois quatro vitórias consecutivas, acabara de perder a eleição para o representante da ascensão conservadora, autoritária e potencialmente fascista, Jair Bolsonaro.

Em entrevista a uma rádio, a deputada fez a seguinte declaração:

— Você (*professor*) pode manifestar suas opiniões no Facebook, na sala dos professores. Mas dentro da sala de aula você está lidando com adolescentes protegidos pelo ECA (*Estatuto da Criança e do Adolescente*), pela sua vulnerabilidade. Eu não posso fazer propaganda para algum político ou fazer contrapropaganda contra outro. O que eu fiz foi apenas pedir que me trouxessem esses casos. Isso não é nenhuma novidade. Os professores éticos já sabem e trabalham com essa premissa, que sala de aula não é palanque político. (“SALA...”, 2018)

Na mesma entrevista, Ana Caroline afirmou que já recolhe material para denunciar professores há cinco anos, e que agora, eleita Deputada Federal, vai levar à frente o plano de combater a doutrinação ideológica nas escolas.

Apesar de conclamar os estudantes a gravar seus professores sobre a insatisfação diante da vitória de Jair Bolsonaro, que representa de forma mais ampla a vitória da frente conservadora, autoritária e potencialmente fascista, a Deputada Federal acabou sendo pega de surpresa, ao serem publicadas, no dia seguinte à sua conclamação, fotos da mesma no exercício da docência, com camisas do então candidato a presidente da República, Jair Bolsonaro. As fotos foram tiradas em sala de aulas e expostas nas redes sociais, por um ex-aluno de Ana (cf. CAMPOS, 2018). É importante observar a inconsistência de Ana Campagnolo, que afirmou, em entrevista:

— Bem perto da eleição, uma professora de um colégio usou cerca de cinco, 10 minutos da sua aula para falar sobre o movimento #EleNão (*contrário a Bolsonaro*), dizendo aos alunos que era um movimento que provava que o Brasil está contra Bolsonaro. Então, ela incentivou os alunos a contrariar os pais e criticou o candidato claramente. Isso não era conteúdo de aula. Duvido que tenha no conteúdo programático um tema relacionado a Bolsonaro — afirmou.

Observa-se que a postura da Deputada Federal eleita pelo PSL é notadamente autoritária e visa a exterminar um inimigo político declarado: a esquerda. Em toda a sua fala, durante a entrevista a uma rádio gaúcha, quando explicava a polêmica na tentativa de argumentar sobre a legalidade e a constitucionalidade de seus atos, ela se referia apenas à esquerda e aos temas comuns: comunismo, esquerdismo. Ainda na entrevista à rádio, ela aborda de maneira objetiva a grande pretensão de seu mandato, ou seja, implantar o PL7180/2014:

Eu pretendo discutir com a Assembleia, que é onde eu vou trabalhar a partir do ano que vem. Discutir um problema que está acontecendo e quais são as possíveis soluções. Poderia ser,

por exemplo, a aprovação do projeto Escola sem Partido, mas veja, as leis existem não para impedir os delitos, mas para tipificar e esclarecer o que é delito ou não. Os alunos podem discutir. E os professores podem permitir que os alunos debatam um com o outro. O que ele (*professor*) não pode é tomar partido.

Percebe-se, pelo final da fala da Deputada e por sua ação denunciada nas redes sociais, que, segundo sua ótica, não se pode tomar partido da esquerda, visto que a própria, como já frisado, foi ministrar aulas de História utilizando a camiseta do então candidato representante da extrema-direita, Jair Bolsonaro.

A Deputada colocou em evidência o ESP, logo nos primeiros momentos após a legitimação das urnas ao avanço conservador, autoritário e fascista, que, como apontamos ao longo deste texto, é braço fundamental desse processo. O sinal de alerta foi reacendido, visto que o ESP entrou no debate nacional da educação como assunto de primeira ordem, do dia para a noite.

A atitude da Deputada partidária (PSL) não passou impune e gerou respostas públicas das próprias instituições sociais, em uma tentativa desesperada de provar que há algum tipo de solidez democrática em um Estado que flerta com práticas autoritárias e ideários fascistas. A reação mais imediata veio do MPF (Ministério Público Federal) de Santa Catarina, o qual, após receber representações contra a ação da Deputada, em suas redes sociais, optou por instaurar um inquérito civil público e expedir recomendações para que cessasse a perseguição aos docentes (BRASIL, 2018).

É fundamental observar, com bastante cuidado, quais argumentos o Procurador da República Carlos Humberto Prola Junior utilizou para justificar a recomendação expedida à Deputada eleita, Ana Caroline Campagnolo. Um de seus argumentos já foi por nós debatido, ao longo de nosso trabalho, contudo, é importante observá-lo, sob a forma jurídica, tal qual apresenta o procurador, que assinala:

CONSIDERANDO que o capítulo da Constituição reservado à Educação também consagra esse novo paradigma, estabelecendo que a educação visa ao *pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania* - e não apenas sua qualificação para o trabalho -, tendo entre seus princípios *a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas* (arts. 205 e 206) [...] (BRASIL, 2018).

Como se vê, o Procurador da República recorre à Constituição de 1988 como fundamento para sua recomendação de que a Deputada interrompa sua prática de incitação à denúncia de professores. O princípio constitucional evocado é o que garante a liberdade de aprender, ensinar e o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, tal qual argumento apresentado anteriormente, neste

texto. Além da Constituição, o Procurador também recorre à LDB, a fim de fundamentar sua recomendação:

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), além de semelhantes previsões, também estabelece como princípios do ensino no país *o respeito à liberdade e o apreço à tolerância*, a valorização da experiência extra-escolar, *a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais e a consideração com a diversidade étnico-racial*;

CONSIDERANDO que, conforme preceitua o artigo 1º da LDB, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Como se pode notar, na recomendação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é também um dos fundamentos legais que tornam o Escola Sem Partido um problema jurídico, contendo elementos importantes no combate ao seu avanço, no campo educacional. É imperioso verificar, ainda, que o Procurador destaca o apreço à tolerância, embora, ao nosso ver, essa não seja a melhor palavra – respeito seria mais eficiente. O destaque ao apreço à tolerância e também a consideração com a diversidade étnico-racial são aspectos que reforçam alguns pontos trabalhados neste texto. Quanto à consideração com a diversidade étnico-racial e sua relação direta com o apreço e a tolerância, podemos compreender que essa necessidade existe e se faz urgente, quando pensamos sobre os aspectos debatidos no capítulo inicial deste texto, no qual exploramos, através de elementos históricos, sociais e políticos, a construção do mito da não violência e do mito da democracia racial.

Ainda acerca de práticas discriminatórias de todos os gêneros, as ponderações do MPF corroboram a necessidade de a educação combater esse processo, tal qual também prevê o Programa Nacional de Educação:

CONSIDERANDO que são diretrizes do Programa Nacional de Educação, a superação das desigualdades educacionais, *com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação*, e *formação*, não apenas para o trabalho, mas também *para a cidadania*, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; conforme artigo 2º, III e V, da Lei nº 13.005/2014 [...]

Ao sublinhar o princípio a promoção da cidadania e a erradicação de todas as formas de preconceito, enquanto formativo, o MPF compreende que a função da educação vai além da competência técnica, mas a educação democrática, respaldada pela Constituição de 1988 e por todos outros documentos legais que a regulam e que foram desenvolvidos no debate democrático, é uma educação que tem como objetivo formar para a cidadania.

O movimento Escola Sem Partido notadamente visa à produção de uma educação e uma escola autoritária e, portanto, antidemocrática. A proposta que se esconde sob o nome que carrega o movimento e os projetos de lei inspirados nele, “Escola Sem Partido”, é igualmente uma falácia argumentativa e narrativa. Esse ponto está bem explicitado nas considerações do MPF:

CONSIDERANDO que qualquer tentativa de obstar a abordagem, a análise, a discussão ou o debate acerca de quaisquer concepções filosóficas, políticas, religiosas, ou mesmo ideológicas - que não se confundem com propaganda político-partidária - *desde que não configurem condutas ilícitas ou efetiva incitação ou apologia a práticas ilegais*, representa flagrante violação aos princípios e normas acima referidos; CONSIDERANDO, ademais, que o próprio projeto que se intitula "**Escola sem partido**" configura claramente mais uma concepção ideológica, também constitui um "credo em luta", pois pretende restringir o ensino e a aprendizagem a um conjunto de temas e conteúdos e segundo uma específica concepção pedagógica que crê serem os únicos adequados a se trabalhar em sala de aula, não podendo, portanto, como quaisquer outras, pugnar ao Estado sua exclusividade em nosso sistema educacional; CONSIDERANDO que um ensino e uma aprendizagem efetivamente plurais - objetivos fundamentais de nosso sistema educacional - somente podem se desenvolver em um ambiente em que as bases curriculares sejam abordadas em um ambiente de liberdade de ideias e de respeito à imensa diversidade que caracteriza o nosso país [...]

O texto do Procurador da República, Carlos Humberto Prola Junior, deixa evidente que não há sustentação constitucional ou legal para o projeto Escola Sem Partido. Assim, o MPF acentua que não há ausência de partidarização, na proposta do programa, mas restrição de conteúdos e temas segundo uma específica concepção pedagógica, que, no caso do ESP, são evidentemente os que atuam contra o seu interesse, que seriam, de maneira mais explícita e objetiva, as ideologias de esquerdas, os partidos políticos de esquerda.

Como bem apontado pelo Procurador “[...] o próprio projeto que se intitula ‘Escola sem partido’ configura claramente mais uma concepção ideológica, também constitui um credo em luta”, ou seja, os interesses do ESP são também ideológicos e partidários, e, conforme já ressaltado neste texto, estão circunscritos na direita política, com apoio de setores conservadores e autoritários. Ademais, além de representar uma clara concepção ideológica e negar essa característica, não assumindo sua relação indissociável com as ideias e partidos de direita, o movimento Escola Sem Partido tem o potencial fascista, apontado por nós, na característica presente nesse caso, isto é, negar sua condição ideológica e comandar um processo que almeja exterminar seu inimigo político e ideológico, quer dizer, a esquerda e os partidos políticos de esquerda, em um movimento típico de regimes autoritários e fascistas.

Nesse contexto, ainda em suas considerações, o Procurador Carlos Humberto Prola Junior aponta:

CONSIDERANDO que tal conduta, além de configurar flagrante censura prévia e provável assédio moral em relação a todos os professores do Estado de Santa Catarina, das instituições públicas e privadas de ensino, não apenas da educação básica e do ensino médio, mas também do ensino superior, afronta claramente a liberdade e a pluralidade de ensino acima delineadas [...]

Diante de todos os argumentos, o MPF deixou evidente que a atitude da Deputada é inconstitucional e coloca em risco a educação democrática, a qual prevê a liberdade e a pluralidade de ensino como princípios fundamentais. A ação de Ana Caroline se torna mais agravante, ainda, pois, ao incitar os estudantes a gravar seus professores, em sala de aula, utilizando o celular, ela incentiva os menores a infringirem a Lei Estadual nº 14.363/2008, que, segundo destacado pelo Procurador, “[...] dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular nas escolas - públicas e privadas - no Estado de Santa Catarina.”

Em face de todo o contexto de instabilidade provocado pela Deputada, o MPF resolveu recomendar que as instituições de ensino não permitam que os docentes sejam censurados, no exercício de sua profissão, respeitando-se todos os fundamentos legais demonstrados ao longo do texto:

RESOLVE, na forma do art. 6º, XX, da Lei Complementar nº 75/93, **RECOMENDAR às INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DESTA REGIÃO e GERÊNCIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO**, na pessoa dos seus respectivos representantes legais, que se abstenham de qualquer atuação ou sanção arbitrária em relação a professores, com fundamento que represente violação aos princípios constitucionais e demais normas que regem a educação nacional, em especial quanto à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber e ao pluralismo de ideias e de concepções ideológicas, *adotando as medidas cabíveis e necessárias para que não haja qualquer forma de assédio moral em face desses profissionais, por parte de estudantes, familiares ou responsáveis.*

O caso da Deputada Ana Caroline Campagnolo poderia representar exagero ou especificidade, no entanto, confirma uma conduta geral em ascensão. Mesmo antes da vitória de Jair Bolsonaro e a polêmica do ESP ser levantada, a educação brasileira sofrera um ataque representativo.

Há dois dias do segundo turno da eleição, cerca de 32 universidades em todo o Brasil foram invadidas pela Polícia Federal, a mando dos TRE (Tribunais Regionais Eleitorais), sob justificativa de propaganda eleitoral irregular. As ações foram fortemente contestadas pela comunidade acadêmica, a qual classificou a medida como censura (MINISTRA..., 2018). Entre as ações denunciadas, estavam a retirada de faixas e a proibição de debates, além da apreensão de computadores e interrogatório de professores sobre as atividades.

O caso das universidades gerou uma grande polêmica e um clima de apreensão política e institucional, às vésperas do pleito eleitoral, que, por si só, já estava suficientemente acalorado e violento. A retirada da bandeira antifascista colocada sobre o fachada do prédio de Direito da Universidade Federal Fluminense foi um desses casos. O ataque às universidades foi respondido por uma série de instituições, as quais saíram em defesa da democracia e da livre expressão de ideias. A ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio de Janeiro emitiu nota em que repudiou o entendimento e afirmou que a “[...] manifestação livre, não alinhada a candidatos e partidos, não pode ser confundida com propaganda eleitoral.” A ministra do STF, Carmen Lúcia, em decisão de caráter liminar expedida no sábado, 27 de outubro, determinou que fossem suspensos “[...] os efeitos judiciais e administrativos que determinaram ingresso de agentes da justiça eleitoral e de policiais em universidades públicas e privadas.” (MINISTRA..., 2018). A ministra mandou suspender também o recolhimento de documentos, depoimento de professores, interrupção de aulas, debates ou manifestações de estudantes e professores.³⁰

Em sua decisão, a ministra faz uma ressalva grave quanto à censura do debate político em períodos eleitorais, o qual, em regimes democráticos plenos, não seria um problema, mas um hábito, ao passo que, em regimes autoritários, mais propriamente as ditaduras, seria “comum” a censura ao livre pensamento e autonomia universitária:

O processo eleitoral, no Estado democrático, fundamenta-se nos princípios da liberdade de manifestação do pensamento, da liberdade de informação e de ensino e aprendizagem, da liberdade de escolhas políticas, em perfeita compatibilidade com elas se tendo o princípio, também constitucionalmente adotado, da autonomia universitária. Por eles se garante a liberdade de escolha política sem o que não se tem processo eleitoral plural, como inerente à democracia a ser construída e garantida e no qual comparece a eleição como instrumento imprescindível à sua dinâmica. Sem liberdade de manifestação, a escolha é inexistente. O que é para ser opção, transforma-se em simulacro de alternativa. O processo eleitoral transforma-se em enquadramento eleitoral, próprio das ditaduras. (MINISTRA..., 2018, grifos nossos).

A invasão das universidades, dois dias antes de processo eleitoral, denota mais um indício grave do avanço das forças conservadoras, autoritárias e fascistas. A própria referência e ataque a manifestações antifascistas demonstra que há um confronto em movimento. A própria ministra, em sua decisão, afirmou que há, nessas ações, a confusão entre atos de autoridade e ações autoritárias: “Exercício de autoridade não pode se converter em ato de autoritarismo, que é a providência sem causa jurídica adequada e fundamentada nos princípios constitucionais e legais vigentes.”

³⁰ A Medida Cautelar com pormenores da decisão da Ministra está disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/adpf548liminar.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2018.

A decisão da ministra Carmen Lúcia sobre os ataques às universidades e ao pensamento, podem também ser refletidos, com seus devidos cuidados, em relação ao Escola Sem Partido. A ministra, em sua decisão, recorreu ao pluralismo de ideias e liberdade de ensinar e aprender, previstas na Constituição, para argumentar:

Reitere-se: universidades são espaços de liberdade e de libertação pessoal e política. Seu título indica a pluralidade e o respeito às diferenças, às divergências para se formarem consensos, legítimos apenas quando decorrentes de manifestações livres. Discordâncias são próprias das liberdades individuais. As pessoas divergem, não se tornam por isso inimigas. As pessoas criticam. Não se tornam por isso não gratas. *Democracia não é unanimidade. Consenso não é imposição. Daí ali ser expressamente assegurado pela Constituição da República a liberdade de aprender e de ensinar e de divulgar livremente o pensamento, porque sem a manifestação garantida o pensamento é ideia engaiolada.*

A afirmação da ministra é contundente, ao explicitar que, sem a garantia da liberdade de ensinar e aprender, “o pensamento é ideia engaiolada”. O mesmo pode ser pensado sem prejuízos sobre o Escola Sem Partido, tal qual argumentado anteriormente, sob o mesmo fundamento constitucional. A proposição de uma escola sem partido é, antes de tudo, como já desvendamos, ao longo deste texto, a pretensão de um pensamento único que exclua a possibilidade de pensar de modo contrário ou defender ideias opostas.

A contestação da validade do pensamento e da ideologia de esquerda, em prol da superexaltação das ideologias de direita, é o caminho para o pensamento único pretendido pelo ESP. Sobre o perigo de pensamento único, a ministra salientou: “Pensamento único é para ditadores. Verdade absoluta é para tiranos. A democracia é plural em sua essência. E é esse princípio que assegura a igualdade de direitos individuais na diversidade dos indivíduos.”

De maneira mais drástica, o cenário social que se apresenta hoje no país, após a eleição de Jair Bolsonaro, coloca como urgente a necessidade de que a educação combata a barbárie como tarefa essencial. Entretanto, essa tarefa que, a princípio, poderia ser óbvia e o primeiro movimento de confronto ao avanço conservador, está em risco diante do ESP. O ataque conservador à liberdade de pensamento é passo fundamental para a normatização da conduta autoritária e do estado de censura.

O ataque à liberdade de pensamento como condição básica de educar e ensinar é reflexo do avanço das forças autoritárias, conservadoras e fascistas. Como bem apontamos, ao longo do texto, o Escola Sem Partido é um forte indício, que parece se confirmar, de que a educação no Brasil tende a um caminho autoritário. As razões que levam a esse cenário são muitas e foram apontadas e discutidas, no decorrer de nossa reflexão, neste trabalho.

O próprio processo histórico e constituição do Brasil tal qual o conhecemos é fundamental para a compreensão do caminho que encontramos, em face do avanço das forças conservadoras, autoritárias, fascistas, que colocam em risco a jovem democracia brasileira e a própria educação democrática.

Os elementos que se apresentam agora, de forma mais clara e objetiva, estavam já presentes nas ruas, nas conhecidas jornadas de junho 2013. Naquele momento, o Brasil foi surpreendido por uma série manifestações que ganharam as ruas do país e que deixaram evidente que a convulsão social que se anunciava era indício de um problema que, até aquele momento, não estava visível a todos. Não eram os vinte centavos da pauta inicial do Movimento Passe Livre os responsáveis pelo ódio político que começou a ganhar as ruas do país, do meio para o fim das jornadas de junho.

O enredo político esboçado em junho de 2013 ganhou contornos mais drásticos, nos anos posteriores, sendo agravado em 2015 e 2016, quando manifestações “populares” tomaram as ruas, como sustentação do *impeachment* da presidenta petista Dilma Rousseff, em um processo no mínimo contestável, mas que confirmaria, mais tarde, que se tratava de um novo modelo de golpe político.

O modelo jurídico-parlamentar-midiático só se tornou claro aos olhos de boa parte do público nacional, depois que a presidenta já havia sido deposta e que as forças políticas conservadoras, responsáveis por articular esse movimento, já estavam no poder, sob o comando de Michel Temer. É nesse contexto, que o fenômeno Escola Sem Partido começa a ganhar potência e passa a representar um perigo real para a educação democrática.

Até junho de 2013, o projeto Escola Sem Partido estava engavetado e sem possibilidades de avanço, no cenário nacional, ou seja, não havia potência para sua realização. O pós-junho de 2013 é o momento no qual o Escola Sem Partido encontra a possibilidade de sair do papel, de uma proposta parada há dez anos, e se efetivar no plano político. Essa possibilidade não se deve apenas ao junho de 2013, mas, também, a uma mudança de foco do movimento, que, nos seus primeiros dez anos, estava centrado em combater a doutrinação ideológica, nas escolas, que violaria a liberdade de crença e consciência prevista na Constituição de 1988 e que estaria sendo realizada por professores militantes relacionados ao campo da esquerda.

A mudança ocorreu quando o movimento ESP fundiu o seu tema inicial, a doutrinação ideológica “marxista”, com o combate à ideologia de gênero. Ao fazer esse movimento de fusão, o ESP deslocou-se do campo político para o campo moral, e esse deslocamento lhe proporcionou

maior capilaridade social, deixando de ser apenas um projeto e, em casos mais drásticos, se tornando temporariamente uma realidade, como no estado de Alagoas, onde foi implantado como lei estadual, conhecida como “Escola Livre”.

Desse modo, a nossa análise nos permitiu concluir que o projeto Escola Sem Partido (ESP) se articula a esse movimento social e político mais amplo, de raiz autoritária e com notável potencial fascista, o qual tem crescido no país, desde 2013. A nossa hipótese de que o ESP é um componente importante da pauta política da direita contemporânea se confirmou, como observamos no caso da Deputada Ana Campagnolo, do PSL, que colocou em pauta o ESP assim que foi confirmada a vitória do candidato de seu partido, Jair Bolsonaro, como presidente da República, o que representa a volta da direita ao poder – e de uma direita mais radical do que a que deixou o Palácio do Planalto, em 2002.

Em acréscimo, o trabalho possibilitou desvendar como se articula esse movimento, por intermédio de uma análise teórica voltada a pensar a questão que nos importa: o autoritarismo e sua disseminação, através da educação. Logo, quando se trata do projeto Escola Sem Partido, demonstramos como sua composição e modo de operação, inclusive discursivo, reforçam um movimento mais amplo que está diretamente vinculado à direita e às pautas que defendem, atendendo a grupos de interesse comum, como os parlamentares neopentecostais e ruralistas, envolvidos na trama que faz com que o ESP seja hoje assunto de debate urgente, na cena educacional do Brasil.

Diante desse cenário, analisamos se é possível e de qual modo podemos associar as práticas e discursos provenientes desse campo do pensamento, direita política, neopentecostais, ruralistas, a condutas autoritárias e potencialmente fascistas. Para tal análise, tivemos como fundamento teórico o pensamento de Theodor W. Adorno, em especial sua contribuição para pensar a personalidade autoritária. Os elementos conceituais desenvolvidos por Adorno, combinados ao cenário nacional examinado, auxiliaram-nos a concluir que os indícios de um caminho autoritário para a educação, diante do ESP, são evidentes e que, nesse caso, não é exagero pensar em potencial fascista.

As contribuições de Adorno nos ajudaram a fundamentar conceitualmente o potencial fascista, de sorte a contribuir para análise do ESP. No capítulo final de *A Personalidade Autoritária*, Theodor W. Adorno se dedica à tarefa de escrever e pensar o significado psicossocial das ideologias democráticas e antidemocráticas. Assim, aproveitaremos as reflexões do autor, para tecer as considerações finais sobre o ESP e sobre a tese de que ele é

resultado da conjunção de forças conservadoras, autoritárias e potencialmente fascistas, as quais avançam sobre a educação brasileira, indicando a possibilidade real de sufocamento da educação democrática em prol da implantação uma educação autoritária, que, no contexto do Brasil, tem explicação histórica no processo de colonização e na constituição de uma sociedade escravocrata que se organizou e se estruturou por meio de um processo violento e autoritário, que ainda tem reflexos no modo de funcionamento do país.

A escolha das ideologias democrática e antidemocrática como ideologias a serem estudadas partia da proposta de classificar os indivíduos preconceituosos e não preconceituosos, em função de uma tipologia. Além disso, o trabalho se dispôs a verificar a relevância social da identificação de disposições antidemocráticas e o papel da Psicologia. O mecanismo utilizado por Adorno (2009) nos foi útil, a fim de determinar a estratégia de ação do ESP, que visa, através de propostas notadamente antidemocráticas e preconceituosas, a implantar no coração da educação, as escolas, um modelo educacional notadamente antidemocrático e que, em última instância, é propício em cenários de crise econômica, social e política, de maneira a acentuar práticas autoritárias e violentas até então reprimidas no exercício democrático, mas que, em contexto de instabilidade, como o atual, podem ser potencializadas, o que denominamos, ao longo deste texto, como potência fascista.

A potência fascista parece ter sido libertada, durante o processo eleitoral e após sua conclusão, remetendo-nos ao alerta de Brecht: “a cadela do fascismo está sempre no cio”. Diversas cenas violentas e com elementos claramente pertencentes ao ideário fascista puderam ser observadas, nesse período, objetivamente ou não. Talvez o caso que mais chame a atenção entre todos os absurdos verificados, nesse período eleitoral, seja o do capoeirista Moa do Katendê, assassinado brutalmente após uma discussão política em um bar em Salvador, quando defendia o candidato do PT derrotado no primeiro turno, Fernando Haddad, e que, por esse motivo, teve a vida ceifada por um eleitor de Jair Bolsonaro, o qual admitiu para a polícia que o crime tivera motivação política (LIMA; OLIVEIRA; BETIM, 2018).

Em sua análise sobre as manifestações de preconceitos que apareceram nas entrevistas de personalidade autoritária, Adorno demonstra que o antissemitismo atuava de forma funcional, na esfera psíquica do indivíduo etnocêntrico. Como observamos, no caso brasileiro, o antissemitismo pode ser alterado pelo racismo estrutural, sem prejuízo de interpretação, estando atento às particularidades da questão racial, no país, tal qual trabalhamos mais detidamente no segundo capítulo, mas que está presente no texto como um todo. O processo eleitoral também teve uma série de cenas que servem para substanciar nossa análise e

demonstrar que a potência fascista em ascensão, no Brasil, tem caráter racista, que, em nossa particularidade histórica, atinge de modo inevitável negros e índios. Vale destacar as próprias manifestações racistas de Jair Bolsonaro, entre as quais está a declaração que fez sobre os quilombolas e indígenas, enquanto ainda era pré-candidato à presidência da República:

Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles. Se eu chegar lá [na Presidência], não vai ter dinheiro pra ONG. Esses vagabundos vão ter que trabalhar. Pode ter certeza que, se eu chegar lá, no que depender de mim, todo mundo terá uma arma de fogo em casa, não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola. (BOLSONARO..., 2017).

As manifestações preconceituosas, como a de Jair Bolsonaro, na ótica de Adorno, teriam como função básica orientar o indivíduo em sua relação com o mundo, tendo como mecanismo básico de operação a projeção da debilidade do eu, que seria a expressão da hostilidade reprimida contra o mundo e as figuras de autoridade a que foi submetido. Nesse caso, o ESP seria um mecanismo de reforço à conduta preconceituosa, a qual utiliza o argumento de doutrinação ideológica, referindo-se a aspectos do campo moral, como a bandeira central do movimento, “combate à ideologia de gênero”, em que a ideologia cristã assume, no discurso do movimento, o papel de normatividade escondida sob a face da “neutralidade”, o que, por sua vez, em um sórdido esquema de oposição, cria no campo moral o conflito entre valores morais cristãos e “ideologia de gênero”. Esse confronto pode ser igualmente notado nas ações de Ana Caroline Campagnolo, que, ao depor na Comissão Especial da Câmara sobre o PL 7180/2014, denunciou uma professora, contra a qual ela move um processo, pela qual estaria sendo perseguida, por ser cristã e antifeminista.

Segundo Adorno (2009), o refinamento do preconceito se daria através do movimento de debilidade do ego, o qual produz a sensação no eu de que a sua ação é moral. Em outras palavras, o preconceito seria racionalizado de tal modo que as razões morais seriam empregadas para justificar atitudes e ações de violência, hostilidade e agressão a exogrupos. Esse movimento explica o fato de o ESP rechaçar o rótulo de incentivar a homofobia, usando a justificativa de que, em nenhum momento, o movimento se opõe aos homossexuais ou as diferentes manifestações da sexualidade, porém, se opõe a que sejam ensinadas nas escolas as questões de gênero.

A justificativa para a oposição às questões de gênero utiliza-se do mecanismo apontado acima, em que se racionaliza o preconceito com argumentos morais, que seriam supostamente válidos. A questão se torna problemática, pois os argumentos embasados na moral cristã, que se

opõe ao debate sobre gênero e sexualidades e ao seu ensino, nos estabelecimentos de educação, são também os responsáveis por autorizar moralmente atos de violência contra essa população. Esse movimento também foi observado no processo eleitoral de 2018, em que Jair Bolsonaro ressuscitou a polêmica do “Kit Gay”, adotando essa estratégia para defender os valores morais e o modelo de família cristã. Em entrevista enquanto presidenciável, no *Jornal Nacional*, o candidato Jair Bolsonaro afirmou não ser homofóbico, no entanto, aproveitou a pergunta do entrevistador para, em rede nacional, ressuscitar a polêmica do “Kit Gay”:

Eu estava defendendo as crianças em sala de aula. Um pai não quer chegar em casa e encontrar o filho brincando com boneca por influência da escola. Esse é o assunto. Nada eu tenho contra o gay, eu tenho contra o material escolar em sala de aula. (Jair Bolsonaro em entrevista cedida ao *Jornal Nacional* em 28 de agosto).

Apesar de não citar, em nenhum momento, explicitamente na entrevista o ESP, Jair Bolsonaro utilizou os mesmos argumentos que o movimento. Mais agravante é saber que o presidente eleito defende publicamente ideais que favorecem uma escola antidemocrática.

O cenário pós-eleição coloca o ESP como um perigo a mais, em uma sociedade que já tem altos índices de crimes contra a população LGBTTT. A escola não pode ser uma instituição que incentive ou promova a violência; nesse sentido, projetos como PL 867/2015 colocam em risco esse aspecto. O debate sobre gênero e sexualidades é primordial em um país que figura entre os primeiros no *ranking* mundial de crimes contra essa população. A escola democrática, teria, nesse contexto, a obrigação de debater os preconceitos enraizados socialmente, tais quais o racismo e a homofobia. O ESP representa uma tentativa de silenciar o debate educacional sobre o preconceito de gênero e sexualidades e sobre o papel da educação em combater esse processo, assim como sobre o compromisso do Estado em desenvolver políticas públicas de educação que atuem no sentido de combater o preconceito de gênero e sexualidades e de qualquer outra espécie, e não de reforçá-lo.

Adorno (2009) procurou identificar quais características compõem a personalidade do indivíduo preconceituoso e diferenciá-las das do não preconceituoso. A diferença básica constatada estaria no senso de justiça:

<<Las minorías han de tener los mismos derechos que las mayorías. Todos ellos son personas y deberían tener exactamente los mismos derechos de la mayoría. No debería haber minorías; sólo debería haber individuos y estos deberían ser juzgado como individuos. ¡Punto! ¿Es eso suficiente? >>. ADORNO, 2009, p. 523).

O que se percebe, nessa transcrição de uma das entrevistas, é que, em nome dos direitos humanos, os sujeitos não preconceituosos tendem a identificar-se com os sujeitos que são

vítimas de discriminação. Para Adorno (2009), nesses sujeitos, pode-se identificar uma união entre emocional e racional, que teria como resultado um senso agudo de justiça.

O ESP e o PL 867/2015 trabalham em sentido contrário às proposições de Adorno, assim como já demonstrado no caso da ADI que suspendeu a eliminação do ENEM do candidato que desrespeitasse os direitos humanos, em sua redação. Nesse caso, o ESP assume de forma objetiva que os Direitos Humanos não são essenciais para um sujeito que almeja o ensino superior, ou seja, os valores morais que estão relacionados ao conceito de direitos humanos seriam de menor peso ou importância que os valores cristãos.

Com efeito, caso implementado em escala nacional, o ESP tende a produzir um modelo educacional despreocupado com os direitos humanos e, por conseguinte, que não forme um sujeito apto a pensar e perceber o preconceito através de um senso agudo de justiça social; pelo contrário, o indivíduo submetido a esse modelo de escola, provavelmente, apresentaria menor identificação ou empatia com sujeitos vítimas de preconceito, exclusão e marginalização social.

Além do preconceituoso e do não preconceituoso, a pesquisa permitiu aos autores identificar um terceiro tipo de sujeito: o pseudodemocrático. Este seria aquele que se declara democrático e faz uso do discurso falaciosamente democrático, com o objetivo de segregar minorias. Esse tipo de discurso pode ser notado em um dos entrevistados, quando o assunto abordado na entrevista foi preconceito contra os negros:

[Negros.]. << Exactamente lo mismo! Siguen siendo individuos. Su piel es negra, pero siguen siendo gente. Los individuos tienen amores, preocupaciones y alegrías. No pienso que haya que matarlos a todos o liquidarlos o castigarlos en el rincón sólo porque son gente diferente. Yo no me casaría con uno, porque no debería querer casarme con una persona que tiene un rasgo que no me gusta como una gran nariz, etc. Yo no querría tener hijos con la piel oscura. No me importa tenerlos como vecinos. >> (ADORNO, 2009, p. 523).

O indivíduo pseudodemocrático seria o típico representante do movimento ESP. Pelos argumentos e características trabalhados aqui, sob a ótica de Adorno, pode-se arriscar com alguma segurança a estabelecer relações entre o tipo pseudodemocrático e a adesão às ideias do ESP. O próprio PL 867/2015 e todos os outros de inspiração no programa ESP têm em si o caráter antidemocrático. O pensamento externado na entrevista opera de maneira semelhante, nos adeptos do ESP, e pode ser observado em uma antiga polêmica de Jair Bolsonaro, que, quando questionado em uma entrevista sobre a possibilidade de seu filho namorar uma negra, respondeu: “Meus filhos não correm o risco de namorar negras ou virar *gays*, porque foram muito bem educados.” (BOLSONARO..., 2011). Nessa resposta, tem-se a expressão do

indivíduo pseudodemocrático, como o entrevistado de Adorno, creditando a um suposto processo educacional eficiente a convicção higienista, determinista e preconceituosa de que seus filhos não se tornariam aquilo que despreza.

Outro ponto fundamental que aparece nas conclusões da obra e merece ser explorado concerne à construção de uma tipologia capaz de evidenciar as características psicológicas do indivíduo e relacioná-las a sua pré-disposição à adesão de diferentes tipos de ideologia. A tipologia, segundo o autor, seria reflexo da própria padronização já existente na sociedade, portanto, extremamente útil para a identificação de indivíduos mais propensos à ideologia fascista.

Assim, na construção tipológica, foram identificados seis “tipos” de indivíduos que obtiveram pontuação alta na escala e cinco “tipos” que pontuaram baixo. Entre os que possuíam alta pontuação, destacaram-se os “tipos” convencionais e autoritários.

No que se refere aos tipos mais frequentes de alta pontuação, os convencionais teriam como característica central a aceitação dos valores convencionais como princípio ideológico, a ponto de seu superego não se firmar como entidade interna, o que, por sua vez, mantém o indivíduo em situação de dependência de representantes externos. O “tipo” convencional, que poderia ser lido como conservador, no Brasil, também apresenta elementos que favorecem estreitar a relação entre as ideias do ESP e comportamento convencional verificado pelos autores, como uma das variáveis da personalidade autoritária.

Em relação ao “tipo” autoritário, em contraposição ao convencional, este seria governado pelo superego, lidando com as ambivalências dos instintos primitivos (id) fortes. Desse modo, os tipos que pontuaram alto na escala não eram exatamente iguais, contudo, guardavam em comum a presença de um ou outro traço do que os autores denominam síndrome autoritária. O “tipo” autoritário também combina com a ideologia promovida pelo ESP. Nesse sentido, o potencial fascista por nós constatado no ESP representa a possibilidade de, caso implantado, ser um veículo de disseminação de comportamentos conservadores, autoritários, potencialmente fascistas.

Adorno (2009, p. 444) procurou demonstrar a importância das variáveis culturais na determinação dos tipos classificados na pesquisa. Logo, o potencial fascista depende do ambiente cultural, para que possa ganhar vazão. Nessa linha, todo o enredo histórico-político, trabalhado ao longo deste texto, que, de forma mais específica, se ateve ao junho de 2013, é suficiente para categorizar o clima de instabilidade cultural que vive o Brasil e que representa a

possibilidade de expansão e, se não combatido de modo eficiente, da penetração no contexto educacional de proposta que conduzam à construção de uma educação autoritária, desviada dos ideais democráticos.

Em relação aos indivíduos que obtiveram baixa pontuação na escala F, os “tipos” mais frequentes foram: o baixo-protestador e o despreocupado. Quanto ao baixo-protestador, o autor assinala que é possível aproximá-lo do alto pontuador, no que se refere à hostilidade a autoridades. No entanto, o que o diferencia do alto pontuador é que essa postura de hostilidade à autoridade seria no caso do baixo pontuador resultante da rejeição consciente à autoridade heterônima, o que, em última instância, leva esse “tipo” a opor-se a qualquer forma de tirania. No enredo político de 2018, o baixo-protestador pôde ser observado na postura dos eleitores, que, mesmo diante do antipetismo, optaram por, no segundo turno, votar no PT, apostando na democracia e se posicionando contra a tirania da onda fascista que avança no mundo.

O despreocupado, por sua vez, seria um indivíduo com leve repressão dos instintos primitivos (id), com um superego bem desenvolvido. O tipo “ideal” desse indivíduo seria, de acordo com Adorno (2009, p. 521), o liberal genuíno:

El sujeto en el que es pronunciado tiene un fuerte sentido de la autonomía e independencia personales. No puede soportar ninguna interferencia externa en sus convicciones y creencias personales, y tampoco quiere interferir en las de los demás. Su yo está desarrollado, pero no libidinizado; rara vez es <<narcisista>>. Al mismo tiempo, está dispuesto a admitir tendencias ello, y a asumir las consecuencias- como es el caso con el <<tipo erótico>> de Freud-. Uno de sus rasgos llamativos es la valentía moral, a menudo más allá de su evaluación racional de una situación. No puede <<guardar silencio>> si se está haciendo algo equivocado, incluso cuando se pone a sí mismo en serio peligro. Al igual que él, está fuertemente <<individualizado>>, ve a los demás, sobre todo, como individuos, no como especímenes de un concepto general. Comparte algunos rasgos con otros síndromes encontradas en puntadores bajos. Como el <<impulsivo>>, está poco reprimido y tiene incluso ciertas dificultades para mantenerse bajo <<control>>. (ADORNO, 2009, p. 521-522).

Ao finalizar a obra, Adorno retoma todos os pontos fundamentais do estudo, o qual, em síntese, permite estabelecer relações entre personalidade e ideologia, de modo a investigar qual o papel da personalidade na adesão de ideologias e, de forma mais profunda, como explicar a adesão do sujeito a ideologia autoritárias.

A expressão da adesão a ideologias autoritárias se manifestou de maneiras diversas, no estudo, como demonstrado ao longo deste texto. Assim, preconceituoso e não preconceituoso, etnocêntrico e antietnocêntrico, democrático e antidemocrático são algumas das formas de expressão da relação de adesão, ou não, do indivíduo a ideologias autoritárias. O estudo também

identificou que os indivíduos preconceituosos formavam um grupo mais uniforme do que os identificados como não preconceituosos. Talvez esse fato ajude a compreender a vitória de Jair Bolsonaro, em 2018, quando a abstenção, votos brancos e nulos representam, no nosso entender, a não uniformidade dos sujeitos não preconceituosos. Mesmo que o que estivesse em jogo fosse a tranquilidade democrática e o risco de recaída em um Estado autoritário e de liberdades restringidas, Fernando Haddad não conseguiu congregiar as forças democráticas em torno de sua candidatura, tendo ficado evidente que, tal qual aponta Adorno, os indivíduos preconceituosos apresentam maior uniformidade dos que os não preconceituosos.

Pensamos que o ESP tem exatamente o potencial de produzir, com maior frequência, indivíduos que adeririam em diferentes graus de intensidade a ideias antidemocráticas. Assim, o ESP seria o local adequado para a produção de sujeitos conservadores, preconceituosos, antietnocêntricos e antidemocráticos.

O estudo sobre a personalidade autoritária se centrou em identificar o “potencial” fascista da personalidade, não dedicando espaço à análise do comportamento manifesto dos tipos descritos na pesquisa. Ao reconhecer os limites de seu trabalho, os autores indicam a necessidade de uma investigação profunda, em todos os campos mencionados, de como os indivíduos preconceituosos entrariam ou não em ação. Outro limite óbvio da pesquisa, também reconhecido pelos autores, é em relação ao tamanho da amostra de indivíduos pesquisados.

Nesse caso, mesmo que o universo da pesquisa tenha sido de cerca de dois mil sujeitos, ela estava mais direcionada aos fatores que produzem a relação entre adesão ideológica e personalidade do que com a representatividade do estudo.

O mesmo se pode aplicar, com as devidas diferenças, a nossa pesquisa. Nesse sentido, nosso trabalho se propôs caracterizar o fenômeno ESP como resultado de um enredo sociocultural mais amplo, que não tem origem em 2013, porém, na colonização do país. Ou seja, a nós, diante de todos elementos observados, apresentados e analisados ao longo deste texto, parece não haver dúvidas de que, mesmo com os limites colocados, é possível identificar o ESP como um veículo antidemocrático e potencialmente fascista, o qual representa um problema de urgência máxima para a educação do país.

No que diz respeito à conclusão a que chegaram sobre como combater o preconceito, os autores enfatizam que, antes, é necessário entendê-lo como uma manifestação complexa, que não poderia ser resumida à discriminação isolada contra uma minoria, mas se trata de uma estrutura de personalidade, uma síndrome:

Se han abordado de forma directa numerosas variables de áreas que habitualmente no curven los estudios de política, economía e ideología social; y se han encontrado que constituyen un síndrome y que se correlacionan significativamente con tendencias antidemocráticas de áreas cubiertas por las escalas A-S, E y PEC. Esto quiere decir, como mínimo, que la concepción de un patrón potencialmente fascista puede estar muy extendida, y que se ha dado un considerable basamento a la hipótesis de disposiciones centrales de la personalidad que dan origen a este patrón. (ADORNO, 2009, p. 264).

A síndrome da personalidade autoritária seria resultado de um todo complexo, em que ideologia, personalidade, ambiente cultural e social se combinam, na produção de fenômenos, tais quais a estereotipia, a ausência de sentimentos, a identificação com o poder e com o espírito destrutivo. Nesse sentido, a tese que aqui apresentamos classifica o ESP como indício de uma educação autoritária. Por se tratar de um projeto que visa a atuar sobre o campo educacional, no pensamento, o ESP atuaria sobre a construção das personalidades dos indivíduos, o que, em última instância, como trabalhado ao longo do texto, dependendo das forças que são movidas, pode abrir espaço para adesão dos indivíduos a ideologias autoritárias.

Nessa perspectiva, a síndrome da personalidade autoritária se constitui enquanto uma patologia social e, nesse cenário, o combate ao preconceito exigiria alcançar a mesma potência dos fenômenos anteriormente mencionados. Logo, os impactos de argumentos racionais são pequenos e com sucesso conseguem, no máximo, produzir uma mudança de comportamento, contudo, não uma “cura” para a patologia social. Por conseguinte, o ESP, se compreendido enquanto indício de uma educação autoritária, poderia ser, nesse registro, classificado como uma patologia educacional.

Assim, o combate ao preconceito exigiria um plano de ação democrática amplo, como pensando anteriormente, em que, por exemplo, se estabelecessem leis que criminalizassem a discriminação ou modificasse a forma rígida e hierárquica da Educação Infantil, o que, por sua vez, envolveria mudança tanto no comportamento dos filhos quanto no de seus pais.

Os autores deixam claro que a cura da patologia social não é uma tarefa que cabe apenas à Psicologia, mas a todas as ciências sociais. Não se cura o preconceito em análises clínicas e, tampouco, se cura o preconceito através da escola. Na verdade, seria ingenuidade depositar na escola, por si só, a possibilidade de exterminar o preconceito. Se assim fosse, já teríamos notícias de algum lugar no mundo, no qual a educação através da escolarização tenha sido suficiente para exterminar condutas preconceituosas daquela sociedade, que tem cunho histórico-cultural e, em muitos casos, são problemas anteriores à própria concepção da educação formal escolar. O caso do racismo brasileiro é exatamente este. O racismo é anterior à escola como instituição

formal, no Brasil, portanto, seria ingenuidade depositar todas as fichas de resolução desse problema em uma instituição que se formou em uma sociedade que já era racista. Ou seja, nem no Brasil, nem EUA, nem na África do Sul, só para ficar em exemplos que se circunscrevem a episódios históricos de segregação racial de pretos, a educação ou a escola foi capaz de exterminar o preconceito racial.

Isso pode ser explicado com a ajuda dos estudos de Adorno (2009), o qual demonstra que os indivíduos examinados, em sua maior parte, não eram pontuadores altos, isto é, eram homens médios que adotaram comportamentos antidemocráticos mais por imposição social do que por ideologia própria. Por isso, o risco que o ESP apresenta é exatamente este: de mover os homens médios a adotar comportamentos antidemocráticos e violentos, usando a educação escolar como meio de promover a ascensão desses comportamentos.

Nessa linha, cabe não apenas à Psicologia, mas a todas as ciências sociais, a tarefa de problematizar tais temas, a ponto de buscar estratégias que atinjam o indivíduo, podendo produzir sujeitos mais conscientes e autônomos, em um cenário no qual fenômenos como o ESP sejam rechaçados, exatamente por introduzir na educação o princípio antidemocrático, que, em última instância, nada contribuiria para a superação dos preconceitos, desigualdades e injustiças sociais, todavia, colaboraria para sua afirmação.

Não é possível prever o futuro do ESP – e não se pode fazer isso, quando se pretende ter algum tipo de rigor científico. O que podemos projetar é que, caso o cenário conservador e autoritário venha a se acentuar, nos próximos meses e anos, e projetos como o ESP ganhem *status* de programa nacional de educação, seria, talvez, o momento de declarar o fim da educação, no Brasil. A afirmação exagerada se faz a partir do imperativo categórico educacional que Adorno nos coloca, em um de seus mais belos textos de reflexão sobre a educação e sobre o seu papel primordial em combater a barbárie, *Educação após Auschwitz* onde salienta: “A exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação. De tal modo, ela precede quaisquer outras que não creio ser possível nem necessário justificá-la.” (ADORNO, 1995, p.119).

Por fim, parafraseando o autor, em uma óbvia relação da obra do autor com o tema que pesquisamos, podemos afirmar que a exigência de combate ao ESP precede quaisquer outras e, depois do que apresentamos aqui, é necessário e justificável, sob o risco de que, caso não combatido e eliminado o avanço do ESP, a educação se torne um local de produção da barbárie e, nesse aspecto, concordamos com Adorno: quando a barbárie se repete, significa que a

educação não foi suficiente, não cumpriu seu papel e, mais do que isso, a barbárie não calou fundo nas pessoas.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. *Escritos Sociológicos II*, v.1. Estudios Sobre La Personalidad Autoritaria. Madrid: Akal, 2009.
- ALENCASTRO, C. Dilma é vaiada na abertura da Copa das Confederações. *O Globo*. Política. 15 jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-e-vaiada-na-abertura-da-copa-das-confederacoes-em-brasilia-1.html>. Acesso em: 15 fev. 2018.
- ANONYMOUS BRASIL. As cinco causas. 18 de junho de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v5iSn76I2xs>. Acesso em: 16 fev. 2018.
- APOIO do editorial ao golpe de 64 foi um erro. *O Globo*, 31 ago. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorialao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em: 13 abr. 2017.
- ATHAÍDES, R. *As paixões pelo sigma: afetividades políticas e fascismo*. Curitiba: UFPR, 2012. 304 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- AUN, H. Brasil é o país que mais mata mais LGBTs no mundo: 1 a cada 19 horas. *Catraca Livre*. 17 maio 2017. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/brasil-mais-mata-lgbts-1-cada-19-horas/>. Acesso em: 16 fev. 2018.
- BENITES, A. Forçaram a barra na decisão de manter os direitos políticos de Dilma. *El País*. Brasil. 02 set. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/01/politica/1472764625_646333.html. Acesso em: 8 dez. 2017
- BOLSONARO diz na TV que seus filhos não 'correm risco' de namorar negras ou virar gays porque foram 'muito bem educados'. *O Globo*. Política. Rio de Janeiro, 29 mar. 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-diz-na-tv-que-seus-filhos-nao-correm-risco-de-namorar-negras-ou-vice-gays-porque-foram-muito-bem-educados-2804755>. Acesso em: 03 nov. 2018.
- BOLSONARO: “Quilombola não serve nem para procriar”. *Congresso em foco*, 05 abr. 2017. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/> Acesso em: 03 nov. 2018.
- BONIN, R. Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope. *Globo.com*. Política. 16 dez. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>. Acesso em: 12 fev. 2018.
- BRASIL. Ministério Público Federal. *Recomendação Nº 22, de 29 de outubro de 2018*. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/sc/sala-de-imprensa/docs/recomendacao-22>. Acesso em: 01 nov. 2018.
- BRITO, S. M. “Vida Falsa”: Adorno e a experiência moderna sob o ponto de vista da moral. *Revista de Ciências Sociais*, n. 26, p. 57-83, abr. 2007.

BUENO, S. F. Educação, paranoia e semiformação. *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 299-315, ago. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_ar_text&pid=S0102- Acesso em: 15 jun.2017

BULCÃO, L.; MACHADO, M.; SOUZA, P. Ato no Rio reúne 100 mil, começa em paz, mas minoria provoca confusão. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/ato-reune-100-mil-pessoas-comeca-em-paz-e-termina-em-confusao-no-rio.html>. Acesso em: 16 fev. 2018.

CALGARO, F.; MOTOMURA, M. Dilma diz que receberá líderes de protesto e propõe pacto para melhorar transporte público, educação e saúde. Uol Notícias. Cotidiano. 21 de jun.2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/21/em-pronunciamento-dilma-diz-que-chamara-prefeitos-e-governadores-para-discutir-mobilidade-urbana.htm>. Acesso em: 12 fev.2108

CALGARO, F. Feliciano chama homossexualidade de modismo ao falar com ex-gais. *Globo.com*. G1. Política. 24 jun. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/feliciano-chama-homossexualidade-de-modismo-ao-falar-com-ex-gays.html>. Acesso em: 18 ago. 2017.

CAMPOS, M. Hipócrita: deputada do PSL quer "Escola Sem Partido" e dá aula com camiseta de Bolsonaro. *Esquerda Diário*. 31 out. 2018. Disponível em: <http://esquerdadiario.com.br/Hipocrita-deputada-do-PSL-quer-Escola-Sem-Partido-e-da-aula-com-camiseta-de-Bolsonaro>. Acesso em: 01 nov. 2018.

CARDOSO, C. Estudantes chegam ao centro do Rio para remover marcas do protesto. *Globo.com*, G1. 18 jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/estudantes-chegam-ao-centro-do-rio-para-remover-marcas-de-protesto.html>. Acesso em: 16 fev. 2018.

CARVALHO, O. A Nova Era e a Revolução Cultural. Fritjof Capra e Antonio Gramsci. 2002.

CARVALHO, O. Palestra proferida no 1º Congresso Nacional sobre Doutrinação Política e Ideológica nas Escolas, promovido pelo ESP. *Eventials*, 24 jul. 2014. Disponível em: <https://pt-br.eventials.com/escolasempartido/olavo/>. Acesso em: 18 ago. 2017.

CHAUÍ, M. *Mito Fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000 (Coleção História do Povo Brasileiro).

_____. O que é política? In: _____. *O esquecimento da Política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007. P. 27-53.

_____. *Como lidar com os efeitos psicossociais da violência?* Aula magna proferida na Universidade Federal de Santa Catarina (Auditório Garapuvu). Florianópolis, 15 ago. 2016. Disponível em: http://clnicasdotestemunhosc.weebly.com/uploads/6/0/0/8/60089183/aula_magna_de_marilena_chau%C3%AD-o_que_%C3%A9_democracia_1.pdf. Acesso em: 14 jun. 2017

COHN, G. (Org.). *Theodor W. Adorno*. São Paulo: Ática, 1986 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

CORREIA, M. Temer faz agrado a bancada ruralista e altera conceitos de “trabalho escravo”. *Justificando*. 16 out. 2017. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/10/16/temer-faz-agrado-bancada-ruralista-e-altera-conceitos-de-trabalho-escravo/>. Acesso em: 23 jun. 2018.

COSTA, F. N. O avanço da direita no congresso e o novo perfil dos eleitores. *GGN*. Luís Nassif *online*. 14 dez. 2014. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/noticia/o-avanco-da-direita-no-congresso-e-o-novo-perfil-dos-eleitores>. Acesso em: 17 ago. 2017.

COSTA, A. N.; GOULART, G. Após protesto contra aumento das passagens, cidade exibe marcas do vandalismo. *Globo*, Rio de Janeiro, 11 jun. 2013. Disponível em: [https://oglobo.globo.com/rio/apos-protesto-contr-aumento-das-passagens-cidade-exibe-marcas-d-o-vandalismo-8649373](https://oglobo.globo.com/rio/apos-protesto-contr-aumento-das-passagens-cidade-exibe-marcas-do-vandalismo-8649373). Acesso em: 15 fev. 2018.

CROCHÍK, J. L. Preconceito: relações com a ideologia e com a personalidade. *Estudos de Psicologia*, v. 22, n. 3, p. 309-319, jul./set. 2005.

CRUZ, F. Movimento passe livre anuncia que não convocará mais protestos. *EBC*, São Paulo, 21.jun.2013. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/06/movimento-passe-livre-anuncia-que-nao-convocara-mais-protestos-em-sao-paulo>. Acesso em: 16 fev.2018

DA MATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1997.

DATENA muda de ideia sobre protestos em SP após enquête. *Folha de S. Paulo*. F5. 13 jun. 2013. Disponível em: <http://f5.folha.uol.com.br/televisao/2013/06/1294753-datena-muda-de-ideia-sobre-protestos-em-sp-a-pos-enquete.shtml>. Acesso em: 15 fev. 2018.

DECAT, E. Governo Federal: “Ordem e progresso” será o slogan de Temer. *O Estado de S. Paulo*, São paulo. Política, 12 maio 2016. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-federal-ordem-e-progresso-sera-o-slogan-dogoverno-temer,10000050764>. Acesso em: 23 jun. 2018.

DUARTE, R. A. P. Adorno/Horkheimer e a dialética do esclarecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. Reflexões sobre Dialética Negativa, Estética e Educação. In: PUCCI, B.; GOERGEN, P.; FRANCO, R. (Org.). *Dialética Negativa, Estética e Educação*. Campinas: Alínea, 2007. p. 17-30.

EM PROTESTOS, seis repórteres da Folha são atingidos. *Folha de S. Paulo*. Cotidiano. 13 jun. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1294799-em-protesto-seis-reporteres-da-folha-sao-atingidos-2-levam-tiro-no-rosto.shtml>. Acesso em: 15 fev. 2018.

ESPINOSA, B. R. S.; QUEIROZ, F. B. C. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, G. (Org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 49-62.

EQUIPE da Globo é expulsa de manifestação em SP. *Pragmatismo político*, 17 jun. 2013. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/06/equipe-da-globo-e-expulsa-de-manifestacao-em-sp.html>. Acesso em: 16 fev. 2018.

FELLET, J. Olavo de Carvalho, o “parteiro” da nova direita, que diz ter dado à luz flores e lacraias. *BBC Brasil*. 15 dez. 2016. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-38282897>. Acesso em: 15 ago. 2017.

FOLHA DE S. PAULO, Editorial. 13 jun. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>. Acesso em: 15 fev. 2018.

FORTES, L. O dilema dos Williams: apoio tardio às manifestações, inaugurado com *mea culpa* patético de Arnaldo Jabor, não convence sobre paixão repentina de Bonner e Waack pelas massas. *Carta Capital*. São Paulo, 19 jun. 2013. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/leandro-fortes/o-dilema-dos-williams-3311.html>. Acesso em: 16 fev. 2018.

FOTÓGRAFO do “Estado” foi atropelado pela polícia. O Estado de S. Paulo. 14 jun. 2013. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,fotografo-do-estado-foi-atropelado-pela-policia,1042526>. Acesso em: 15 fev. 2018.

FREUD, S. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1976a.

_____. *Psicologia de grupo e a análise do ego*. Rio de Janeiro: Imago, 1976b (Obras completas. Direção e tradução de Jayme Salomão).

_____. *Esboço de Psicanálise*. Tradução de José Octávio de Aguiar Abreu. São Paulo: Nova Cultural, 2005 (Coleção Os Pensadores).

FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

FRIGOTTO, G. (Org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

GALHARDO, R. Lula: crise é tsunami nos EUA e, se chegar ao Brasil, será 'marolinha'. *O Globo*, Rio de Janeiro, 04 out. 2008. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410>. Acesso em: 16 jun. 2018.

GARCIA, J.; CARVALHO, M. Jornalista detido por portar vinagre em ato contra aumento da tarifa é liberado... *UOL Notícias*. Cotidiano. 13 jun. 2013a. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/13/jornalista-e-presos-durante-protos-to-contr-aumento-da-tarifa-em-sp.htm>. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. PM e manifestantes voltam a entrar em confronto em ato contra aumento da tarifa em SP; mais de 60 são detidos. *UOL Notícias*. Cotidiano. 13 jun. 2013b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298700-pm-e-manifestantes-voltam-a-entrar-e-m-confronto-no-rio-loja-e-saqueada.shtml>. Acesso em: 16 fev. 2018.

GIOVINAZZO, C. A. Indivíduo, política e formação cultural: a derrota do pensamento e da experienciais. *Cenários da Comunicação*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 41-48, 2007.

GLOBO e Veja viram alvo de manifestantes em novo ato em SP. *Terra*. Cidades. 18 jun. 2013. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/globo-e-veja-iram-alvo-de-manifestantes-em-novo-atoem-sp,2ec2fe174395f310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html>. Acesso em: 16 fev. 2018.

HADDAD e Alckmin anunciam redução de tarifas do transporte público em SP. *O Estado de S. Paulo*. Política. 19 jun. 2013. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,haddad-e-alckmin-anunciam-reducao-de-tarifas-do-transporte-publico-em-sp,1044416>. Acesso em: 16 fev. 2018.

HERDY, T. Protesto contra o aumento da passagem tem princípio de confronto em SP. *Portal O Globo (online)*. São Paulo, 7 jun. 2013a.

_____. São Paulo vira “praça de guerra” no confronto mais violento em ato contra aumento de tarifa. *O Globo.com*, 11 jun. 2013b. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/sao-paulo-vira-praca-de-guerra-no-confronto-mais-violento-em-ato-contra-aumento-de-tarifa-8656180>. Acesso em: 15 fev. 2018.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

HOMEM vestido como Hitler tumultua audiência na Câmara do Rio. Rio de Janeiro, 13 dez. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/homem-vestido-como-hitler-tumultua-audiencia-na-camarado-rio-18213463>. Acesso em: 09 jul. 2017.

HOMICÍDIOS no Brasil: 761,4 das vítimas são negras. *Portal Terra*, 14 maio 2014. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/homicidios-no-brasil-714-das-vitimas-sao-negras,6e8009c39f0f5410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>. Acesso em: 21 jun. 2017.

JABOR, A. Comentário. *Jornal Nacional*. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão, 12 de junho de 2013a. Programa de TV.

_____. Amigos, eu errei. É muito mais que vinte centavos. Central Brasileira de Notícias (CBN): 17 de junho de 2013b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tOQkke7fzpA>. Acesso em: 15 fev. 2018.

LACOUÉ-LABARTHE, P.; NANCY, J.-L. *O mito nazista*. Tradução de Márcio Seligman Silva. São Paulo: Iluminuras, 2002.

LEIA íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro. *Folha de S. Paulo*, 24 jun. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>. Acesso em: 08 fev. 2018.

LÍDERES ensaiam saudação nazifascista em protesto sem pauta. *Portal online O Dia*. Rio de Janeiro, 24 jun. 2013.

LIMA, B.; OLIVEIRA, J.; BETIM, F. Morte, ameaças e intimidação: o discurso de Bolsonaro inflama radicais. *El País*. Brasil. 11 out. 2018. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/09/politica/1539112288_960840.html. Acesso em: 03 nov. 2018.

“LULINHA paz e amor” fugiu dos conflitos. *Folha de S. Paulo*, Brasil. 27 out. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2710200223.htm>. Acesso em: 08 fev. 2018.

MAAR, W. À guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa. In: ADORNO, T. *Educação e emancipação*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 11-28.

_____. Adorno, semiformação e educação. *Educação & Sociedade*, São Paulo, v. 24, n. 83, p. 459-475, ago. 2003.

MANIFESTAÇÕES são organizadas na Europa em apoio aos protestos no Brasil. *R7*. Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/manifestacoes-sao-organizadas-na-europa-em-apoio-aos-protestos-no-brasil-14062013>. Acesso em: 15 fev. 2018.

MANIFESTANTES ocupam a cobertura do Congresso Nacional, em Brasília. *Globo.com*. Bom dia, Br. Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/06/manifestantes-ocupam-cobertura-do-congresso-nacional-em-brasilia.html>. Acesso em: 16 fev. 2018.

MARINGONI, G. [Dilma recebe movimentos e governadores. Uma virada no governo? Carta Maior. 24 jun. 2013.](#) Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Dilma-recebe-movimentos-e-governadores-Uma-virada-no-governo-/4/28151>. Acesso em: 17 fev. 2018.

MARTÍN, M. STF decide que escola pública pode promover crença específica em aula de religião. *El País*. Brasil. Rio de Janeiro, 27 set. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/31/politica/1504132332_350482.html. Acesso em: 03 jul. 2018.

_____; BEDINELLI, T. A rebelião dos excluídos. *El País*. Brasil. Rio de Janeiro, 14 jan. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/14/politica/1389736517_226341.html. Acesso em: 11 jul. 2018.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: 2004.

_____. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Tradução e notas de Nélcio Schneider; prólogo de Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011 (Coleção Marx-Engels). MENIN, M. S. S. *A construção da democracia e a escola: um estudo sobre representações políticas e interações verbais no 2º Grau*. 1992. 381f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

MFP pede a proibição da disciplina “Golpe de 2016” da Federal do Ceará. *Brasil 247*, 26 abr. 2018. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/ceara247/352656/MPF->

[pede-a-proibi%C3%A7%C3%A3o-dadisciplina-%E2%80%9CGolpe-de-2016%E2%80%9D-da-Federal-do-Cear%C3%A1.htm](#). Acesso em: 23 jun. 2018.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. *Revista Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, v. 07, n. 15, p. 590-621, 2016.

MILITANTES do PT são hostilizados e abandonam passeata em São Paulo. *O Globo*. Brasil. 20 jun. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/militantes-do-pt-sao-hostilizados-abandonam-passeata-em-sp-8757103>. Acesso em: 16 fev. 2018.

MINISTRA suspende decisões judiciais que determinaram operações em universidades. *Folha de S. Paulo*. Cotidiano. 27 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/10/ministra-suspende-decisoes-judiciais-que-determinaram-operacoes-em-universidades.shtml>. Acesso em: 31 out. 2018.

MOURA, Fernanda Pereira De. “ESCOLA SEM PARTIDO”: RELAÇÕES ENTRE ESTADO, EDUCAÇÃO E RELIGIÃO E OS IMPACTOS NO ENSINO DE HISTÓRIA. Rio de Janeiro, 2016. 188 f.:il. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, 2016.

MONTENEGRO, C. Copa pode provocar despejo de 250 mil pessoas, afirmam ONGs. *BBC Brasil*, 14 jun. 2013. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130614_futebol_despejos_cm_bg. Acesso em: 20 jul. 2018.

MUNDIM, I. O que é a ideologia de gênero que foi banida dos planos de educação, afinal? *UOL Notícias*. Educação. 11 ago. 2015. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2015/08/11/o-que-e-a-ideologia-de-genero-que-foi-banida-dos-planos-de-educacao-afinal.htm>. Acesso em: 24 jun. 2018.

NASSIF, L. Grupo de extrema direita invade palestra sobre 100 anos de Revolução Russa da UERJ. *GGN*. 27 out. 2017. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/grupo-de-extrema-direita-invade-palestra-sobre-100-anos-de-revolucao-russa-da-uerj> Acesso em: 16 jun. 2018.

NAVARRO, C. É proibido criticar o patriarcado. *Le monde diplomatique*. Disponível em: <http://diplomatique.org.br/e-proibido-criticar-o-patriarcado/> Acesso em: 19 jan. 2018.

NÉRI, Felipe. Feliciano coloca projeto favorável a “cura gay” para votação em comissão. *G1*. Política. Brasília. 1 mai.2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/05/feliciano-coloca-projeto-favoravel-cura-gay-em-votacao-na-comissao.html>. Acesso em: 8. dez.2017

OLIVEIRA, T. Judith Butler é agredida ao embarcar no aeroporto de Congonhas. *Carta Capital*, 10 nov. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/judith-butler-e-agredida-ao-embarcar-no-aeroporto-de-congonhas>. Acesso em: 16 jun. 2018.

PENNA, F. A. Entrevista com Fernando Penna. *Movimento. Revista de Educação*. Rio de Janeiro, v. a.2, n. 3, p. 294-301, 2015.

_____. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, G. (Org.). “*Escola “sem” partido*: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 35-48.

PERES, B.; EXMAN, F. Dilma volta a pressionar bancos por queda da taxa de juros. *Valor Econômico*, 07 set. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2821356/dilma-volta-pressionar-bancos-por-queda-das-taxas-de-juros>. Acesso em: 12 fev. 2018.

PIERUCCI, A. F. *Ciladas da Diferença*. São Paulo: Editora 34, 2013.

POLÍCIA do RJ investiga ataques a terreiros de umbanda e candomblé. *Globo.com*. G1. 08 set. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/policia-do-rj-investiga-ataques-a-terreiros-de-umbanda-e-candomble.ghtml>. Acesso em: 02 maio 2018.

PROJETO de distribuir nas escolas kits contra homofobia provoca debate. *Globo.com*. Educação. 12 maio 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/projeto-de-distribuir-nas-escolas-kits-contr-homofobia-provoca-debate.html>. Acesso em: 18 ago. 2017.

QUADROS, V. PEC 37 ganha as ruas, mas poucos sabem o que é. Portal *online IG*. São Paulo, 23 jun. 2013. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2013-06-23/pec-37-ganha-as-ruas-mas-poucos-sabem-oque-e.html>. Acesso em: 17 fev. 2018.

REICH, W. *Psicologia de massas do fascismo*. 2. ed. bras. Tradução de Maria da Graça M. Macedo. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ROMERO, S. Bus-Fare Protests Hit Brazil’s Two Biggest Cities. *The New York Times*, New York, jun.2013. Disponível em : <https://www.nytimes.com/2013/06/14/world/americas/bus-fare-protests-hit-brazils-two-biggest-cities.html>. Acesso em: 15 fevereiro de 2018.

RUFATTO, L. O Brasil hipócrita: a questão do racismo. *El País Brasil*. 16 de setembro, 2014. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/16/opinion/1410894019_400615.html. Acesso em: 22 maio 2017.

RUY, M. A. MPF recebe denúncia contra grupo de estudos sobre Marx por doutrinação. *Vermelho*, 03 ago. 2017. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=300220. Acesso em: 23 maio 2018.

“SALA de aula não é palanque político”, diz deputada eleita de sC que incitou denúncias contra professores. *Gauchazh*. 30 out. 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2018/10/sala-de-aula-nao-e-palanque-politico-diz-deputada-eleita-de-sc-que-incitou-denuncias-contr-professores-cjnvz9ngz09os01pio0o008cy.html>. Acesso em: 31 out. 2018.

SCRIVANO, R. Protestos contra reajuste de ônibus provocam tumulto em 4 capitais. *O Globo.com*, 06 jun. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/protestos-contr-reajuste-de-onibus-provocam-tumulto-em-4-capitais-8615213>. Acesso em: 15 fev. 2018.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos estud. CEBRAP*, São Paulo, n. 97, p. 23-40, nov. 2013.

SOB PRESSÃO de Dilma, BB diminui juros. *Folha de S. Paulo*, 5 abr. 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/35397-sob-pessao-de-dilma-bb-diminui-juros.shtml>. Acesso em: 12 fev.2018.

SOUZA, J. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Colaboração de Brand Arenari et al. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: UFMG, 2010/2012.

_____. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: Leya, 2015.

_____. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

_____. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, M. R.; BIRMAN, J. Ética e estética da alteridade em Horkheimer, Adorno e Freud: Comentários a partir de “elementos do antissemitismo” e “o inquietante”. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 2, p. 251-260, 2014.

TOKARNIA, M. *Agência Brasil*. Brasília, 7 abr. 2017.

VALIM, P. A onda e a solução final do fascismo brasileiro: as eleições 2018. *Brasil de fato*, 16 out. 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/16/a-onda-e-a-solucao-final-do-fascismo-brasileiro-as-eleicoes-2018/> Acesso em: 01 nov., 2018.

VERDÚ, D. Fascismo renovado assume nova força na Itália. *El País*, Roma, set. 2017

VIEIRA, L. Professora que ironizou passageiro em aeroporto pede desculpas. *Globo*, Rio de Janeiro, fev.2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/professora-que-ironizou-passageiro-em-aeroporto-pede-desculpas-11527463>. Acesso em: 17.fev.2018